

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E ESGOTAMENTO DO COMUNISMO NA
AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE BRASIL E CHILE**

VICTOR AUGUSTO RAMOS MISSIATO

**FRANCA
2016**

VICTOR AUGUSTO RAMOS MISSIATO

**TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E ESGOTAMENTO DO
COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE
BRASIL E CHILE**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-
requisito para obtenção do Título de Doutor em
História.**

Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio

**FRANCA
2016**

Missiato, Victor Augusto Ramos.

Trajetória, identidade e esgotamento do comunismo na América Latina : os casos de Brasil e Chile / Victor Augusto Ramos Missiato. — Franca : [s.n.], 2016.

210 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Alberto Aggio

1. Comunismo – América Latina. 2. Partido Comunista Brasileiro.
3. Comunismo – Chile - História. I. Título.

CDD – 980

VICTOR AUGUSTO RAMOS MISSIATO

**TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E ESGOTAMENTO DO
COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE
BRASIL E CHILE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Alberto Aggio

1º Examinador: _____
Prof. Dr.

2º Examinador: _____
Prof. Dr.

3º Examinador: _____
Prof. Dr.

4º Examinador: _____
Prof. Dr.

Suplente: _____
Prof. Dr.

Suplente: _____
Prof. Dr.

Suplente: _____
Prof. Dr.

Franca, ____ de _____ de 2016.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Osvaldo e Margareth, por todo apoio e por todo amor. É impossível descrever em poucas palavras a importância dessas duas pessoas na minha vida, mas deixo aqui toda a minha gratidão.

Ao professor Alberto Aggio, referência como intelectual, pela orientação no doutorado e pela amizade construída.

À minha irmã Mariana, grande parceira; às minhas tias, Elizabeth, Sandra e Eva, por todo carinho; às minhas orgulhosas avós, Carmela, Jorgeta e Elidia (*in memoriam*).

Aos professores Marcos Sorrilha e Tânia Garcia pelas leituras e sugestões na banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP pelo acolhimento no Doutorado; à CAPES, que financiou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus amigos. Em especial, agradeço ao meu irmão Felipe Ziotti Narita, que desde a graduação me inspirou na trajetória acadêmica e no exemplo de profissionalismo.

Aos funcionários das instituições visitadas ao longo do trabalho (especialmente a Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Biblioteca Nacional do Chile, Centro de Documentação e Memória/UNESP e *Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz*).

Aos professores Genaro Fonseca e Vânia Martino, pela confiança depositada desde a graduação.

À República Tuffy, minha eterna morada.

Este ano, o de 1958, é, pelo contrário, um ano de esperanças para os povos da América Latina. As ditaduras desmoronam uma após outra e a luta emancipadora sobe vigorosamente de nível. Se bem que muito frequentemente os seus governantes não saibam ou não queiram interpretá-los, os próprios povos com os seus atos anunciam a decisão de resolver livremente sobre os seus destinos. Ainda nos veremos com retrocessos, mas o caminho começado a percorrer não será mais abandonado.

Jacob Gorender, em artigo publicado na Revista Estudos Sociais

Essa olhadela para fora da França era necessária para facilitar o entendimento do que virá em seguida; pois quem houver estudado e visto somente a França, ousa dizer que nunca compreenderá coisa alguma da Revolução Francesa.

Alexis de Tocqueville, em O Antigo Regime e a Revolução

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. **Trajetória, identidade e esgotamento do comunismo na América Latina: os casos de Brasil e Chile**. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise comparativa entre as estratégias políticas elaboradas por dois partidos comunistas latino-americanos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o *Partido Comunista de Chile* (PCCh). Ambos nascidos em 1922, os partidos comunistas do Brasil e do Chile, ao longo do século XX, exerceram um importante papel nos debates de esquerda em seus respectivos países. A comparação entre essas esquerdas visa resgatar, enquanto objeto de estudo e de reflexão, elaborações teóricas e linhas de atuação que buscavam alcançar o poder de maneira distinta daquilo que, a partir de 1959, devido ao impacto da Revolução Cubana, ficaria consagrado como o “modelo revolucionário” a ser adotado em toda a América Latina. A enorme influência da Revolução Cubana no conjunto das organizações de esquerda na América Latina acabaria por encobrir a existência de outras formulações e propostas de acesso ao poder por parte da esquerda latino-americana, que estavam em curso antes da sua eclosão e que permaneceram nas décadas posteriores. Ademais, o exercício comparativo aqui pretendido parte do pressuposto de que houve uma inversão nos caminhos estratégicos desses dois partidos. Tendo como principal referência o ano de 1958, a análise em torno das estratégias políticas desses dois Partidos ilustra os distintos posicionamentos acerca dos processos de modernização em curso no Brasil e no Chile. Desse modo, enquanto o PCB deu início a uma transformação em sua cultura política, passando a legitimar a relação entre desenvolvimento capitalista e democratização social, o PCCh, juntamente com outros partidos da esquerda chilena, elaborou um projeto político que objetivava a hegemonia na condução de um projeto socialista de sociedade. Ao final dos anos 1970 e durante a década de 1980, quando o Movimento Comunista Internacional se deteriorava, os sentidos dessas estratégias definiram o papel de cada Partido nos processos de redemocratização no Brasil e no Chile.

PALAVRAS-CHAVE: Comunismo. Revolução. Estratégia Política. PCB. PCCh.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. **History, identity and breakdown of communism in Latin America: the cases of Brazil and Chile**. 2016. 210 f. Thesis – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2016.

ABSTRACT

This paper makes a comparative analysis between the political strategies developed by two Latin American Communist parties, the Brazilian Communist Party (PCB) and the Communist Party of Chile (PCCh). Both of them were born in 1922 and throughout the twentieth century, they played an important role on the left discussions in their countries. Comparisons between left parties aims to rescue, as an object of study and reflection, theoretical elaborations and areas of activity that were used to achieve the power differently from the "revolutionary model" which was adopted by Latin America. The big influence of the Cuban Revolution into all Left organizations in Latin America would hide the existence of other formulations and proposals for access to power by the Latin American left, which were in progress before their outbreak and they have remained after decades. Furthermore, there was a reversal in both parties' strategies. The analysis about the political strategies of them illustrates the different positions on the processes of modernization in Brazil and Chile. Thus, while the PCB has begun a change in its political culture, legitimizing the relationship between capitalist development and social democratization, the PCCh and other Chilean left parties, drew up a political project that aimed hegemony in conduction of a socialist society project. At the end of 1970s and during the 1980s, while the International Communist Movement was being deteriorating, the meanings of these strategies have been defining the role of each Party on the redemocratization processes in Brazil and Chile.

KEYWORDS: Communism. Revolution. Political Strategy. PCB. PCCh.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. **Historia, identidad y colapso del comunismo en América Latina: los casos de Brasil y Chile**. 2016. 210 f. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

RESUMEN

El presente trabajo realiza un análisis comparativo entre las estrategias políticas elaboradas por dos partidos comunistas latinoamericanos, el Partido Comunista Brasileiro (PCB) y el *Partido Comunista de Chile* (PCCh). Ambos nacidos en 1922, los partidos comunistas de Brasil y de Chile, a lo largo del siglo XX, ejercieron un importante papel en los debates de izquierda en sus países. La comparación entre esas izquierdas tiene como objetivo rescatar, mientras objeto de estudio y reflexión, elaboraciones teóricas y líneas de actuación que buscaban alcanzar el poder de manera distinta de aquello que, a partir de 1959, debido al impacto de la Revolución Cubana, quedaría consagrado como el "modelo revolucionario" a ser adoptado en toda América. La enorme influencia de la Revolución Cubana en el conjunto de las organizaciones de izquierda en Latinoamérica acabaría por ocultar la existencia de otras formulaciones y propuestas de acceso al poder por parte de la izquierda latinoamericana, que estaban en curso antes de su eclosión y que permanecieron en las décadas posteriores. Además, el ejercicio comparativo aquí pretendido parte de la suposición de que hubo una inversión en los caminos estratégicos de estos dos partidos. Teniendo como principal referencia el año de 1958, el análisis alrededor de las estrategias políticas de estos dos Partidos ilustra los distintos posicionamientos acerca de los procesos de modernización en curso en Brasil y en Chile. De este modo, mientras el PCB dio inicio a una transformación en su cultura política, pasando a legitimar la relación entre desarrollo capitalista y democratización social, el PCCh juntamente con otros partidos de la izquierda chilena, elaboró un proyecto político que tenía como objetivo la hegemonía en la conducción de un proyecto socialista de sociedad. Al final de los años 1970 y a lo largo de los años 1980, cuando el Movimiento Comunista Internacional se deterioraba, los sentidos de estas estrategias definieron el papel de cada Partido en los procesos de redemocratización en Brasil y en Chile.

PALABRAS CLAVE: Comunismo. Revolución. Estrategia Política. PCB. PCCh.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 A TRAJETÓRIA DAS ESQUERDAS NO BRASIL E NO CHILE (1922-1938).....	16
1.1 A origem dos partidos comunistas na América Latina: os casos de Brasil e Chile	16
1.2 A formação da cultura política comunista no Brasil e no Chile.....	22
1.3 Comunismos no tempo das “Frentes Populares”	35
1.4 A estratégia do comunismo brasileiro na ANL.....	39
1.5 A estratégia comunista chilena na Frente Popular.....	51
CAPÍTULO 2 ENTRE QUERER E PODER: AS ESTRATÉGIAS DO PCB E PCCH (1938-1953).....	66
2.1 O legado das Frentes Populares nas estratégias comunistas.....	66
2.2 O PCB entre a revolução e a construção da nação	70
2.3 O PCCh entre o reformismo, o poder e a nação	88
CAPÍTULO 3 ESTRATÉGIAS EM SINTONIA	108
3.1 As esquerdas e os projetos de modernização na América Latina dos anos 1950..	108
3.2 O processo de formação do pecebismo contemporâneo	112
3.2.1 A “Declaração de marco” e a nova política do PCB.....	135
3.3 A via eleitoral e a estratégia revolucionária no Chile.....	142
3.3.1 As eleições de 1958 e a crença na revolução pelas vias institucionais	161
CAPÍTULO 4 A INVERSÃO DOS SENTIDOS ESTRATÉGICOS NO PCB E PCCH	
4.1 O impacto da Revolução Cubana nas esquerdas latino-americanas	169
4.2 As estratégias comunistas diante das novas conjunturas revolucionárias e ditatoriais	174
4.3 A inversão das estratégias	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

APRESENTAÇÃO

O comunismo como cultura política, visão global de mundo, movimento de emancipação do poder e proposta de radicalização da modernidade, produziu uma racionalidade revolucionária que vigorou por boa parte do século XX. Seus ideais percorreram todos os continentes do globo terrestre contrapondo-se à modernidade adjacente ao modo de produção capitalista. A materialidade deste projeto de Revolução Global teve na figura do partido político o espaço onde tais estratégias foram elaboradas.

Com suas origens demarcadas a partir das lutas sociais na Era Moderna, o partido político somente se consolida como propagador de uma cultura política através da média e longa duração, quando acaba por reunir em seu conjunto uma diversidade de gerações. Sua caracterização percorre uma rede de representantes eleitos nas diversas esferas do espaço político, que criam condições sólidas, constituem clientelas e abrigam uma solidariedade obrigatória e fecunda. Ademais, “dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as ideias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas” (BERSTEIN, 2003, p. 69). No caso específico de um partido comunista, a ideologia exerce um papel muito importante em sua leitura acerca do processo histórico:

Para aqueles que se encontram na ideologia política do partido, membros, militantes ou simples simpatizantes, a função da ideologia é mais complexa. Ela dá a seus fiéis uma grande leitura dos acontecimentos que funda sua solidariedade de ação; permite exprimir, em termos de interesses gerais e escolha da sociedade, dando-lhes um alcance geral, decisões e atitudes cuja origem está muitas vezes na conjuntura mais imediata; constitui enfim, para além de toda finalidade puramente prática, um conjunto de crenças que permite integrar os membros do partido numa comunidade quase espiritual (BERSTEIN, 2003, p. 91).

Para além desses aspectos supracitados, o comunismo protagonizou movimentos de lutas sociais e de libertação nacional, bem como fundamentou em termos políticos regimes totalitários, opressivos e libertários. Ademais, no decorrer do século XX, o comunismo representou um projeto global de modernidade ao mesmo tempo em que se alicerçou na busca pelo controle do Estado-nação visando à construção de um Estado revolucionário (PONS,

2014). Desse modo, internacionalismo e nacionalismo muitas vezes estiveram coadunados nas estratégias de diversos partidos comunistas. Nesse caso, a relação dos partidos comunistas nacionais com o comunismo soviético muitas vezes procurou entrelaçar concepções nacionalistas e internacionalistas através da filiação junto ao Movimento Comunista Internacional¹ (MCI). Foi a partir dessa premissa que procuramos balizar este trabalho tendo em vista a relação entre comunismos nacionais e MCI:

Sob este aspecto, parte consistente da historiografia sobre o movimento comunista errou o alvo. De fato, a tendência de ver as origens dos partidos comunistas nas respectivas sociedades nacionais apresenta o defeito imperdoável de perder o nexo constituinte que se instaurou entre Estado revolucionário e movimento comunista. Ao contrário, tal nexo foi um elemento primário para todos os partidos comunistas, elemento que, em sua história, representaria ao mesmo tempo força e limite decisivos (PONS, 2014, p. 27).

Por meio dessa perspectiva, procuramos ampliar tal relação inserindo o comunismo na quadratura latino-americana, realizando assim, uma análise comparada entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o *Partido Comunista de Chile* (PCCh)². Ambos nascidos em 1922, esses dois partidos tiveram uma histórica interação com o aparato teórico-metodológico leninista-stalinista. Suas trajetórias, durante boa parte do século XX, compartilharam e traduziram, cada uma ao seu modo, várias estratégias esboçadas pelo MCI. Foi assim ao final da década de 1920 com a chamada “bolchevização” ou “proletarização” dos PC’s, nas décadas de 1930 e 1940 com as Frentes Populares no combate ao nazi-fascismo, nas décadas de 1950 e 1960 com a estratégia de “coexistência pacífica”, além da manutenção do apoio ao comunismo soviético até os seus últimos anos de existência. Porém, tal identificação não significou uma dependência integral por parte desses partidos frente ao MCI e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao invés disso, as experiências comunistas no Brasil e no Chile gestaram suas peculiaridades político-culturais e sempre dialogaram com as culturas políticas existentes em seus países³.

¹ O que chamamos aqui de comunismo soviético está relacionado ao Regime que se instalou a partir da Revolução Bolchevique de 1917 e que posteriormente viria fundar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

² Em 1962, o PCB viria se chamar Partido Comunista Brasileiro.

³ O exercício do uso do conceito de cultura política para se compreender o comunismo em sua totalidade vem ganhando maior instrumentalização na historiografia: “A essa altura da exposição cabe a pergunta: o que se ganha com a utilização de cultura política como categoria de análise para pesquisar o comunismo? A resposta é que esse conceito pode ajudar a explicar melhor as razões da longevidade do comunismo, e também porque a influência da cultura comunista transcendeu os limites das organizações partidárias. Além disso, o estudo do comunismo como cultura política pode oferecer compreensão mais rica das motivações para adesão, que não se restringiram à identidade ideológica ou à defesa de interesses de classe” (MOTTA, 2013, p. 18).

Em termos conceituais, cultura política é compreendida aqui como uma visão global de mundo e de sua evolução inserida na própria natureza dos problemas relativos ao poder, compartilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da história. Retomando os trabalhos de Serge Bernstein, podemos compreender este conceito como uma estreita aproximação entre sistemas políticos e cultura global da sociedade política. Sendo assim, a cultura política é um elemento dessa cultura global (2009, p. 31-33). Trata-se, ademais, de um fenômeno plural, pois falar em cultura política de um país acaba por envolver um conjunto de culturas políticas com raízes filosóficas ou histórias distintas, abarcando concepções opostas de poder e invocando valores antagônicos:

Além disso, é evidente que existem culturas políticas dominantes, porque suas concepções atendem diretamente às aspirações majoritárias da sociedade, porque elas parecem traduzir os anseios da maioria e porque elas oferecerem respostas aparentemente pertinentes para os problemas do momento. Ademais, seu poder de atração é tal que elas chegam a influenciar culturas políticas vizinhas (2009, p. 37).

Sendo assim, a cultura política do comunismo latino-americano se caracterizou por ser um fenômeno evolutivo ao ter de se adaptar às mutações de suas sociedades. Especificamente, no caso dos comunismos brasileiro e chileno, tais evoluções percorreram muitas das transformações ocorridas nesses dois países. Desse modo, acompanhar e comparar as trajetórias de tais experiências é o objetivo central dessa tese. No caso do PCB, os sentidos de sua transformação corresponderam às próprias transformações advindas dos projetos de modernização estabelecidos na sociedade brasileira, enquanto que no PCCh fomentou-se um projeto próprio de modernização que o levaria ao poder, juntamente com outras forças políticas da esquerda chilena. No entanto, essa ascensão ao poder pela via eleitoral procurou estabelecer um projeto revolucionário que não promoveu um consenso majoritário na sociedade chilena.

Por conseguinte, ao realizarmos um exercício comparativo entre esses dois partidos estamos, no fundo, procurando identificar as diferentes estratégias comunistas construídas no espaço latino-americano a partir de distintas interpretações acerca das modernizações vivenciadas no Brasil e no Chile. Esse exercício ganha maior relevo, quando o colocamos na perspectiva da chamada “revolução global” (1917-1991). Ademais, por estar inserida no Movimento Comunista Internacional, a estratégia revolucionária baseada no leninismo-stalinismo balizou a visão de mundo dos nossos dois objetos de estudo. A fim de

problematizarmos as relações entre as esferas nacionais, regionais e globais, faremos uso da chamada “História Comparada Problema”. Tal abordagem

corresponde a uma nova dimensão que se acrescenta à história, o que a eleva da dimensão mais limitada da “linha” para a dimensão mais complexa do plano. Contudo, por ser comparada – vale dizer, por envolver a comparação entre dois recortes unidos por um problema em comum, a “História Comparada” problematizada termina por avançar para uma configuração ainda mais complexa que articula dois ou mais planos, o que a introduz em uma terceira dimensão (se quisermos continuar investindo na ideia de representar visualmente este tipo de história) (D’ASSUNÇÃO BARROS, 2014, p. 57).

Além de ampliar o campo dimensional da pesquisa, relacionando as estratégias comunistas nacionais com as diretrizes do MCI, essa análise comparada possibilita “observar dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação” que partem tanto para uma direção mais específica quanto para a construção de um “conjunto referente, que vai sendo construído quer pela investigação quer pelas instâncias do pensamento crítico” (AGGIO, 2015, p. 145). Em relação ao nosso objeto, a atuação do Movimento Comunista Internacional e a atuação de cada partido comunista frente às especificidades nacionais buscam compreender, no exercício da comparação, a questão do comunismo junto às culturas políticas nacionais imersas em um processo global de transformações no século XX.

Como já ilustrado, no caso desses dois partidos políticos, tanto a cultura política do comunismo chileno, como a cultura política do comunismo brasileiro, transcenderam a própria institucionalidade partidária e, em distintos momentos, acompanharam a modernização de suas sociedades, distanciando-se de qualquer relação mecanicista com o comunismo soviético⁴. Reiteramos então, que nosso principal objetivo neste trabalho é interpretar os sentidos que os PC’s deram às transformações ocorridas no Brasil e no Chile ao longo do século XX, tendo como eixo principal as estratégias estabelecidas a partir do final da década de 1950, quando ambos os partidos produziram programas políticos que os colocaram em posições de destaque em suas sociedades. No entanto, antes de adentrarmos a esse período, procuramos estabelecer nos dois primeiros capítulos uma trajetória comparativa entre

⁴ Sobre esta temática, no caso brasileiro, ver: GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. V.5. São Paulo: Cia das Letras, 1998; VIANNA, L. W. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. Em relação à experiência chilena: AGGIO, A. **Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo (SP): Annablume: FAPESP, 1999; MOULIAN, T. **Contradicciones del desarrollo político chileno (1920-1990)**. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

esses dois partidos a fim de ilustrarmos os diferentes caminhos seguidos pelo comunismo na América Latina, desde a sua origem.

Seguindo essa lógica expositiva, no primeiro capítulo analisamos e comparamos as trajetórias de criação desses dois partidos comunistas e suas primeiras relações junto ao MCI. A partir daí, nosso enfoque recairá sobre as estratégias que alçaram o comunismo a uma condição de elemento influente nos cenários políticos de seus países. Nesse caso, analisaremos as estratégias de Frentes Populares, surgidas como alianças de combate às chamadas forças fascistas. No Chile, essa estratégia deu origem ao governo da Frente Popular, que alcançou uma importante vitória nas eleições presidenciais de 1938 e definiu um marco na história da modernização do país. No Brasil, a estratégia de Frente Popular foi traduzida de outra forma, pois em seu programa a lógica da via insurrecional sobrepôs-se a qualquer outra tática. Tal estratégia fracassou com a derrota da Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

No segundo capítulo, procurando pensar o impacto dessas duas experiências nos pensamentos políticos dos PC's, faremos uma nova comparação tendo como fim o período em que ambas as instituições foram colocadas na ilegalidade e como responderam a tais processos. Nesse momento da história, quando se teve o início da chamada Guerra Fria, muitos dos governos dos países ocidentais criaram políticas de restrição ou leis de cassação aos partidos comunistas. Como resposta a essa repressão, veio à tona, por parte dos PC's de Brasil e Chile, o resgate das experiências vivenciadas até ali como forma de salvaguardar suas identidades nesse novo contexto. Por parte do PCB, novamente aprovou-se uma política insurrecional e sectária, distanciando-se de qualquer tipo de aliança partidária ou classista. Por outro lado, o PCCh manteve sua linha estratégica de apoio à legitimação do sistema político chileno, bem como sua concepção aliancista que havia dado ensejo aos governos *frentepopulistas* no Chile.

Até o início dos anos 1950, os caminhos adotados pelos dois PC's haviam tomado direções opostas. Embora ambos utilizassem as mesmas expressões comuns ao marxismo leninista-stalinista, no plano da *práxis* comunista os movimentos indicavam distintas maneiras de se conquistar o poder. As vias revolucionárias estavam postas em ambas as instituições, mas enquanto o PCCh adotava a via insurrecional como possível instrumento de um caso-limite, o PCB a incorporava como uma questão de identidade. Contudo, no decorrer da década de 1950, as rotas desses dois partidos comunistas se aproximaram. E na busca por compreender os sentidos dessa aproximação político-teórica é que balizamos nosso terceiro capítulo, quando ambos os partidos construíram projetos políticos baseados na relação entre democratização e modernização social, posicionando a via insurrecional em último plano. E o

principal momento dessa aproximação de estratégias esteve ligado ao ano de 1958, quando o PCB apresentou a sua “Declaração de Março” e o PCCh quase chegou ao poder por meio das eleições presidenciais chilenas⁵.

No quarto e último capítulo faremos um novo exercício comparativo a fim de compreendermos os significados dessas políticas comunistas estabelecidas em 1958, quando o desenrolar dessas novas trajetórias acabaram gestando uma inversão de estratégias ao compararmos com as experiências anteriores vivenciadas por esses dois PC's. Entre diversos fatores que exploramos, os sentidos dessa inversão estiveram ligados ao modo como cada Partido se projetou em sua sociedade e, principalmente, à maneira como cada cultura política comunista se relacionou com o sistema político em toda sua amplitude, desde a sua participação no processo eleitoral até a interpretação acerca da cultura constitucional vigente. Sem nunca perder de vista a relação entre movimentos políticos localizados na esfera nacional e suas aproximações ou distanciamentos com movimentos políticos internacionais, problematizaremos também as transformações advindas com a eclosão da Revolução Cubana no campo das esquerdas do Brasil e do Chile, bem como o impacto dos golpes e das ditaduras militares nesses dois países. Através desse novo exercício comparativo, procuraremos compreender os sentidos do comunismo nas sociedades brasileira e chilena que os levaram a diferentes resultados na década de 1980.

⁵ Apresentada em março de 1958 e aprovada pelo núcleo dirigente, a *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, popularmente conhecida como “Declaração de Março”, definiu uma “nova política” no comunismo brasileiro, inserindo-o nos debates em torno da democratização e da modernização no país. No caso das eleições presidenciais chilenas, o PCCh havia impulsionado uma Frente de esquerda, liderada pela candidatura do socialista Salvador Allende, que por uma margem de pouco mais de 3% dos votos não conquistou o poder por meio de uma via institucional.

CAPÍTULO 1 A TRAJETÓRIA DAS ESQUERDAS NO BRASIL E NO CHILE (1922-1938)

1.1 A origem dos partidos comunistas na América Latina: os casos de Brasil e Chile

O ano de 1922 pode ser compreendido como o marco fundacional dos partidos comunistas de Brasil e Chile. Suas origens, todavia, advêm de distintos movimentos político-sociais que, ligados a tradições diversas, auxiliaram na formação de um caráter multidimensional da cultura política comunista latino-americana, a partir da interação entre Movimento Comunista Internacional e comunismo nacional¹.

As institucionalizações desses dois partidos estão inseridas naquilo que o historiador Silvio Pons denominou o “tempo da revolução (1917-1923)” do Movimento Comunista Internacional, quando o projeto soviético buscou expandir o modelo da Revolução Bolchevique². O bolchevismo, preocupado em atenuar seu isolamento, procurou “explorar a ressonância internacional da revolução”, ocorrida na Rússia, em 1917 (PONS, 2014, p. 65). Surgia ali uma cultura política, formada na crise da experiência da “Grande Guerra” e na “radicalização social e ideológica de massas do pós-guerra”, que ascendeu internacionalmente em 1919, quando se organiza a III Internacional Comunista (IC). Entre as características dessa cultura política comunista está:

¹ Compartilhamos aqui, a visão do intelectual argentino José Aricó acerca da questão da “unidade problemática” latino-americana. Ao encontrar obstáculos para se pensar o marxismo na região, Aricó visualiza num sentimento latino-americano em estado virtual ou latente, que transpassa o dado geográfico ou histórico, uma possível solução para o problema. De acordo com o autor: “A problematidade da categoria “América Latina” tem, assim, fundamento e explicação em sua necessidade de dar conta de uma realidade pré-constituída, mas em formação, cuja morfologia concreta pode ser concebida não como a “mundanização” de um *a priori*, mas como o produto histórico de um prolongado processo de constituição, que pode ser estudado graças à presença de um substrato histórico comum que remonta a uma matriz contraditória, porém única” (ARICÓ, 1987, p. 420). Essa “unidade problemática” fundamenta-se, também, no encontro com a questão nacional de cada país. Segundo o sociólogo chileno Jorge Larraín, é necessário destacar que na América Latina sempre existiu uma consciência referente a uma identidade latino-americana, articulada junto às identidades nacionais (LARRAÍN, 2001, p. 49).

² Atentamos aqui para o uso da expressão “institucionalizações”, referentes às formações institucionais dos dois partidos e não necessariamente às atuações partidárias junto ao processo político em cada país, haja vista que muitas vezes tais instituições atuaram na ilegalidade. O caso do Partido brasileiro é emblemático, pois, em toda sua existência, esteve quase sempre na ilegalidade, embora sua participação e influência junto à sociedade tenham variado ao longo do tempo.

A visão da guerra civil como perspectiva política, a imagem do adversário de classe como inimigo, a concepção elitista da relação entre o partido e as massas, a prática autoritária da organização e da disciplina, a lealdade incondicionada à Rússia Soviética [...]. O mito do Estado revolucionário fundamentava a autoridade da nova Internacional, redefinía e recolocava sistemas simbólicos e pertencimentos, fornecia referência e oportunidade de identificação mais fortes do que qualquer instituição jamais havida na história do socialismo. A figura de Lenin adquiriu rapidamente o caráter carismático inclusive fora da Rússia Soviética (PONS, 2014, p. 94-95).

O poder do “encanto universal de outubro” também adveio do imaginário revolucionário jacobino, presente na representação política da democracia moderna. O imaginário leninista fundiu-se a essa ideia secular da Revolução Francesa, criando uma “força mitológica”, que acabou por incluir, em sua trajetória, parte do pensamento burguês do século XX, fornecendo uma “capacidade de síntese”, que sustentará tal imaginário nas mais diversas crises ao longo desse período:

A experiência soviética passa constantemente pelo filtro marxista de Lenine, integrada no corpo de ideias que lhe deu origem. É menos universal que a da Revolução Francesa, mas é mais fácil de universalizar. Menos universal, na medida em que se enraizou num país atrasado e só oferece ao observador um conteúdo relativamente pobre, a ditadura de um partido depois da anarquia de uma nação. Mas mais fácil de universalizar, pois que deitada todos os dias pelos seus actores no leito de Procusto da ideologia, munida assim de um sentido canônico preestabelecido, antes de ser difundida à escala do mundo pela Internacional (FURET, 1996, p. 123).

Portanto, assim como as Revoluções Americana e Francesa, a Revolução Russa, vista como uma outra experiência revolucionária da modernidade, distinta de suas “irmãs”, pretendeu, no âmbito geográfico, uma *revolução universal* e, na esfera temporal, uma *revolução permanente*, visando cumprir um projeto universal específico (KOSELLECK, 2006, p. 72).

Desse modo, o impacto revolucionário do bolchevismo acabou por espalhar-se em diversas regiões do mundo, tamanho seu poder atrativo sobre as massas emergentes. No entanto, na América Latina, até o final da década de 1920, os partidos comunistas tiveram pouca participação nas relações políticas do Movimento Comunista Internacional, coordenado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Entre alguns fatores, podemos mencionar a distância e as dificuldades de acompanhamento desses partidos frente às diretrizes soviéticas, além das próprias especificidades nacionais que serão analisadas ao longo deste capítulo. Essa constatação, porém, não anulou as tentativas de aproximação junto ao MCI.

Diante da expansão dessa nova concepção revolucionária, na América Latina, o surgimento do bolchevismo influenciou na perspectiva de se alcançar o horizonte socialista nas esquerdas e nos movimentos sociais da região. O conhecimento e as informações em torno do que acontecia na Rússia eram escassos e distorcidos, mas o próprio impacto da revolução inspirou diversos militantes e atormentou as principais lideranças políticas da época. Embora esses movimentos não tenham tido um caráter insurrecional, ocorreram “numa atmosfera inflamada pelas perspectivas de revolução mundial e pelo temor dessa revolução” (HALL; SPALDING JR., 2009, p. 317).

Entre os anos 1917 e 1920 testemunhou-se uma explosão do movimento de trabalhadores sem precedentes na história latino-americana. Várias mobilizações e greves foram deflagradas nesse período ao final da Primeira Guerra. Em 1917, grupos políticos de esquerda na região apoiaram imediatamente a Revolução Russa. Pela primeira vez, a perspectiva referente à possibilidade de conquista do poder político, mediante um projeto revolucionário de sociedade, era posto no centro do debate e indicado como divisor de águas entre as forças reconhecidas como marxistas e aquelas só genericamente socialistas (ARICÓ, 1987, p. 435). A Terceira Internacional Comunista (Comintern), mesmo distante e pouco atenta às questões latino-americanas, em documentos datados entre os anos 1921 e 1923, já abordava a hipótese de extensão continental da revolução latino-americana contra as forças do imperialismo americano e a burguesia local, além de incentivar a divisão no seio das próprias esquerdas, caso alguma força não aderisse ao bolchevismo. No documento *Sobre a revolução na América* (autoria indeterminada), publicado pela Internacional Comunista em 15 de janeiro de 1921 e reeditado na coletânea de textos intitulada *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, organizada por Michel Löwy, também é possível constatar as disputas nas esquerdas latino-americanas decorrentes desse processo:

O socialismo não fez nada para desenvolver este movimento revolucionário das massas. Na América do Sul, o socialismo traiu escandalosamente os interesses das massas. [...] Desacreditar este socialismo, aniquilar sua influência, fortalecer os elementos socialistas revolucionários com o comunismo: esta é a tarefa revolucionária urgente e essencial. [...] O parlamentarismo do partido socialista é uma traição à classe operária e à revolução. Em compensação, o parlamentarismo do partido comunista é o reconhecimento revolucionário *de facto* de que temos de utilizar todos os meios e a tribuna parlamentar, enquanto não tenhamos organizado o movimento de massas que deve suprimir os parlamentos (INTERNACIONAL COMUNISTA, 2006, p. 80-82).

A maneira como essas diretrizes foram sendo assimiladas pelos partidos comunistas latino-americanos teve a ver, também, com o grau de “liberalização do sistema político” em cada país (ARICÓ, 1987, p. 422). Portanto, desde o início das relações entre partido comunista nacional e Movimento Comunista Internacional, houve um espaço de autonomia do partido local frente às diretrizes da matriz soviética. Ademais, devido aos rompimentos e rivalidades com outros grupos de esquerda, a maioria desses novos partidos comunistas conviveu com fracionamentos internos e disputas com socialistas e anarco-sindicalistas. Além disso, tais partidos sofreram perseguições por parte de seus Estados (HALL; SPALDING JR., 2009, p. 322).

No Brasil, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi formado por um conjunto de militantes ligados, em sua maioria, ao movimento anarco-sindicalista - única força política da década de 1910 que conseguiu influenciar algumas incipientes organizações operárias - sendo que após aderirem ao comunismo, mudaram suas posições e começaram a tratar as correntes anarquistas como ideologias pequeno-burguesas³. Tal distanciamento significou uma busca por afirmação de uma nova identidade, sendo que os anarquistas foram considerados “oportunistas de esquerda” e os cooperativistas, outra força política de oposição ao governo, foram qualificados como “oportunistas de direita”. Essas críticas, visando negar todos os “outros”, dificultaram a formação inicial de alianças com outras forças de esquerda: “some-se a isso o fato de que os comunistas se consideravam portadores de um saber superior, os legítimos representantes da classe operária. Por isso, quem não estivesse com eles, estaria contra eles” (PANDOLFI, 1995, p. 84).

Essas atitudes ilustraram as contradições existentes na própria mentalidade do Partido brasileiro. Uma constatação notória desse momento é que a maioria desses membros fundadores tinha pouco conhecimento e tradição junto aos estudos do marxismo (KONDER, 2009, p. 168). Tal contradição culminou, entre outras coisas, no famoso “caso Canellas”, quando o PCB enviou o dirigente Antonio Bernardo Canellas, no intuito de obter o reconhecimento oficial do PCB junto ao 4º Congresso da Internacional Comunista, realizado entre os meses de novembro e dezembro de 1922 na URSS. Pouco afeito às diretrizes do

³ No congresso de fundação do PCB, estiveram presentes nove delegados, representando um conjunto de 73 membros que se filiaram no processo de criação do Partido. Um dos principais mentores da agremiação foi o jornalista Astrojildo Pereira. Contudo, o primeiro secretário-geral foi o barbeiro Abílio de Nequete, vinculado ao comunismo uruguaio e ao Escritório de Propaganda da IC para a América do Sul. Além desses dois membros, estiveram presentes Cristiano Coutinho Cordeiro, professor, advogado e funcionário público (Recife, Pernambuco); Hermogêneo Silva, eletricista (Cruzeiro, São Paulo); João da Costa Pimenta, operário gráfico (São Paulo); Joaquim Barbosa, alfaiate (Rio de Janeiro); José Elias da Silva, ativista e funcionário escolar (Rio de Janeiro); Luiz Peres, artesão vassoureiro (Rio de Janeiro); e Manuel Cendón, alfaiate (Rio de Janeiro).

marxismo soviético, Canellas participou ativamente dos debates acerca da maçonaria e da situação política na França, causando um grande desconforto geral durante as reuniões:

Por essa razão, os debates dos quais participa caracterizam-se pela acentuação dos valores morais, do que resulta uma Resolução da IC, que diz: “O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunista” (CARONE, 2003).

Na visão dos dirigentes brasileiros esse caso significou uma grave derrota para as pretensões do Partido, pois havia o interesse em acompanhar e participar do processo revolucionário mundial que tivera início na Rússia. Levaria algum tempo para que o PCB conseguisse ser reconhecido internacionalmente, inclusive por outros partidos comunistas latino-americanos:

O reconhecimento era vital – e urgente – para a agremiação. O empenho em se fazer reconhecer não significava, na época, subordinar-se, servilmente, a um comando exterior: os comunistas daqueles anos consideravam a Revolução Russa e a fundação da URSS uma *parte da revolução mundial*; a direção da Internacional Comunista ainda não estava, aos olhos deles, reduzida a um mero apêndice da direção do PC Soviético. [...] A inserção do PCB no movimento comunista mundial lhe conferiria, assim, a almejada legitimação, sem lhe anular a autonomia (KONDER, 2009, p. 174).

Esse determinado tipo de formação partidária que, naquela conjuntura, buscou no exemplo soviético uma influência, mas não um modelo propriamente definido, também pode ser atribuído aos comunistas chilenos, acentuando-se ainda mais a intencionalidade do Partido quanto à manutenção de sua autonomia. Diferentemente de outros partidos comunistas, incluindo o PCB, o *Partido Comunista de Chile* (PCCh) nasceu sem o apoio ou presença de delegados da Internacional. Foi uma decisão dos atores locais que interpretaram a realidade mundial (ULIANOVA, 2010, p. 269). Ao contrário do comunismo brasileiro, que embora tenha mantido certo grau de autonomia frente às diretrizes do comunismo soviético procurou, desde 1922, estreitar tal relação e tentar uma interlocução permanente com Moscou e seus dirigentes, o comunismo chileno priorizou suas atividades locais e seu elevado grau de autonomia. Ao analisar todo o trabalho documental realizado pela historiadora russa Olga

Ulianova, ao debruçar-se sobre os arquivos referentes ao Comintern, o historiador Sérgio GREZ TOSO nota que o PCCh, até 1927:

Demonstrou notável independência em relação ao centro do comunismo mundial, manifestando pouco interesse por informar ao Comintern acerca de suas atividades e que, diferentemente de outros partidos comunistas, especialmente os latino-americanos, nunca solicitou instruções a Moscou de sobre como proceder (GREZ TOSO, 2011, p. 249).

No que concerne à relação entre comunistas e anarquistas, segundo José Aricó, no Chile, Uruguai e Argentina, tais correntes políticas estabeleceram maiores relações de vínculo e influência durante um período mais longo (1987, p. 422). No caso chileno, objeto de nossa comparação, no plano das tradições políticas, a relação entre comunistas e anarquistas foi diferente ao compararmos com o caso brasileiro. Se no Brasil, o PCB surgiu a partir de membros ligados ao movimento anarco-sindicalista, no Chile, há uma história *sui generis* de um partido socialista latino-americano, denominado *Partido Obrero Socialista* (POS) que, fundado no marxismo heterodoxo da II Internacional, e presente junto aos movimentos sociais emergentes em sua sociedade, em especial, movimentos de trabalhadores localizados ao norte do país, transformou-se em partido comunista, filiando-se à III Internacional, sem significativas rupturas programáticas e sem a tentativa implícita de romper com seu passado. Embora, desde o seu início, o PCCh fora palco de divergências e fracionamentos que levaram, entre outras questões, ao suicídio de seu principal líder, Luis Emílio Recabarren, em dezembro de 1924 (GREZ TOSO, 2011, p. 07)⁴. Diferentemente do caso brasileiro, a relação entre comunistas e anarquistas chilenos deu-se mais no plano das disputas ideológicas e estratégicas com algumas aproximações (por exemplo, o rechaço inicial à política institucional, logo após a transição POS-PCCh). No Brasil a relação foi umbilical, embora tenha ocorrido um grande esforço dos primeiros dirigentes comunistas e seus sucessores quanto à negação e crítica desses laços, além da construção de uma história comunista que

⁴ A própria leitura que o PCCh irá fazer de sua história reflete bem essa tentativa de solidificar uma unidade estratégica e, mais que isso, uma unidade identitária. Em artigo publicado na revista *Principios* (janeiro/fevereiro de 1957), o então secretário-geral do Partido, Galo Gonzáles, comemorou os 35 anos de fundação do PCCh, enaltecendo a figura de Recabarren como fundador e organizador da instituição, e criticando as disputas internas e desligamentos de membros, ao que chamou de “*desvíos inciales*” (PRINCÍPIOS Nº 40, 1957, p. 02). Um ano antes, Edmundo Perez, outro militante comunista, enalteceu o 34º aniversário do Partido afirmando que “*Ninguno de los tantos partidos políticos que hay en Chile tiene una raíz nacional tan robusta y fecunda como la del Partido de los comunistas. Y no podrían tenerla. El origen del Partido Comunista viene del surgimiento de clase obrera, la fuerza revolucionaria principal de nuestra época*” (PRINCÍPIOS Nº 33, 1956, p. 06). Quase sessenta anos depois, em 2012, houve uma grande mobilização festiva em torno das comemorações do centenário do PCCh, aludindo sua origem a partir a criação do POS, em 1912.

passou a ser considerada pioneira nos avanços junto aos movimentos operários, eclipsando a atuação das esquerdas brasileiras nos movimentos operários das duas primeiras décadas do século XX.

A partir de outra experiência histórica, o *Partido Comunista de Chile* originou-se de uma tradição socialista, vinculada à II Internacional e, apesar das divisões internas decorrentes dessa transformação, manteve a figura representativa de seu principal líder como fundador do comunismo chileno. Subjaz disso, além de uma familiaridade maior com o marxismo, encarnada principalmente na figura *recabarrenista*, a percepção de um enraizamento do Partido junto aos movimentos sociais, em especial, os movimentos do norte do país, onde salitreiros e mineiros destacavam-se entre os principais grupos filiados. Em contrapartida, no Brasil, de acordo com Carlos Nelson Coutinho, em prefácio ao livro *Derrotas da Dialética*, de Leandro Konder, “até 1922, todas as tentativas de criar um movimento político de inspiração marxista não passaram do esforço fracassado de uns poucos abnegados” (COUTINHO, 2009, p. 08).

Ao estabelecermos tais propostas de compreensão acerca dessas formações partidárias e traçarmos as trajetórias do PCB e PCCh em seus primeiros anos, buscaremos compreender a participação e as relações desses partidos políticos com a política, o Estado e as representações sociais em cada país, a partir da formação de suas culturas políticas e suas interações com os processos políticos do Movimento Comunista Internacional ao longo das conjunturas analisadas nesse primeiro capítulo.

1.2 A formação da cultura política comunista no Brasil e no Chile

A década de 1920 foi marcada por um período de ascensão de ideias e movimentos contrários ao liberalismo político e econômico no mundo. Diversos desses movimentos surgiram na Europa e na América. À esquerda ou à direita, ampliou-se o número de agremiações políticas e regimes defensores de uma maior intervenção do Estado na economia e na sociedade. Foi o momento em que as “ideias corporativistas”, herdeiras do positivismo, cujas raízes penetraram no terreno ocidental, a partir do século XIX, assumiram, ao longo da década, uma significativa influência na *intelligentsia* latino-americana, contrapondo-se à democracia liberal e ao socialismo. Paradoxalmente, tanto os liberalismos, quanto os socialismos latino-americanos, assimilaram tais concepções políticas corporativistas, dada às

características próprias dessas culturas políticas, que foram reinterpretadas conforme as especificidades nacionais (HALE, 2009, p. 408).

No Brasil, essa tendência coadunou-se a uma tradição positivista, disseminada na educação e no pensamento social, que contestou a intelectualidade cosmopolita e procurou criar instituições sintonizadas com a sociedade e as tradições do país. O autoritarismo prevaleceria diante da democracia. A consequência disso pôde ser sentida no aniquilamento de movimentos sociais da década de 1910 e no controle do poder político, assegurado diante de um estado de sítio permanente, no governo de Arthur Bernardes, eleito em 1922. Os espaços de legitimidade e ação política foram sufocados. A busca pela ampliação da cidadania esbarrou na questão da ordem social. Como exemplo dessa visão disseminada nos horizontes intelectuais da época, conforme a visão de Oliveira Vianna, um dos principais pensadores brasileiros daquele período, o coração da Constituição brasileira deveria ser econômico e social, mas não político (HALE, 2009, p. 411). Por conseguinte, o poder político não legitimou o espaço republicano dos movimentos sociais, sendo que a própria *questão social* foi considerada “caso de polícia” na Primeira República.

O comunismo brasileiro, embora surgisse como oposição a essa ordem autoritária, assimilou tais aspectos culturais. Como ilustração, uma das primeiras tentativas intelectuais de pensar o comunismo no Brasil e divulgar suas ideias, deu-se a partir do relançamento do jornal *A Nação*, cujo proprietário, o intelectual positivista Leônidas de Rezende, após mudanças conjunturais (saída de Arthur Bernardes na Presidência) e acordos políticos com os comunistas, privilegiou a linha preconizada pelo PCB:

Os artigos de Leônidas de Rezende eram, de fato, os únicos artigos que manifestavam alguma ambição teórica. De modo que, independentemente das vantagens políticas que o acordo trouxe para o Partido Comunista, criou-se uma situação na qual, afinal, a primeira realização de maior envergadura que a agremiação conseguiu promover no plano da difusão da teoria, no plano da divulgação filosófica, em 1927, levava aos leitores o pensamento de Marx bastante diluído e combinado ecleticamente com o pensamento de Augusto Comte (KONDER, 2009, p. 191-192).

No entanto, pouco atuante junto ao movimento operário na década de 1920, o PCB pouco participou da vida política e da cena cultural brasileira em sua trajetória inicial, embora fosse o primeiro partido político brasileiro da República a pleitear um perfil nacional em detrimento do caráter regional de outras agremiações partidárias. De início, por não conseguir criar espaços de interação junto aos trabalhadores, a questão para o PCB era conquistar o poder *em nome* do operariado:

O objetivo daqueles nove militantes que fundaram o Partido Comunista era muito claro: conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. [...] No Brasil, em 1922, sem nenhuma mediação, pregava-se, por via insurrecional, a instalação direta e imediata do regime comunista. Poucos anos depois, sem abrir mão do objetivo maior, a percepção era que o comunismo só poderia ser implantado no país após a realização de uma revolução do tipo “burguesa” (PANDOLFI, 1995, p. 71).

Diante de uma frágil capacidade mobilizadora em seus primeiros anos de existência, o PCB procurou redimensionar sua participação política. Nas palavras de Dulce Pandolfi dar-se-ia “o início de um dilema” (1995, p. 85). Descendente de uma tradição anarco-sindicalista, que via a política institucional como um instrumento exclusivo de poder da burguesia, o PCB buscou ascender politicamente através da via insurrecional, em que pese também sua situação ilegal junto à participação eleitoral. Porém, a já citada frágil capacidade de atuação abriu espaço para novas discussões e possibilidades no interior do Partido. A partir de seu II Congresso, em 1925, a via parlamentar adentraria ao rol estratégico dos comunistas. Mesmo desconfiado das outras forças políticas que poderiam se juntar ao Partido e intitulando-se “o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e as aspirações totais do proletariado”, o PCB, em 1927, propôs um pacto eleitoral com diversas agremiações e personalidades, por meio de uma carta aberta dirigida a Maurício de Lacerda, Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Político Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói (CARONE apud PEREIRA, 1982, p. 64). Nascia, assim, o Bloco Operário, que conseguiu eleger para deputado o médico Azevedo Lima, embora este não estivesse filiado ao PCB, pois o Partido encontrava-se na ilegalidade.

No documento endereçado a esses atores é possível constatar a presença do bolchevismo na construção da concepção partidária do comunismo brasileiro, assim como sua missão política enquanto dirigência. Segundo a carta:

O proletariado já vai adquirindo uma consciência de classe – o que quer dizer que já vai compreendendo serem seus interesses antagônicos aos interesses da burguesia. Ora, este despertar da consciência proletária reflete-se e projeta-se igualmente sobre o terreno eleitoral. O mesmo instinto de classe diz aos operários eleitores que eles, nas eleições para os cargos públicos, devem votar nos próprios candidatos, isto é, nos candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente (CARONE apud PEREIRA, 1982, p. 65).

Independentemente dessa leitura política não condizer com a realidade participativa do operariado brasileiro daquele período, o recurso discursivo presente no “instinto de classe”, na “consciência de classe” ou na “vanguarda consciente do proletariado deste país”, já denota a influência do leninismo na concepção de partido político do PCB e, principalmente, ilustra o arcabouço teórico leninista do dirigente comunista Astrojildo Pereira. Para o autor de *O Estado e a revolução* (1917), “a passagem da sociedade capitalista é impossível sem um “período de transição política” em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado” (LENIN, 2007, p. 104). Em 1927, portanto, alcançar o Estado através das eleições era um dos meios pelo quais o PCB buscava realizar a sua estratégia. Astrojildo Pereira também destacava que na Europa, EUA e “bem perto de nós, no Uruguai, na Argentina, no Chile, os partidos operários participam dos pleitos eleitorais como força independente e como tais elegem seus próprios candidatos” (CARONE apud PEREIRA, 1982, p. 65).

Um ano depois, esse grupo transformou-se no Bloco Operário Camponês (BOC) e visou constituir um espaço de ação através da via parlamentar. A contrapartida dessa iniciativa viria com a crítica interna de alguns militantes, que viam no BOC a possibilidade do PCB afastar-se de seu objetivo final – no caso, a revolução comunista. Inclusive, nesse período, as diretrizes expedidas por Moscou criticavam possíveis alianças políticas com membros das classes médias. Contudo, cabe ressaltar que, “antes mesmo que o BOC caísse em desgraça, a opção pela luta parlamentar não era considerada prioritária”, pois tal recurso deveria ser utilizado, principalmente, como impulsionador da luta de classes e propagador dos ideais comunistas (PANDOLFI, 1995, p.86-88). Similarmente ao que houve com o partido comunista alemão, por exemplo, “a participação nas campanhas eleitorais foi concebida mais como oportunidade de mobilização do que como inserção no espaço político da república” (PONS, 2014, p. 161). Ademais, essa crise de identidade, fruto de um *dilema* entre reforma e revolução, presente também na trajetória do Movimento Comunista Internacional, acompanhou toda a trajetória do PCB no século XX⁵.

⁵ A disputa e o uso da memória também foram sendo moldados pelo PCB, ao longo de sua história. Dependendo do grupo político do Partido e/ou da conjuntura estratégica vivida pelo Partido, o BOC da década de 1920 seria avaliado sob diferentes olhares: “Na análise *a posteriori* feita por alguns militantes, o BOC foi a mais importante iniciativa dos comunistas nos anos 20. Entretanto no interior do partido não existe até hoje uma concepção consensual a respeito dessa questão. Muitas vezes o BOC é lembrado como gerador de tensões no interior da organização. Na realidade, as diferentes avaliações refletem o dilema vivido pelo partido ao longo do tempo, o que se verifica pela acusação dos próprios militantes à adoção de posições ora de privilegiamento da atuação institucional e parlamentar, ora de excessiva preocupação com a classe operária, subestimando uma política de maior abertura para a sociedade como um todo. Nos inícios dos anos 50, por exemplo, período em que os comunistas brasileiros negavam a participação nas instituições da democracia liberal, afirmava-se que no III Congresso: “foi combatida a posição oportunista que considerava o Bloco Operário e Camponês um

Seu lento crescimento, aliado a uma frágil base teórico-intelectual e aos insucessos eleitorais, apenas alimentou tensões internas, enquanto que outros movimentos sociais tiveram uma maior inserção nas camadas menos favorecidas⁶. Desalinhado estrategicamente e socialmente pouco representativo, coube ao PCB novamente redimensionar suas opções políticas e visões estratégicas. Por meio de seus dirigentes, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, construiu-se uma visão histórica que procurou relacionar as insurreições revolucionárias do tenentismo brasileiro em conexão ao contexto da Revolução Bolchevique, quando o PCB tentava, cada vez mais, adequar-se às exigências de Moscou. A partir da construção elaborada pela reflexão desses dirigentes, em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira reuniu-se na Bolívia com Luís Carlos Prestes, um dos líderes do movimento tenentista, e disponibilizou todo material marxista que tinha em mãos:

Embora sobejamente conhecido, esse episódio lançou as sementes de uma vertente que iria consubstanciar uma nova síntese político cultural ocorrida em meados da década seguinte: o encontro da esquerda positivista existente nas fileiras do exército com a difusa influência positivista presente nas lideranças do movimento operário que assimilaram o impacto da revolução russa e do marxismo terceiro-internacionalista na sua versão staliniana (DEL ROIO, 2000, p. 76).

Segundo os dirigentes comunistas, as insurreições tenentistas, portanto, passaram a ser interpretadas como “etapas de uma revolução em curso”. Conforme interpretação do Partido, criou-se, diante da inviabilidade da ação, a noção de “estado de espírito revolucionário nas amplas camadas do povo, mantido vivo pela propaganda dos ideais e dos fatos revolucionários” (PINHEIRO, 1991, p. 67). Tanto Brandão como Pereira defenderam a formação de uma frente ampla e acabaram por utilizar o conceito de “pequena-burguesia” para representar o papel dos tenentes na perspectiva da revolução.

Todavia, essa perspectiva sofreria um desgaste ao final da década de 1920. No plano internacional, os comunistas brasileiros apoiaram o combate às ameaças contrarrevolucionárias, que foram expedidas pelas diretrizes stalinistas, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. O trotskismo foi uma das correntes

substituto legal do Partido, tendência que levou à diluição dos comunistas na frente única” (PANDOLFI, 1995, p. 92).

⁶ Tomemos como exemplo o caso do tenentismo, embora seu largo alcance geográfico, a partir da Coluna Prestes, não tenha resultado, necessariamente, em um enraizamento social do movimento junto a essa população.

combatidas⁷. A outra foi a socialdemocracia. Diante disso, entre 1929 e 1931, houve no PCB mudanças significativas em seu corpo dirigente. As lideranças políticas, ligadas a uma vertente mais intelectual, foram substituídas por lideranças operárias. A ideia aliancista de frente ampla passaria a ser substituída pelo confronto *classe contra classe*.

No plano interno, com a criação da Aliança Liberal (AL), desencadeadora da “Revolução de 1930”, membros importantes ligados ao tenentismo passaram a apoiar o novo governo, presidido por Getúlio Vargas. A repressão junto ao PCB continuou e alguns de seus membros foram presos e torturados. Mesmo desconfiados de Prestes, os comunistas respiraram aliviados quando o mesmo embarcou para União Soviética, em 1931, defendendo o PCB como seção brasileira da Internacional Comunista, desqualificando, desse modo, qualquer apoio à AL (KONDER, 2009, p. 215).

Nessa lógica de *classe contra classe*, o PCB, ao fim de sua primeira década de atividades, arregimentou em seus quadros um perfil militarista associado à chamada “proletarização do partido”. A lógica da guerra movimentaria a estratégia do Partido. E tal formação, após definir seu perfil militante, dada às condições estabelecidas naquela época e suas próprias características culturais, encontraria no stalinismo as “indicações ideológicas”, o “sistema de normas e princípios teóricos”, a “fundamentação de suas novas convicções políticas” e o “corpo doutrinário fornecedor de armas-argumentos para a luta ideológica com os adversários”, a concepção político-estratégica para sua revolução e a preparação tática de assalto ao poder do Estado (KONDER, 2009, p. 217-218).

Nessa nova conjuntura, diferentemente do impacto inicial da Revolução de 1917 e sua tentativa de alargar o Outubro Vermelho, a revolução mundial se daria “pelo alto”, no “tempo do Estado” (PONS, 2014, p. 152). Portanto, enfraquecida sua tentativa em empreender a “revolução global” através de um Movimento Internacional, especialmente nas derrotas e desilusões ocorridas na Alemanha, o bolchevismo atribuiria ao Estado o papel impulsionador de uma modernidade anticapitalista, a partir de uma “transformação radical e violenta sem precedentes, que agrediu pela raiz a sociedade no esforço inaudito e desumano de derrubar o muro do atraso” (PONS, 2014, p. 153-154). No Brasil, essa nova perspectiva do comunismo internacional adequou-se à cultura política nacional, diante das convergências entre stalinismo e positivismo. Segundo Konder, dada a “estrutura acentuadamente elitista e autoritária da sociedade brasileira”, o “próprio pensamento de esquerda, que contestava a organização da

⁷ A campanha contra a corrente trotskista, liderada pelos dirigentes soviéticos, defensores da “bolchevização” dos partidos comunistas, “foi exportada para os partidos comunistas entre o final de 1924 e o início de 1925, aumentando a dependência de seus grupos dirigentes em relação à maioria do Partido Comunista da URSS” (PONS, 2014, p. 123). O PCB, interessado em estreitar seus laços com a URSS, aderiu a essa proposta.

sociedade, se via impotente em face dela e assimilava algo da dinâmica perversa da ideologia dominante” (2009, p. 220). A própria identidade militarista da filial comunista no Brasil colaborou para essa conjunção entre positivismo e comunismo no seio da estratégia política do PCB.

Somada a uma frágil tradição teórica, a influência do positivismo desenvolvido na campanha republicana do século XIX e hegemônico nos quadros intelectuais das três primeiras décadas do século XX, se fez presente na formação estratégica do comunismo brasileiro, que embora propusesse representar uma alternativa ao poder político da época, assimilou grande parte dessa cultura política autoritária. No plano político-estratégico, essas aproximações incidiriam diretamente nas políticas adotadas pelo PCB, principalmente, quando ocorreu a Insurreição de 1935, que analisaremos mais à frente, ainda nesse capítulo.

No Chile da década de 1920, diferentemente da trajetória política brasileira, as dinâmicas das ideias em movimento resultaram em relações distintas e numa identidade comunista organicamente mais vinculada ao movimento dos trabalhadores. Entre outras questões, deve-se a isso o sentido da modernização chilena do século XIX ter sido mais política e cultural em detrimento da questão econômico-estrutural, embora, assim como no restante da América Latina, esses processos tenham sido socialmente desiguais (LARRAÍN, 2001, p. 83). O fato de o Chile ter adotado a República como regime político pós-independência, ao contrário do sistema monárquico brasileiro, vigente até 1889, auxilia-nos a entender parte das distintas dinâmicas políticas entre essas duas nações⁸. A percepção de que as identidades construídas durante o domínio espanhol não mais conseguiam representar a sociedade chilena do século XIX fez com que o republicanismo chileno iniciasse seu processo de vinculação da cidadania à nação⁹. Ao final do século XIX, os “conflitos provenientes da autonomização da esfera de influência dos trabalhadores, do avanço das ideias socialistas e da diferenciação ideológica expressa nas posturas dos partidos políticos”, colaboraram, entre

⁸ Entre os precursores da comparação Brasil-Chile, Joaquim Nabuco, em 1895, diferentemente do que propomos nesse trabalho, visualiza na Monarquia brasileira e na República chilena, “a mesma continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial. Um e outro governo eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensanguentadas” (NABUCO, 2008, p. 33). Sua crítica ao escrever *Balmaceda* foi direcionada ao emergente republicanismo brasileiro. Joaquín Fernando também destacou essa questão quando relatou a importância de Brasil e Chile no século XIX, como os países considerados mais estáveis entre os sucessores dos impérios Ibéricos de Portugal e Espanha (2013, p. 02).

⁹ No caso brasileiro, a partir da transição Monarquia-República, não se constata um redimensionamento da relação cidadania-nação em seu sistema político. Embora a percepção de que as identidades estruturadas durante o domínio ibérico-monárquico também não mais representavam a sociedade brasileira e, como solução deu-se a formulação de uma Constituição liberal-federalista (1891), os “novos” republicanos não criaram uma “modalidade alternativa de organização política” para a República (CARVALHO, 2001, p. 90).

outras questões, para a necessidade de se redimensionar o espaço político do republicanismo oligárquico chileno na própria sociedade (STUVEN, 2010, p. 327-328). Embora esse reordenamento político-social tenha encontrado seus limites no próprio sistema político chileno, centralizador e excludente, assim como em vários sistemas políticos latino-americanos daquele período, a ampliação do espaço político interno, ao final do século XIX, representou uma das excepcionalidades na região:

Esta contradição pode ter sentido através da precoce ampliação do espaço político interno, que permitiu que estas massas se expressassem, mesmo com dificuldades, na esfera do Estado, através de representantes políticos *radicais* ou *demócratas* no Parlamento da época. Esta característica própria do Estado *demoliberal*, formada no país durante o século passado, possibilitou que a partir da ascensão do movimento de massas, o movimento popular não enfrentasse um despotismo de classes, tendo como suporte um sistema político mais desenvolvido que conferiu possibilidades de atuação dentro dele. Por tais razões, a esquerda socialista pôde ter seus próprios representantes na primeira década do século atual (VARAS, 2010, p. 52).

Diante dessas condições, ao final do século XIX, setores mais radicalizados do Partido Democrático, fundado em 1887, juntamente com alguns setores populares, expressaram seus descontentamentos frente à atuação partidária nas alianças com partidos burgueses (GREZ TOSO, 2011, p. 24). Paralelamente a essas movimentações, ideias advindas do anarquismo e do socialismo começavam a ganhar corpo no Chile. Porém, entre o surgimento de grupos socialistas e a criação de um partido que conseguisse unificar essas correntes transcorreram-se duas décadas. Após diversas e frágeis tentativas de se formar um partido socialista chileno, ao longo da última década novecentista e da primeira década do século XX, o partido que marcaria uma posição central teria como líder Luis Emilio Recabarren, que em 1911 mudou-se para Iquique, ao norte do país, e começou a reorganizar a dissidência *demócrata* iquiquenha por meio de ideias ligadas ao socialismo (GREZ TOSO, 2011, p. 27). Em 1912, juntamente com ex-militantes do *Partido Demócrata*, Recabarren fundou o *Partido Obrero Socialista* (POS). Muito influenciado pela corrente de pensamento da II Internacional, tendo visitado e conhecido muitas dessas ideias em sua viagem à Europa, Recabarren trouxe consigo um aparato marxista de interpretação da história. Tal postura incidiu na visão programática do novo Partido. Dissidentes do programa *demócrata*, Recabarren e seus colegas haviam concluído que democracia e socialismo – contrariamente ao que haviam acreditado durante muito tempo – eram duas ideias que se bem não se excluíam totalmente, possuíam significados distintos (GREZ TOSO, 2011, p. 61). Formularam, a partir dessas

novas interpretações, propostas distintas de ação política. Dentre elas, o cooperativismo, na forma de ações gremiais e sindicais, balizaria uma nova concepção política do programa socialista, estando presente na Declaração de Princípios, redigida em seu primeiro Congresso ocorrido em 1915. A experiência cooperativista, fortemente influenciada pela II Internacional e presenciada *in loco* por Recabarren, poderia constituir-se, na visão do dirigente chileno, no mais poderoso fator de expropriação capitalista sem indenização e sem consequências nocivas, pois as cooperativas socialistas trariam a diminuição dos negócios da burguesia. Dessa maneira:

El partido se constituiría como “una verdadera federación de sociedades gremiales, fundadas y alentadas desde su propio seno, de tal forma que el comité administrativo de una agrupación central socialista, vendría a ser a la vez la *mesa directiva* del comité de la federación gremial de cada localidad” (GREZ TOSO apud RECABARREN, 2011, p. 64-65).

Tal relação entre sindicatos e Partido aprofundou-se no Chile, quando o POS assumiu o controle político da *Gran Federación Obrera de Chile*, a partir da segunda metade da década de 1910. Essa organização representava uma das principais centrais sindicais do país. Liderados por Recabarren, detentor de um enorme prestígio frente às organizações sociais, muitos militantes do POS começaram a ocupar postos-chave nas seções dessa organização. Em dezembro de 1919, na Convenção de Concepción, os socialistas conquistaram a maior parte da mesa diretiva do Encontro e estabeleceram uma Declaração de Princípios consoante à sua linha partidária¹⁰. Nesse encontro, tal organização passou a ser denominada *Federación Obrera de Chile* (FOCH).

Através dessas análises, podemos concluir que a formação do POS adveio de uma tradição *Demócrata* e foi formada a partir de preceitos heterodoxos da II Internacional. Ademais, também agregou outros elementos heterogêneos em suas fileiras – pessoas desvinculadas de partido político, pequenos comerciantes, intelectuais, operários e anarquistas. Estes últimos também tiveram importante participação na formação do POS, assim como no PCB, mas as dinâmicas políticas foram diferentes, pois o anarquismo

¹⁰ Essa linha seria mantida pelo PCCh: A linha de construção do PCCh era essencialmente a mesma que fora aplicada no desenvolvimento do POS, através das concepções de Recabarren, que associava uma íntima relação entre o social e o político. O partido se constituía no calor das lutas sociais e políticas, estreitamente associado às organizações da classe trabalhadora e dos trabalhadores. Apesar de o aporte teórico distinguir organizações sociais e organização partidária, na prática, as fronteiras entre a principal organização social na qual participavam os comunistas e as alas do partido propriamente dito eram muito difusas. A tal ponto que durante a vida de Recabarren (e após seu suicídio), os termos *federado* ou *fochista* e comunista eram quase equivalentes, do mesmo modo que haviam sido durante os últimos anos do POS, quando *federado* ou *fochista* confundiam-se com socialista (GREZ TOSO, 2011, p. 209).

conviveu com outras correntes e não foi a única e principal base formadora desse socialismo chileno. Portanto, conforme os escritos do ex-dirigente comunista chileno, Elías Lafferte, trata-se de um partido que nasce de uma heterodoxia ideológica, advinda de origens militantes diversas (GREZ TOSO apud LAFFERTE, 2011, p. 66).

Se, no campo interno, o PCCh absorveu tal heterodoxia ideológica do POS, o impacto da Revolução Russa e as teses leninistas, assim como no caso brasileiro, logo aportaram nos textos políticos do Partido chileno. Segundo Sergio GREZ TOSO, uma primeira importante mudança estratégica do PCCh em distinção ao POS foi a incorporação do conceito de “ditadura do proletariado”, ausente em toda linha original do antigo partido socialista. Em texto publicado pelo periódico *El Comunista*:

Nosotros, los comunistas – se leía en un artículo de polémica publicado en el diario del partido en Antofagasta a mediados de 1922 -; no ocultamos nada sobre la dictadura, porque en ésta está la salvación de la Revolución Proletaria. Sin la dictadura de una minoría capaz que siempre haya ido a la vanguardia de los movimientos revolucionarios y que la clase trabajadora, en el momento de transición, le otorga su confianza en la elección de los Soviets, no es posible hacer la Revolución proletaria. Y añadimos: esta minoría no puede ser otra que el Partido Comunista, que tiene su programa, su centralización, su disciplina ideológica – no personal -, su organización militar; todos estos materiales que son indispensables para aplastar a la burguesía y sus secuaces, “sean quienes fueren” (GREZ TOSO apud EL COMUNISTA, 2011, p. 260-61)

Trata-se, na visão do autor, de uma mera retórica presente na estratégia comunista chilena, pois a trajetória do Partido caminharia por outras vias. Porém, logo em seguida a essa afirmação, GREZ TOSO afirma que alguns líderes do PCCh começaram a defender o uso da violência revolucionária para conquistar o poder, a partir da década de 1920. De acordo com o historiador, novamente, tratava-se apenas de um exercício retórico que não foi balizado por atos concretos dos dirigentes comunistas, nesse período (2011, p. 262). Porém, ao contrário dessa visão, defendemos que desde a criação do PCCh, a via insurrecional fez parte do portfólio estratégico do comunismo chileno, embora não tenha sido a estratégia hegemônica durante várias décadas. Posteriormente, nas análises que faremos durante as décadas de 1950 e 1960, veremos que a questão da via insurrecional nunca esteve alijada completamente do pensamento comunista chileno, sendo palco de diversas discussões internas com outras forças políticas de esquerda. E, após o golpe de 1973, tal proposta se tornaria hegemônica dentro do partido, ao longo da ditadura pinochetista, configurando-se, assim, como elemento presente na cultura política do comunismo chileno do século XX.

Com o suicídio de Recabarren, ocorrido em 1924, e o processo de bolchevização do PCCh, alguns desses elementos formadores do Partido mantiveram-se preservados, enquanto que outros foram questionados e reinterpretados segundo às novas diretrizes. A *federación de sociedades gremiales*, por exemplo, ao mesmo tempo em que consideramos um embrião das células partidárias do futuro PCCh, de início, descentralizadas e espalhadas em várias regiões do país, representando uma das várias práticas descentralizadoras e autônomas em relação às ordens de Moscou na década de 1920, foi também motivo de muitas críticas de outros membros do PCCh, após a sua bolchevização e a incorporação do conceito de *centralismo democrático* leninista, característico do modelo de partido comunista na URSS¹¹.

Outra característica do POS, que seria redimensionada pelo PCCh e acabaria por marcar sua trajetória à frente da sociedade chilena, foi o papel desempenhado nos processos eleitorais, além de sua própria visão em torno das alianças políticas. Dada a importância conferida por Recabarren e seus companheiros frente ao sistema político representativo da época, o POS acabou por participar de todos os pleitos eleitorais a que fora permitido, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo próprio sistema político, cujo caráter arbitrário e autoritário não fugia à regra das eleições latino-americanas. Desde 1903, como candidato a deputado pelo *Partido Demócrata*, Recabarren participou do processo eleitoral. A partir das eleições parlamentares de 1915, o POS deu início a sua trajetória político-eleitoral. Em 1918, atingiu 0,3% em relação ao total de votantes no país. Em 1921, já com o apoio da FOCH, sua proporção quadruplicou-se ao atingir 1,4% (DURÁN B., 2010, p. 229). A figura recabarrenista diante dessa porcentagem foi extremamente significativa. Como candidato e elemento mobilizador, o dirigente chileno acumulou 59,1% dos votos socialistas em 1915 e 50,7% em 1921. Em 1920, como candidato à Presidência, obteve 0,4% dos votos (DURÁN B., 2010, p. 230). O uso da ferramenta eleitoral por parte do POS, mais do que objetivar uma conquista significativa naquele espaço reduzido de atuação, teve como principal objetivo servir de *medio* para levar sua palavra aos mais amplos setores da população e propagandear suas ideias naquela conjuntura (GREZ TOSO, 2011, p. 70).

Contudo, a partir das eleições de 1924, após a transição que deu origem ao *Partido Comunista de Chile* e sua vinculação à III Internacional (1922), constata-se um estado de tensões internas e externas, que dificultarão sua própria participação político-eleitoral

¹¹ O “centralismo democrático” caracterizou-se por centralizar o poder decisório do partido nas mãos de seus líderes e dirigentes. Tal princípio, orientado pela matriz soviética, foi devidamente assimilado pelas estruturas partidárias dos PC’s de Brasil e Chile. Segundo o historiador Jorge Ferreira, “em nome da “direção coletiva”, do centralismo democrático e da vocação revolucionária do proletariado, a qual o partido representaria, o secretário-geral exigia do militante obediência, disciplina e submissão” (FERREIRA, 2002, p. 151).

(DURÁN B., 2010, p. 231). Logo após a conversão do POS em PCCh, de maneira silenciosa, sem lutas e protestos, houve uma quantidade numerosa de deserções individuais de militantes (GREZ TOSO, 2011, p. 178). Dos remanescentes, entre os anos 1924-1931, período esse em que o PCCh esteve na clandestinidade durante a maior parte do tempo (1927-1931), houve uma facção do Partido (entre os membros dessa facção, destacamos Ramón Sepúlveda Leal, Iasías Irarte y Manuel Hidalgo, secretários-gerais) que tentou dividi-lo, pois era contrária à adesão ao marxismo-leninismo¹². Com o regime autoritário do presidente Carlos Ibañez (1927-1931), essa situação interna se agravou, pois muitos dirigentes foram perseguidos e o PCCh teve que se reorganizar. Enquanto um grupo buscava aproximação com o Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, a então direção do Partido se recusou a aceitar as diretrizes impostas pelo comunismo internacional. Esse impasse levaria alguns anos para ser resolvido:

Foi somente nas Conferências que ambos realizaram em 1933, que a situação foi resolvida. O partido oficial (o grupo reconhecido pela Internacional) levou a cabo sua conferência em julho de 1933, dedicando grande parte de seu tempo aos problemas de organização. O grupo dissidente, durante sua conferência, ocorrida em março, decidiu unir-se à *Oposición Comunista Izquierda Internacional*, fundada por Trotsky, nomeando-se *Izquierda Comunista*. Em 1937, este grupo uniu-se ao Partido Socialista (CURCI, 2008, p. 63).

Em relação ao sentido atribuído a participação partidária no sistema político, durante a década de 1920, o PCCh participou de diversas eleições, tanto parlamentares como presidenciais, mas no campo da tática discursiva adotou um posicionamento antiparlamentar e atribuiu à função de deputado um papel revolucionário e acusador das políticas burguesas no interior da própria instituição burguesa. Tais preceitos eram consoantes com as diretrizes soviéticas da III Internacional daquele período. Contudo, essa relação não foi tão estreita e a via eleitoral tornou-se um dos principais pilares estratégicos do PCCh, até 1973. A título de exemplo, enquanto que em 1928, o VI Congresso Internacional Comunista, realizado em Moscou, propunha o confronto de *classe contra classe*, com suas teses sobre o fascismo, seu repúdio à socialdemocracia, além da sua concepção de Frente Única, que restringia as alianças políticas dos comunistas à figura do operariado, o PCCh, que utilizou o conceito de Frente

¹² Embora a história das esquerdas latino-americanas no século XX seja marcada por constantes rompimentos e rivalidades internas, a experiência chilena se destacou nesse quesito, pois lançou no seio de sua sociedade, dois influentes partidos de esquerda, PCCh e PS, sendo que este último nasceu em 1933, fruto, também, de dissidentes comunistas. A rivalidade entre esses dois partidos acompanhou a trajetória política da esquerda chilena, durante todo o século XX.

Única para combater o governo autoritário de Carlos Ibáñez, propôs, na prática, uma frente ampla, incluindo setores médios da população chilena, alguns considerados “burgueses progressistas”. Essa iniciativa, fruto de uma tradição *Demócrata* até a década de 1910 e *Socialista*, a partir de 1912, marcaria a principal estratégia política do PCCh na década de 1930, e que seria materializada na formação da Frente Popular. Nesse caso, diferentemente da via insurrecional, em que consideramos um elemento também presente na cultura política do comunismo chileno desde o seu nascimento - ao contrário do que afirmam alguns historiadores, como Sérgio GREZ TOSO e Rolando Álvarez, que a analisaram apenas como um elemento retórico na década de 1920 -, corroboramos com a ideia de que a via eleitoral foi um dos elementos mais duradouros da concepção estratégica do PCCh (GREZ TOSO, 2011, p. 274). Esse paradoxo, embora menos latente ao compararmos com a trajetória do PCB, estaria presente nos debates do PCCh nos anos 1950 e 1960 e marcaria seu reposicionamento estratégico nos anos 1970 e 1980, ao contrário do PCB, que adotaria a via eleitoral e uma estratégia democrática nessa mesma conjuntura de combate às ditaduras militares das décadas de 1960 e 1970.

Ao final dos anos 1920 e início dos anos 1930, portanto, constatamos que os comunistas brasileiros e chilenos diante de distintas possibilidades, fruto de formações, conjunturas e escolhas diversas, percorreram dilemas similares em torno de suas estratégias políticas - via eleitoral ou via insurrecional. Em comum, na relação entre comunismo nacional e MCI, delineava-se no imaginário comunista internacional, a partir da crise de 1929, uma oportunidade de se concretizar o projeto da revolução mundial. Diante disso, as disputas internas culminaram num processo semelhante ao ocorrido no PCUS e demais partidos comunistas, quando houve a liquidação da oposição interna, acusada por “desvios de direita” ou “desvios de esquerda”. Entretanto, como veremos a seguir, PCB e PCCh, a partir de meados da década de 1930, optaram por estratégias semelhantes em sua origem - Aliança Nacional Libertadora e Frente Popular -, mas que tiveram soluções e destinos históricos bastante distintos: o Levante insurrecional no Brasil e a vitória da Frente Popular no Chile. Traduziram assim, cada um ao seu modo, os desafios de suas realidades nacionais tendo naquele momento o Estado como ator revolucionário.

1.3 Comunismos no tempo das “Frentes Populares”

A Crise de 1929 e a ascensão do nazi-fascismo na Europa causaram importantes transformações no cenário político internacional. No caso do MCI, cada vez mais identificado com o mito da “construção do socialismo” na URSS, o desenvolvimento do antifascismo na Europa em escala internacional, sob o impacto da ascensão de Hitler, trouxe uma nova substância ao movimento. Vale ressaltar que essa mudança verificou-se em razão dos interesses do Estado soviético (PONS, 2014, p. 170). Em termos pessoais, por exemplo, havia uma relação de respeito e admiração mútua entre Hitler e Stálin (ARENDT, 1989, p. 359-60). Mas o crescimento das tensões no continente europeu, decorrentes dos interesses expansionistas de Hitler, afetou os próprios interesses do Movimento Comunista Internacional. Diante de tal situação, Stalin permitiu que alguma revisão nas relações com as potências ocidentais pudesse ser realizada mediante seu total controle nas negociações políticas. Em vista desse novo momento, Stalin nomeou para secretário-geral do Comintern o búlgaro Georgi Dimitrov, ex-emissário do Comintern na Alemanha. A partir do relatório elaborado por Dimitrov, destinado ao VII Congresso da Internacional, o combate ao fascismo substituiria o antigo confronto com o inimigo socialdemocrata da década anterior:

Parecia assim tomar corpo uma séria tentativa de liquidar o sectarismo que caracterizara os partidos comunistas não só depois de 1929, mas em toda sua história. Os esquemas maniqueístas de leitura do pós-guerra eram substituídos pela busca de alianças sociais e políticas. Educados pelos bolcheviques para a indiferença ou desprezo pela democracia liberal, os comunistas terminavam por ser chamados a defendê-la. Assim, o antifascismo abria uma contradição na cultura política comunista, ainda que por ora isso não parecesse evidente (PONS, 2014, p. 173).

Com o objetivo de materializar tal estratégia, em 1934, os comunistas soviéticos incentivaram a formação das “frentes populares”, cuja proposta era formar alianças com outras forças políticas no combate ao nazi-fascismo. Desse modo, cabia a cada partido comunista, ligado às diretrizes da III Internacional, atuar no sistema político de seu país. Porém, essa concepção política não era uma novidade no comunismo ocidental. Por meio de diversas realidades e pensamentos políticos, nos anos 1920, partidos, dirigentes e/ou intelectuais comunistas produziram estratégias diferentes das diretrizes stalinistas de “frentes únicas”, que rejeitavam qualquer tipo de aliança com as camadas médias, campesinato ou membros da burguesia. Exemplo notório dessa alternativa às diretrizes de Stalin,

demonstrando o caráter heterogêneo do comunismo internacional, são os escritos de Antonio Gramsci endereçados junto ao Comitê Diretivo do Partido Comunista Italiano, na metade da década de 1920:

Sua análise partia de um território nacional determinado, a Itália, e a distinção entre países capitalistas centrais e periféricos permitia-lhe uma articulação regional da perspectiva internacional da política comunista que a análise staliniana não era capaz de apresentar. Os países europeus de capitalismo periférico eram caracterizados por uma composição demográfica semelhante, em que a pequena burguesia desempenhava um papel determinante como principal fator de instabilidade. Mas era um papel ambivalente, que não se podia ignorar entrincheirando-se na “tática da frente única” como única fórmula do caminho para o poder (VACCA, 2012, p. 83).

Ao contrário da estratégia stalinista, que pregava o “esquema dicotômico e classista, Gramsci dava passos decisivos para dele se livrar” (VACCA, 2012, p. 84). Entre outras possíveis alianças políticas, Gramsci enfatizou a aliança com os camponeses em sua “questão meridional”, em um momento de desprezo do Comintern por essa categoria junto ao movimento revolucionário mundial. No caso específico da América Latina, na década de 1920, distintas ideias políticas também já vinham sendo trilhadas autonomamente em relação ao stalinismo. Como já mencionamos anteriormente, tivemos no Brasil a experiência do BOC, sendo que no Chile destacamos a interpretação do PCCh acerca da estratégia de “Frente Única”, formada para combater o regime autoritário de Ibáñez. Mas não apenas nesses dois partidos ocorreram iniciativas formadoras de grupos e partidos políticos, que buscaram agregar membros para além da figura do operariado e da ortodoxia soviética. Iniciativas desse tipo também ocorreram na Colômbia e no Equador, onde “partidos que se baseavam em sindicatos e tentavam conseguir apoio entre a população em geral e não apenas nos locais de trabalho”, conseguiram algum êxito, mas sofreram com as críticas e sanções do Comintern (ANGELL, 2009, p. 482).

Ademais, uma das iniciativas mais renovadoras do marxismo ocidental esteve presente na experiência socialista peruana. Trata-se do socialismo indo-americano de José Carlos Mariátegui, que em 1928 rompe com *Alianza Popular Revolucionaria Americana*, fundada por Víctor Raúl Haya de la Torre, e funda o Partido Socialista do Peru, filiando-se à Internacional Comunista. Assim como nos casos de Recabarren e Astrojildo Pereira, Mariátegui esteve na Europa e vivenciou experiências das esquerdas no começo do século

XX¹³. Importante atentarmos que essas lideranças tiveram papel fundamental na construção e renovação das esquerdas latino-americanas, ao interpretarem tais influências e trazê-las para realidades distintas. A riqueza dessas interações contribuiu para o surgimento de interpretações originais acerca das questões latino-americanas. Em 1928, numa conjuntura anti-imperialista da esquerda latino-americana, em editorial comemorativo aos dois anos da revista *Amauta*, Mariátegui, um dos fundadores desse periódico, procurou refletir sobre a capacidade universal do socialismo e suas possíveis aberturas interpretativas para cada realidade:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, a que não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidades e estilo, mas não uma cultura nem um destino particulares. [...] Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova (MARIÁTEGUI, 2011, p. 120).

Mariátegui apoiou a aliança com o campesinato numa “coalizão revolucionária [...]”, que concebeu para o Peru um movimento trabalhista de frente unida e um partido socialista legal que abarcaria uma ampla coligação de camponeses, índios, trabalhadores agrícolas, artesãos e intelectuais” (ANGELL, 2009, p. 483). Porém, assim como os comunistas brasileiros e chilenos, a experiência proposta por Mariátegui não teve o apoio do Comintern, além de também sofrer com rivalidades internas, principalmente ao concorrer com a visão etapista de Haya de la Torre e sua interpretação ortodoxa do leninismo aplicado às condições latino-americanas (ANGELL, 2009, p. 484).

Após o Secretariado Político da Internacional Comunista endurecer as críticas referentes às alianças com as forças consideradas “não-revolucionárias” houve um redirecionamento das diretrizes junto aos partidos comunistas filiados. O impacto dessas novas ordens não poderia ter sido pior. Entre os anos 1929-1933, o número de militantes comunistas fora da URSS reduziu-se drasticamente (PONS, 2014, p. 169). Em quase todos os

¹³ Em 1911, Astrojildo Pereira partiu num navio para a Europa, de onde regressou com uma mala cheia de livros com obras ligadas ao anarquismo. E a partir de então se dedicou à difusão do anarquismo em regime de tempo integral.

comitês dos partidos comunistas, “lideranças foram acusadas de terem transformado seus partidos em seitas insignificantes. O extremismo de esquerda que passou a ser imposto implicaria, na prática, a aniquilação de vários partidos comunistas” (PINHEIRO, 1991, p. 197). Embora as experiências latino-americanas baseadas numa concepção aliancista do processo revolucionário, ao final dos anos 1920, também tenham fracassado, em detrimento de conjunturas políticas internas e externas, acabaram por influenciar na transformação das culturas políticas comunistas nesses países.

Após essa breve apresentação das experiências que anteciparam as frentes populares cominternianas, voltamos ao momento em que os Partidos Comunistas de Brasil e Chile, a partir da década de 1930, estreitaram seus laços e comunicações com a matriz soviética, adotando sua nova linha política. Porém, tal “subordinação hierárquica” e “espírito de disciplina”, características essas apontadas por Silvio Pons, referentes ao modo como os partidos comunistas se relacionavam com o Comintern, não definiram por completo as estratégias comunistas nesses países. Ao contrário dessa percepção, veremos que ao analisarmos e compararmos os movimentos políticos em torno da formação da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, e a formação e vitória do governo da Frente Popular no Chile, as diretrizes do MCI seriam reinterpretadas levando em consideração as diferentes realidades nacionais, muito por conta da própria relação do partido comunista local com as culturas políticas nacionais. Ademais, em determinadas conjunturas, a própria linha política desses partidos não esteve totalmente alinhada às orientações da Internacional Comunista¹⁴. Portanto, objetivamos agora resgatar e comparar essas duas estratégias ocorridas na década de 1930, a fim de ilustrarmos o processo de formação das culturas políticas do PCB e do PCCh, levando em consideração, ao longo dos próximos capítulos, as posteriores transformações ocorridas no decorrer de suas trajetórias.

¹⁴ Ao contrário do que propõe a historiadora Dulce Pandolfi, no dossiê “Esquerda no Brasil”, organizado pela revista *História Viva*, quando afirma que no PCB “a linha política variou de congresso a congresso, conforme a orientação da Internacional, e com ela a escolha dos aliados para a luta contra o capitalismo” (p. 35), vemos que na década de 1920, o próprio PCB, a partir do Bloco Operário-Camponês, já adotara uma linha não diretamente ligada às orientações do Comintern. E não apenas o BOC se mostrou como exemplo dessa autonomia. Corroboramos com a ideia de que houve uma “relativa subordinação do PCB às teses e resoluções dos diversos congressos da IC e na especificidade da elaboração teórico-política do comunismo brasileiro, durante a década de vinte” (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 46). Assim como ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, o PCB, portanto, manteve um nível de autonomia que não deve ser descartado, embora também consideremos a grande influência das diretrizes soviéticas nas políticas do PCB. O mesmo ocorreu com a experiência comunista chilena, quando o PCCh manteve sua linha de frente ampla entre as décadas de 1930 e início dos anos 1970, apesar de seu caráter instrumental quanto a estratégia de se alcançar o socialismo pela via democrática.

1.4 A estratégia do comunismo brasileiro na ANL

O estreitamento do PCB com as diretrizes soviéticas teve maior profundidade após o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, ocorrido em 1928. Até aquele presente momento, vigorava na estratégia brasileira a tese defendida pelo dirigente comunista Octávio Brandão, autor de *Agrarismo e Industrialismo* (1924). Suas teses propunham uma aliança com o tenentismo, considerado um movimento pequeno-burguês e visto como ator de uma etapa revolucionária. Em decorrência disso, ocorreu uma intervenção do Secretariado Soviético para a América Latina contrária a essa posição. De acordo com Heitor Ferreira Lima, ex-dirigente comunista, houve uma mudança de posicionamento por parte do PCB assim que ocorreu o VI Congresso da IC. Ferreira Lima transcreveu um documento assinado por Astrojildo Pereira, referente às políticas adotadas no III Congresso do PCB, cuja direção voltou-se para as novas diretrizes emanadas pelo MCI:

Toda a tática do Partido Comunista deve, portanto, subordinar-se a esta etapa estratégica da mobilização das massas em vista do movimento que se prevê. O Partido Comunista deverá colocar-se à frente das massas, a fim de conquistar, por etapas sucessivas, não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento (LIMA apud PEREIRA, 1982, p. 103).

Relatando o que presenciou nas reuniões do Secretariado, realizadas em Moscou, ao final de 1929, Ferreira Lima, juntamente com os demais militantes comunistas brasileiros liderados por Astrojildo Pereira, receberam “a mais viva repulsa através de críticas contundentes”, sendo

acusados de orientar toda a tática e estratégia do P.C.B na espera da “terceira revolta”, colocando-nos desse modo a reboque da pequena burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado; de abandonarmos a questão camponesa, esquecendo a reforma agrária e a aliança dos operários com os trabalhadores dos campos; de escondermos o Partido atrás do Bloco Operário e Camponês; de não cuidarmos devidamente da formação de um P.C.B independente [...]. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos (FERREIRA LIMA, 1982, p. 103-104).

Portanto, ao final da década de 1920, o PCB passou por uma grande revisão em sua política estratégica. Revisão esta que preservaria elementos de sua origem, mas que marcaria uma maior aproximação com as diretrizes soviéticas. Essas mudanças nas estratégias do

Partido não podem ser analisadas sem levarmos em consideração as consequências advindas do VI Congresso da Internacional. Nesse Congresso, a Internacional disponibilizou uma maior atenção à realidade latino-americana. Um dos motivos “pode ser explicado, por um lado, pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Comintern, e, por outro lado, pelos problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos EUA no que diz respeito à política imperialista” na região (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 49-50). Outra questão se deve ao fato de os próprios partidos reclamarem maior intercâmbio com a IC. Diante disso, em 1928, foi publicado na revista *L'Internationale Communiste* um trabalho do suíço Jules Hubert Droz, dirigente do secretariado da IC, intitulado “Movimento Revolucionário Latino-Americano”. Dentre as notas explicativas acerca da etapa de desenvolvimento da região, Droz caracterizou a “estrutura econômica dos países latino-americanos como semicolonial”, qualificando os “proprietários fundiários” como classe dominante e vinculando a burguesia industrial a “uma das múltiplas faces dos latifundiários”. O operariado urbano seria uma classe “insignificante” naquela conjuntura (ZAIDAN FILHO apud DROZ, 1985, p. 50). Para Droz, a revolução latino-americana seria camponesa e anti-imperialista. Em contraposição a essas teses, a linha do PCB, até então, convergia numa outra posição, pois visualizava na aliança com o tenentismo a possibilidade de derrubar as forças políticas ligadas ao latifúndio feudal e ao imperialismo.

Desde o nascimento do PCB havia uma simpatia de militantes comunistas pelas rebeliões dos tenentes (PANDOLFI, 1995, p. 98). Paulo Sérgio Pinheiro caracterizou o início da aproximação entre tenentismo prestista e PCB como uma questão tática e estratégica arquitetada, ao final desse processo, pela liderança de Prestes, pois os líderes comunistas que trabalharam por essa aliança foram expurgados após a “proletarização” do Partido. Segundo o autor, o que os aproximou foi “a mesma concepção que se tem do Estado como uma fortaleza que pode ser conquistada com a técnica da insurreição armada (não necessariamente popular)” (1991, p. 217).

Porém, a aproximação entre prestismo e comunismo brasileiro não ocorreu sem alguns percalços e desconfianças. No triênio 1927-1930, travou-se um debate acerca da via revolucionária no interior do PCB. Se, por um lado, os comunistas pretenderam lançar Prestes para concorrer à Presidência nas eleições de 1930, legitimando de certa forma a via político-institucional, por outro lado, Prestes manteve a posição de não concorrer ao pleito e investir unicamente na via insurrecional, que também se fazia presente no rol estratégico dos comunistas (PINHEIRO, 1991, p. 218-220). Como visto anteriormente, o posicionamento da IC também dificultaria tal aproximação:

No que toca à América Latina, as teses do VI Congresso estabelecem que “os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Por isto, os partidos comunistas não têm que se subordinar sob nenhuma circunstância a seus aliados temporários” (ZAIDAN FILHO apud INTERNACIONAL COMUNISTA, 1985, p. 84).

Em decorrência dessas diretrizes, a partir do III Congresso do PCB, ocorreram algumas mudanças. Novas interpretações da realidade brasileira foram produzidas. A burguesia, que poderia desempenhar um papel revolucionário em 1924, passou a ser considerada aliada dos grandes proprietários de terra. Em relação à pequena-burguesia, essa já “não poderá levar [movimento revolucionário] às suas últimas consequências mesmo dentro do quadro democrático-burguês”. Agora, “só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas” (ZAIDAN FILHO apud III CONGRESSO DO PCB, 1985, p. 88).

Além da crítica direcionada aos acordos entre comunistas e a pequena-burguesia tenentista, no caso específico do Brasil, a *intelligentsia* soviética também atacou o BOC. Para Humbert Droz, essa coalizão poderia ocasionar a infiltração de elementos pequeno-burgueses no Partido (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 86). A crítica foi seguida à risca durante o III Congresso. Conforme transcreveu Zaidan Filho, os possíveis “desvios oportunistas e eleitoralistas” deveriam ser combatidos “energicamente”. O BOC não deveria ser confundido com o Partido como “espécie de substituto legal”, devendo estar “sob a hegemonia do PC”:

dirigindo-o, guiando-o, dando-lhe vida revolucionária, o Partido deve sempre conservar a sua própria fisionomia de Partido Comunista como tal, isto é, como único verdadeiro partido do proletariado, como “o” partido específico do proletariado, chefe das massas laboriosas na luta revolucionária (ZAIDAN FILHO apud III CONGRESSO DO PCB, 1985, p. 91).

O BOC, por sua vez, com o lema “Votar no BOC é votar na Revolução” alcançou um resultado pífio nas eleições presidenciais de 1929. Ao todo foram contabilizados 720 votos. O Bloco lançou Minervino de Oliveira como candidato à Presidência e o ferroviário Gastão Valentim Antunes como vice na chapa, após a rejeição de Prestes em participar do pleito. Esse fato ilustrou uma determinada contrariedade entre o afastamento da aliança com o tenentismo, de um lado, e o pragmatismo político, de outro. Além desses impasses, fraudes

típicas da Primeira República, repressão policial e ações políticas do governo, também contribuíram para o fracasso eleitoral do PCB.

Por conseguinte, vemos que o comunismo brasileiro esteve distante de qualquer participação notória referente aos efervescentes processos políticos, ocorridos em 1930. Diferentemente de momentos posteriores, as contradições internas do PCB, após a titubeante política aliancista e suas novas interpretações após as orientações da IC, favoreceram para que não houvesse qualquer tipo de protagonismo no cenário político nacional¹⁵. Até aqui, tratava-se “de um pequeno partido de extração operária, em situação de gueto político, fora da lei, com atuação restrita a grupos de sindicalistas em alguns estados da Federação, desprovido de intelectuais e de personalidades expressivas” (VIANNA, 1989, p. 133).

Essas novas diretrizes adequaram-se à estratégia global do MCI e aproximaram-se das ordens emanadas pelo stalinismo. O apoio ao tenentismo cedeu espaço à “proletarização” do Partido, mas ambos os movimentos mantiveram certo grau de aproximação. Desde o encontro entre Prestes e Astrojildo Pereira, em 1927, a aproximação do prestismo “com o movimento comunista internacional não mais se irrompeu” (PINHEIRO, 1991, p. 231). Em documento assinado pelo *Presidium* do Partido Comunista do Brasil, em junho de 1930, os dirigentes comunistas apoiaram o Manifesto de Prestes contra a Aliança Liberal:

Mas, apesar da sua nova posição, esses elementos revolucionários da Coluna Prestes não perderam a sua natureza de pequeno-burgueses. É como pequeno-burgueses que eles querem dirigir a revolução, porque não salientam no manifesto que a direção da revolução agrária e antiimperialista *tem de ser* do proletariado (CARONE apud A CLASSE OPERÁRIA, 1982, p. 87).

Sem Prestes, que divergia em algumas questões e nutria uma mútua desconfiança junto aos comunistas brasileiros, ao mesmo tempo em que fora convidado pela URSS a trabalhar e aprofundar seus estudos marxista-leninistas; sem os dirigentes fundadores e os principais intelectuais, afastados pela nova direção do Partido; mantendo-se na ilegalidade no governo da Aliança Liberal, reduzindo-se a um “gueto”, o PCB, em 1930, pode ser caracterizado como um “Partido desarvorado, quase paralisado, como se estivesse acuado, numa das piores senão na pior fase de sua existência” (FERREIRA LIMA, 1982, 139). Ademais, com sua nova política sectária e seu consequente isolamento, criaram-se espaços

¹⁵ Corroboramos, assim, com a posição defendida por Boris Fausto ao criticar a historiografia que polariza essa questão entre vencedores e vencidos: “No Brasil da década de 20 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante. Quanto ao BOC, foi uma organização minúscula que interessa apenas a história das esquerdas” (FAUSTO, 1997, p. 17).

para que outras organizações de esquerda pudessem existir, mas não suficientemente fortes para conseguir arregimentar o operariado (DEL ROIO, 1990, p. 224). A nova direção aprofundou a política *obreirista* e buscou afastar qualquer tendência considerada “pequeno-burguesa” ou “trotskista”.

Esse “desejo de estar na vanguarda” acabou por impedir seu desenvolvimento. Considerado um fenômeno isolacionista, na transição para os anos 1930, a “proletarização” do PCB e todas as suas características sectárias “tinham o céu como limite, obtendo o inferno como prêmio” (BRANDÃO, 1997, p. 84). A leitura contemporânea do movimento de 1930 e a tradição que essa visão legou aos quadros interpretativos do PCB impossibilitaram, durante muito tempo, o diagnóstico preciso acerca das transformações que ocorriam na vida política nacional, da qual emergia um novo “Estado de Compromisso” (WEFFORT, 1980, p. 56-60). Ao contrário do que veremos na experiência chilena, o PCB, na transição pactuada do início dos anos 1930, interpretou a realidade política brasileira sob outro ângulo político e conceitual. O “orientalismo” sobrepôs-se à via prussiana nacional-desenvolvimentista de 1930, buscando fortalecer uma modernidade alternativa em detrimento da emergente modernização conservadora, que viria fincar raízes na sociedade brasileira do século XX:

Da perspectiva da política, o tema do Oriente significa, de um lado, a exposição ao processo de modernização de sociedade agrárias tradicionais num contexto de subordinação colonial, e de outro, implica a possibilidade do **atraso** se constituir numa vantagem para mudanças revolucionárias, conduzida a modernização por meio de uma coalizão nacional-popular. [...] A via revolucionária oriental depende de uma ação – vontade política de um ator concentrada como uma ponta de cristal –, executada tempestivamente, antes que o processo de modernização redefina em massa a identidade das classes e camadas tradicionais. Quer por sua desorganização, quer por sua incorporação à ordem burguesa em ascensão (VIANNA, 1989, p. 123).

Naquele período, no raio de ação do comunismo internacional, a partir do conflito entre os sucessores de Lenin, o cenário da revolução mundial expandiu-se entre o Ocidente e o Oriente. E a China tornou-se o principal ator dessa possibilidade de expansão da Revolução no front oriental. Já sob as diretrizes de Stalin, tentou-se aliar no país asiático a perspectiva nacional aliada ao modelo de revolução global comunista. Desse modo, segundo a leitura da IC, na metade dos anos 1920, existiam na China “dois movimentos semibolchevizados”. Embora existissem grandes divergências e tensões entre os dois movimentos, os dirigentes soviéticos visualizavam uma revolução nacional e anti-imperialista com o objetivo de “evitar a fase capitalista” (PONS, 2014, p. 137-40). A eclosão da guerra civil chinesa viria deteriorar

qualquer tentativa de aproximação entre nacionalistas e comunistas, que agora passariam a conviver em lados opostos.

Com o esgotamento da “revolução leste-asiática”, a atenção do Comintern voltar-se-ia a outras realidades. No entanto, as lentes de observação não seriam trocadas. A perspectiva e a interpretação dos atores da revolução oriental seriam as mesmas da revolução latino-americana, ao final dos anos 1920. Deliberadamente, a Internacional Comunista traçou uma orientação estratégica comum a “todas colônias e semicolônias” do mundo (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 83). Por esse ângulo, o “caminho chinês” para o processo revolucionário marcaria o compasso da revolução brasileira nacional-libertadora de 1935¹⁶.

Por conseguinte, o PCB procurou reorientar-se estrategicamente em meio a todo processo político advindo do Movimento de 1930 e seu novo “estado de compromisso”. Por um lado, ilegalizado pelo sistema e, por outro, intencionalmente isolado de todo esse processo, o PCB, logo após a ascensão de Vargas ao poder, encenou uma modalidade stalinista em seu cotidiano. Foi um período de expulsões, delações e perseguições no interior do Partido¹⁷. O objetivo agora era corrigir e combater os “desvios de direita”, que nessa conjuntura internacional foram vinculados ao “social-fascismo”. No plano externo, os comunistas brasileiros inclinaram-se a essas determinações aprovadas no Pleno Ampliado do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC), ocorrido em Buenos Aires, em maio de 1930. Para o SSA-IC, na realidade brasileira, o prestígio representaria essa força social-fascista. Posteriormente, através de inúmeras discussões internas, críticas e afastamentos de militantes, que ainda apoiavam a aliança com Prestes, o Comitê Central do PCB enviou uma *Carta de informação a todas as regiões, zonas e células*, na qual reportava as decisões tomadas em seu Pleno Ampliado:

Assim, o principal adversário da “hegemonia do proletariado” na “revolução agrária” seria precisamente a pequena burguesia, motivo pelo qual se enfatizava a necessidade da “[...] mais completa separação ideológica e

¹⁶ Do mesmo modo, no Brasil e em quase todas as outras “colônias” e “semi-colônias”, “os esforços de reflexão teórica sobre a realidade desses países foram paralisados, como de resto qualquer reflexão crítica no interior da IC. Nos anos 30 foram impostas fórmulas esquemáticas e genéricas que pouco tinham a ver com a multiplicidade das configurações históricas em tela, ficando assim a problemática da revolução nos chamados países coloniais e semi-coloniais reduzida à luta contra o “feudalismo” e o “imperialismo”, vistos abstratamente e conceitualmente congelados” (DEL ROIO, 1990, p. 122). A experiência chilena pode ser considerada uma das exceções.

¹⁷ Heitor Ferreira Lima narrou a chegada da instrutora Inês Guralsky, esposa de um secretário do Bureau Sul-americano, que atuou na função de deslegitimar o recente passado do comunismo brasileiro. Entre outras ações, Inês procurou combater a imagem de Prestes, menosprezar a trajetória de Astrojildo Pereira, além de arquitetar entreveros no interior da própria instituição (FERREIRA LIMA, 1982, p. 146). Ações essas bem condizentes com a trajetória pessoal de Stálin em sua trajetória de ascensão ao poder.

orgânica do prestismo”, isto é, propugnava-se a ruptura política entre a classe operária e a pequena burguesia (DEL ROIO, 1990, p. 144).

Paradoxalmente, enquanto boa parte da nova equipe dirigente do PCB renunciara a qualquer tipo de aliança com o tenentismo, seu antigo líder aproximava-se cada vez mais dos ideais marxistas. Entre os anos 1929-1930, residindo em Buenos Aires, sede do SSA-IC, a principal liderança do movimento tenentista dos anos 1920 estreitava seus laços com a IC. Em 1931, sem o apoio do PCB e do governo Vargas, estando, desse modo, totalmente afastado de qualquer apoio político da situação (governista) e da oposição (comunista), Prestes mudou-se para o centro do poder socialista, fixando-se na URSS por três anos. Nesse mesmo ano, Prestes procurou apoiar o PCB mesmo com toda desconfiança por parte dos comunistas. O “Cavaleiro da Esperança” criticou os tenentes que apoiaram o governo Vargas, defendeu o proletariado como “classe principal do processo revolucionário”, condenou o próprio prestismo e conclamou todos os revolucionários a lutarem pela revolução agrária e anti-imperialista, “sob a hegemonia incontestável do Partido Comunista do Brasil” (PANDOLFI, 1995, p. 106). Todavia, Prestes filiar-se-ia ao PCB somente em 1934, após a imposição de Moscou que cada vez mais alargava seu raio de influência nas questões decisórias do Partido brasileiro.

No que tange o cotidiano interno do PCB, em setembro de 1930, Astorjildo Pereira foi destituído do cargo de secretário-geral juntamente com outros membros considerados “prestistas” e “intelectuais”. Todas essas medidas adequaram-se àquilo que se convencionou chamar de período *obrerista* do PCB. Tal perspectiva subestimou a “dimensão do fazer política e do Estado, que era visto como uma entidade estranha à classe operária e ao mundo do trabalho”. Além da relação com o modo stalinista de se pensar a política, essa depreciação da política evidenciou a “sobrevivência de aspectos do anarco-sindicalismo na cultura dos comunistas”:

Assim, no “obreirismo” dos comunistas brasileiros sintetizou-se uma perspectiva “economicista-voluntarista”, que entendia que no Brasil haveria um processo revolucionário em marcha, em função da violenta crise econômica pela qual passava o país, e que bastaria um grupo de homens ferreamente organizados e decididos para que as massas oprimidas cedo ou tarde seguissem sua direção (DEL ROIO, 1990, p. 199).

Acrescentando elementos a essa perspectiva, entendemos que essa característica do comunismo brasileiro não coadunou apenas com uma determinada tradição anarquista ou sua aproximação com o stalinismo. Trata-se, também, de uma absorção por parte do PCB acerca

da própria concepção cultural de política presente na sociedade brasileira da Primeira República. Interpretação essa que seria alheia a uma participação de boa parte da sociedade na esfera pública. A seu modo, portanto, o PCB acompanhou esse modelo cultural dominante, embora também tenha sido paralelamente, um dos atores que irão propor o rompimento desse modelo em uma outra conjuntura¹⁸.

O resultado político do *obreirismo* culminou no isolamento do PCB. Apesar das várias dificuldades que o governo Vargas enfrentou para conseguir formar pactos políticos na sociedade brasileira, ao longo de seu mandato, o líder gaúcho foi conquistando o apoio das mais variadas vertentes políticas. A remoção do Estado liberal criou “as bases para promover “de cima” o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes”, enquanto o “caráter excludente do sistema político é dissimulado na forma corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado”. Nas camadas médias urbanas, “a política se completa com a cooptação, operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades”. Em relação ao sindicalismo, questão central para os comunistas, o varguismo, a partir da legislação sindical, “ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal” (VIANNA, 1999, p. 171-172).

Não alheio a tais políticas, a reação comunista adveio por meio da denúncia do “caráter fascista” da lei de sindicalização, apontando o déficit representativo dos sindicatos oficiais e o controle exercido pela Justiça do Trabalho (BADARÓ MATTOS, 2003, p. 15). Os quatro primeiros anos do governo provisório de Vargas podem ser considerados uma ditadura – interrompida por um brevíssimo período de menos de um ano – que seria retomada pelo golpe de Estado em 1937 (PINHEIRO, 1991, p. 270). De início, esse ativismo do PCB não alterou a ordem política nacional. As frágeis tentativas em participar do processo Constituinte (1933-34) pararam na recusa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao seu registro. Dessa forma, o *Partidão* participou através de outra representação – a chamada União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB).

Novamente, o resultado eleitoral foi um fracasso. Diante de mais um problema e da constatação de que o *obreirismo* culminou em um redundante afastamento do movimento comunista em relação a qualquer setor da sociedade, em junho de 1933, ocorreu uma importante reorganização na direção pecebista, marcando o fim da instabilidade política no

¹⁸ Tal dilema perseguiu a trajetória brasileira e será a partir de duas grandes crises políticas - a conjuntura do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e a crise do regime militar -, quando o pêndulo do reformismo do comunismo brasileiro irá se sobressair diante do “voluntarismo” revolucionário. Na conjuntura dos anos 1930, todavia, as dinâmicas sociais e as escolhas do PCB levaram a outro programa estratégico.

Comitê Central e o início da retomada das relações entre comunismo e prestismo (DEL ROIO, 1990, p. 207). Essa reorganização, aliada a um momento de maior abertura política pós-Revolução Constitucionalista de 1932, acrescido ao processo constitucional de 1933-34, permitiu uma maior aproximação do PCB junto ao movimento sindical.

No entanto, a maneira como essa aproximação deveria ocorrer trouxe uma nova discussão interna entre os dirigentes do PCB. Enquanto os responsáveis pelo setor sindical, Mário Grazzini, Heitor Ferreira Lima e Corifeu de Azevedo Marques, remanescentes do grupo ligado a Astrojildo Pereira, defendiam uma posição cautelosamente realista diante das greves que vinham surgindo, a maioria dos dirigentes do Comitê Central, liderada por Antônio Maciel Bonfim, pensava que se deveria jogar de imediato no amadurecimento de uma situação insurrecional (DEL ROIO, 1990, p. 210). A consequência imediata deste impasse resultou em mais afastamentos e expulsões dos dirigentes considerados mais à “direita”, que propuseram alternativas à estratégia insurrecional. Posteriormente, o Partido voltou-se em direção a outros grupos sociais afora o proletariado, no intuito de expandir seu projeto revolucionário.

O capítulo final que marcaria o encontro definitivo entre prestismo e comunismo brasileiro ocorreu em 1934, quando Prestes foi admitido junto ao PCB. Como já citado anteriormente, o ator responsável por essa vinculação foi a URSS. Nesse instante, a síntese teórica entre prestismo e o stalinismo também estava se completando (DEL ROIO, 1990, p. 211). O fortalecimento das relações entre MCI e PCB, que tivera início no final da década de 1920 passou pelo ingresso de Prestes na estrutura partidária do comunismo brasileiro. Concomitantemente, o PCB via sua presença crescer no espaço político ao possuir a liderança de Prestes em suas fileiras. Com o “Cavaleiro da Esperança”, outros membros ligados ao tenentismo seguiram o mesmo caminho, sendo que alguns deles assumiriam o comando no Partido, meses depois (RODRIGUES, 2007, p. 441). Essa nova reorganização também abriu espaço para a inserção de novos militantes advindos de outros grupos sociais, ampliando assim os quadros partidários.

As mudanças realizadas ocorreram dentro de uma conjuntura internacional marcada por uma específica aproximação entre URSS e potências ocidentais. Com o fortalecimento do nazi-fascismo, a Internacional Comunista abriu espaço para um redirecionamento tático em favor da aliança com a socialdemocracia. Tratou-se, no entanto, de uma política bipolar que refletiu a fraqueza dessas alianças, mas que, ao mesmo tempo, interferiu no desenvolvimento da cultura política do comunismo internacional. Dessa forma, “o antifascismo dos comunistas terminou por assumir caráter esquizofrênico: por um lado, nova vocação política e até

identidade que se sobrepunha à identidade preexistente; por outro, concepção instrumental que não redefinía a identidade originária” (PONS, 2014, p. 179).

Adentramos, então, ao tempo de formação das Frentes Populares. Tradicionalmente, as frentes espanhola, francesa e chilena foram consideradas os principais modelos de políticas frentistas, quando reuniram comunistas e outros partidos. Contudo, partidos comunistas de outros países aderiram a essa proposta dentro de condições e concepções internas específicas. De acordo com o XIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), as conjunturas de Brasil e Chile proporcionavam as maiores possibilidades de se realizar a revolução na América do Sul, a partir da estratégia frentista. Isso se deve, também, ao modo como a delegação brasileira conseguiu adaptar-se a política frentista diante da “estratégia insurrecional subjacente à política de frente única pela base”, pois junto aos dirigentes da IC, teve sucesso ao defender a hipótese “de que a crise brasileira encaminhava-se para uma situação revolucionária” (DEL ROIO, 1990, p. 270-273).

A versão da Frente Popular brasileira, denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL), teve origem em março de 1935. No caso dos comunistas brasileiros, embora não tenham sido os únicos atores a impulsionarem tal aliança é inegável que foram um dos grandes animadores da frente, embora a maioria dos principais organizadores não pertencesse aos quadros do Partido (PINHEIRO, 1991, p. 272). Inicialmente, a ANL atuou na legalidade constitucional, mas não tardou para que fosse expulsa dessa normatividade político-jurídica. Em julho do mesmo ano, o governo varguista proibiu sua atuação. A razão alegada “foi o manifesto de Prestes, em nome da Aliança, pregando a formação de um “Governo popular nacional revolucionário” através de um levante popular” (RODRIGUES, 2007, p. 443).

No discurso *Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora*, datado de 05 de julho de 1935, e publicado na coletânea de documentos organizada por Michael Löwy, Prestes voltou a reivindicar sua herança tenentista e associou as lutas dos anos 1920 com a nova batalha a ser enfrentada em 1935 (2006, p. 134). Isso denotou, naquele instante, a continuidade do caráter pragmático da figura prestista com relação ao comunismo brasileiro. Já inserido formalmente no PCB, Prestes representou um dos símbolos do comunismo brasileiro dos anos 1930: um comunismo em formação, influenciado pelo tenentismo e pelo stalinismo, que objetivou a hegemonia política, mas que não abandonou seu caráter insurrecional, instrumental e polarizador ao tratar a questão como um “duelo”, onde os dois campos definiam-se com clareza para a sociedade brasileira, e quando o “momento exige, de todo homem honesto, uma posição clara e definida, pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo” (2006, p. 134). E essa procura, após a fase *obreirista* do Partido, buscou uma ampla aliança através da

“unificação do proletariado”; dos “heroicos combatentes dos movimentos armados”, que tiveram início em 1922; da “juventude heroica de São Paulo”; da “juventude trabalhadora e estudantil de todo o país”; das “mulheres do Brasil”, das “pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas e positivistas”; “os padres brasileiros, os mais pobres”, representados nas figuras históricas de “Frei Caneca e Padre Miguelinho”; dos “artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais”; “todos os homens de cor do Brasil, herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares”; além de trabalhadores todas as regiões do Brasil (2006, p. 136-138).

Nota-se, também, que o programa da ANL esteve sintonizado com outras frentes populares internacionais daquele período, quando procurou assimilar os esquemas interpretativos da IC ao exigir a “anulação de todos os débitos às nações imperialistas”; “nacionalização das empresas estrangeiras”; “liberdades públicas”; “direito ao governo popular”; “distribuição das propriedades feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário” (PINHEIRO, 1991, p. 273). No plano nacional, com esse Programa, o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à intelligentsia e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio (RODRIGUES, 2007, p. 441).

Um outro texto viria afirmar e radicalizar tais propostas. No *Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário*, logo em seu início, buscou-se deslegitimar a afirmação de que a ANL era “uma simples máscara do Partido Comunista”, tratando-se de uma “ampla frente única nacional” (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 2006, p. 129). Ademais, cientes da influente liderança exercida por Prestes, os aliancistas o colocaram como figura principal na condução do movimento e na direção de um futuro governo em contraposição a alguns membros que apoiavam o Programa, mas não a liderança de Prestes. Aqueles que divergissem dessa escolha acabariam por trilhar “o caminho da traição” (2006, p. 130).

Posto isso, o elemento político do *Programa* ilustrou todo este recurso retórico em busca de um povo representado. Intitulando-se popular, nacional e revolucionário, o programa aliancista da frente brasileira, “representante das grandes massas”, destacou a “democracia no seu sentido mais alto pela prática completa da liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de organização religiosa, racial, de cor etc”, que devia estar a serviço do “Governo Popular”, onde estariam “representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional”. Seria, também, um “governo surgido do povo em armas”:

Mas ao mesmo tempo esse governo será um Governo Nacional Revolucionário, porque ante o imperialismo e seus agentes esse governo será profundamente revolucionário, não se conhecendo nem dívidas, nem tratados, nem acordos, nada em suma de tudo o que significa a vergonhosa entrega do Brasil aos capitalistas estrangeiros. Diante do imperialismo o Governo Nacional Revolucionário será, realmente, nacional e revolucionário, profundamente, radicalmente, energicamente revolucionário. Neste sentido é indispensável que se acentue que esse será o único governo capaz de uma atitude enérgica face aos dominadores estrangeiros, porque apoiado por todo o povo, exercido pelos seus chefes de maior prestígio popular, sofrendo a influência direta das grandes organizações de massa, apoiado nas Forças Armadas de todo o país, será o primeiro governo em nosso país dentro da democracia popular que será capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes. Democracia, sim, mas para o povo, para os brasileiros e para todos os que trabalham honestamente sem explorar o Brasil, mas a mais dura, mais enérgica e mais terrível ditadura contra o feudalismo estrangeiro e contra os seus agentes no Brasil, aos brasileiros que vendem sua pátria ao imperialismo. Dar liberdade aos agentes do imperialismo seria negar o conteúdo nacional revolucionário de tal governo e suicídio da própria revolução libertadora (PROGRAMA DO GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO, 2006, p. 131).

Mais do que a discussão em torno do resultado do Levante, ocorrido em novembro de 1935, interessa-nos aqui pensar a confluência dos conceitos presentes nesse documento, além de entender como esse processo resultou na caracterização do comunismo brasileiro, que viria sofrer uma profunda revisão somente duas décadas depois.

Nesse caso, portanto, a operação militar bolchevique de 1917 serviu de modelo para a insurreição de 1935. Desse modo, não foi por acaso que o programa inicial da IC considerava a insurreição armada como o único caminho para a vitória da revolução proletária (PINHEIRO, 1991, p. 296). A instrumentalização do “popular” pelo político-militar resultou em uma insurreição “espontânea”, “decidido por uma minoria que, por refletir os interesses das bases, *deveria* receber o seu apoio uma vez iniciado” (BRANDÃO, 1997, p. 143). Tratar-se-ia de uma concepção condizente com a realidade política brasileira daquele período. Um sentido de democracia que:

compartilhava com a totalidade do pensamento político brasileira da época a “noção de que os formalismos democráticos [...] seriam planta demasiado raquítica para vicejar no Brasil”. Impossível ontem, por absoluta ausência de condições históricas, dispensável amanhã, por desnecessária, uma vez que o proletariado ou o povo estarão no poder, a democracia é reduzida ao seu conteúdo socioeconômico e passa ao largo do regime político, abstração da qual não escapam nem os partidários da “revolução nacional-libertadora” ou “democrático-burguesa”, nem os que se batiam pela “proletário-socialista” (BRANDÃO, 1997, p. 141).

Formalizou-se uma concepção que privilegiara uma perspectiva nacional-libertadora, condizente com outros processos revolucionários daquele período. Uma formação comunista, que teve no stalinismo e no prestismo suas forças propulsoras. Sustentou-se, a partir daí, uma identidade “popular” e menos “operária”, sendo que a preocupação com os problemas da “nação” predominariam sobre os da “classe” (VIANNA, 1989, p. 135). Mas tanto o povo, quanto à nação, adentraram ao projeto de “modernização pelo alto”, que terá no Estado, o ator responsável por esse processo. Logo, o tema nacional, então confundido com a luta pela industrialização do país torna-se o *leitmotiv* do regime de 1937, e o Estado Novo se apresentou para a sociedade, inclusive pelo seu reconhecimento dos direitos sociais do proletariado urbano, como realmente novo (VIANNA, 1989, p. 136). A derrota em 1935, ao mesmo tempo em que afastou a esquerda do poder, teve parte de sua agenda assimilada pelo varguismo. Ademais, mesmo com o fracasso da experiência frentepopulista na ANL, o PCB manteria tal perspectiva estratégica sem gestar um grande processo de renovação teórico-estratégico até a metade dos anos 1950, mesmo com uma reorientação tática importante, porém passageira, entre os anos 1945-1947. Por conseguinte, a experiência nacional-libertadora da ANL fincou raízes no pensamento hegemônico do comunismo brasileiro, até o fim dos anos 1950, quando o Partido passaria por uma *transformação* em sua cultura política.

1.5 A estratégia comunista chilena na Frente Popular

No tocante ao estudo da trajetória do comunismo chileno, referente às dinâmicas entre o comunismo internacional e o comunismo nacional, buscaremos analisar a trajetória do PCCh, partindo dos mesmos pressupostos analíticos, que foram abordados na análise da experiência brasileira. Especificamente nesse período da experiência do comunismo chileno, faremos uso de duas etapas processuais nos anos 1920 e 1930, caracterizadas como *Frente Único y Revolución Socialista* e *Frente Popular y Revolución Democrática Burguesa* (CHAMORRO, 2010, p. 76). Em consonância com a proposta estabelecida no presente capítulo, pretendemos identificar a gravitação dos fatores internacionais desse período em relação aos acontecimentos propriamente nacionais, analisando as estratégias e as táticas políticas de alianças dos comunistas. Sendo assim, partiremos da mesma perspectiva de análise alusiva à interação PCB-MCI, que também se preocupou em demonstrar o espaço

autônomo do Partido brasileiro frente às determinações soviéticas. No Chile, este mesmo debate marcou a historiografia voltada para os estudos do comunismo no país:

Em relação ao caráter das relações e a influência da IC nos movimentos populares em geral e nos partidos comunistas, em especial, a historiografia mais recente tende a revisar as concepções vigentes no período da Guerra Fria e a relativizar as visões mais reducionistas que somente viam o PC como um instrumento da URSS ou mais precisamente, como um instrumento stalinista (BENAVIDES, 1988, p. 22).

Nos anos 1920, o que também distinguiu o grau de autonomia de cada partido frente às determinações soviéticas foi a própria intenção por estreitar ou não os laços com o Comintern. O maior enraizamento dos comunistas chilenos junto ao movimento dos trabalhadores e sua aliança com a FOCH permitiu que o Partido gestasse uma maior autonomia comparada a outros partidos comunistas latino-americanos. A título de comparação, enquanto Moscou reprovava a tentativa brasileira de inserção junto à Internacional, o Comintern reivindicava maior aproximação junto ao PCCh:

Hace ya mucho tiempo que no hemos tenido ninguna información de ustedes. Después del III Congreso no hemos recibido ni una sola línea de Chile [...] Ya no es la primera vez que insistimos en la necesidad de vínculos epistolarios normales. Hace mucho tiempo les pedimos información sobre la situación económica de la clase obrera, sobre la composición de la Federación y de sus fuerzas, pero no recibimos nada... Su silencio es inexplicable. Esperábamos recibir información de su delegado en el Congreso, pero lamentablemente, su Federación no envió a nadie (GREZ TOSO apud COMINTERN, 2011, p. 256).

Mesmo após o suicídio de Recabarren, PCCh e URSS mantiveram uma relação distante e às vezes conflituosa, ao ponto de se destacar uma independência do Partido chileno nos anos 1920. Algumas características vinculadas ao antigo POS definiram os primeiros anos de vida do PCCh e contribuíram para o citado distanciamento. Tal continuidade se definiu através da posição beligerante frente ao sistema político, mas que ao contrário da posição anarquista, não bloqueava a via político-institucional, vista como instrumento de interesses dos trabalhadores e, também, como alternativa revolucionária (GREZ TOSO, 2011, p. 257). Esse pragmatismo do PCCh refletiu nas relações com o governo de Artur Alessandri Palma, quando, por meio da liderança de Recabarren, os comunistas mantiveram uma certa aproximação junto ao Poder Executivo. Somente após uma onda de repressão e perseguições

do governo alessandrista é que houve uma total ruptura por parte do PCCh (GREZ TOSO, 2011, p. 296).

Em determinados momentos, a participação junto ao sistema político fora relativizada pelos dirigentes comunistas. Segundo Recebarren, os comunistas não assumiam o “Parlamento burguês” no intuito de produzirem leis que melhorassem as condições de vida do trabalhador, pois desconfiavam das virtudes dessas leis voltadas ao sistema capitalista. Sendo assim, cabia ao parlamentar comunista, a partir da crítica revolucionária, demolir as instituições e a dominação burguesa. Por outro lado, a política aliancista junto aos membros da burguesia causou um embate parecido com o que houve no interior do partido brasileiro, embora existissem diferenças quanto à interpretação dos atores que representavam à pequena-burguesia nessas duas distintas realidades. A fim de solucionar tal impasse, o pragmatismo político dos comunistas chilenos iria distinguir o conceito de *alianzas* e *arreglos electorales*¹⁹. Na prática:

A distinção entre *alianzas* e *arreglos electorales* era sutil, mas eficaz, pois aludia a graus distintos de compreensão entre os associados (o primeiro termo supõe um programa comum, enquanto que o segundo supõe um simples acordo de tipo prático, instrumental), o que permitia manter a pureza doutrinária tantas vezes proclamada pelo mesmo líder durante sua militância *demócrata* e depois *socialista* (GREZ TOSO, 2011, p. 276).

Essas e outras conceituações seriam redimensionadas tendo em vista o maior estreitamento com o MCI, ocorrido ao final dos anos 1920. Lentamente, as diretrizes do MCI também começaram a exercer sua influência no Partido chileno. A adoção do conceito “ditadura do proletariado”, já empregado um pouco antes da transição definitiva entre POS-PCCh, a proclamação da *vía violenta*, como única possibilidade para a revolução, além do trabalho de agitação e propaganda junto às Forças Armadas, ilustraram alguns reordenamentos teórico-políticos em consonância com o comunismo da III Internacional (GREZ TOSO, 2011, p. 273). Aproximações conceituais pragmáticas e autonomia política: essas seriam as marcas das relações entre PCCh e URSS, ao longo da década de 1920. À luz das orientações soviéticas, o PC chileno adequou-se à sua maneira.

Em 1925, três anos após Stalin assumir a Secretaria Geral do PCUS e um ano após a renúncia de Arturo Alessandri, motivada por diversas pressões políticas, os comunistas

¹⁹ A sutil procedência com as palavras sempre acompanhou a trajetória dos comunistas chilenos. Essa característica continuará presente nos debates em torno da relação não excludente, entre democracia e revolução na formação do socialismo chileno, desde o final dos anos 1950 até o governo da Unidade Popular.

chilenos encontravam-se às voltas com uma nova diretriz internacional para o comunismo, além de uma profunda agitação social no ambiente político de seu país. Imerso nessas crises, o Partido, intitulado-se representante legítimo do movimento dos trabalhadores, tentou desenvolver uma política de alianças, que não correspondia fielmente à tática da Frente Única soviética, mas que se apresentava nominalmente como tal (BENAVIDES, 1988, p. 30). Em abril desse ano, o Partido participou da *Frente Social Republicana* (FSR), que era composta por uma diversificada base social e política, tendo como objetivo realizar uma discussão em torno da reorganização democrática do país, pós-Alessandri. Essas iniciativas também seriam criticadas pelo Secretariado Sul-Americano, quando este enviou uma carta ao PC chileno na qual, além de reiterar a necessidade de reorganizar-se em torno da base de células das fábricas, insistiu na preocupação e na necessidade de se formular uma estratégia bolchevique no Chile (BENAVIDES, 1988, p. 30). Esses embates permaneceram ao longo da década, mas a partir de 1927 o Comitê Executivo do PCCh começou a rediscutir e aprofundar os temas propostos pela URSS. No Congresso desse mesmo ano, mediante uma autocrítica, o PCCh buscou criar uma Frente Única, condizente com os princípios internacionais dessa estratégia. Tratar-se-ia, também, de uma mudança no horizonte estratégico frente à vitória de Ibáñez, que manipulou todo pleito eleitoral em seu favor. Seu único opositor foi Elias Laferte, representante do Partido Comunista.

Diferentemente de Alessandri, que apresentou uma política reformista para a dinâmica da modernização chilena no início do século XX, e que durante certo tempo teve um apoio extraoficial dos comunistas, o governo Ibáñez radicalizou tal política e rompeu com a lógica reformista, mediante, também, a insustentabilidade do modelo primário-exportador, que já se encontrava em crise por quase toda a América Latina. Desse modo:

Carlos Ibáñez foi o impulsionador de um modelo de desenvolvimento de tipo *neobismarckiano* consistente, como já foi dito, tratando-se de um caudilho que propôs acelerar a transição para uma sociedade industrial moderna e que contava com a vantagem de que, por debilidade provisória das classes dominantes e a desorganização das classes subalternas, pôde governar sem exigências asfixiantes de representação (MOULIÁN, 2009, p. 24).

Diante dessa manobra de centralização do poder não tardaria para que se realizasse a expulsão do PCCh do sistema político chileno. Sua postura política de oposição radical também pesou nesse afastamento. Apesar desses infortúnios, no decorrer dos anos do governo Ibáñez, os comunistas mantiveram uma incipiente mobilização política e continuaram se adequando às diretrizes da Frente Única soviética, conforme sua própria interpretação. Porém,

sua ação política foi se enfraquecendo cada vez mais. Em um encontro do Comitê Central, ocorrido em dezembro de 1928, quando a conjuntura favoreceu um estreitamento de laços entre PCCh e a Internacional Comunista, a perspectiva estratégica do comunismo chileno voltou-se contra setores reformistas e a chamada pequena burguesia chilena. Era o tempo da estratégia de *Frente Único y Revolución Socialista*. Tempo esse em que se aprofundou a intervenção direta das estruturas da Internacional Comunista sobre a seção chilena, mediante a presença de instrutores da IC, apoio financeiro da URSS e *normalização ideológica* do Partido (RIQUELME, 2009, p. 58). Enfatizou-se a necessidade de se criar um governo operário-camponês nos moldes do que seria o modelo de Frente Única para a América Latina. O momento de luta voltava-se para a realização de uma revolução agrária e anti-imperialista em favor das grandes massas exploradas.

Foi um período em que os comunistas tentaram radicalizar suas ações. Segundo Alberto Aggio, “esta exasperação da conjuntura levou a que os comunistas comandassem uma greve geral e empreendessem algumas ações armadas que redundaram em repressão e fracasso” (1999, p. 80). Muitos dirigentes foram presos e o Partido foi perseguido, sendo que o esforço partidário priorizou sua própria reorganização e sua reinserção no movimento sindical (BENAVIDES, 1988, p. 38). Tal perspectiva se fez presente em todo o governo Ibáñez. Todavia, após a sua queda, em julho de 1931, motivada pelas repercussões da crise de 1929, pelos problemas de relacionamento político entre Executivo e Legislativo e, como último acontecimento derradeiro, pelo surgimento de uma onda de protestos de estudantes, apoiados por boa parte da sociedade, novos horizontes surgiram para a esquerda chilena. Foi nesse espaço de tempo, em 1932, que ocorreu uma curta experiência revolucionária, liderada por Marmaduke Grove, e denominada *República Socialista*.

Personagem advindo do mesmo núcleo militar que Ibáñez, Grove almejou inverter a composição nuclear do projeto de modernização anterior ao interpelar a participação do povo mediante a existência de um governo revolucionário e socialista. Suas premissas baseavam-se na realização de mudanças profundas, apoiadas por setores populares e pela classe média. Entretanto, este projeto não conquistou o apoio esperado. Embora tenha tido uma trajetória brevíssima, a experiência socialista de Grove, surgida de um *putsch* militar com relativo apoio civil, teve um significado importante. Ela proporcionou às esquerdas o horizonte possível das transformações radicais e introduziu o tema do socialismo como uma alternativa materializável (MOULIÁN, 2009, p. 25). Posteriormente, Grove seria um dos fundadores do Partido Socialista, em 1933. Ao contrário da ditadura *ibañista*, portanto, pretendeu-se uma *dictadura democrático-popular*, que não conseguiu compor nem o elemento democrático e

nem o pretendido apoio popular. A solução aos impasses da sociedade chilena viria através do reordenamento de seu sistema político e do expurgo a essas vias insurrecionais e da abertura de espaços para uma nova ideia de alianças:

Essas coalizões operaram dentro do marco da legalidade política representativa recém-formada entre 1932 e 1938. Elas permitiram a criação de um consenso político sobre a base de compromissos interclassistas e abriram a oportunidade para uma fase reformista de longa duração, durante a qual se enfrentou alguns problemas nacionais, cuja postergação esteve na base da crise de Estado aberta em 1924 (MOULIÁN, 2009, p. 27).

Diante de uma série de graves crises na sociedade chilena, o biênio 1931-1932 acabou por delinear uma nova recomposição política, que fará eco junto aos projetos aliancistas chilenos, vigentes até o ano de 1973. Essa década seria marcada pelo aparecimento de novos movimentos sociais organizados por uma emergente classe média e grupos populares, que continuaram desafiando as características oligárquicas do regime político vigente. Quanto aos movimentos das classes médias, suas formações permearam um amplo espectro político, a ponto de alguns grupos estabelecerem alianças tanto com setores oligárquicos, quanto com setores populares (RIQUELME, 2009, p. 59). Por parte dos grupos ligados à direita desse espectro político, o Partido Conservador e o Partido Liberal instituíram novas alianças e superaram antigas divisões que marcaram suas trajetórias, desde o século XIX. No campo do centro político, o Partido Radical (PR) foi hegemonizando tal espaço a partir de uma posição

que se define com uma forte percepção de tipo popular em sua Convenção, em 1931, quando reconhece uma série de políticas progressistas como, por exemplo, a luta de classes, a necessidade de transformações estruturais pela via reformista, a necessidade de uma participação do Estado na regulação da vida econômica, etc. Embora ainda o Partido Radical atue em grande parte dessa década unido aos setores da direita. Somente com a Frente Popular, o Partido Radical aproxima-se de alguns posicionamentos da esquerda (BENAVIDES, 1988, p. 42).

Em relação às esquerdas chilenas, especificamente o Partido Comunista, esse período também forneceu elementos que permitiram sua reorganização estratégica no que se refere tanto a sua percepção em torno da realidade chilena, quanto às mudanças nas linhas políticas que se seguiram. Porém, vale ressaltar que essas transformações foram graduais e acabaram por desagradar alguns grupos dentro e fora do PCCh. Dava-se início ali ao abandono da estratégia insurrecional de classe contra classe. Portanto, tal reordenamento comunista conviveu com o aparecimento de um conjunto de pequenos grupos de orientação socialista e

anti-stalinista, que iriam subsidiar a formação do Partido Socialista²⁰ (BENAVIDES, 1988, p. 43). Encerrava-se, a partir desses novos realinhamentos, um ciclo aberto em 1924 que alimentou diversas tentativas interventoras à ordem institucional (AGGIO, 1999, p. 83).

O pleito eleitoral de 1932 corroborou para essa volta à normalidade político-institucional. Diferentes forças políticas disputaram às eleições presidenciais e parlamentares. Mesmo derrotado, Marmadruque Grove obteve uma importante porcentagem de 17,7% dos votos, ficando em segundo lugar. Os Comunistas, sofrendo o reflexo da repressão dos anos anteriores e isolados politicamente, obtiveram apenas 1,2% dos votos, tendo Lafferte como candidato. Favorito e vencedor com 54,7% dos votos, Arturo Alessandri regressou ao Palácio de *La Moneda*, dessa vez apoiado pelo Partido Radical e algumas forças políticas de esquerda. Dentre suas principais bandeiras, Alessandri defendeu a consolidação da estabilidade institucional e a recuperação econômica do país, questões essenciais a serem enfrentadas naquele momento. Tendo iniciado seu mandato, no entanto, a roupagem centro-esquerdista de seu programa eleitoral caiu, desnudando e revelando o verdadeiro corpo direitista de seu governo. Medidas repressoras e participação intensa da direita nos desígnios do governo alessandrista indicaram uma forte resistência do *estabishment* político frente às transformações estruturais pelas quais o Chile passava, sendo que a conjuntura internacional indicava uma crítica ao liberalismo oligárquico em detrimento do desenvolvimento social via ação do Estado (AGGIO, 1999, p. 88-89).

Paralelamente às ações desse governo conservador, o PCCh passou por transformações substantivas em sua estratégia política. Isolado politicamente e pouco representativo na sociedade chilena, o Partido realizou um movimento de autocritica na primeira metade da década de 1930. Porém, não apenas pela difícil situação interna, mas também pelas próprias mudanças que ocorriam na Terceira Internacional, os comunistas chilenos acabaram por empreender uma nova perspectiva política. Salvaguardadas as propositais ambiguidades referentes às suas questões teórico-estratégicas:

²⁰ No início dos anos 1930, o Partido Socialista Chileno se organizou mediante uma perspectiva ideológica e cultural mais aberta em relação às diretrizes do marxismo-leninismo de Stálin. Suas inspirações político-intelectuais abarcaram o anarquismo, o socialismo libertário, o humanismo e o nacionalismo progressista, além de um segmento militar, que representava parte da oficialidade jovem. Trata-se, também, de uma instituição muito influenciada pelas teses sustentadas pelo peruano Haya de la Torre, fundador e ideólogo da *Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA)*, quando muitos peruanos, adeptos dessa corrente, foram exilados no Chile e difundiram tais ideias (ARRATE, 2003, p. 163-165). Nascia, assim, uma rivalidade histórica na esquerda chilena, que alimentou alguns processos de dissidências e crises, mas que também colaborou com a formação de contrapontos e políticas institucionais, que salvaguardaram a presença da esquerda no cenário político chileno.

A nova política, que se elabora mais precisamente a partir da Conferência de 1933, reformula definitivamente a demanda por *socialismo ahora*, formulando-se a questão em torno do caráter da revolução chilena. Efetivamente, como assinala um autor, na Conferência Nacional de julho de 1933, apresentou-se, pela primeira vez na história do Partido Comunista, “que a revolução chilena devia ser democrática, burguesa, agrária e anti-imperialista, impulsionada por forças provenientes da classe trabalhadora e camponesa” (MILOS, 2008, p. 22).

Em 1934, o PCCh colocou em um plano inferior a visão sectária em seu horizonte estratégico. Ao final desse ano, em Moscou, ocorreu a Conferência Latino-Americana de Partidos Comunistas, quando os comunistas da região receberam o incentivo à criação das frentes populares. Seis meses depois, a criação das frentes populares nacionais centralizaria a temática do VII Congresso da Internacional Comunista. Ao obterem o apoio para formarem tal organização contra o fascismo, os comunistas chilenos tiveram a oportunidade de desenvolver uma estratégia aliancista no país. Sendo assim, o PCCh se propôs a reconstruir a unidade sindical do proletariado chileno e formar uma coalizão política com o Partido Radical e o Partido Socialista (CHAMORRO, 2010, p. 82). O PCCh, embora tenha liderado essa iniciativa, representou, todavia, uma força política auxiliar nesse projeto político. Contudo, esse processo viria definir uma nova trajetória estratégica do comunismo chileno nas décadas subsequentes. A partir dessa conjuntura, somada à questão das relações entre comunismo chileno e comunismo internacional, outros fatores, dessa vez de ordem interna, influenciaram na formação da Frente Popular chilena, cuja liderança nos pleitos eleitorais ficou a cargo do Partido Radical, seguido dos Socialistas.

O Chile da década de 1930 vivia uma continuidade da crise econômico-social, que tivera início na década anterior. Muitas manifestações e críticas das camadas populares eram reprimidas pelo poder político. No outro lado da questão, o movimento operário e popular já havia criado uma tradição de trabalho conjunto expresso através de inúmeras organizações sociais e políticas, que mesmo assistindo às rivalidades entre comunistas e socialistas, marcou sua posição na política chilena:

Desta forma, a Frente Popular não nasceu e emergiu no cenário chileno da década de 1930 como uma determinação externa, previamente traçada, e tampouco seu processo de constituição assumiu uma trajetória simples e linear. Ela se formou lentamente, desde os primeiros anos da década, a partir de uma série de iniciativas políticas que propugnavam alianças entre forças políticas genericamente consideradas como defensoras das “liberdades públicas” ou pertencentes à “esquerda”, para definir-se, posteriormente, como pacto eleitoral cujo objetivo era vencer as eleições parlamentares de 1937 (AGGIO, 1999, p. 102).

A despeito da formação institucional da Frente Popular, a conjuntura política na metade da década de 1930 também auxiliou na criação de tal aliança. O endurecimento do governo Alessandri, visto na crise econômica e no cerceamento das liberdades públicas, assim como a morte do popular senador radical, Pedro León Ugalde, em julho de 1935, fizeram com que as forças de oposição se unissem em prol de uma aliança, que visasse reverter esse quadro mediante as próximas eleições parlamentares (MILOS, 2008, p. 29). Com o falecimento de Ugalde houve a necessidade de se criar uma eleição complementar para substituí-lo. Surpreendentemente, o PCCh seria o ator político que lideraria uma iniciativa em torno da eleição para o Senado, propondo às forças de centro e esquerda, a escolha do militante Radical Socialista, Juan Luis Mery Frías, embora, durante tal campanha tenha sempre ressaltado suas diferenças ideológicas com os demais partidos (MILOS, 2008, 34). Em uma carta programática, publicada pelo periódico *Frente Único*, endereçada à Socialistas e Radicais, o PCCh incentivou uma ampliação do chamado *Block de Izquierda* a fim de transformá-lo em uma Frente Popular. Também deixou exposto suas divergências com os dirigentes socialistas, pois estes não se posicionavam sobre a questão aliancista, além de exigirem dos Radicais, “*el abandono de su táctica de vacilaciones, de castración y de verdadera traición a los grandes intereses populares*” (MILOS apud FRENTE ÚNICO, 2008, p. 35).

Subjaz dessas ações um forte interesse em assumir a condução das forças de esquerda, além de reposicionar os Radicais para a esquerda do espectro político. Porém, o PCCh errou ostensivamente ao superestimar suas próprias forças, alegando ser o representante dos interesses de todo o povo, além de ter subestimado os outros atores políticos, em especial o Partido Radical e o Partido Socialista (MILOS, 2008, p.38). O final dessas negociações resultou no apoio a J. Mery, o que não significou uma supremacia por parte dos Comunistas. O ator político que conseguiu liderar tal opção frentista foi o Radicalismo. Pragmaticamente, os Socialistas evitaram uma política de grandes confrontações e apoiaram tal opção. Diante desses interesses diversos, a Frente Popular chilena começaria a ganhar formato através da liderança do Partido Radical.

Quanto às relações entre as esquerdas chilenas, a iniciativa da Frente Popular acabou por apresentar mais um capítulo de divergências entre Comunistas e Socialistas, mas também um novo espaço de conciliação. No campo das divergências, havia o interesse em monopolizar as políticas para os grupos médios e populares da sociedade chilena, bem como liderar o *Block de Izquierda* (proposta socialista) ou ampliar tal aliança para uma frente mais ampla (proposta comunista). Por outro lado:

a despeito das péssimas relações existentes entre o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS) [...], seus interesses começaram a convergir quando o governo Alessandri lançou uma repressão indiscriminada contra os sindicatos, atingindo seguidores de ambos partidos. [...] No campo da esquerda, a política anti-operária da administração alessandrista teve uma importância inquestionável como fator de aproximação e de cooperação entre os partidos Comunista e Socialista no interior da Frente Popular. [...] Esta nova orientação permitiu aos comunistas chilenos gerenciarem em relação ao Partido Radical a formação de uma versão local das frentes populares europeias. Apesar de uma intensa e inflamada polêmica interna, os Radicais responderam afirmativamente a esta iniciativa, já que lhes parecia adequada ao propósito de formação de uma coalizão eleitoral de centro-esquerda e plausível como fórmula para eleger um presidente de suas fileiras nas próximas eleições (AGGIO, 1999, p. 103-104).

A Frente Ampla institucionalizou-se no cenário político chileno, em 1936. Sua principal motivação foi reunir as forças de oposição contra o governo de Alessandri. Desse modo, pode-se afirmar que o horizonte político inicial da Frente Popular foi um horizonte de aliança democrática, cuja duração e projeção, no entanto, não foram percebidas da mesma maneira por todos os seus membros (MILOS, 2008, p. 75). Havia diferentes concepções em torno desse projeto aliancista. No caso específico dos Comunistas, tratar-se-ia de uma etapa revolucionária democrático-burguesa de caráter anti-imperialista, já que a revolução socialista ainda não era possível de ser alcançada. Por se tratar de uma força auxiliar nessa aliança, os Comunistas assistiram ao embate acerca da conquista da liderança no interior da Frente Popular, entre Socialistas e Radicais (AGGIO, 1999, p. 105). Será a partir das eleições parlamentares de 1937, até abril de 1938, que Radicalismo e Socialismo travarão embates em torno da supremacia da Frente, tendo o desfecho pendido para a força de centro, tendo na figura de Pedro Aguirre Cerda, político radical, a opção escolhida para disputar a Presidência.

Com uma proposta que procurava responder aos problemas nacionais, com base nos elementos mais consensuais do debate político que se vinha travando nos últimos anos, a Frente Popular defendeu em seu “Programa de Governo” a “defesa do regime democrático”, bem como o respeito aos direitos individuais; respeito às diversidades políticas, sociais e religiosas; fim das leis repressivas; nacionalização da economia; reforma agrária; gratuidade e estatização do ensino, além de defender um forte desenvolvimento social no trabalho e na saúde (AGGIO apud PROGRAMA DE GOVERNO DA FRENTE POPULAR, 1999, p. 213-216). Diante de uma vitória extremamente apertada (menos de 1% à frente do candidato liberal-conservador, Gustavo Ross, ex-ministro da fazenda do governo Alessandri), a Frente Popular venceu as eleições presidenciais, em outubro de 1938. Essa data inaugurou um processo de modernização singular e contínuo ao “combinar desenvolvimento econômico

com uma extensiva e quase sempre ilimitada liberdade política”, que seria liderado pelos governos Radicais, até 1952 (1999, p. 16).

O significado dessa vitória eleitoral para o PCCh esteve inserido dentro de uma mudança de perspectiva, que salvaguardadas as particularidades nacionais – comparando com o caso brasileiro, especificamente -, também pode ser pensada dentro de um novo paradigma internacional do comunismo, derivando de um anterior enfoque proeminentemente classista à um enfoque nacional (RIQUELME, 2009, p. 60). Todavia, ao contrário do PCB, o PCCh soube aproximar esse novo enfoque junto a outros partidos políticos de centro e esquerda, a partir de uma participação na esfera político-institucional²¹. Inclusive, uma das grandes diferenças entre as relações políticas do PCB e PCCh em seus cenários nacionais evidencia-se na presença do Socialismo como um ator relevante da esquerda chilena quando, ao contrário do Brasil, o PCB hegemonizou a esquerda, naquela conjuntura até os anos 1950, não tendo um contraponto teórico-estratégico de relevância nacional. No Chile da Frente Popular, a democracia defendida pelo Programa, teve interpretações distintas para cada partido:

Para o Partido Comunista, democracia era a defesa das reivindicações populares contra o inimigo comum: a oligarquia associada ao imperialismo. Para o Partido Socialista, a democracia era o espaço da liberdade para que o povo chileno, oprimido, explorado e pobre, pudesse lutar pelas transformações da sociedade. Por fim, para o Partido Radical, a democracia era encarada como o “justo meio”, isto é, a capacidade do governador de responder, gradativamente, às necessidades do povo; a democracia era a possibilidade de avançar e evitar excessos (AGGIO, 1999, p. 122).

Essa pluralidade fez com que o PCCh se adequasse e, principalmente, reformasse sua estratégia. Mas os limites desse reformismo se deram tanto em âmbito local como internacional, de acordo com as condições daquele período. Após a vitória de Aguirre Cerda, o PCCh rechaçou participar de algum posto ministerial, alegando que o Partido não desejava prejudicar o governo, a fim de evitar uma possível comparação com a formação de um regime comunista no Chile. Carmelo Furci, no entanto, alega um motivo mais complexo para o PCCh não ter participado do grupo ministerial:

²¹ Sendo assim, “em relação à esquerda, ainda que as consequências de sua participação nos governos de coalizão tenham sido prontamente avaliadas como negativas – e esta visão será predominante no seio da esquerda chilena até a década de 1970 -, pode-se dizer que em favor desta participação está o fato de que os partidos Comunista e Socialista não somente conseguiram assegurar o seu papel de representantes dos trabalhadores organizados, como também puderam aumentar suas bases e seu prestígio para, enfim, atuarem como forças proeminentes do processo político nacional, em condições de igualdade com os demais partidos” (AGGIO, 1999, p. 21).

O PC não desejava estar vinculado diretamente a um possível fracasso, devido à forte oposição dos *Conservadores e Liberales* no Parlamento. Em uma situação onde os poderes do Presidente estavam limitados pelo Parlamento, e onde a realização do programa da Frente Popular seria demasiado difícil, os comunistas preferiram permanecer fora do gabinete e, de fato, rapidamente apareceram as diferenças (2008, p. 69).

Em relação à sua posição global, seu novo discurso nacional e democrático articulou-se dialeticamente com um maior alinhamento junto à III Internacional. Tentou-se, durante esse período e o desenvolvimento posterior de tal concepção estratégica, compatibilizar o que evidentemente não era compatível (RIQUELME, 2009, p. 62). As contradições entre a linha soviética e a formalidade democrática, embora tenham se renovado e fincado raízes na estratégia do PCCh, aliadas às rivalidades entre Comunistas e Socialistas, que não demoraram a reacender, ilustraram a fragilidade dos acordos políticos de 1938, por parte da esquerda chilena. No início dos anos 1940, dadas as posições referentes à Segunda Guerra, quando os Comunistas seguiam os direcionamentos zigzagueantes dos soviéticos e os Socialistas rechaçavam tal alinhamento, a aliança da Frente Popular, em relação às forças de esquerda que a compunham, se rompeu. Os legados desse movimento aliancista teriam repercussões diferentes em cada Partido. No caso dos Comunistas, o frentismo balizaria sua estratégia por mais quatro décadas, embora tenha convivido, em constante paradoxo, com uma visão insurrecional, que ficaria em segundo plano, até a década de 1970.

Portanto, o legado dessa aliança fixou-se em torno de três vetores que marcariam a cultura política do comunismo chileno: a transcendência da fórmula política da Frente Popular como “padrão de mobilização nacional e de modernização” (AGGIO, 1999, p. 41); a histórica rivalidade com o Socialismo; e, principalmente, o pragmatismo político-teórico referente à relação entre democracia político-institucional e seu horizonte revolucionário, que marcaria sua trajetória até a década de 1970, quando a outra *alma* do PCCh assumirá o protagonismo estratégico.

Por fim, ao compararmos as estratégias dos partidos comunistas, brasileiro e chileno, nas décadas de 1920 e 1930, e suas ações nos processos políticos nacionais desse período, destacamos os elementos político-culturais dessas duas experiências que influíram significativamente na formação de suas culturas políticas comunistas.

Segundo a Internacional Comunista, a partir de 1935, “Brasil e Chile, em virtude de sua posição estratégica, em relação ao Atlântico e ao Pacífico, passaram a ser vistos como países importantes para que se estimulasse a nova linha adotada pelo MCI” (AGGIO, 1999, p. 17). Em seu VII Congresso, ocorrido entre os meses de julho e agosto desse mesmo ano,

diversos delegados latino-americanos tiveram a oportunidade de relatar suas realidades locais e suas políticas estratégicas frente a essas novas diretrizes. Curiosamente, dentre as explanações proferidas, um posicionamento do delegado chileno Carlos Contreras Labarca, codinome *Borkes*, chamou nossa atenção. Conforme sua intervenção, ocorrida em 11 de agosto de 1935, o PCCh

luchará por la transformación del bloque de izquierda en um amplio frente único antiimperialista, en una alianza de liberación nacional, sobre el modelo de la alianza formada en el Brasil, alianza que tenga por objeto la lucha por la liberación nacional y por las libertades democráticas (VII CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1984, p. 441).

No entanto, em nenhuma parte desse discurso encontra-se presente alguma oposição ou comparação com os elementos táticos da política chilena com a política brasileira. Tratar-se-ia, muito provavelmente, de uma questão referencial em torno das estratégias apresentadas no VII Congresso, pois como já dito anteriormente, ambos os Programas, tanto da ANL como da Frente Popular, abordavam a questão das “liberdades democráticas”. Todavia, essa colocação também ilustra a maneira como a questão democrática era pensada naquele momento, pois meses depois, como se sabe, os comunistas brasileiros desencadearam uma insurreição de caráter militarista.

Sendo assim, as políticas definidas por esses dois Partidos, embora tenham tido distintos fins, alicerçaram-se por meio de questões sociais, políticas e econômicas idênticas, que estiveram presentes nos dois Programas, tanto da ANL quanto da Frente Popular caracterizando, desse modo, a participação decisiva do MCI na formulação estratégica dos comunismos latino-americanos e a percepção dos comunistas nacionais acerca dos seus problemas internos. Porém, não nos cabe aqui, refletirmos profundamente sobre o que significou tais experiências para seus contemporâneos²². Interessa-nos, especialmente, desenvolver uma crítica em torno das continuidades e das transformações levando em consideração tais experiências para as estratégias comunistas posteriores. Desse modo, avaliamos que ambas as estratégias, vistas comparativamente, auxiliaram, juntamente com as diretrizes internacionais, na formação de tais culturas políticas comunistas. Em relação ao caso brasileiro:

²² Esse exercício pode ser visto na obra de Gildo Marçal Brandão, que criticou as análises anacrônicas, em torno das escolhas realizadas pelos comunistas brasileiros, em 1935 (ver 1997, p. 127-149).

Apesar de derrotada, a experiência aliancista configura uma *geração* e estabelece o padrão do que viria a ser a esquerda brasileira: em termos objetivos, um conglomerado de tendências e correntes afins cujo núcleo influente jamais chegou a se consolidar como expressão institucional e organizacional de massas; em termos subjetivos, a coexistência e o conflito, nunca resolvido, entre *duas almas*, ambas constitutivas de seu perfil intelectual e político: a *front populaire* e a golpista; em termos programáticos, a luta pela industrialização e pela ampliação do mercado interno como mediações necessárias para a democracia e o socialismo. [...] Da experiência aliancista saem os temas centrais, as categorias básicas e a impostação geral que darão vida à concepção de mundo que, consolidada teoricamente nos anos 50, será própria à esquerda brasileira (BRANDÃO, 1997, p. 152-153).

A ação militarista de 1935 marcou profundamente sua identidade. De acordo com Gildo Marçal Brandão, “o PCB foi o primeiro, e durante bastante tempo, o único partido comunista latino-americano a tentar uma insurreição armada” (1997, p. 154). Ademais, o pêndulo da via insurrecional só cederia seu protagonismo à via político-institucional, a partir dos anos 1950, com a chamada primeira renovação comunista (SANTOS, 1988). Essa transformação da estratégia do PCB só ocorreria em meados de 1950, quando uma crise de identidade, associada às denúncias contra o stalinismo, afetaria profundamente o imaginário de seus militantes, redundando em um longo movimento de dissidências, acompanhado por um outro longo processo de renovação político-estratégica, traduzido na nova relação comunista com a democracia, ao final do século XX.

Em relação à experiência frentista do comunismo chileno o resultado foi outro. Ao contrário do isolamento pós-1935, que marcou o PCB, o processo de institucionalização da década de 1930 possibilitou ao PCCh alcançar uma influência no cenário político desproporcional ao seu tamanho eleitoral:

Essa tendência será constante e permanecerá vigente até 1973, sendo que sua influência será diretamente proporcional ao grau de solidez do sistema democrático, que, por sua vez, [o PCCh] quer suplantá-lo ou se deixar dominar pela prática institucional? Este foi o dilema do marxismo antes de 1914 e de alguma maneira esteve presente em toda a esquerda marxista chilena ao longo da democracia até 1973 (FERMANDOIS, 2013, p. 92).

O constante apoio dado a Frente Popular resultou em uma crescente participação do PCCh junto ao sistema político, quando os Comunistas ocuparam cadeiras ministeriais no governo de Juan Antonio Ríos, na década de 1940 (ARAYA, 2010, p. 23). Porém, após o final da Segunda Guerra Mundial, a partir de pressões estadunidenses e desconfiança de parte

da sociedade chilena, o PCCh foi expulso do governo Videla e posto na ilegalidade, em 1948. Embora essa “traição nacional” tenha incidido numa grande perda de influência junto ao movimento operário, repercutindo, também, em um significativo movimento de dissidência, denominado *reinosismo*, o PCCh manteve as bases de sua linha estratégica. Sua renovação, no entanto, pautou-se no que viria a ser a sua nova proposta de frente aliancista nos anos 1950. A inversão desse caminho, contudo, ocorreria em outro contexto, ao compararmos com a trajetória do PCB quando, após o golpe de 1973, o pêndulo insurrecional adentrará a hegemonia estratégica do comunismo chileno como oposição armada ao regime de Pinochet.

CAPÍTULO 2 ENTRE QUERER E PODER: AS ESTRATÉGIAS DO PCB E PCCH ENTRE 1938 E 1953

2.1 O legado das Frentes Populares nas estratégias comunistas

O sentido de unidade tática representou a peça-chave do modelo estratégico de Frente Popular, impulsionado pelo Comintern a partir da segunda metade dos anos 1930. Naquele momento, conforme mencionado no capítulo anterior, dentre as razões para a formação dessa nova estratégia estavam a ameaça iminente do fascismo, bem como o próprio fracasso da estratégia *obreirista*, de caráter isolacionista e ultraradical. Tais redirecionamentos indicaram que a expansão da Revolução Mundial bolchevique não mais faria parte da hora presente no mundo ocidental enquanto estratégia global de revolução. Embora esse mesmo imaginário revolucionário estivesse longe de sofrer um processo de desencanto, a estratégia do bolchevismo cedeu espaço a outras propostas. Dessa maneira, reinventou-se, por parte do Comintern, o conceito de “revolução democrática”, atribuindo um novo sentido ao processo histórico.

No entanto, os limites dessa reorientação cominterniana evidenciaram-se na própria práxis dessa nova política. Embora as Frentes Populares trouxessem consigo a ideia de “Estado antifascista” e “democracia de tipo novo” como proposta de um novo regime de transição ao socialismo, a lógica da inevitabilidade da guerra permeou toda essa formulação estratégica. Formar uma Frente Popular e realizar a revolução compreendiam objetivos em comum. A tomada de assalto ao poder não era um elemento rival às frentes populares, mas sim uma variante no rol estratégico do Comintern (PINHEIRO, 1991, p. 290). Trata-se, portanto, de uma lógica stalinista de poder, cujos interesses protagonizaram e balizaram a orientação comunista na formação dessas Frentes. Diante disso, é possível compreender um dos motivos pelo qual o Comintern optou por centralizar suas iniciativas na Guerra Civil Espanhola, a partir de 1936 (PONS, 2014, p. 176-178), bem como estreitou sua influência na América Latina, tendo como modelo revolucionário a insurreição no Brasil, em 1935. Logo, referente a esse contexto específico, de acordo com a leitura do Comintern, a “revolução democrática” em curso na Espanha, tendo como protagonista o proletariado e o campesinato

pobre, não deveria ser interpretada como uma revolução democrático-burguesa tradicional, mas sim como um avanço rumo ao socialismo.

O *Partido Comunista de España* (PCE), durante a Guerra Civil, assimilou tal concepção, levando ao que Silvio Pons denominou de tentativa de construir a “sovietização” das instituições da república (2014, p. 181). Entretanto, o desfecho do conflito espanhol se apresentou de maneira devastadora para as forças republicanas. Representou, também, uma segunda grande derrota da estratégia de Frente Popular. Em 1935, a derrota insurreccional da ANL já havia causado um impacto muito negativo nas aspirações revolucionárias do comunismo latino-americano.

Mesmo com tais adversidades, essas e outras experiências trouxeram um novo horizonte na relação entre comunismo e sociedade de massas no mundo ocidental, bem como um maior entrelaçamento do universo comunista junto às tradições nacionais. Além disso, mesmo com todas as desconfianças recíprocas, no campo das esquerdas, comunistas e socialistas efetuaram uma importante aproximação tática no combate ao fascismo:

Mas o dado determinante vai além desta convergência dos partidos. É oferecido por um fenômeno geral que permeia a frente popular como *movimento*, pelo enraizamento de um espírito antifascista. Em outros termos, vai se construindo um patrimônio de convicções, de sentimentos, de lutas de massa, de convergência intelectual, que propõe antíteses e escolhas não só políticas, mas também morais e culturais. [...] A soma das opções comuns de civilização faz com que a época das frentes populares se configure historicamente como aquela na qual se realiza o máximo de convergência entre o comunismo da Terceira Internacional e o mundo democrático ocidental, suas instituições e suas aspirações universalistas (SPRIANO, 1987, p. 136-137).

No contexto latino-americano, a simbiose entre estratégia de Frente Popular, teoria leninista-stalinista e a perspectiva revolucionária inspirada no conflito espanhol, acabou dando origem a novas dinâmicas e alianças nas políticas internas de seus países. Ademais, imersos em projetos nacionais de maior amplitude, cujo horizonte de desenvolvimento voltava-se para a modernização ocidental de suas sociedades, seja a partir do Estado Novo varguista ou da Frente Popular liderada pelos Radicais, os partidos comunistas de Brasil e Chile, cada um a sua maneira, absorveram tais demandas e reformularam suas estratégias políticas mediante as oportunidades presentes nos distintos sistemas políticos de cada país. Ao final da década, o Brasil vivia sob um regime autoritário e o Chile, distintamente, possuía um sistema político democrático, apesar de alguns “enclaves antidemocráticos” (AGGIO, 1999).

Desse modo, embora a ANL tenha tido um curto período de atuação, a partir de sua experiência aliancista, inspirada no combate ao fascismo, emergiram os pontos centrais da concepção de mundo do comunismo brasileiro. De uma ação revolucionária malsucedida, que insistiria em marcar uma das duas faces indenitárias do Partido, o PCB passou novamente a germinar uma semente reformista, cuja maturação foi acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo no Brasil. Para Maria Alice Rezende de Carvalho, o caminho ocidental das alianças era retomado pelos comunistas. Porém, ao não realizarem nenhuma autocritica em torno do levante militar de 1935, sem aprofundar as demandas centrais da democracia naquela época como, por exemplo, a defesa da autonomia do movimento sindical, e instrumentalizando a política de frente popular, os comunistas não chegaram ao destino final da questão democrática, optando pela via estatista da evolução política brasileira (2007, p. 268). Paradoxalmente, entre idas e vindas, o PCB acompanhará os processos de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ora apoiando seus principais atores, como no caso do movimento queremista, em 1945, ora se opondo às suas lideranças propulsoras, como no caso dos Manifestos de 1948 e 1950.

Diversamente à experiência brasileira no que tange a estratégia de frente popular, a partir de 1935, o PCCh também realizou sua virada estratégica em torno de uma transformação inspirada na mudança de um enfoque classista para um enfoque nacional. Ao seu modo, ao invés de uma aliança com um movimento militar, como no caso da aliança com setores do tenentismo brasileiro, os comunistas chilenos aderiram a uma aliança partidária, que viria conquistar a Presidência dois anos após sua institucionalização. E ao contrário de uma postura titubeante do PCB em relação ao desenvolvimento da modernização capitalista em seu país, o PCCh, mesmo quando voltou a sofrer com a ilegalidade em 1948, manteve seu apoio ao projeto de modernização nacional chilena. E dessa opção pela defesa de um regime baseado na democracia representativa, através de um estímulo à industrialização dirigida pelo Estado e em políticas sociais atreladas a um “Estado de bem-estar”, enraizou-se no Partido uma política de defesa da modernização capitalista, que viria a ser orientada por diferentes correntes político-ideológicas, até 1973 (AGGIO, 1999, p. 194). Portanto, a partir da segunda metade da década de 1930 configurou-se na política comunista latino-americana uma aproximação com os projetos nacionalistas em vista ao combate contra o imperialismo.

Diante dessa ameaça iminente ao comunismo internacional, o combate ao fascismo acabou por estreitar as relações entre comunismo e nacionalismo no mundo ocidental, incluindo a região latino-americana. Além dos nossos dois objetos de estudo - PCB e PCCh -, podemos citar como exemplo a experiência cubana. Embora não tenha adotado o modelo

tradicional de frente popular, entre os anos 1939 e 1944, o PC cubano apoiou o coronel Fulgêncio Batista contra o “perigo fascista”, mesmo após sofrer com a repressão do Estado cubano entre os anos 1934-1940 (LOWY, 2006, p. 150). Segundo o documento “Cuba: a Frente Popular com Batista”, escrito por R. A. Martínez e publicado em *La correspondance internationale*, em 04 de abril de 1939:

O Partido Comunista cubano, cuja profunda compreensão da situação política contribuiu mais que qualquer outra coisa para a evolução democrática destes últimos tempos, chegou à conclusão de que é preciso renunciar a fórmulas obsoletas ainda em vigor no partido. A política do governo deve ser considerada progressista. A situação mudou e o lema do partido deve ser a partir agora: “Com Batista, contra a reação”, isto é, o partido deve se pronunciar abertamente pelo apoio das amplas massas populares à política de Batista (2006, p. 152).

Após apoiar Batista nas eleições de 1940, o Partido Socialista Popular (PSP) chegou a participar do governo com a presença de alguns ministros comunistas. Tal vinculação entre comunismo e nacionalismo também favoreceu a imagem do PCB e PCCh junto às suas sociedades, mesmo que em situações políticas diferentes. No caso chileno, antes do início da 2ª Guerra, o PCCh auxiliara na vitória da Frente Popular, enquanto o PCB só participaria do sistema político após o término do conflito mundial e queda do Estado Novo. Porém, ambas as estratégias receberam maior apoio de suas sociedades a partir do momento em que apoiaram projetos nacionais em detrimento de projetos classistas.

Esses movimentos estiveram relacionados a um movimento de maior amplitude. Em grande parte da América Latina, durante o período imediato do pós-guerra, houve uma fase em que ocorreu a confluência de três fenômenos distintos na região: democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 18). Paralelamente, no plano do comunismo internacional, essa conjuntura resultou no enfraquecimento do Comintern, quando foi liquidada a prática de formular uma única linha geral soviética para todos os partidos comunistas.

Por conseguinte, tendo em vista as mudanças ocorridas no cenário internacional aliadas as próprias relações dos partidos comunistas com seus universos políticos no Brasil e no Chile, partiremos para as análises acerca das especificidades dessas transformações ocorridas no PCB e PCCh, ao final da década de 1930 e ao longo das décadas de 1940 e 1950, a fim de compararmos suas posições assumidas nos períodos de ilegalidade (ambos ocorridos a partir de 1948), quando optaram por estratégias opostas entre si em uma primeira conjuntura e, posteriormente, na primeira metade da década de 1950, quando tais posições iniciaram um

processo de aproximação conceitual, quando ambas compreenderam o papel do partido como partícipe dos processos de modernização e democratização nacionais.

2.2 O PCB entre a revolução e a construção da nação

O impacto da derrota de 1935 arrefeceu a capacidade mobilizadora do PCB. A estratégia do comunismo brasileiro, apoiada pela Internacional Comunista, acabou por representar uma das últimas tentativas em se estabelecer a via revolucionária bolchevique no mundo ocidental. Posteriormente a essa frustrada tentativa, o caráter nacional da revolução se sobrepôs a um projeto bolchevique de viés classista. Por conseguinte, após a Intentona de 1935, abandonou-se o modelo de revolução soviético em detrimento da formação de uma “revolução democrático-burguesa”. Ademais, o corpo dirigente do PCB, após 1935, procurou revisar sua estratégia sem refletir sobre sua própria tragédia. Os comunistas brasileiros fomentaram debates direcionados a uma maior compreensão da realidade nacional e as transformações que essa estava sofrendo. Nesse instante, no pensamento do PCB, parte da burguesia, teoricamente definida como nacionalista passou a ser compreendida como o motor principal daquele processo revolucionário. Em texto publicado no mês de fevereiro de 1937, o PCB se reposicionou afirmando que

É indiscutível que o proletariado, para sua libertação, deve facilitar a vitória da burguesia para que essa possa romper os entraves que impossibilitam o seu desenvolvimento e dessa maneira ajudar a própria libertação do proletariado. [...] O caráter da revolução brasileira é *democrático-burguês*. A derrota de novembro de 1935 foi em grande parte motivada porque compreendemos com grande atraso esse erro de tendência trotskista, esquerdista. Havíamos durante tanto tempo falado em governo operário e camponês, governo soviético, que a burguesia nacional e os grandes setores da pequena burguesia e do proletariado que a seguem ainda custaram a acreditar na nossa sinceridade quando passamos a apoiar a ANL em sua luta por um Governo Popular Nacional Revolucionário de programa democrático-burguês e anti-imperialista. [...] A vitória da revolução burguesa, justamente pelo fato de não estarmos na França de 1789, mas sim no Brasil semicolônia de 1937, não será somente uma vitória da burguesia nacional [...] mas sim a vitória do bloco de classes que a levará a termos NOS QUADROS DA DEMOCRACIA BURGUESA, com a liquidação indispensável da dominação imperialista (GOMES VIANNA apud A CLASSE OPERÁRIA, 2007, p. 351).

Essa “revisão estratégica” veio de encontro ao projeto político do Estado Novo varguista, arregimentado por uma vocação territorialista, industrializante e nacionalista. Mas essa posição não foi consensual dentro do Partido. Os militantes ligados ao Comitê Regional de São Paulo, por exemplo, posicionaram-se contrários ao apoio pecebista no que tange as políticas varguistas. Tal grupo, que contava com a presença de Heitor Ferreira Lima, acabou derrotado na disputa. A Internacional Comunista apoiou a facção aliancista, conhecida como “Bangu”. Diante de tal cenário, o PCB, em 1938, mesmo sofrendo com as perseguições do aparato estatal, visualizou no Brasil a possibilidade de se estabelecer um movimento democratizante e modernizador, cogitando, até mesmo a presença das forças varguistas em uma possível nova frente democrática contra o fascismo (GOMES VIANNA, 2007, p. 352-353). Desse modo, preservou-se a face conciliatória do programa frente-populista de 1935, sem maiores autocríticas e sem revisões profundas acerca de sua ação insurrecional.

Na linha convergente desse movimento contra as forças fascistas, os comunistas mobilizaram-se para conquistar a aderência de artistas e intelectuais, que em anos anteriores haviam sido expurgados dos quadros partidários. Nessa nova conjuntura, o comunismo latino-americano, apesar de ter atribuído limites à sua relação com a chamada democracia burguesa, adentrou ao mundo das esferas culturais como ator político, conquistando maior grau de representatividade em suas sociedades. Essa característica marcou profundamente as ações dos comunismos de Brasil e Chile, quando deram ensejo a políticas culturais influenciadas pelo tempo das frentes populares (DALMÁS, 2013, p. 183-205). Acompanhando tal leitura, podemos notar que ambos os Partidos programaram alianças com diversas esferas culturais.

A partir da criação da ANL, o PCB começou a publicar artigos de intelectuais e artistas em seus periódicos, bem como possibilitou que tais atores sociais participassem de atividades relacionadas ao movimento antifascista. Nomes como Jorge Amado, Rubem Braga, Brasil Gerson, Affonse Schmidt, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Oswald de Andrade e Di Cavalcanti, participaram dessas contribuições, presentes principalmente no jornal diário *A Manhã*, cujo diretor era o comunista Pedro Mota Lima (2013, p. 202). Porém, com a desintegração da Aliança, ao final de 1935, o PCB só voltaria a atuar na esfera cultural três anos depois, por iniciativa do Comitê Regional da Bahia, através da revista *Seiva* (1938-1943). Dadas às circunstâncias políticas da época, o Comitê baiano fortaleceu-se no cenário comunista nacional, embora os Comitês de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife possuísem um maior contingente de militantes. Diante das perseguições em outros estados, boa parte do Secretariado Nacional do PCB migrou para a Bahia, em agosto de 1936 (JESUS FERREIRA, 2012, p. 37). Dentre os dirigentes, destacamos Leôncio Basbaum, Moisés Vinhas e Alberto

Passos Guimarães. Tais lideranças conviveram com os quadros da Juventude Comunista baiana, representado nas figuras de Carlos Marighella, Milton Cayres de Brito, Armênio Guedes, Diógenes de Arruda Câmara, Rui Facó, Edson Carneiro, Aristeu Nogueira, Fernando Sant'Anna, entre outros. Notamos aqui que muitos desses personagens seriam responsáveis pelas futuras políticas renovadoras do Partido.

A *Seiva*, portanto, nasceu desse encontro de gerações e numa conjuntura de revisão estratégica. Os militantes Rui Facó, Armênio Guedes e Diógenes Arruda Câmara foram os principais incentivadores da criação e produção desse periódico. Embora dirigida pelo PCB, caracterizou-se por aceitar a participação de trabalhos não escritos por comunistas:

Os objetivos postos coadunavam com os interesses do Partido e com as possibilidades impostas pela situação nacional. Divulgaria através da revista o pensamento democrático e o interesse na luta contra Hitler e Mussolini que amedrontavam o mundo. Deixava claro nas suas diretrizes o papel que os intelectuais deveriam e precisavam ter, atuando contra as aflições sociais. Incorporar o maior número de intelectuais era um dos principais objetivos (JESUS FERREIRA, 2012, p. 45).

Assim como em toda trajetória do comunismo brasileiro, as ideias de Lênin pautaram a formação dessa revista. A lógica *etapista* do modelo leninista passou a ser utilizada como intérprete da “etapa burguesa” da revolução brasileira (SENA JÚNIOR, 2009, p. 55). O primeiro editorial da revista *Seiva* coadunou-se com os ideais internacionalistas da Terceira Internacional¹. Desse modo, anteriormente ao pacto Molotov-Ribbentrop (1939-1941), que tinha como pressuposto a não agressão entre a Alemanha e a URSS durante a 2ª Guerra, o PCB direcionou seu combate contra a *fascitização* da política brasileira, quando chegou a apoiar algumas políticas do governo Vargas, mesmo após a implantação do Estado Novo². Apoiar o varguismo, portanto, significava combater o movimento integralista. De acordo com

¹ No que se refere ao debate em torno da realidade política brasileira, contudo, poucos artigos foram dedicados ao tema. Segundo Daniela Jesus Ferreira, o motivo dessa ausência refere-se à censura que ocorria no Estado Novo (2012, p. 56). Sem desconsiderarmos esse importante fator, compartilhamos outra visão ao pensarmos essa ausência. Se levarmos em consideração que a maioria dos jovens militantes comunistas que dirigiram a *Seiva* será àquela que organizará a *Estudos Sociais*, e compararmos com a revista chilena *Princípios*, podemos supor que a esfera da conjuntura política brasileira no pensamento do PCB não fazia parte de seus problemas prioritários. As razões desse suposto distanciamento atravessam as raízes da própria cultura política brasileira, fruto do próprio processo de modernização em curso (debateremos essa comparação nos Capítulos 3 e 4). Afora essa menor presença em número de artigos referentes ao elemento conjuntural da política brasileira, esquivando-se de qualquer crítica direta ao governo autoritário de Vargas, o internacionalismo antifascista marcou a pauta política nos debates do PCB.

² Com a assinatura do pacto germano-soviético, o PCB passou a viver uma situação paradoxal, que marcou quase todos os PC's do mundo. Ao mesmo tempo em que apoiou tal pacto, o PCB não abandonou a tática de União Nacional contra o fascismo demonstrando novamente o sempre presente grau de autonomia política frente à linha política externa da URSS (SENA JÚNIOR, 2009, p. 110).

Sena Júnior, essa posição em relação ao varguismo caracterizaria a política dos comunistas nos dez anos seguintes (2009, p. 72).

Em 1938, a expressão que moveria o PCB nessa luta foi a seguinte: “União Nacional pela Paz e Democracia”. Entretanto, com a instalação e fortalecimento do aparato estadonovista, o comunismo passou a ser brutalmente perseguido pelas forças de repressão do Estado. Respalado por evitar os golpes à esquerda (1935) e à direita (1938), Vargas conseguiu potencializar seus poderes antidemocráticos, transformando seu governo em um regime ainda mais autoritário. Em maio de 1940, toda a equipe dirigente do PCB estava presa. Sendo assim, desarticulada a já incipiente direção nacional, coube aos comitês regionais organizarem-se de forma independente em condições de larga precariedade (GOMES VIANNA, 2007, p. 354).

Contudo, o aspecto mais interessante dessa grave crise no PCB encontra-se na manutenção de sua linha política de *União Nacional*, apesar do duro golpe sofrido com os encarceramentos e assassinatos. Deveu-se a isso, uma total vinculação com a conjuntura internacional, pois o avanço das forças nazi-fascistas poderiam acarretar em uma grande perda de influência por parte do comunismo. E, tal posição se mostrou a mais adequada, quando Vargas rompeu com os países do Eixo e apoiou oficialmente os Aliados, grupo no qual a URSS fazia parte. Com a dissolução do Comintern e sua política mecanicista, em 1943, as relações entre o PCB e o governo Vargas melhoraram tendo em vista a possibilidade de estreitamento com o pensamento nacionalista da época.

Em 1942, amortecida a política repressora do Estado Novo, o PCB, liderado pelo grupo baiano, promoveu uma conferência em Buenos Aires com o objetivo principal de reorganizar o Partido. Ali foi discutida a possibilidade de transformar a palavra de ordem do Partido para “União nacional em torno de Vargas” (GOMES VIANNA, 2007, p. 356). Desse encontro saíram muitas das prerrogativas que pautariam o PCB nos anos subsequentes. Coube a esse mesmo grupo, liderado por Milton Cayres de Brito e Armênio Guedes, reunificar a política partidária. Ambos os dirigentes foram a São Paulo com o objetivo de reunificar as posições, enquanto outros militantes foram mover novas ações no comitê do Rio de Janeiro. A situação melhorou quando o Brasil oficialmente declarou-se em “estado de guerra” contra o Eixo. Nesse instante, Vargas e Stalin estavam combatendo lado a lado no mesmo front. Mediante tal aliança, a União Nacional se transformou em uma pauta da sociedade brasileira e os comunistas puderam apoiar o governo sem caírem em maiores contradições (SENA JÚNIOR, 2009, p. 136).

De 1942 a 1945, atuando nos conflitos da Guerra, o Brasil passou a conviver com uma forte influência mútua entre política interna e política externa. Os debates em torno da democracia, da industrialização, dos direitos trabalhistas, entre outros, foram pautados levando em consideração os exemplos dos países ocidentais em aliança contra o Eixo, especificamente os EUA. Até mesmo o pensamento comunista participou ativamente na discussão desses novos dilemas. No caso do comunismo, uma das principais medidas que impactou essa nova relação com as políticas nacionais foi a dissolução do Comintern. Os países Aliados do lado ocidental apoiaram e julgaram essa postura como uma tentativa de “normalizar” a conduta da URSS nas relações internacionais. Ao contrário do que havia ocorrido na Espanha, por exemplo, a participação do comunismo no mundo ocidental, conforme um acordo entre Stalin e Churchill, em 1944, passaria ter um papel mais moderado junto ao sistema político. Naquele instante, a estratégia de “frente popular” teria uma nova função, um novo nome (“frente nacional”) e um novo protagonista ao substituir o exemplo espanhol pelo modelo italiano:

A política formulada para o Partido Comunista Italiano pôde constituir, assim, precedente seguido por quase todos os demais partidos europeus, baseado em três elementos centrais: o abandono da perspectiva da guerra civil; a decisão de participar de governos de coalizão nacional; a investidura e a primazia atribuídas aos líderes que voltavam do exílio moscovita sobre os comunistas que participavam diretamente dos movimentos de resistência (PONS, 2014, p. 259).

No caso brasileiro, essa proposta de nova coalizão nacional visava manter o projeto de modernização em curso, enquanto a agenda nacional confundia-se com a política de industrialização do país, tendo o Estado Novo sido considerado o principal ator responsável pela execução desse programa. Tal visão foi materializada pelo PCB através da Conferência da Mantiqueira, ocorrida secretamente ao final de agosto de 1943. Nesse encontro, o governo Vargas foi oficialmente considerado um aliado, embora o PCB ainda estivesse na ilegalidade. Ali também ocorreu uma eleição que escolheu Prestes como secretário-geral do Partido, apesar deste ainda encontrar-se preso.

Algumas lideranças e comitês regionais, no entanto, não apoiaram as diretrizes da Mantiqueira. Haviam aqueles que, inspirados na ação do secretário geral do Partido Comunista dos EUA, Earl Browder, cuja proposta era extinguir seu próprio partido mediante o fim da Internacional Comunista, propuseram algo similar ao PCB. O dirigente Fernando de Lacerda foi quem liderou essa corrente. Militante do PCB desde a década de 1920, Lacerda

defendeu a não reorganização do Partido, tendo em vista que o combate ao nazi-fascismo deveria ser a única prioridade naquele instante. Os que apoiaram essa posição foram chamados de “lacerdistas” e acusados de “liquidacionistas” pela cúpula partidária. No caso das divergências entre Comitês, novamente a agremiação paulista, junto com alguns militantes cariocas, posicionou-se de forma contrária à União Nacional com Vargas. Ator de um processo de industrialização acelerada, São Paulo não concordava com a leitura acerca do desenvolvimento brasileiro desenhado pelo Comitê Central³. Desse modo, o Comitê de São Paulo não apoiou, conforme seus preceitos, uma união com as “forças do atraso” ligadas ao varguismo, enquanto que a posição majoritária do Partido identificava nessa aliança um possível avanço de posição (SENA JÚNIOR, 2009, p. 174-176).

Esses impasses foram resolvidos quando Prestes apoiou a União Nacional, o que levou parte dos opositores de tal programa voltarem atrás e aderirem às novas propostas. Porém, alguns membros mantiveram oposição a este Programa e saíram do PCB. Posteriormente, esses militantes dariam origem ao Partido Socialista Brasileiro (RODRIGUES, 2007, p. 482). Por conseguinte, abrandada a repressão, reorganizada a agremiação e revitalizada a liderança de Prestes, que nesse instante já era confundida com a própria imagem do Partido, o PCB pôde avançar nas conquistas de novas posições junto à sociedade brasileira. Tais fatores contribuíram para a volta da atuação legal do Partido, em outubro de 1945.

Outro fator importante foi a apropriação política do conflito mundial, quando o PCB soube alinhar-se aos interesses nacionais. A partir daí, os pecebistas foram colocando outros problemas pendentes ante o governo Vargas, como a questão da anistia e da própria busca pela legalidade do Partido Comunista. Ao tocar em temas referentes ao sistema político e abandonar o “breve momento putschista” dos anos 1930, conforme a visão de Sena Júnior, o PCB se preparava para encarar os futuros desafios da *democracia*, que passariam a ser enfrentados pela própria sociedade brasileira no pós-guerra. Para o historiador baiano, o tema da *democracia* ligado à “libertação nacional”, passaria a representar a bandeira pecebista:

Não é certo que os comunistas restringiam a sua concepção de democracia à realização de eleições ou mesmo à extensão de algumas liberdades políticas e de pensamento. Tampouco se pode dizer que o PCB não tivesse uma formulação precisa sobre a questão democrática em 1945. Não obstante, em inícios deste ano, os pecebistas consideravam a decretação da anistia e a possibilidade do restabelecimento de uma ordem legal que lhes abrisse as portas para a participação política e a conversão do Partido Comunista num partido de massas, como condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo e a industrialização do País, o que seria algo umbilicalmente

³ Dentre os principais críticos das teses centrais do PCB encontrava-se Caio Prado Júnior.

ligado ao tema da “democracia”. Esta, por sua vez, estaria relacionada às possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil em bases capitalistas, para que se superassem os “resquícios do feudalismo” e se promovesse a *libertação nacional*, sendo que este o principal objetivo estratégico que os seguidores de Prestes se colocavam no País. O PCB lutaria com todas as suas forças e todas as suas armas, quer pela afirmação da *União Nacional em torno do governo*, quer pela *democracia*, para que não se perdesse a oportunidade de realizar uma etapa tantas vezes adiada da revolução brasileira” (SENA JÚNIOR, 2009, p. 206).

Em outra parte de seu trabalho, o autor procura aprofundar sua defesa em torno da relação entre comunismo brasileiro e democracia nos anos 1940:

Dessa forma, deve-se estar atento para o fato de que os comunistas brasileiros, se não tomaram a democracia como *um valor universal* já nos anos 40, incorporam-na como um valor fundamental a ser alcançado e defendido, ainda mais nas circunstâncias em que este regime era frequentemente ameaçado (SENA JÚNIOR, 2009, p. 256-257).

Como fundamento para sua argumentação, Sena Júnior, ao visualizar um “projeto de *democracia*” do PCB, resgatou alguns textos produzidos por Jacob Gorender em 1945, intitulados “A nova democracia italiana”. Escrevendo no jornal *O Momento*, Gorender procurou analisar a experiência da União Nacional italiana, trazendo à luz uma primeira leitura pecebista acerca de Gramsci e Togliatti, tratando-os como referências teóricas que relacionaram comunismo com democracia (SENA JÚNIOR apud GORENDER, 2009, p. 257-259). A partir daí, levamos em consideração que essa análise de Sena Júnior teve como objetivo inserir o pensamento dos comunistas brasileiros no rumo dos regimes democráticos ocidentais, durante a conjuntura do pós-guerra na Europa. Mesmo reconhecendo que Gorender não possuía uma grande influência no PCB em 1945, Sena Júnior chama a atenção para o momento em que tais textos foram escritos. No caso, tratava-se da primeira grande eleição em que os comunistas participariam, o que os levou a refletir sobre um “primeiro grande desafio *democrático*” (2009, p. 259). Outro autor que defendeu um entrelaçamento entre democracia e comunismo brasileiro nos anos 1940 foi Leandro Konder. Todavia, o autor construiu essa concepção por meio do vínculo comunista com o universo da cultura, intitulando-a de “política cultural democrática”. Para Konder, mesmo sem possuir um programa cultural bem definido, o partido de Prestes “ênfatizava seu apreço pela democracia e pela cultura” (1980, p. 59).

Em contraposição a tais teses, compartilhamos uma visão distinta daquela apresentada por Sena Júnior e Leandro Konder, o que nos ajuda a entender a posição do comunismo

brasileiro numa perspectiva de maior amplitude temporal, ao contrário do período histórico assumido pelo historiador (1936-1948) e da perspectiva exclusivamente cultural, analisada pelo filósofo. Ainda segundo Carlos Z. de Sena Júnior, o que iluminou o *elo perdido* historiográfico entre o Partido da insurreição de 1935 e o Partido que surgirá para a “democracia” no pós-1943 foi a sujeição “à abnegação e à obediência quase que irrestrita às ordens de Moscou de milhares de comunistas que deram suas vidas para aprender com seus erros aquilo que a história tinha a lhes ensinar” (2009, p. 160-161).

No tocante a essas duas teses, apontamos outro caminho de interpretação, pois levamos em consideração o maior recorte temporal da nossa pesquisa e suas consequentes reflexões, bem como as aproximações da cultura política do comunismo brasileiro com o varguismo, ao final dos anos 1930 e meados dos anos 1940. A partir dessa argumentação, o que baliza a nossa hipótese, ao contrário da *questão democrática* como defesa principal da estratégia pecebista, é a relação do comunismo com a *questão nacional*. Sendo assim:

Convergentes na ênfase emprestada à modernização do país, não parece estranho que Prestes e Getúlio, ao apagar das luzes do Estado Novo, estivessem juntos no movimento queremista, concebido como frente política em defesa do progresso nacional. E será ainda a questão nacional o traço característico do PCB na segunda metade da década de 1940, já aí de forma exasperada, sobretudo após 1947, quando tem início a Guerra Fria e o partido é novamente posto na ilegalidade, conhecendo forte guinada para o Oriente Político, mais saliente após a vitória da Revolução Chinesa, em 1949 (CARVALHO, 2007, p. 268).

Portanto, os limites das teses de transição do Partido insurrecional para o Partido democrático, bem como a rigidez com que o PCB seguia as diretrizes soviéticas, são de natureza restrita. Ao contrário desses argumentos, corroboramos com a hipótese de que o PCB, na década de 1940, não incorporou a democracia como estratégica e nem se comportou como um mero instrumento soviético. Da ANL até a volta à ilegalidade, em 1948, sem maiores revisões, os comunistas aprofundaram seu caráter nacionalista, cujo sentido direcionava-se rumo a “revolução democrático-burguesa” no Brasil. Em discurso proferido no dia 15 de julho de 1945, em São Paulo, acompanhado do escritor chileno Pablo Neruda, é possível constatar o sentido de democracia para Prestes, muito mais relacionado a uma tática instrumental de combate ao fascismo do que a incorporação plena de uma cultura política democrática:

Agora, cabe a nós completar a vitória militar com a derrota definitiva em nossa terra dos restos ainda vivos do fascismo. Não podemos permitir que se

tripudie sobre o sangue derramado pelos nossos soldados, marinheiros e aviadores. À derrota militar torna-se imprescindível que se siga a derrota moral e política do fascismo, que marchemos sem vacilações ou retrocessos no caminho da democracia, visando sempre o progresso do Brasil e o bem-estar crescente de nosso povo (PRESTES, 1945).

Desse modo, a defesa aberta ao queremismo - movimento político em favor de Vargas, ocorrido durante o processo de redemocratização - fez parte da defesa do projeto revolucionário e nacionalista do comunismo brasileiro⁴. Convenientemente, após a redemocratização, o PCB chegou a possuir dois estatutos: um “legal”, a fim de se adequar às solitudes da Justiça Eleitoral, e um outro “clandestino”, cujas diretrizes marcavam sua verdadeira identidade revolucionária-leninista (PANDOLFI, 1995, p. 145).

O desfecho da 2ª Guerra Mundial favoreceu a linha estratégica de maior atuação no sistema político. A vitória dos países aliados e o fim das atividades do Comintern contribuíram para uma maior inserção e crescimento dos partidos comunistas em suas sociedades nacionais. Em um contexto global, este maior peso político e crescimento numérico estiveram vinculados a um novo protagonismo internacional da URSS, prestigiada no mundo ocidental como membro dos Aliados, e às políticas de unidade nacional, fomentadas pelos próprios partidos comunistas nacionais (SPRIANO, 1987, p. 177). Naquele momento, mesmo que os partidos comunistas nacionais demonstrassem não depender exclusivamente do apoio financeiro e estratégico de Moscou, tal grau de autonomia não significou uma cisão político-ideológica:

O novo espírito antifascista não libertava o movimento da primazia originária do Estado, que, ao contrário, saiu reforçada pela guerra. [...] O mito da guerra patriótica e o prestígio pessoal conquistado por Stalin recompunham o tecido das mitologias precedentes, malgrado a ambivalência que se delineou desde o início do conflito bélico.

Fora da URSS, a revolução, a planificação, a coletivização, o poderio militar-industrial e a vitória da guerra podiam agora aparecer como elos de um *continuum* baseado numa racionalidade histórica, bem como numa religião civil (PONS, 2014, p. 279).

Alguns desses apontamentos podem servir de análise para se compreender também o crescimento do PCB no imediato pós-Guerra. O chamado “culto à imagem”, por exemplo, alcançou sua maior amplitude na figura de Prestes, que só perdia para Vargas no prestígio

⁴ Outro fator ilustrativo de que a *questão democrática* não era uma prioridade no PCB, poderá ser visto na comparação com o PCCh, referente aos caminhos seguidos por ambos os Partidos na volta à ilegalidade, ao final dos anos 1940, quando o PCCh manteve seu apoio ao sistema político chileno, enquanto o PCB, mais uma vez, voltou a se contrapor radicalmente ao sistema jurídico-político brasileiro.

junto às camadas populares. Sua personalidade confundia-se com a identidade do próprio Partido (PANDOLFI, 1995, p. 129). Com a volta à legalidade, participando do processo eleitoral e apoiando o movimento *queremista*, Prestes foi eleito senador com a maior votação do país. O “partido de Prestes” ainda conseguiu eleger alguns deputados, além de ver crescer de forma exponencial seu quadro de militantes.

Mas o elemento mais importante para a nossa análise encontra-se no apoio comunista conferido ao papel do Estado como agente transformador da modernização brasileira, seguindo a tendência de outros partidos comunistas. Em nosso caso específico, para explicar o movimento aliancista entre varguismo e comunismo, retornamos ao conceito de cultura política a fim de melhor caracterizarmos a política estratégica do PCB. Em “Nova esquerda e cultura política”, Luiz VIANNA traçou o perfil do Estado brasileiro construído junto a sua sociedade. Segundo o autor, uma relação pragmática com o mundo dos valores associada a uma determinada indiferença no que tange às relações com as instituições caracterizaram a formação da cultura política brasileira. Essa tradição nos auxilia a entender, a partir da década de 1930, os aspectos da nossa modernização econômica e o início da primazia da indústria e do industrialismo em uma conjuntura de “triunfo da razão de Estado, em busca dos fins civilizatórios e da preservação dos meios coercitivos de controle social e produção da ordem”. Doravante, o apoio ao movimento *queremista*, o PCB, representante principal da esquerda, aprofundou a convergência com essa cultura política tradicional das elites que compôs o Estado brasileiro:

A partir daí, salvo o interregno de 1947 a 1953, comunistas, elites políticas originárias do Estado Novo, tecnocratas, burocracia de Estado e setores empresariais associados à estrutura corporativa do Estado, convergem no sentido de reforçar o capitalismo de Estado em nome do desenvolvimento das forças produtivas nacionais e da incorporação social. Com isso, a cultura política das elites se renova, porque dirige a modernização e tem sustentação popular – o “populismo” –, como a própria esquerda se abre à cultura do pragmatismo, muito particularmente no que se refere à dissociação entre **forma e substância** (VIANNA, 1991/1992, p. 35).

Após o fim do Estado Novo, mesmo com a deposição de Vargas do poder, o PCB procurou manter sua pragmática política de União Nacional, evitando maiores embates com a “burguesia nacional”. Os principais inimigos a serem combatidos estavam ligados à “herança feudal” e ao imperialismo. Este, representante da indústria estrangeira, infringia severos danos ao operariado e à burguesia do Brasil. Diante dessa leitura, coube ao PCB amainar os

movimentos grevistas que antecederam as eleições de 1945, bem como buscar soluções através de “meios pacíficos” (RODRIGUES, 2007, p. 489).

Porém, os comunistas não colocaram em prática sua política de alianças ao longo do processo eleitoral de 1945, tendo em vista o lançamento da candidatura presidencial do engenheiro Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis (RJ) e ex-diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro. Fiúza não era um comunista, mas era uma figura próxima a Vargas. Havia ali o interesse do PCB em angariar uma parte dos votos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado à imagem e semelhança de Vargas durante a redemocratização⁵. Para Dulce Pandolfi, a escolha por Fiúza, sem qualquer aliança partidária, ao invés de unir forças, acabou por provocar novas fissuras no PCB. Uma ala comunista, em conjunto com militantes trotskistas e socialistas, apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, ligado à União Democrática Nacional (UDN). Essa escolha por parte daqueles que não apoiaram Fiúza desencadeou um novo embate intrapartidário, que acabou sendo resolvido por meio de novas expulsões (1995, p. 143-144).

Surpreendentemente, Fiúza recebeu 10% dos votos nas eleições presidenciais. Embora tenha participado de uma candidatura sem alianças, o PCB encarou esse resultado como uma eficácia de sua política de União Nacional. Havia razão para isso, pois a escolha de Fiúza foi pautada em uma aproximação com o getulismo. Comparada às outras eleições que o PCB participou, especificamente na década de 1920, o aumento proporcional quanto ao número de eleitores fora exorbitante. Tratou-se de um momento especial na vida política do Partido, pois em seu breve período de legalidade os comunistas ascenderam na política. Foi assim também nas eleições gerais de 1947, quando se sagrou o quarto partido em número de votos. E mesmo com as dificuldades decorrentes do anticomunismo, da pouca experiência na vida parlamentar e das derrotas políticas no Parlamento, a bancada pecebista representou uma política dos trabalhadores, defendendo seus interesses (AURÉLIO SANTANA; TEIXEIRA DA DILVA, 2007, p. 112). Mesmo tendo ciência das dificuldades de reorganização nacional do Partido, corroboramos com essa visão, ao contrário do que defende Gildo Marçal Brandão, quando ao analisar o período de atuação política do PCB entre os anos 1945 e 1947, considerou o PCB

⁵ Em relação à transição getulismo-trabalhismo, corroboramos com a análise feita por Ângela de Castro Gomes: “Como encarnação da nação e como grande inspirador do ideário trabalhista, Vargas torna-se um símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país. O carisma do presidente estabeleceu neste solo raízes profundas e, quando o Estado Novo iniciou, “de dentro”, uma transição para um regime liberal-democrático, o culto à sua figura, ou melhor, o getulismo, era uma realidade política ao lado do trabalhismo. [...] Dessa forma, quando o PTB é criado, uma das mais significativas dimensões da vida do partido dizia respeito às relações que se estabeleceriam entre getulismo e trabalhismo. Ou seja, que lugar e importância o carisma de Vargas teria na configuração ideológica e organizativa de um partido trabalhista no Brasil (2007, p. 57-58).

mais um movimento do que um partido (1997, p. 156). Ademais, em comparação com os outros partidos, o PCB possuía uma organização centralizada e disciplinada para além das eleições, mantendo uma importante rede de jornais e publicações nacionais (RODRIGUES, 2007, p. 490). O Partido também auxiliou na formação dos chamados “Comitês Democráticos Populares”, cuja proposta era realizar um primeiro contato com as comunidades locais, defendendo pautas específicas e prestando serviços à população. Posteriormente, o PCB tinha como meta qualificar teoricamente seus militantes através de escolas de formação, tendo em vista sua histórica deficiência nessa área. Porém, antes mesmo do início das atividades parlamentares, o PCB já começou a sofrer com as ofensivas de boa parte da imprensa e dos partidos opositores à sua presença no cenário político nacional. Entre as ações de cunho repressivo contabilizaram-se prisões de militantes e invasões de sedes. Alguns parlamentares também sofreram com a repressão policial em agosto de 1946, após apoiarem alguns protestos no Distrito Federal (SANTANA; TEIXEIRA DA SILVA, 2007, p. 113).

Juntamente com esse anticomunismo interno, se fez presente o peso da conjuntura internacional, que fortaleceu a prática anticomunista já existente na política brasileira⁶. Logo em seguida ao fim da 2ª Guerra, as animosidades entre EUA e URSS subiram de nível. Já cientes das prováveis disputas no âmbito da geopolítica global, que já tiveram início no decorrer do conflito mundial, os dois países elaboraram estratégias direcionadas contra o adversário. No caso da URSS, o que mais provocou descontentamento e reações foram a ação direcionada a expulsão dos partidos comunistas ocidentais dos governos de coalizão e a elaboração do Plano Marshall, ambos ocorridos em 1947. O Brasil, a partir dessa pressão estadunidense, rompeu suas relações com a União Soviética.

Desse modo, a URSS começou a rever sua posição ao qualificar a política de unidade nacional dos comunistas como fonte de fraqueza e dispersão de forças (PONS, 2014, p. 305). Através da apresentação de um relatório do dirigente soviético Andrei Jdanov junto aos partidos comunistas da Europa Centro-Oriental, França (PCF) e Itália (PCI), durante uma conferência em 1947, a URSS começou a traçar suas novas estratégias. No conteúdo deste relatório a tese da divisão do mundo em “dois campos” – “anti-imperialista e democrático”, liderado pela URSS e “imperialista e reacionário”, dirigido pelos Estados Unidos – reatualizou o modelo dicotômico e bélico, constituído pelo pensamento leninista (2014, p. 311). Outra resposta se deu com a criação do Cominform, em setembro de 1947. Para Spriano, essa nova roupagem organizativa de caráter *defensivo*, tratou de contrabalançar os

⁶ Sobre a história do anticomunismo no Brasil ver MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

poderes advindos do Plano Marshall, orientando novamente os partidos comunistas a abandonarem alianças com algumas correntes políticas. Portanto, o imperialismo americano voltou a ser o grande inimigo. Dessa vez, o anti-imperialismo se ligou às guerras de libertação colonial, adjacentes ao processo de reconfiguração do poder mundial pós 2º Guerra, quando os países europeus não mais conseguiram manter seus impérios. E coube ao PCF e ao PCI sofrerem as críticas mais incisivas, principalmente por terem intrinsicamente relacionado à ideologia antifascista com a “pureza de uma concepção marxista-leninista” (1987, p. 209-210).

Parte dos embates decorrentes dessa nova reconfiguração do poder mundial ressoou na política brasileira. Após participar da 2º Guerra e intensificar sua economia industrial, o país começou a sentir os efeitos da remontagem industrial dos parques desenvolvidos e suas influências na economia internacional. Em 1946, o Brasil viveu um período de inúmeras greves decorrentes da política econômica do general Dutra, que incentivou um grande aporte de capital estrangeiro, causando um imediato impacto recessivo na indústria nacional acompanhado de uma elevação da dívida externa. Não tardou para que as condições dos trabalhadores piorassem devido ao congelamento de salários, inflação elevada e consequente aumento do custo de vida. Mediante o escalonamento das tensões grevistas, o PCB tentou capitalizar maior participação junto a esses movimentos, apoiando-os e agindo de maneira um pouco distinta em relação ao ano anterior, quando suas bandeiras iam apenas em direção à “ordem e tranquilidade”. Naquele instante, os comunistas representaram a oposição mais implacável ao governo Dutra. Sua presença na política aumentou em 1947, quando começou a conquistar novos postos eleitorais, ficando à frente da UDN no estado de São Paulo.

Diante desses novos impasses, o PCB acabou sendo considerado um dos principais responsáveis por esses movimentos grevistas, segundo a leitura feita pelo governo. Ademais, no decorrer da crescente polarização, Prestes chegou a afirmar que ficaria ao lado da URSS em um possível conflito com o Brasil (SKIDMORE, 2010, p. 99). Logo em seguida a essa polêmica declaração, Dutra iniciou uma série de medidas repressivas contra o Partido. Em maio de 1946, todos os funcionários do governo ligados ao PCB foram expurgados. Mas a ação mais incisiva e fatal adveio de um recurso constitucional. Balizado por um procedimento presente na Constituição de 1946, que possibilitava a expulsão de partidos considerados “antidemocráticos”, o advogado geral da União fez uso dessa cláusula e o PCB foi considerado ilegal após decisão da Corte, em um processo que começou em 1947 e foi concluído no início do ano seguinte. O Exército e a maioria dos “constitucionalistas liberais”

apoiaram tal medida (2010, p. 100). Junto com o PCB, muitos sindicatos e movimentos sociais sofreram com intervenções e repressões durante essa fase mais dura do governo Dutra.

Sendo assim, o PCB pouco pôde usufruir de sua condição de liberdade, pois sua atuação legal durou apenas dois anos. Esse interstício de dois anos demonstrou o crescente fortalecimento político do Partido na sociedade brasileira, mediante sua participação no sistema político da época. Mesmo de modo superficial, no que tange sua visão de mundo e concepção estratégica, os comunistas respeitaram as regras do jogo e só viram aumentar seu quadro de militantes e sua presença nas instituições políticas. De certa forma, os trabalhadores começavam a ver no PCB sua representação político-institucional. Tamanho crescimento fez com que logo após a proibição de suas funções, o PCB mantivesse a defesa de suas posições pró-sistema, esperando reverter essa cassação através de meios jurídicos (SANTANA; TEIXEIRA DA SILVA, 2007, p. 115). Esperanças logo frustradas, pois o consenso das elites em torno dessa questão impediu qualquer retorno à legalidade. Tamanha concordância com tal impedimento evidenciou, mais uma vez, a fragilidade histórica da cultura política brasileira no trato com as liberdades de representação em seus sistemas políticos republicanos:

O mecanismo que se instaura não só é mais indireto e refratado, ele sofre de uma deficiência fundamental numa classe de história tão cíclica e descontínua como a brasileira, produto de sucessivas levas de industrialização, distintas morfologias e precárias institucionalidades: não consolida um organismo capaz de armazenar uma *memória*, expediente sem o qual não há acumulação de experiência e decantação de formas de agir especificamente operárias.[...] então a ausência de uma organização política legal é um *impedimento* estratégico, prévio, à formação de uma classe operária “autônoma” (BRANDÃO, 1997, p. 170-171).

Ao não conseguir reverter à cassação eleitoral imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PCB retomou sua guinada rumo ao Oriente político (CARVALHO, 2007, p. 268). No plano internacional, essa nova rota teve como inspiração a eclosão da Revolução Chinesa (1949), cujo movimento revolucionário foi acompanhado pelo PCB e apoiado por Stalin, em dezembro do mesmo ano. Mesmo com algumas desconfianças recíprocas iniciadas em 1945, a partir do instante em que a Revolução saiu-se vencedora houve o reconhecimento por parte dos comunistas chineses em relação à concepção soviética do mundo dividido em “dois campos” (PONS, 2014, p. 340). Não foi por acaso, portanto, que no número 20 da revista pecebista *Problemas* (agosto-setembro de 1949), fosse publicado um texto de Mao, datado 15 de janeiro de 1940, cujo título era “A nova democracia na China”. A partir dessa publicação, muitos outros textos referentes ao tema da Revolução Chinesa começaram a ser

traduzidos e publicados. Na edição de número 30, a *Problemas* apresentou oito textos dedicados ao tema. Destacamos aqui uma leitura stalinista acerca das especificidades do movimento revolucionário chinês, um texto de Mao detalhando as características da “Ditadura da Democracia Popular” chinesa, dois textos referentes à reforma agrária na China, além de um “Manual do Exército de Libertação Chinês”, que orientava o soldado revolucionário no trato com a população camponesa. Ficava evidente, assim, o modelo a ser pensado para a revolução brasileira.

Internamente, desencantados pelo seu recente passado, os comunistas brasileiros adotaram uma dura autocritica referente à sua participação política nos anos de legalidade, além de construírem um novo discurso radical e polarizador. Em janeiro de 1948, em um discurso proferido na Câmara dos Deputados, e publicado posteriormente na *Problemas*, Maurício Grabois, deputado federal e líder da bancada do PCB, ao analisar a cassação dos mandatos e o impedimento legal de atuação do Partido, adotou a expressão “Governo de Traição Nacional”, referindo-se às elites políticas do país. No mesmo mês, Prestes lançou um documento conhecido como Manifesto de Janeiro, exigindo a renúncia de Dutra. Em outro texto, também publicado na *Problemas*, na edição de maio de 1949, Grabois ressaltou o apoio do PCB ao Manifesto de Prestes, denotando “a viragem em nossa orientação política” que, segundo ele, “traçou novos rumos na luta contra a dominação imperialista, pela democracia, contra o atraso e a miséria em que se debate o nosso povo, constituindo um dos acontecimentos políticos da maior importância”. No que se refere à linha pró-varguismo dos anos 1945-1947:

A auto-crítica feita no estudo do camarada Prestes, publicado no número 19 de «Problemas», deixa bem clara as causas imediatas das nossas atuais debilidades ao mostrar que durante os anos da legalidade enveredamos pelo caminho do oportunismo e do reformismo e substituímos a luta de classes pela colaboração de classes, razão por que não podíamos ter consequência no trabalho de massas, nem organizar solidamente o proletariado, os camponeses, as mulheres e os jovens. Esses sérios desvios, como afirma o camarada Prestes, «tiveram consequências as mais desastrosas em nossa atividade prática, em todos os terrenos, tanto no orgânico como na atividade sindical e de massas, como igualmente no da propaganda e educação». Foi principalmente por esta razão que desapareceu o grande movimento dos Comitês Democráticos, iniciado em 1945, que tanto o MUT e posteriormente a CTB não conseguiram se enraizar nas empresas, que as Ligas Camponesas não se desenvolveram e quase desapareceram e que durante o período da legalidade quase não existiram lutas grevistas pelas reivindicações nem demonstrações populares contra a reação e o imperialismo. A verdade é que ainda hoje não rompemos de todo com a antiga orientação política, não saímos totalmente da passividade em que nos encontrávamos e persistimos na utilização dos velhos métodos no trabalho

de massas. Pesam assim sobre nós os erros reformistas que nos levaram, em muitos casos, a substituir a luta de massas pelas manobras eleitorais e parlamentares, a apelar para o proletariado apertar o cinto e evitar as greves, a defender um aumento de produtividade que, contra a nossa vontade, redundava em prejuízo para o proletariado. O Partido em seu conjunto ainda não conseguiu assimilar totalmente a nova linha política e em muitas ocasiões deixa de ocupar o seu papel de vanguarda, não se colocando à frente das lutas de massas e em alguns casos travando o impulso de luta dos trabalhadores (GRABOIS, 1949).

Dessa forma, segundo um dos seus principais dirigentes, cabia ao PCB aprofundar o radicalismo da nova estratégia. O movimento grevista, antes visto com ressalvas por parte da cúpula pecebista, passou a ser incentivado constantemente no intuito de romper com o vínculo entre estrutura sindical e Ministério do Trabalho. Como esses laços estavam umbilicalmente ligados, o PCB não teve êxito com sua política de construção de “sindicatos paralelos” (VINHAS, 1982, p. 95).

A sistematização dessa formação estratégica foi delineada em outro documento, também assinado por Prestes e conhecido como Manifesto de Agosto de 1950. Pairava no pensamento pecebista a perspectiva da guerra, representada no conflito ocorrido na Coreia, em 1950. De acordo com o documento, era esse o clima incentivado pelo “governo de traição nacional de Dutra”, cuja proposta era “criar um clima de guerra civil” e através do apoio das forças imperialistas, levar o Brasil rumo ao “caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional” (MANIFESTO DE AGOSTO, 1982, p. 140-142). No bojo dessa perspectiva belicista reencarnou-se o lado opositor ao varguismo, cerne da estratégia de libertação nacional da ANL, em 1935. As eleições voltaram a ser tratadas como mero instrumento elitista. De acordo com o Manifesto de 1950, uma possível volta de Vargas ao poder representaria o retorno da tirania, “do latifundiário Getúlio Vargas, pai dos tubarões dos lucros extraordinários, que já demonstrou em quinze anos de governo seu ódio ao povo e sua vocação para o fascismo e para o terror sangrento contra povo” (1982, p.147). Dessa maneira, “qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade”. Como única solução para esse conflito, Prestes voltou a defender a “violência das massas”. Tratar-se-ia de uma situação “inevitável e necessária”, cujo caminho de luta e ação significava “o caminho da revolução” (1982, p.150). O confisco das grandes propriedades e das indústrias estrangeiras sem indenização também passou a ser incentivado pelo PCB como suporte econômico a um futuro governo de democracia popular, que lutasse pela libertação nacional sob a direção do proletariado. Surgia, a partir deste Manifesto, uma nova proposta de união nacional nomeada

Frente Democrática de Libertação Nacional, que centralizaria seus esforços aliancistas nas figuras dos operários e camponeses, rechaçando outras forças consideradas oportunistas e/ou imperialistas.

Por conseguinte, a própria orientação estratégica do PCB deveria passar por uma nova transformação. Segundo Maurício Grabois, em Informe apresentado junto ao Pleno do Comitê Nacional do PCB, em fevereiro de 1951, e divulgado pela *Problemas* na edição de maio-junho do mesmo ano, do ponto de vista ideológico, os comunistas brasileiros encontravam-se em uma situação de total despreparo. Para o dirigente, a maioria dos militantes havia sido “educada no espírito da colaboração de classes e não nos princípios do marxismo-leninismo”, amainando as contradições de classe existentes no processo histórico (GRABOIS, 1951).

Notamos então, que de 1947 a 1954, em termos de posição estratégica, o PCB optou por se distanciar da modernização em curso no Brasil⁷. Na frente cultural, os comunistas abandonaram o projeto de atração da intelectualidade ao seu programa, optando por abrir fogo aos vacilantes que não aderissem por completo às diretrizes comunistas (MORAES, 2007, p. 221). Tratava-se também de um momento áureo da figura de Stalin no comunismo internacional. Em outro texto publicado pela *Problemas* e intitulado “Nossa Política: Guiados Pelos Ensinamentos do Camarada Stálin, Nosso Educador, Estudemos e Assimilemos a Doutrina Marxista-Leninista”, Prestes analisou a situação internacional em 1950 tendo como norte a figura stalinista:

E à frente desse movimento gigantesco, jamais conhecido no mundo, encontra-se a poderosa e invencível União Soviética, dirigida pelo glorioso Partido Bolchevique e pelo gênio do mestre e guia do proletariado, o amigo de todos os povos oprimidos, o grande Stálin — campeão da paz e do socialismo (PRESTES, 1950).

Posteriormente, ficaria explícito que ao assumir essa “linha política esquerdista, sectária e subjetivista”, conforme as palavras de Moisés Vinhas, o PCB voltava-se para o

⁷ Leitura essa contraposta por João Quartim de Moares: “Comentários apressados, quando não superficiais, sobre a viragem à esquerda do PCB, reduzem a elaboração teórico-doutrinária desse período às conclusões extremistas que culminariam no Manifesto de agosto de 1950. Não se dão conta de que o esforço de justificá-las aprofundou a reflexão sobre temas que, anos mais tarde, configurariam duradouramente a visão comunista da revolução brasileira, tanto a do futuro PCdoB quanto, *mutatis mutandis*, aquela expressa no programa “nacional-democrático” do PCB. São, com efeito, pressupostos fundamentais de tal visão a identificação do interesse nacional à causa popular e a da evolução democrática ao avanço das forças sociais articuladas em torno da classe operária” (2007, p. 225). Trata-se de uma leitura razoável dentro da perspectiva de democratização social, defendida pelo autor, através de sua compreensão acerca da revolução brasileira. Entretanto, ao longo deste nosso trabalho iremos destoar dessa perspectiva, levando em consideração as profundas diferenças entre as estratégias do PCB e do futuro PCdoB, bem como as notórias diferenças entre o Manifesto de 1950 e a chamada “Primeira Renovação Pecebista”, que explicita o distanciamento do PCB com sua tradição insurrecionalista.

gueto (1982, p. 94). Nas palavras de Leandro Konder, a política pecebista “deixava de ser a arte do possível para tornar-se o exercício do desafio irresponsável” (1980, p. 74). A expressão “Frente Única” voltou a substituir uma concepção ampla de alianças políticas. Ao olhar para o retrovisor, a política de “União Nacional” foi duramente colocada como uma “tendência oportunista”, enquanto as “vacilações” junto ao movimento grevista acabaram por alijar o PCB das lutas sindicais. Seguindo a análise de Gildo M. Brandão, no tocante “a questão da (ilegalidade)” houve uma transfiguração da situação ilegal para a clandestinidade escolhida, derivada da maneira como os pecebistas refletiam sobre a natureza das instituições:

Estas dificilmente foram percebidas como formas, organismos dotados de consistência histórica e legalidade própria, aos quais a ação teria de se curvar caso quisesse modificá-las. Nessas condições, mesmo nos períodos mais moderados da ação partidária, a capacidade de formulação e articulação de sua alma politicista acabou sempre por se dobrar ao poder de veto revolucionarista (1997, p. 175).

Trata-se aqui de um ponto central em nossa análise comparada. Embora o Partido Comunista Chileno, assim como grande parte dos partidos comunistas ocidentais orientados pelo leninismo, mantinha uma visão dúbia em torno das instituições políticas, seu enraizamento na sociedade e no sistema político chilenos, advindos de uma tradição específica, redundou em outro tipo de comportamento, quando este também foi posto na ilegalidade. Procurar entender a postura distinta do PCCh em comparação à estratégia adotada pelo PCB na ilegalidade, quando ambos passaram por processos similares em 1947-1948, nos auxiliará a entender a heterogeneidade estratégica dos partidos comunistas latino-americanos, bem como compreender a própria relação do comunismo com as culturas políticas nacionais de Brasil e Chile, em meados dos século XX.

2.3 O PCCh entre o reformismo, o poder e a nação⁸

Diferentemente da experiência política brasileira dos anos 1930, no Chile, os movimentos políticos surgidos após a grande crise econômica de 1929 optaram por caminhos institucionais. Ademais, as estratégias desses movimentos políticos chilenos não se estruturaram em prol de um modelo de Estado autoritário. De maneira distinta, os atores da política chilena aderiram majoritariamente a uma reação “civilista”, marcada por um retorno da normalidade instrucional, pautando-se por um reordenamento democrático. Após um período conturbado em sua história (1924-1932), a sociedade chilena desenvolveu um sistema de partidos, à direita e à esquerda, que demarcou uma clara identidade política de legitimação de uma ordem democrática (FERMANDOIS, 2013, p. 24-26). Embora alguns desses movimentos e partidos, em algumas situações, objetivassem romper com a ordem vigente por meio de uma linha revolucionária, esses não demonstraram força e consenso suficientes para tal empreitada, cedendo espaço para a formação de um sistema político democrático, estabelecido a partir de 1932⁹. Entretanto, como veremos no decorrer deste capítulo, o sistema político chileno também abriu possibilidades para o exercício de medidas antidemocráticas, como no caso da expulsão do PCCh, em 1948.

Participe desse processo após algumas fracassadas tentativas insurrecionais, a esquerda também marcou sua posição institucional na sociedade chilena. Foi justamente por

⁸ Reformismo aqui não é tratado pura e simplesmente como oposição a uma concepção revolucionária. A revolução na política comunista sempre foi um eixo balizador de suas estratégias. Trata-se, pois, de uma característica peculiar da trajetória do comunismo chileno, principalmente datada dos anos 1930 até o início dos anos 1970, cujo horizonte revolucionário poderia ser alcançado através das conquistas das instituições. Conforme nos elucida Alfredo Riquelme, “nesse sentido, reforma e revolução não se contradiziam no imaginário dos comunistas chilenos, sendo vividas como duas fases ou aspectos de um mesmo processo histórico que o partido devia ser capaz de conduzir em toda sua complexidade para orientar-se rumo ao socialismo. Contudo, no plano ideológico, o interesse nas reformas estava subordinado à estratégia revolucionária” (2009, p. 19). Evidentemente, que nesse trecho o autor está se referindo à posição oficialista do PCCh, pois em diversas ocasiões ocorreram críticas e dissensões por conta dessa política.

⁹ No que tange a comparação entre as dinâmicas econômico-sociais no Brasil e no Chile dos anos 1930 e 1940: “Numa visão comparativa, não seria despropositado um paralelo entre os quatorze anos de predomínio Radical no Chile e o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, entre 1930 e 1945, ainda que as diferenças no que se refere à dimensão política sejam contundentes e expressivas. Entretanto, o que mais chama atenção, além do contexto cronológico, são os projetos econômicos que foram implementados, mesclando nacionalismo e integração internacional tendo como base a sedução pelo “americanismo”, apesar de ambos os países manifestarem também, à época, uma adesão incontestável aos fundamentos organicistas de matriz fortemente europeia. No entanto, ao contrário do Brasil, a partir de 1938, a política conciliatória, flexível e pragmática do partido Radical passou a ser o ponto de referência central na vida política do país, fortalecendo as convicções democráticas do republicanismo chileno.” (AGGIO, 1999, p. 19-20). Em relação a nossa comparação entre os partidos comunistas e suas políticas estratégicas, o PCCh foi um ator que sempre acompanhou e defendeu, mesmo com grandes ressalvas, esse processo modernizador. Por outro lado, como já abordado anteriormente, o PCB, entre 1948 e 1954, optou por uma via oriental que o colocou no gueto político.

conta da institucionalização da política chilena que o PCCh alcançou uma influência desproporcional a sua então influência eleitoral nos anos 1930 (FERMANDOIS, 2013, p. 92). Como visto no primeiro capítulo, em 1938, a Frente Popular chegou ao poder, contando com grande apoio dos Comunistas. Em artigo publicado na revista *The Communist*, em novembro de 1938, Carlos Contrera Labarca, então secretário-geral do PCCh, detalhou os trabalhos exercidos por seu Partido junto a criação de uma forte candidatura que liderasse a Frente Popular. Convicto da necessidade de “fortalecer e ampliar” essa aliança, Labarca, em vários trechos, demonstrou alguns desacordos com a postura do Partido Socialista, tanto no que conferia a escolha do candidato à presidência, como na própria crítica aos chamados “trotskistas”, contrários à união com setores da burguesia (LABARCA, 2006, p. 141-145). Trata-se de um momento em que objetivo principal era evitar cair no jogo dos “fascistas”, que pretendiam destruir uma possível frente antifascista em todo continente americano (RIQUELME, 1985, p. 56).

Diante de vários entraves que impossibilitaram a formação de consensos, a concertação *frentista* entre Radicais, Socialistas e Comunistas acabaria tendo vida breve. O desfecho dessa tríade aliancista ocorreu em 1941, quando o presidente Pedro Aguirre Cerda faleceu após complicações decorrentes de uma tuberculose. Este repentino falecimento obrigou a todos os partidos prontamente realizarem novos acordos para a escolha de candidatos que viessem concorrer em um novo pleito eleitoral, que seria antecipado em dois anos. Insatisfeitos com a lentidão das reformas prometidas, críticos do Partido Radical e rivais dos Comunistas no que confere a representação junto aos movimentos dos trabalhadores, o Partido Socialista decidiu lançar uma candidatura própria através da escolha de Óscar Schnake, então ministro de Fomento do governo Aguirre Cerda.

Além do impasse interno aqui abordado, o peso das mudanças ocorridas na conjuntura internacional se fez presente como motivador de desavenças entre as esquerdas chilenas. O Pacto Molotov-Ribbentrop, apoiado de imediato pelos comunistas chilenos, foi duramente criticado pelo PS, cuja posição na Segunda Guerra sempre esteve em favor dos Aliados. Embora no início do conflito o governo chileno tenha optado pela neutralidade, essas distintas posições das esquerdas na conjuntura internacional influenciaram na quebra da aliança da Frente Popular. Os Socialistas reivindicaram a saída do PCCh da Frente Popular, mas essa proposta não foi aceita por toda coalizão. Tal negativa também serviu de fomento para que o PS abandonasse o governo e a aliança (FURCI, 2008, p. 70). Iniciou-se a partir daí uma busca gradual, mas incessante dos comunistas chilenos em torno de uma possível retomada de

aliança com os Socialistas no intuito de manter sua identidade aliancista, pragmaticamente analisada como um fator de crescimento e prestígio junto à sociedade chilena.

Dessa forma, em seu XII Congresso, realizado em dezembro de 1941, o PCCh procurou manter sua posição de “unidade nacional”, conclamando muitos partidos, inclusive setores da direita, a uma ampla frente democrática com o objetivo de evitar que uma força simpatizante ao fascismo chegasse ao poder. No caso, segundo a visão dos comunistas chilenos, essa força estava representada na figura do ex-presidente Ibáñez (MOULIAN, 2006, p. 64). A ameaça ibañista fez com que um novo perfil de alianças surgisse, levando em consideração a influência da Frente Popular como estratégia política. Dentre os motivos para a formação desse novo perfil de alianças, novamente se fez presente o peso da conjuntura internacional da Guerra, que acabou por influenciar nos diferentes modelos aliancistas, liderados por duas candidaturas Radicais. Em resposta aos novos tempos, enquanto a candidatura de Aguirre Cerda foi marcada por uma composição entre classes médias e setores populares, a candidatura de Juan Antonio Ríos, sucessor à Presidência pelo PR, propôs um compromisso interclassista de união nacional (AGGIO, 1999, p. 147).

No caso específico do PCCh, assim como ocorreu com o PCB, o apoio ao pacto germano-soviético não acarretou em uma ruptura com a política interna adotada pelo Partido. Na revista *Principios*, cuja edição data de dezembro de 1939, quando o pacto já se encontrava vigente, o PCCh reforçou seu apoio à Frente Popular e demonstrou novamente a presença de um importante grau de autonomia frente às diretrizes soviéticas:

[...] El Partido Comunista de Chile rechaza con indignación (a los que)... desearían que el Partido Comunista repudiara el Frente Popular o su alianza con el Partido Radical o el Partido Socialista. Sólo los reaccionarios... pueden suponer que el Partido Comunista se rige por instrucciones que vienen del extranjero. El PCCH se rige sobrefiamente por las decisiones de su Congreso y por las resoluciones del Comité Central (CHAMORRO apud PRINCIPIOS, 2010, p. 83).

Podemos compreender então que, tanto no caso brasileiro como no caso chileno, a curta duração do pacto germano-soviético pode ter evitado maiores constrangimentos ao longo da história desses dois partidos. Inseridos em um processo específico de modernização no mundo ocidental, a manutenção de um apoio externo à aliança com o nazi-fascismo poderia ter levado a uma contradição mortal para os partidos comunistas. Mesmo assim, essa política zigzagueante deixou suas impressões negativas. A associação tática entre nazismo e stalinismo refletiu numa certa desconfiança por parte de suas sociedades. Alguns setores

ligados ao Partido Radical falaram em “*peligro comunista*”, enquanto os Socialistas criticaram o caráter satélite e a política dependente do PCCh frente ao PCUS (MOULIÁN, 2006, p. 65-66). Com o objetivo de amortecer tais críticas e se legitimar perante sua sociedade, assim como no Brasil, após o rompimento da URSS com a Alemanha nazista, reforçou-se no Chile a proposta de *Unión Nacional* contra o fascismo. Por conseguinte, em julho de 1941, no VI Congresso do Comitê Central do PCCh ficou definido que o objetivo tático daquele momento se configuraria na *Unión Nacional* e o objetivo estratégico seria a *Revolución Democrático Burguesa*. A partir desses posicionamentos, o PCCh voltou a insistir na construção da unidade de ação junto ao PS, apesar dos constantes embates entre os dois partidos (CHAMORRO, 2010, p. 85).

No que concerne à União Nacional e a Revolução Democrático-Burguesa como políticas comunistas em comum ao final dos anos 1930 e início da década de 1940, PCB e PCCh atribuíram distintos sentidos para tais concepções. No caso brasileiro, independentemente de seu estado de ilegalidade, sua concepção revolucionária coadunou-se ao nacionalismo do varguismo, a partir de 1938. Posteriormente, o movimento queremista representaria o ápice dessa aproximação. Em relação ao PCCh, o seu modelo de Frente Popular caracterizou-se por representar uma linha mais próxima ao modelo ocidental de Frente Popular, similar àquele ocorrido na França. Outro fator importante que ilustra uma maior inserção do PCCh na sociedade chilena esteve na maneira como o Partido se comportou após a dissolução do Comintern. O PCCh interpretou essa decisão como um fortalecimento do combate ao eixo fascista. Os comunistas chilenos também puderam reafirmar seu perfil nacionalista em constante tentativa de aproximação com o movimento operário e outras forças democráticas, mas levando sempre consigo a inspiração do marxismo-leninismo-stalinismo (CHAMORRO, 2010, p. 86). Essas diferenças de condução e interpretação entre os dois partidos comunistas também foram notórias quando analisamos a maneira como cada agremiação lidou com a proposta browderiana. Enquanto o PCB tratou de expulsar seus militantes, simpatizantes das teses defendidas pelo secretário-geral do PC norte americano, Earl Browder, os comunistas chilenos, em um determinado momento, chegaram a defender seu programa. Essas visões refletem as diferenças conceituais e culturais que uma mesma expressão, utilizada por partidos comunistas pertencentes a uma mesma ideologia e cultura política global, pode ser interpretada por meio de diferentes sentidos. De acordo com um texto publicado na *Principios*, em 1945, no contexto chileno:

A consigna de “revolução democrático burguesa” que o Partido Comunista chileno propugnava para a sociedade chilena sucedeu-se em luta por construir em nosso país “uma economia de novo tipo, uma economia capitalista progressiva” na atual conjuntura continental, favorecida pela criação da “política de Boa Vizinhança” do Presidente Roosevelt (RIQUELME apud GONZÁLES, 1985, p. 63).

Adotando uma linha de “franco apoio à política rooseveltiana”, o PCCh apoiou os objetivos delineados pelo Secretário de Tesouro estadunidense presentes na criação do Fundo Monetário Internacional e o Banco de Reconstrução e Auxílio. No entanto, todo esse apoio desapareceu com o final da Guerra. Escancaradas as profundas diferenças entre EUA e URSS, e levando em consideração o novo contexto de reafirmação da hegemonia estadunidense sobre a América Latina, coube aos comunistas chilenos à tarefa de se reposicionarem novamente e se colocarem na oposição a toda representação imperialista do governo norte-americano (1985, p. 69). A partir daí, o browderismo passou a ser acusado de revisionista, inibidor de uma política autônoma por parte do movimento operário e propugnador do fim do Partido Comunista dos EUA (CHAMORRO, 2010, p. 90).

Ainda no campo da comparação, para além das perspectivas estratégicas, os comunistas chilenos estiveram mais conectados ao universo cultural do comunismo internacional, adequando sua produção de acordo com as concepções e as diretrizes do próprio MCI, inserindo-se num arco maior da esfera leninista-stalinista, através da adesão ao “realismo socialista”. Por outra via, o PCB centralizou sua política cultural mediante representações e “tipos populares” ligados ao caráter nacional (DALMÁS, 2013, p. 192-194). Desse modo, é possível compreender a importância que teve a Revolução Cultural chinesa nos periódicos pecebistas ao final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Isso também se refletiu no campo da política institucional, quando o PCCh procurou aprofundar sua estratégia *frentista* mesmo quando esteve na ilegalidade, ao contrário do PCB.

Retomando a problemática do *frentismo* como estratégia política do PCCh, no campo das esquerdas, a maior oposição a esse projeto adveio dos Socialistas. No interior do PS, as reflexões em torno da participação do Partido no governo de Aguirre Cerda deram início a uma década de dissensões e formações de outros partidos socialistas¹⁰. Em um trecho do livro *¿Y Ahora?*, publicado em 1942, e escrito pelo então dirigente socialista Humberto Mendoza, podemos observar o embrião da crítica à política de alianças representada na estratégia de Frente Popular:

¹⁰ Ao final de 1941, um setor do PS abandonou o partido por discordar do lento processo de implantação das políticas reformistas, previstas no programa da Frente Popular. Essa facção dissidente fundou o *Partido Socialista de los Trabajadores*.

No Chile, no atual regime, as classes trabalhadoras *não chegaram* ao governo pelo fato de o Partido Socialista estar nos ministérios. Na verdade, o que aconteceu é que as classes trabalhadoras correm o risco de perder seu partido, porque lentamente a dialética do processo político fará com que o Partido Socialista represente interesses cada vez mais alheios ao proletariado e próximos aos dos capitalismo nacional e internacional. [...] Por outro lado, esta é a chave da política das frentes populares e de toda combinação tendente a encobrir ou dissimular as contradições econômicas das classes sociais (MENDOZA, 2006, p. 146-148)¹¹.

Com a eminente saída dos Socialistas da Frente Popular e o apoio de parte do Partido Liberal e do Partido Conservador em direção à candidatura de Ibáñez, os Radicais se atentaram ao perigo que poderia significar a criação de um bloco direitista no auge do conflito mundial. Diante disso, o candidato do PR, Juan Antonio Ríos, mesmo representando um setor crítico à participação das esquerdas no governo centrista procurou realinhar sua base de apoio ao convencer o PS a abandonar a candidatura de Schnake e apoiar novamente um candidato radical. O apoio do PCCh a Ríos ocorreu logo em seguida, mediante a ameaça de uma vitória de Ibáñez. Ao conseguir reunir novamente esses três partidos, a Frente Popular conquistou as eleições com 55% dos votos. Sendo assim, Ríos deu início ao segundo governo Radical inspirado no modelo de Frente Popular e tendo como norteador uma grande aliança partidária.

Embora o radicalismo tenha conseguido se manter a frente do poder político no Chile, os governos de Ríos e Aguirre Cerda tiveram diferenças significativas. Conquanto o governo Ríos possuísse um arco de alianças maior, seu perfil foi mais presidencialista, ao contrário do governo de Aguirre Cerda, que procurou governar a partir de um maior diálogo com os interesses dos partidos políticos. Esse perfil centralizador coadunou-se com o contexto internacional da época, marcado por governos com essas características, imersos em um conflito cada vez mais mundial no início da década de 1940. Mas, no caso chileno, composto por fortes divisões partidárias, a centralização do governo Ríos não foi suficiente para evitar as tensões decorrentes dessa coalizão heterogênea. Em outubro de 1942, ocorreu a primeira crise no governo, fruto de grandes divergências com o Partido Liberal, que não aceitou o rompimento das relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Tais divergências gestaram uma primeira reorganização ministerial. O quadro ministerial passaria a ser composto por uma divisão entre Radicais, Socialistas e um membro das Forças Armadas no comando do importante Ministério da Economia. Todavia, essa nova composição ministerial

¹¹ Um fato interessante que consta na apresentação desse trecho, escrita por Michel Lowy, está na reedição do texto de Mendoza, relançado em 1972, como parte de uma compilação de documentos do Partido Socialista, publicada pelos historiadores socialistas Júlio César Jobet e Alejandro Chelen Rojas. Segundo Lowy, tratou-se de “uma prova de persistência desta problemática na ideologia do Partido Socialista chileno” (2006, p. 146).

durou pouco tempo. Em janeiro de 1943, devido a uma reconfiguração interna nos quadros do PS, houve uma determinação de seus novos dirigentes para que o Partido saísse do governo. Os Radicais, dessa forma, acabaram por assumir a quase totalidade dos gabinetes em um breve período, tendo que renegociar suas posições a cada pressão dos partidos de direita e esquerda (MOULIÁN, 2006, p. 83-85). Um dos únicos atores que manteve apoio irrestrito ao governo Ríos foi o Partido Comunista, apesar de nunca ter ocupado algum ministério (AGGIO, 1999, p. 148).

As tensões e as recomposições ministeriais foram uma constante no governo Ríos. E assim como ocorreu com Aguirre Cerda, o segundo presidente Radical não conseguiu finalizar seu mandato ao falecer em 1946. Novamente, as eleições tiveram que ser antecipadas em um clima de agravamento dos problemas econômicos e explosão no número de greves, decorrentes do fim da Segunda Guerra e da reorganização dos países que estavam mobilizados diretamente no confronto. Com o ressurgimento do protagonismo econômico europeu e estadunidense, muitos países que tinham sua economia voltada para a exportação viram novamente a forte concorrência enfraquecer sua capacidade industrial. Nesse conjunto de agitações, novas recomposições políticas começaram a ser desenvolvidas. De volta aos ministérios, os Socialistas tentaram lançar a candidatura de Alfredo Duhalde, então presidente da República, mas este rejeitou o convite. Como o candidato dos Radicais, Gabriel Gonzáles Videla, fora respaldado pelo apoio dos Comunistas, enquanto que o PS resolveu lançar a candidatura de seu líder sindical e secretário-geral Bernardo Ibáñez, tendo em vista as divergências já mencionadas no campo das esquerdas. No campo da direita houve um grande racha interno, que resultou na candidatura de dois presidenciáveis. Essa cisão fez com que diminuísse consideravelmente suas expectativas de retorno ao poder. Mediante tais fraturas, a candidatura de Videla saiu-se vitoriosa com 40% dos votos. Porém, mesmo tendo vencido as eleições, o novo presidente radical enfrentaria novas adversidades no campo das alianças políticas. As diversas pressões levaram o Partido Radical a formar um grupo ministerial que incluiu as contradições latentes na sociedade chilena, dividindo as pastas entre Liberais, Radicais e Comunistas (AGGIO, 1999, p. 150-152).

Em relação ao PCCh, além de manter sua estratégia *frentista*, agora sob o comando de Videla na Presidência, o final da Segunda Guerra fomentou novas perspectivas em sua visão política. Tais revisões foram feitas no XIII Congresso do Partido Comunista, realizado ao final de 1945. Nesse encontro houve uma pressão interna para que os Comunistas tivessem maior participação nos governos liderados pelos Radicais, a fim de impulsionar as políticas reformistas contra as “vacilações dos setores burgueses” (MOULIAN, 2006, p. 91). Nesse

instante, a bandeira da *Unión Nacional* passou a ceder espaço para a política de *lucha de masas*, que vigoraria até 1951. De acordo com essas novas concepções, os Comunistas sentiram a necessidade de se reposicionarem na conjuntura política do pós-Guerra. Portanto, assim como ocorreu com vários outros partidos comunistas ocidentais da Europa, coube ao PCCh reinventar-se nessa nova ordem, cujo legado transmitiria tanto um valor de unidade pró-URSS, quanto uma nova dimensão acerca da diversidade estratégica do comunismo internacional. Dessa forma, os partidos comunistas no Ocidente político se reposicionaram em conformidade com as novas demandas de suas sociedades nacionais:

As fontes de sua credibilidade não podiam se limitar ao mito soviético relançado pela vitória sobre o fascismo, à experiência da resistência e a seu perfil de forças progressistas. Estas eram condições necessárias, mas não suficientes, para uma autêntica expansão nas sociedades ocidentais. Em ambiente político e social pluralista e competitivo, o discurso antifascista e a identidade nacional requeriam cultivo e desenvolvimento. [...] De modos diferentes, os comunistas tinham a tarefa de enfatizar a memória recente, sem muitas referências ao passado, e saber conjugar o próprio credo classista com o novo sentido de pertencimento nacional (PONS, 2014, p. 301).

Ao tentar se equilibrar nesses desafios, o PCCh se viu envolto em novos embates, tanto na relação com as diretrizes soviéticas, marcadas pelas diferentes visões em torno das vias nacionais e da estrutura de alianças e de classe, como na reformulação de sua política estratégica, quando definiu a polarização entre revolução democrático-burguesa chilena e a atuação das forças imperialistas, agora invariavelmente representadas na figura dos EUA. Havia também um processo de deterioração das relações com os Socialistas, que decidiram lançar a candidatura única de Bernardo Ibáñez e assim criar uma política de “terceira frente”, distanciando-se novamente da aliança com os Comunistas (MOULIÁN, 2006, p. 129).

Segundo María Chamorro, a maneira como o PCCh lidou com tais questões pode ser dividida em duas etapas: a primeira, referente ao período em que o PCCh esteve na legalidade e participou ativamente do governo Videla. Esse momento coincide com o estado de reordenamento das relações internacionais pós-Guerra, quando ainda não havia sido deflagrada a Guerra Fria. E a segunda, quando houve uma crise na aliança governamental, que refletiu na saída do PCCh da coalizão e sua expulsão do sistema político. Sua expulsão do sistema político esteve diretamente ligada à radicalização da disputa entre EUA e URSS (CHAMORRO, 2010, p. 92).

Ainda em seu XIII Congresso, o PCCh decidiu que tática e estratégia confluiriam em um mesmo sentido em relação ao que viria significar sua política de *lucha de masas*. Nesse

instante, a revolução democrático-burguesa ascenderia como objetivo central da estratégia dos comunistas. O sentido de Unidade Nacional não mais abrangeria a ampla conotação que atingiu na luta contra o fascismo. A unidade agora deveria ser fortalecida na base, segundo informou o dirigente Elías Lafferte (2010, p. 92). Essa dimensão estratégica foi estabelecida a partir de uma nova conjuntura, que indicava uma maior representatividade do PCCh junto ao sistema político do país. Com a ausência do PS na coalizão com o Partido Radical, pela primeira vez na história do Chile, os Comunistas passaram a chefiar pastas ministeriais, ocupando três ministérios no governo Videla.

Paralelamente ao novo status vivido pelos Comunistas, abriu-se no interior do Partido uma nova dimensão de ação política na sociedade chilena. Subjaz dessa nova realidade, os sentidos da política de *lucha de masas*, que passou a incentivar ações deslocadas do campo institucional. Desse modo, por meio dessas novas diretrizes, as Juventudes Comunistas passaram a se organizar em milícias urbanas. Em um artigo escrito na *Principios*, publicado em outubro de 1946, Carlos Contreras Labarca afirmou que tais milícias:

deben servir para ayudar a las fuerzas democráticas y al ejército en la defensa del orden y la democracia [...] Ante la insolencia reaccionaria, la juventud responde organizando milicias populares. No es conciliando que se obtiene el triunfo... sino aplastando definitivamente a los causantes del hambre, el atraso, la cesantía y el analfabetismo a que ha sido condenada hasta hoy la juventud chilena (CHAMORRO apud LABARCA, 2010, p. 97).

Esse tipo de convocação ilustra bem a identidade política dos comunistas chilenos durante a década de 1940. Participação na política e ação nas ruas confluíam ambas na visão em torno do que significava a estratégia de *lucha de masas*. Sendo assim, no mesmo mês em que o artigo de Labarca fora publicado, o PCCh declarou que assumiria suas responsabilidades ministeriais mediante o cumprimento do governo frente aos objetivos traçados no “*Programa antioligárquico, antireaccionario y antiimperialista*”, aprovado em uma Convenção de Partidos Populares. O afastamento dos grandes monopólios, o respeito à integridade e independência do movimento sindical, o reconhecimento da Central de Trabajadores Chilena (CTCH), a realização da reforma agrária, a modernização do parque industrial chileno, a introdução de uma profunda reforma tributária, a democratização das Forças Armadas, a nacionalização dos serviços públicos, e a independência da política externa frente aos EUA, faziam parte de algumas das metas a serem cumpridas em um ambiente interpretado pelo PCCh como propício a tais avanços (CHAMORRO apud LABARCA, 2010, p. 98). O incentivo a uma maior inserção do PCCh junto ao governo esteve relacionado ao

seu crescimento eleitoral e político. Entre os anos 1945 e 1947, os Comunistas quase duplicaram seu eleitorado.

Esse novo dimensionamento político fez com que novos confrontos surgissem a partir das divergências entre Radicais e Comunistas. Antes mesmo do PR anunciar seu novo Gabinete ministerial em 1947, os dirigentes comunistas se anteciparam e reivindicaram maior participação e exigiram que a coalizão tomasse um rumo mais à esquerda. No entanto, ao contrário disso, o resultado da Convenção Radical foi no sentido oposto ao pretendido pelo PCCh. Proporcionalmente ao seu aumento de influência na sociedade chilena, crescia também a reação anticomunista. Havia uma pressão muito intensa por parte dos Liberais, que ameaçavam romper com o governo caso mantivessem o PCCh na coalizão. Tais reorientações também estiveram relacionadas às pressões norte-americanas, que exigiam a expulsão dos Comunistas do governo a fim de que houvesse uma retomada da cooperação econômica entre os dois países em um momento de grave crise enfrentada pelos chilenos. Vale lembrar que em 1947 as tensões entre EUA e URSS já eram latentes. Todavia, o estopim desse acirramento entre PCCh e PR ocorreu após eclodirem várias greves e reações violentas das forças do Estado, que resultaram em uma tensão irreconciliável no interior da aliança governamental. Naquela conjuntura, o PCCh perderia seus cargos nos ministérios.

Após analisarmos todos esses problemas e decisões, podemos deduzir que havia uma grande crise dos partidos comunistas nos sistemas políticos do mundo ocidental. Assim como ocorrera com a expulsão do PCB do sistema político brasileiro, outros partidos comunistas sofreram com o mesmo processo. Em setembro de 1947, o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Italiano foram expulsos de suas coalizões governamentais. Nesse horizonte de expurgos, as “guerras de posição” na nova ordem global também serviram de combustível para o acirramento dos conflitos políticos presentes nas esferas nacionais. Por conseguinte:

A reação dos comunistas após a marginalização da esfera de governo, confiada às agitações de massa e com culminância na mobilização pacifista, permaneceu como projeto incompleto e mutilado. Sua formidável capacidade de mobilização constituiu instrumento da “guerra de nervos” interna e internacional, mas se revelou arma ineficaz sob o aspecto da conquista estável de novos apoios e da esperança de modificar em seu favor as relações de força com o *establishment* filo-ocidental (PONS, 2014, p. 352).

A reação do comunismo chileno foi imediata e, de certa forma, radical. De acordo com Luis Reinoso, então secretário de organização do Comitê Central do PCCh, “*cuando los*

partidos proletarios conquistan la adhesión de la mayoría de la población y se transforman en fuerza dirigente por los caminos de la democracia burguesa, entonces comienzan a revelar su verdadera faz hipócrita los antidemocráticos". Ainda segundo Reinoso, a transformação de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista não mais poderia ocorrer através da "democracia burguesa", pois as oligarquias impediam esse movimento (CHAMORRO apud REINOSO, 2010, p. 101-103).

Em uma atmosfera de intensos embates, onde o peso da conjuntura internacional incidia fortemente no contexto nacional chileno, o sistema político chileno acabou por aprovar a expulsão do PCCh. Em setembro de 1948 foi promulgada a *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, aprovada no Senado por 31 votos a 8, e que definiu a condição de ilegalidade do Partido Comunista e o obrigou a atuar na clandestinidade. A favor da lei votaram os Liberais, os Radicais, os Conservadores, os Radicais Democráticos, os Agrários Laboristas, além de um senador Socialista. Apenas três senadores Comunistas, o Conservador Eduardo Cruz Coke, o Radical democrático Alfredo Duhalde e os Socialistas Salvador Allende, Marmaduke Grove e Carlos Alberto Martínez, votaram contra a expulsão do PCCh. Em seu parágrafo inicial, a chamada *Ley Maldita* proibia a existência, a organização, além de qualquer publicação ou outra forma de expressão do Partido Comunista, considerado agora um inimigo da democracia. Nesse instante, mais de quarenta mil eleitores foram denunciados como comunistas e tiveram seus registros eleitorais cassados (FURCI, 2008, p. 74). Desse modo, iniciou-se um processo de isolamento do PCCh, tanto na coalizão partidária, quanto nas alianças de esquerda, pois nesse instante as relações com o PS eram escassas e demasiadamente conflitivas¹². Assim como no caso do PCB, tratou-se de uma situação paradoxal, pois enquanto os comunistas chilenos viam crescer sua influência junto aos trabalhadores, sua representação política no sistema político se deteriorava. Tal situação deu impulso à segunda fase da política de *lucha de masas* do PCCh (2010, p. 107).

O surgimento dessa nova etapa iria inaugurar um novo impasse em torno das estratégias formuladas no interior do Partido Comunista. De acordo com uma fração do PCCh liderada por Luis Reinoso, então uma das lideranças mais importante do partido, a expulsão da coalizão governamental em uma conjuntura de crescimento do apoio das camadas

¹² As próprias lideranças socialistas estavam rachadas. No interior do socialismo chileno deflagrou-se mais uma cisão, mediante as posturas adotadas em relação à proscrição do PCCh. Uma parte dos socialistas, liderados por Bernardo Ibáñez e Juan Bautista Rosetti, apoiou a expulsão dos Comunistas. Contrários a essa posição, Eugenio González, Salvador Allende e Raúl Ampuero, em 1948, fundaram outra agremiação socialista, denominada *Partido Socialista Popular (PSP)*. Dentre as bandeiras levantadas pelo PSP em sua origem estava a oposição a política de "colaboración de clases", especificamente contrária à aliança com os Radicais e a criação de uma "frente de trabajadores", que excluísse qualquer relação com partidos considerados pequeno burgueses (ARRATE, 2003, p. 252-254).

populares impulsionava a mobilização em torno da radicalização da estratégia de *lucha de masas*. A estimativa era de que em 1948 a militância comunista continha cerca de dez mil pessoas. Desse contingente, algumas centenas desses militantes faziam parte de uma organização secreta chamada “*activo*”, que procurou atuar paralelamente à estrutura regular partidária, tendo como tática a implantação de ações armadas. Essa organização era liderada por Reinoso. Seu principal objetivo era fomentar uma revolução democrático-burguesa sem a presença do Partido no interior do sistema e do Estado. Essa linha enfatizava a ação revolucionária direta por meio de formas de luta frontais com maior ou menor índice de violência. Incentivo as greves, formação de unidades paramilitares, conspirações no cotidiano do trabalho, elaboração de perspectivas insurrecionais, entre outras medidas, foram táticas gestadas por essa facção. Segundo as concepções de Reinoso, o caminho das reconquistas às liberdades públicas, da defesa da soberania nacional e da solução da crise econômica, não deveria mais passar pela via eleitoral, mas sim pela luta organizada e unida das massas populares. Ademais, Reinoso afirmava que os comunistas não mais acreditavam nas virtudes da democracia burguesa, pois no Chile, com a *Ley de Defensa*, houve a criação de um estado policial com métodos fascistas e terroristas (CHAMORRO, 2010, p. 113-114).

O posicionamento defendido por Reinoso causou um grande tumulto nos debates internos do PCCh. Outros dirigentes discordaram dessa linha radical. Logo após a expulsão do sistema político, Ricardo Fonseca, secretário-geral do Partido, posicionou-se contrário as propostas de Reinoso, pois alegou que tais políticas levariam o PCCh ao isolamento e a derrocada do seu papel vanguardista. Vítima de um câncer, Fonseca acabou falecendo em 1949. Seu sucessor, Galo González, manteve a linha de enfrentamento contra o grupo de Reinoso. Apesar deste embate, em maio de 1951, González publicou um texto na *Principios* reafirmando o caráter revolucionário do Partido Comunista, bem como o horizonte da insurreição como estratégia a ser desenvolvida em um momento mais decisivo. Todavia, para o novo secretário geral, as condições daquele momento não permitiam a visualização de tal cenário (CHAMORRO apud GONZÁLEZ, 2010, p. 116). Note-se que até aqui havia alguma concordância entre os dois grupos, traduzidas no apoio aos programas que o PCCh lançou na clandestinidade, pautados basicamente nas melhorias das condições sociais da população e no nacionalismo econômico. Mas essa tensão permanente não conseguiria se sustentar à luz dos interesses do PCCh em resgatar sua legalidade. Ademais, um imediato consenso deveria ser formado para que o Partido não se fragilizasse ainda mais naquele estado. Havia ali a preocupação em sustentar o instrumento de centralismo democrático,

exigido por todo partido comunista leninista como forma de sustentação de sua doutrina e organização.

Como as posições entre o grupo de Reinoso e o grupo de González foram se distanciando com a manutenção do estado de ilegalidade, na IX Conferência Nacional do Partido Comunista, ocorrida em setembro de 1952, a posição majoritária do grupo ligado à González optou pela ratificação da expulsão dos chamados *reinosistas*. Foram expulsos Luis Reinoso, Benjamín Cares, Marcial Espinoza, Daniel Palma e Jorge Jamett, acusados de formar um grupo putschista, terrorista, desagregador e por terem tentado desprestigiar a imagem do PCCh no exterior. Outros militantes foram banidos silenciosamente como forma de evitar maior deflagração do racha intrapartidário. Posteriormente, na década de 1960, uma parte desse grupo iria fundar o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). De acordo com a fração majoritária do PCCh, que defendeu a manutenção da via político-institucional e a luta pelo retorno à legalidade institucional, o *reinosismo* representou uma “*desviación de izquierda*”. Como a manutenção dessa linha representou a posição majoritária dos Comunistas após a solução desse conflito, criou-se uma nova narrativa para interpretar o momento radical vivido pelo Partido, logo após o processo que culminou em sua ilegalidade¹³. Subjaz dessa postura a importância em manter a imagem da instituição forte e coesa a fim de não abalar as estruturas de seu centralismo democrático e o horizonte da revolução etapista, bem como arregimentar apoio para participar, mesmo que indiretamente, das eleições presidenciais de 1952. Ficou evidente, portanto, que o período em que o PCCh adentrou à ilegalidade acabou por ressuscitar, pelo menos em uma fração do Partido, uma postura insurrecional contra as chamadas instituições burguesas. Mas, ao contrário do caso brasileiro, essa posição naquele momento não alcançou a hegemonia no horizonte estratégico dos Comunistas chilenos. Uma das possíveis explicações encontra-se no fato da trajetória de apoio do PCCh à Frente Popular, iniciada em meados da década de 1930, ter marcado uma identidade na cultura política do comunismo chileno ao ponto deste não adotar uma política insurrecional como resposta à ilegalidade.

Presente em todas as alianças políticas com os Radicais até o governo Videla, o PCCh construiu tal identidade referente à sua participação no sistema político eleitoral no Chile. Porém, a partir da chamada “*Ley Maldita*” que o proscreeu do sistema político até 1958, os Comunistas começaram uma campanha contra o PR afirmando-o ser um governo pró-

¹³ Acerca da construção degenerativa do *reinosismo* no discurso oficial do PCCh ver: LOYOLA T., M. “*Los destructores del Partido*”: notas sobre el *reinosismo* en el Partido Comunista de Chile. Santiago: Revista *Izquierdas*, vol. 1, núm. 2, dezembro de 2008. p. 01-32.

imperialismo, que balizou sua conduta por meio de uma “traição nacional” contra a sociedade chilena e o próprio Partido Comunista. O perfil dos governos de centro-esquerda, herdado da formação inicial da Frente Popular, havia se esgotado no início da década de 1950. Embora os partidos de esquerda tenham se beneficiado dessa formação aliancista, no momento em que ocorreu o desfecho desse modelo de arregimentação política, o socialismo chileno se encontrava profundamente dividido e os comunistas inoperantes. A partir desse instante, a experiência vivida durante os anos de Frente Popular passou a ser interpretada pela historiografia ligada à esquerda chilena como uma experiência profundamente negativa (AGGIO, 1999, p. 165). Entre os exemplos dessa nova interpretação encontra-se a crítica elaborada por Orlando Millas, quando este questionou o conceito de “Estado de compromisso” para se interpretar a Frente Popular. De acordo com este histórico dirigente comunista, “*esta visión se orienta a suprimir de la historia de Chile los conflictos reales, desmerecer al movimiento obrero y popular y embellecer el cuadro sombrío de la dominación imperialista*” (TORRES apud MILLAS, 2014, p. 46).

Todavia, a experiência das esquerdas chilenas nos governos Radicais acabou por construir um legado político e uma cultura de participação no sistema eleitoral do país. Desse modo, a interpretação feita pelo PCCh em torno da ilegalidade sofrida foi distinta ao compararmos com o PCB. Em 1950, transcorridos dois anos do estado de ilegalidade e iniciado o processo de expulsão do grupo *reinosista*, o PCCh lançou seu *Programa de Emergencia*. Esse programa foi elaborado em um momento em que as repressões diminuíram e o Partido teve uma maior margem de manobra, podendo até mesmo divulgar suas ideias a partir de algumas publicações. Diferentemente do Manifesto de 1950 do PCB, o *Programa* dos comunistas chilenos procurou defender algumas reivindicações “realistas”, em que pese à vigência da “*Ley Maldita*”.

Ao invés de propor o “exercício do desafio irresponsável”, o PCCh optou por tentar realizar a “arte do possível”. Por meio dessa perspectiva, não se aspirava à derrubada do governo Videla sob qualquer meio, mas a pressão para que tal governo se comprometesse com seu programa inicial. Os pontos centrais do *Programa* eram: proteção econômica para os trabalhadores, medidas protecionistas para a economia nacional, defesa e independência nacionais, restauração dos direitos democráticos, provisão de alimento para todos e reforma financeira, entre outras propostas inseridas dentro de um marco institucional. De acordo com Carmelo Furci, esse programa representava uma plataforma moderada com a qual a direção do PC esperava unir todas as forças de oposição, mas, em termos gerais, significava a permanência das linhas gerais elaboradas pelo Partido, desde os tempos de Frente Popular

(2008, p. 86). No plano econômico, o projeto de modernização da economia nacional baseado na substituição de importações estava esgotado após o fim da 2ª Guerra. Muitas das transformações sociais pretendidas ainda não haviam se consolidado, embora os indicadores econômicos estivessem em ascensão no início da década de 1950. Subjaz dessa posição a leitura que os Comunistas faziam acerca de sua capacidade em arregimentar apoios na sociedade chilena. Essa visão era bem fundamentada, pois um pouco antes de ser ilegalizado, em muitas cidades chilenas, o Partido já se colocava como a segunda maior representação partidária em termos de votos. Por conseguinte, apesar de se sentirem traídos pelo governo radical de Videla e revisarem sua trajetória aliancista, os Comunistas não abandonaram sua estratégia *frentista*. Pelo contrário, deram impulso a uma nova concepção de frente política no Chile, que balizaria a trajetórias das esquerdas nas décadas seguintes.

Ainda nos motivos que levaram o PCCh a manter sua estratégia *frentista*, segundo Alonso Daire T., estava o fato de terem vivenciado a sensação de “*haber tocado el poder*”, o que significou aportar na máxima expressão para qualquer organização política. Para o historiador chileno, essa subjetividade diretamente ligada à realidade no que tange o incidir e o decidir, com suas proposições, em torno da solução dos grandes problemas nacionais, concedeu aos Comunistas outro valor ao sistema político-constitucional chileno (2010, p. 125)¹⁴. Algo distinto da trajetória do PCB.

Sendo assim, ao manter sua postura de legitimação do sistema político chileno, mesmo encontrando-se proscrito, o PCCh reformou sua estratégia tendo como base a formação de um novo tipo de aliança. Surgia então, o projeto de *Frente de Liberación Nacional* (FLN). Fundamentada sob as premissas da tradição frente populista do PC chileno, a FLN representou um novo marco nessa política aliancista. Tendo em vista essa nova estratégia, a classe trabalhadora passaria a ser considerada a força principal que hegemonizaria as coalizões a serem formadas. Para o dirigente máximo do PCCh:

El pueblo de Chile vio... la traición de un sector de la burguesía, por lo tanto, el pueblo pudo entender que la clase obrera era la única consecuente en la lucha contra el imperialismo y la oligarquía. Bajo la dirección de su vanguardia, el PCCh, es la única fuerza que puede y debe conducirnos a la victoria en la lucha por la revolución democrático-burguesa, tanto agraria como anti-imperialista, por medio de la nacionalización de las industrias

¹⁴ Alonso Daire T. vai além: “Isto – o exercício do poder com certa eficácia – talvez seja uma nuance, uma sutileza, na cultura política dos comunistas chilenos, mas é muito determinante – ainda que fique presa a um “inconsciente político” -, ainda que pela mesma razão tornar-se-á um fator de pressão, em algum sentido, as futuras decisões do PC. Está esboçada ali uma pré-noção do que Enrico Berlinguer, secretário geral do Partido Comunista Italiano, denominará duas décadas depois de “compromisso histórico”, interpretado como a necessidade histórica de vencer e governar, ainda que em aliança” (2010, p. 125).

manejadas por monopolios americanos y una reforma agraria consecuente (CURCI apud GONZÁLEZ, 2008, p. 92).

Tal postura demarcou uma nova leitura em torno do processo revolucionário chileno. Caberia à força trabalhadora, representada pelo PCCh, liderar a revolução democrática-burguesa. A criação da FLN esteve inserida dentro de um novo marco nas políticas de alianças dos partidos chilenos. Após três vitórias consecutivas das coalizões lideradas pelo Partido Radical, aquilo que o levou ao seu sucesso também o conduziu à sua queda. Identificado por realizar uma política de centro, ora tentando equilibra-se junto aos partidos de esquerda, ora aos partidos de direita, e ora equilibrando partidos desses dois espectros em um mesmo governo, o PR não conseguiu manter sua estratégia, pois os atores políticos passaram a assumir novos perfis (AGGIO, 1999, p. 165). A modernização da sociedade chilena somada às novas dinâmicas do Pós-Guerra exigiu de seus atores políticos novos protagonismos. Somado a isso, nos anos de González Videla, o PR adquiriu uma imagem de um partido inconsequente, oportunista e corrupto, o que resultou em reações contra o próprio sistema político. Por conta disso e por seus próprios caminhos seguidos, além da deterioração da capacidade de aglutinação política por parte dos Radicais, os partidos de direita e esquerda também ficaram debilitados nesse processo. Conforme ilustra Isabel Torres TORRES, no que se refere às trajetórias e decisões desses partidos, enquanto a direita não apresentava um projeto de médio a longo prazo priorizando, ao contrário, sua utilitária relação com os interesses imediatos do mundo dos negócios, a esquerda, debilitada e fragmentada, era a expressão do choque entre diferentes visões estratégicas (2014, p. 46).

Nesse cenário de crise dos partidos no sistema representativo chileno, em que pese seus esforços na construção de novas alianças e projetos, uma nova força política emergiria como alternativa à tradição das coalizões lideradas pelos Radicais. A incapacidade deste partido de centro em manter uma forte posição nas eleições de 1952 deu início a uma nova fase de arregimentação das forças políticas, que jamais viria hegemonizar-se no poder como ocorrera com o próprio PR nas duas décadas anteriores. Como aponta Moulian, o elemento que definiu a correlação de forças na eleição presidencial de 1952 foi a impossibilidade de o centro dominante de conseguir alguma aliança relevante (2006, p. 152). Em seu lugar, Carlos Ibáñez del Campo, candidato do pequeno *Partido Agrario Laborista*, se apresentou como a única alternativa real contra a oligarquia (TORRES, 2014, p. 47). Considerado por Moulian um populista, um caudilho anti-partido, Ibáñez retornou à Presidência décadas depois de seu primeiro mandato. Em uma conjuntura de crise de legitimação dos partidos políticos e

surgimento de novas alianças, o candidato que se afastava dessa lógica conseguiu vencer as eleições com uma porcentagem expressiva dos votos (46,79%), tendo sido apoiado pelo Partido Socialista Popular e o Partido Feminino de Chile. O segundo lugar ficou com o candidato da direita, Arturo Matte (27,81%). Os Radicais, liderados por Pedro Enrique Alfonso, iniciaram sua derrocada eleitoral ao conquistar apenas 19,95% dos votos.

Em relação à esquerda chilena, uma novidade importante surgiria a partir desse processo eleitoral. Trata-se de uma aliança dos Comunistas, que ainda se encontravam ilegais, com uma parte do Partido Socialista e alguns dissidentes do PSP, que optaram por não apoiar Ibáñez e, assim, demarcarem uma posição estritamente de esquerda no cenário político chileno. Ampliando os horizontes da FLN, surgiu no Chile a *Frente Nacional de Pueblo (FRENAP)*, que teve como principal objetivo respaldar a candidatura presidencial do então senador Salvador Allende. Dava-se início a uma nova fase nas relações dos partidos de esquerda no Chile, em que pese à manutenção de divergências estratégicas, que no futuro também seriam responsáveis pelo debacle da Unidade Popular, em 1973. Contudo, nas eleições de 1952, houve um apoio de boa parte das esquerdas em torno da escolha de Salvador Allende como candidato à Presidência. A partir daí, o senador seria sempre o escolhido para pleitear o principal cargo do Executivo. Em sua primeira campanha, Allende obteve 5,45% dos votos. Porém, a proporção de votos aqui analisada não nos interessa ao levarmos como prioridade em nossas análises o processo que culminou na aliança entre as esquerdas através de uma candidatura própria. Apesar de essa própria esquerda encontrar-se debilitada organicamente, tanto na ilegalidade do PCCh, quanto nas disputas entre Socialistas e Socialistas Populares, além do próprio histórico de confrontos político-ideológicos entre socialismo e comunismo no Chile, surgiu desse pacto eleitoral uma nova relação das esquerdas com o sistema político chileno.

Um dos pilares dessa nova aliança, mesmo encontrando-se em uma situação de precariedade no que tange a organização e mobilização de suas atividades, o PCCh reorientou sua estratégia a partir da IX Conferência Nacional, ocorrida em agosto de 1952, com o objetivo de adequar-se a esse novo momento histórico. Momento este visto como uma oportunidade para se atingir os objetivos revolucionários do socialismo mundo afora, haja vista que a interpretação do MCI pautava-se na perspectiva de crise e derrocada do capitalismo. Apesar da ruptura entre URSS e Iugoslávia em 1948, dos problemas adjacentes à Guerra da Coreia, iniciada em 1950, que representou o início dos movimentos belicistas da Guerra Fria, a imagem da vitória da revolução global comunista, liderada por Stalin, ainda se fazia presente no imaginário dos partidos comunistas do Ocidente:

A guerra da Coreia contribuiu para restabelecer a imagem de uma força coesa, agressiva e difícil de conter. O paradigma do monolitismo deveria assim imperar na percepção ocidental do comunismo. Tal percepção monolítica era a imagem no espelho da autorrepresentação comunista. [...] O “partido mundial” da revolução era lembrança do passado, mas o comunismo internacional continuava a constituir o veículo fundamental para a expressão dos interesses soviéticos e para a difusão do mito da URSS. [...] O Estado soviético oferecia ao movimento comunista mitologias e recursos, mas baseava amplamente seu interesse e sua autoridade também na realidade e na imagem do comunismo internacional (PONS, 2014, P. 361-362).

Nessa conjuntura em que as “vias nacionais” deveriam impulsionar a revolução global, a *Frente de Liberación Nacional* do comunismo chileno reforçou sua autonomia estratégica junto ao MCI, enquanto nutria-se das perspectivas gestadas pelo próprio Movimento. O elemento que respaldou a caracterização dessa autonomia esteve inserido na tentativa de formar uma aliança com os Socialistas, unificando o que considerava serem os representantes de todas as forças progressistas ligadas ao movimento operário, possibilitando também a inclusão de setores da burguesia nacional e trabalhadores agrários. A leitura Comunista acerca dos tempos de Frente Popular, ao mesmo tempo em que, após a ilegalidade, se posicionou negativamente crítica quanto à sua posição nessa experiência, manteve a percepção da importância em aliar-se com setores da esquerda e com a chamada burguesia nacional. Percebe-se nessa posição o apoio do PCCh frente ao processo de modernização que vinha ocorrendo no Chile¹⁵. Em artigo publicado na *Principios* em tempos de clandestinidade, Galo Gonzáles ilustrou todo esse pensamento do Partido:

De los partidos de la burguesía, como el Liberal, el Radical y el Agrario Laborista no se puede esperar una actitud de lucha consecuente por esos objetivos patrióticos. Tampoco puede esperarse esta actitud de los dirigentes socialistas populares que mantienen una colaboración sin principios con los núcleos gobernantes de la burguesía.

Pero esto no quiere decir que sea imposible atraer a importantes grupos de la burguesía y algunos sectores del gobierno, a la lucha por la independencia nacional y la democracia. Por el contrario, esto es posible, en la medida en que nuestro Partido y el Frente del Pueblo tomen en sus manos, con mayor energía y se pongan a la cabeza de la lucha de las masas, la solución de sus más apremiantes problemas y la batalla de la liberación de Chile y de las libertades democráticas.

Al respecto, debo recordar lo que dijo la Novena Conferencia de nuestro Partido: que “la realización de estas transformaciones de fondo (confiscación

¹⁵ Essa nossa posição contrasta com a visão defendida por Carmelo Furci, quando este historiador visualiza contradições nas propostas da *Frente de Liberación Nacional*, que culminaram, por exemplo, no fracasso das eleições presidenciais de 1958. Para Furci, o PCCh já havia experimentado tal aliança com a burguesia e os resultados não haviam sido positivos (2008, 96). Discordamos dessa visão pois, ao contrário disso, podemos supor que foi a partir da renovação dessa tradição *frentista*, que o PCCh saiu da ilegalidade e por muito pouco já não assumiu o poder no Chile, como veremos no decorrer deste trabalho.

del cobre, del salitre, reforma agraria, ruptura del monopolio comercial yanqui) sólo pueden ser obra de la organización, la unidad y la lucha del pueblo de Chile, de todas las fuerzas populares, democráticas y progresistas, sin distinción de ideologías, agrupadas desde la clase obrera hasta el sector progresista de la burguesía nacional, en un solo y poderoso frente de liberación nacional y social de carácter anti-imperialista, anti-feudal y pro-paz (1953, p. 03).

Os sentidos da estratégia *frentista* foram reformulados na *FRENAP*. Porém, seus fundamentos históricos e aliancistas do período das Frentes Populares foram preservados. Por conseguinte, as transformações decorrentes da reforma estratégica do PCCh, no início da década de 1950, tiveram um sentido inverso à estratégia pecebista do Manifesto de Agosto. Impedidos de atuarem na legalidade, os dois Partidos adotaram posições distintas em relação às suas proscricções. Embora ambos tenham perdido um número considerável de militantes e atravessado uma grande crise de representação junto ao movimento operário, seus caminhos ainda indicavam direções opostas. Portanto, o fator ilegalidade não responde diretamente às mudanças ocorridas nas políticas estratégicas dos dois partidos. Havia ali algo mais profundo. Duas tradições, duas trajetórias. Enquanto o PCB voltava-se para as bases insurrecionais da ANL, o PCCh reafirmava sua vocação político-institucional:

Como acaba de declararlo nuestra Comisión Política, el hecho de que haya retirado sus candidatos, por no haber sido derogada la Ley de Defensa de la Democracia, no significa que el Partido vaya a desentenderse del proceso electoral. “Por el contrario, participará en él con la mayor decisión”, agitando e impulsando las luchas reivindicativas de las masas, haciendo un gran esclarecimiento político, intensificando y extendiendo su propaganda y tratando de unir a la nación chilena en la lucha por las soluciones de fondo a los problemas económicos del país (GONZÁLEZ, 1953, p. 05).

O descompasso pendular das estratégias desses dois partidos comunistas mais uma vez seria notório. Embora convergentes em boa parte da década de 1940, o peso da tradição se fez em sentir em tempos extremos. A reação à clandestinidade no caso brasileiro, levou os comunistas a optarem pela “radicalização revolucionária” (AARÃO REIS, 2007, p. 77). Os Manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950 evidenciam isso de maneira cabal. Naquele momento, até fins de 1954, a linha política estratégica do PCB renunciava a união nacional, uma vez que classificava a classe dominante como “traidora” por se submeter às ordens vindas de Washington. No caso chileno, ao contrário do radicalismo apresentado pelo PCB, os comunistas, em 1952, juntamente com os socialistas cindidos do Partido Socialista Popular (PSP), mantiveram a estratégia de aliança com alguns grupos da burguesia nacional,

contrários a presença imperialista no país, e lançaram a candidatura do socialista Salvador Allende, propugnando um caminho “pacífico” para as transformações que se projetavam (AGGIO, 2002, p.83). A sinergia em torno da formulação de estratégias políticas voltadas para a participação junto ao sistema político de Brasil e Chile só viria fincar raízes na metade da década de 1950, quando o PCB deu início a um processo de abandono da via insurrecional e, ao seu modo, iniciou uma transformação em sua cultura política. A partir dessa conjuntura, os dois partidos comunistas aqui analisados produziram estratégias que tiveram um forte impacto no processo de renovação das esquerdas na América Latina, que acabariam eclipsadas logo em seguida com a eclosão da Revolução Cubana, em 1959.

CAPÍTULO 3 ESTRATÉGIAS EM SINTONIA

3.1 As esquerdas e os projetos de modernização na América Latina dos anos 1950

Os anos 1950 na América Latina representaram um período de grandes transformações em suas sociedades. Logo no início dessa década, podia-se constatar a presença de diversos projetos políticos globais que reivindicavam diferentes caminhos para a modernização. Entre eles, citamos aqui o prestígio do “socialismo real” pós-Guerra como modelo de socialismo ligado ao planejamento econômico e ao dirigismo estatal, sendo impulsionado por meio de uma acelerada industrialização; as vias socialdemocratas na Europa Ocidental, que procuravam valorizar a democracia, a estatização dos setores energéticos da economia, assim como políticas de bem-estar social; os movimentos de libertação nacional na própria América Latina; além dos movimentos de libertação colonial na Ásia e na África. Muitas ideias e programas políticos alimentaram diversas propostas de sociedade em um mundo cada vez mais globalizado.

Desse modo, se as décadas de 1930 e 1940 inauguraram ciclos de modernizações estruturais na região latino-americana, logo na década seguinte é possível visualizarmos a eclosão de políticas e movimentos sociais que emergiram desses processos. Os índices de urbanização e industrialização nos principais países da região também deram impulso ao surgimento de debates em torno do *desenvolvimento* latino-americano. O eixo norteador desses debates indicava a direção em torno de políticas de substituição das importações voltadas a desenvolver os mercados internos e, posteriormente, no avanço da produção de bens de capital¹. Naquele período, desenvolvimento e industrialização confluíam em torno de um mesmo significado. Em termos gerais, tais premissas foram formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, com sede em Santiago do Chile.

¹ O termo *desenvolvimento* é demasiado amplo para ser debatido com profundidade neste trabalho. Contudo, de maneira sucinta, podemos entender este conceito em movimento através de um de seus principais formuladores. Segundo Celso Furtado, “a ideia de *desenvolvimento*, referindo-se a uma sociedade, comporta, sabidamente, toda uma gama de ambiguidades. De um ponto de vista descritivo, ela se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apoia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos), posta a serviço de um sistema de dominação social” (2008, p. 83).

Por meio dessa Comissão ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu-se uma escola de pensamento econômico latino-americano que, através de um método histórico-estrutural, tinha como maior objetivo desenvolver políticas econômicas voltadas para a superação do atraso que marcava o subdesenvolvimento periférico. O objetivo dessas políticas econômicas era muito claro: desenvolver projetos modernizantes no âmbito da esfera do Estado que abandonasse de vez os legados coloniais, o que não significava a exclusão das políticas de desenvolvimento e modernização ligadas ao setor primário. Dadas às condições históricas da situação latino-americana, o desenvolvimento seria de caráter eminentemente nacional:

Passava-se assim, tanto na prática como na teoria, de uma fase em que a industrialização era concebida como um recurso complementar para um processo de desenvolvimento – baseado na exportação de produtos primários – e, além disso, como uma espécie de alternativa forçada para os períodos de contração do mercado internacional, a uma formulação teórica e a um conjunto de expectativas, apoiadas na convicção de que o industrialismo sucederia à expansão das exportações, complementando assim um ciclo de crescimento e inaugurando uma fase de desenvolvimento auto-sustentado (CARDOSO; FALETTTO; 1970, p. 09-10).

Entre os países que ao se iniciar a década de 1950 indicavam tais caminhos, Faletto e Cardoso citam a Argentina, o México, o Chile, a Colômbia e o Brasil (1970, p. 10). Com efeito, os economistas da região foram desenvolvendo uma ampla rede de consensos em torno dessas políticas econômicas. A desconfiança em relação à chamada economia de mercado após o *crash* de 1929, acrescido ao temor oriundo de Estados totalitários que responderam às tais crises mediante uma política de exclusão das liberdades básicas, fomentou modelos de política econômica que procuraram incluir desenvolvimento social com planejamento econômico de Estado, a partir de sistemas políticos democráticos. No Chile, após a Segunda Guerra Mundial, tais premissas foram definidas a partir da manutenção de uma democracia com participação ampliada (embora preservasse elementos restritivos como no caso da exclusão do PCCh e proibições às atividades dos movimentos sociais) e importantes processos de modernização em sua base socioeconômica, ligados à industrialização, a ampliação do consumo e do emprego, a urbanização crescente e a expansão da educação (LARRAÍN, 2001, p. 109). Em termos estruturais, processo similar ocorreu no universo político da sociedade brasileira. Com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, estruturou-se um sistema democrático-liberal, em que pese também os limites

conferidos ao cerceamento da organização dos movimentos de greve e a participação dos movimentos sociais, além da também cassação do PCB.

Esses movimentos políticos e econômicos na América Latina conviveram com uma maior interferência do poder dos EUA na esfera continental. Desse modo, o elemento da Guerra Fria é fundamental para se entender todos esses processos. Após uma união antifascista nas décadas de 1930 e 1940, na Europa ocidental e no continente americano desenvolveram-se políticas direcionadas ao anticomunismo. Nessa conjuntura, forças socialdemocratas ou moderadas, inspiradas em uma tradição liberal ou católica, conquistavam terreno no espectro político. Na região latino-americana essas forças coadunaram-se com as tradicionais elites territorialistas. Sendo assim, restou aos partidos comunistas adequarem-se a essa nova configuração de poder, quando não mais teriam como suporte o poder hegemônico da cultura política do internacionalismo soviético:

As próprias tarefas de legitimação, que os comunistas orientais ignoravam, levaram os do Ocidente ao caminho da adequação às sociedades em que viviam. Sua reivindicação do “autêntico” anti-fascismo se valeria da referência aos conceitos de nação e cidadania, não simplesmente do discurso anticapitalista. Muito mais do que em sua história anterior, a ligação orgânica com Moscou teve de se conciliar com linguagens não exclusivamente tomadas de empréstimo à cultura política soviética, dando vida a níveis estratificados de propaganda e discurso político, de acordo com a faixa social e a função envolvidas. [...] Apesar disso, demonstraram constituir uma força capaz de influenciar a sociedade nacional e dotada de viva alma popular (PONS, 2014, p. 365).

Em um primeiro momento pós-1947, as novas relações dos partidos comunistas com os projetos nacionais dos países latino-americanos passariam por uma prova de fogo ligada à perseguição e opressão dos tempos de *macarthismo*. Originalmente, esse termo foi cunhado para descrever a perseguição anticomunista nos EUA, promovida pelo senador republicano Joseph McCarthy. Com o alastramento dessas perseguições por todo continente americano, tal prática se traduziu em um movimento. Não foi apenas coincidência, portanto, que tanto o PCB, quanto o PCCh, no início da década de 1950, sofreram com a ilegalidade e o cotidiano de denúncias e prisões. Esse movimento significou uma tentativa de controle da ação das massas, que estava eclodindo em todo continente. No entanto, os governos de Dutra no Brasil e Videla no Chile não conseguiram amortecer as reivindicações sociais advindas de uma sociedade mais urbana e organizada. Em relação aos posicionamentos das esquerdas nesse processo, os partidos comunistas readequaram suas políticas no intuito de se manterem como forças presentes e poderem competir com outros partidos que estavam ganhando maior

representatividade junto a essa camada da população. Sendo assim, enquanto os comunistas chilenos expulsaram de suas fileiras a facção radical denominada como *reinosismo* e continuaram apoiando uma estratégia *frentista*, os comunistas brasileiros, a partir de 1954, deram início a sua “primeira renovação pecebista”, conforme o título cunhado por Raimundo Santos² (1988).

Ademais, de acordo com essa leitura histórica, antes da Revolução Cubana de 1959, constata-se que o tema dominante na esquerda latino-americana esteve ligado à relação entre os movimentos populares e os partidos comunistas (CASTAÑEDA, 1994, p. 51). Nesse sentido, a partir do biênio 1952-1954, as estratégias dos PC's deram ensejo a uma nova compreensão em torno de suas sociedades e do próprio processo de modernização vividos por seus países. Tendo em vista tais transformações, nesse capítulo investigaremos os sentidos das mudanças estratégicas dos comunistas de Brasil e Chile. Consideraremos esse período como um momento fundamental de renovação da esquerda latino-americana, que muitas vezes é eclipsado pelo fenômeno da Revolução Cubana, quando seu impacto acabou por dividir a história das esquerdas na América Latina.

Conforme tais diretrizes, analisaremos o período entre os anos 1950-1958 como ponto fundamental na estrutura de nossa argumentação. Destacaremos, por parte da experiência comunista brasileira, as reorientações do PCB após o suicídio de Vargas, que culminou no apoio conferido a Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955. O estudo de tais dinâmicas fundamenta a importância de se compreender a conjuntura nacional como impulso renovador do PCB. Ademais, em 1956, após a divulgação do Relatório Krushev, veremos como a reação dos comunistas brasileiros a esse fato teve um impacto central no processo renovador do Partido, quando os reflexos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) promoveram uma grande reorientação em suas políticas. Em relação à estratégia do PC chileno, ao contrário da experiência brasileira que passou por uma *transformação*, a manutenção da linha *frentista* abriu caminho para a *Frente Nacional del Pueblo*, que se formou para as eleições de 1952. Mesmo na ilegalidade, os comunistas chilenos mantiveram sua concepção revolucionária de conquista do poder através das vias institucionais. Porém, a partir dessa década, o PCCh passou a defender uma frente liderada pela esquerda chilena. E tal unidade iria se desenvolver nos anos 1950, transformando-se em *Frente de Acción Popular* (FRAP). Essa experiência significou uma *renovação* da estratégia de Frente Popular.

² É importante ressaltar que ao final desse período estudado, o PCCh retomou seu registro legal, enquanto que o PCB permaneceu oficialmente ilegalizado.

No intuito de compreendermos e compararmos profundamente os sentidos dessas novas estratégias, estabeleceremos como epicentro da nossa análise dois processos políticos ocorridos em 1958: na experiência do comunismo brasileiro, daremos ênfase aos sentidos da “Declaração de Março” do Partido Comunista do Brasil (PCB), que daria início a uma alteração profunda em sua linha política. No Chile, estudaremos a organização e participação do PCCh no processo eleitoral da FRAP, que por pouco – menos de 30 mil votos – não conquistou as eleições presidenciais. Essas iniciativas e reorientações, que por suas peculiaridades organizacionais e nacionais diferem entre si, podem ser vistas como estratégicas políticas anteriores à Revolução Cubana de 1959, e que teriam sido, de certa forma, deslocadas dos referenciais teóricos e políticos da esquerda latino-americana. Um ano depois, em 1959, vitoriosa em Cuba, a perspectiva nacional anti-imperialista e o método guerrilheiro de realizar a revolução ficariam consagrados, durante décadas, por muitos grupos de esquerda na América Latina, como o único caminho viável para a conquista do poder na região. Diante do predomínio que se estabeleceu a partir da generalização da estratégia guerrilheira inspirada na Revolução Cubana, aquelas reorientações esboçadas em 1958 acabariam sendo mitigadas em qualquer análise histórica do período.

3.2 O processo de formação do “pecebismo contemporâneo”

O período que marcaria a chamada “Primeira Renovação Pecebista” teve em seu início a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1951. O ditador do Estado Novo voltaria aclamado pelo povo como presidente eleito democraticamente. No pleito eleitoral, Vargas conquistou 49% dos votos. Porém, a mudança na figura do líder autoritário para o líder democrático somente se fundamenta historicamente ao pensarmos os movimentos decorrentes das transformações políticas na sociedade brasileira. Para Jorge Ferreira, o “getulismo”, expressão essa referente à defesa e as conquistas do trabalho na década de 1940, associadas à imagem de um chefe de governo, que evitava a mediação associativa entre empresário e trabalhadores, não mais satisfaria as necessidades políticas da geração de 1950. Ainda de acordo com este historiador, para se adequar a esses novos tempos, o movimento getulista institucionalizou-se em um partido político com um projeto de Brasil. Surgia aqui o PTB e a cultura política do trabalhismo. Essa perspectiva coadunou-se com as interpretações

estruturais assinaladas pelas correntes do pensamento econômico latino-americano, citadas logo no início deste capítulo:

Nessa mesma década, uma geração de homens e de mulheres, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade. Esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo, diz Lucília de Almeida Neves, tornam-se “elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época”. [...] Projeto e geração, assim, interagiram entre si, num processo de constante “diálogo” (FERREIRA, 2005, p. 11-12).

O programa trabalhista tentou arregimentar um importante aparato de alianças. Novamente, abriu-se espaço para uma união entre elites tradicionais e forças políticas emergentes no Brasil. Tal aliança, sob a égide do PTB, conseguiu o apoio do Partido Social Progressista (PSP), comandado por Adhemar de Barros, e com forte peso político no estado de São Paulo, além de alguns setores do Partido Social Democrático (PSD), ligados aos antigos interventores estaduais nomeados por Vargas, durante o Estado Novo. O agora democrata e trabalhista Getúlio Vargas voltou ao poder com a bandeira da industrialização associada ao apoio do capital estrangeiro e a presença de monopólios em diversos setores. No lado social, o ex-ditador do Estado Novo não mais impôs tantas restrições às liberdades sindicais, liberalizando aos poucos suas ações. Tentava-se, então, empreender um novo consenso numa outra realidade. Entretanto, ao contrário daquele consenso estabelecido na década de 1940, quando se lutou contra a ameaça nazifascista no mundo ocidental, o novo acordo deveria se situar em uma conjuntura marcada pela forte polarização decorrente da Guerra Fria. Desse modo, forças liberais e socialistas que se uniram contra o fascismo agora estavam em campos diametralmente opostos. Essa polarização acabou por impedir a formação de uma nova unidade ligada a figura de Vargas. Como exemplo inicial dessas dificuldades, embora tenha agraciado a União Democrática Nacional (UDN) com o Ministério da Agricultura em um país fortemente marcado pelo setor agropecuário, o presidente gaúcho não se livrou de uma forte oposição. Sua tentativa em adaptar um projeto nacionalista de desenvolvimento industrial, a partir do apoio do capital estrangeiro, causou uma grande tensão entre os atores políticos.

No campo do pensamento econômico, Thomas Skidmore destacou a disputa entre correntes liberais e nacionalistas no governo Vargas (2010, p. 122-127). De acordo com o

autor, havia uma fórmula “neoliberal” baseada na suposição de que o mecanismo de preço seria utilizado como principal determinante das políticas econômicas. A base dessas políticas encontrava-se no exemplo dos bancos centrais dos países industrializados. O capital externo era visto como de suma importância no auxílio da modernização do país. E a principal figura ligada a tais propostas era o economista Eugênio Gudín, que tinha o apoio de uma grande cadeia jornalística, liderada pela família Marinho e pelo megaempresário da mídia, Assis Chateaubriand. Em outra via estava a fórmula “nacionalista-desenvolvimentista”, vinculada às influências advindas da CEPAL. Na concepção dessa corrente, as chamadas forças espontâneas que estabeleceram a industrialização nos países do Atlântico Norte não tinham capacidade para exercer o mesmo movimento no Brasil. Era necessário elaborar uma política mista entre setor privado e o Estado. Muitos militares nacionalistas apoiaram tal proposta, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Skidmore, no entanto, ressaltou que essa alternativa estava em fase embrionária no ano de 1951, mas era considerada a via mais pragmática e viria a ser amplamente disseminada no governo Vargas. Por fim, o autor nos apresenta uma terceira proposta, denominada “nacionalismo radical”, que associava o subdesenvolvimento nacional a uma aliança entre investidores privados e governos capitalistas de países avançados. Dessa forma, qualquer programa nacionalista que contasse com o apoio do capital estrangeiro estava fadado ao fracasso. Os apoiadores dessa última fórmula variaram de forma heterogênea. O PCB e outras forças marxistas defendiam tais bandeiras.

O campo político também foi palco de polarizações emergentes. Um evento na política internacional acirrou as disputas no interior das Forças Armadas brasileiras. Naquele período, os militares possuíam uma forte influência nos desígnios do sistema político. O conflito ocorrido na Coreia, envolvendo a participação de EUA e URSS em campos opostos, foi muito debatido no Brasil e incidiu nas disputas políticas relacionadas à questão dos projetos de desenvolvimento econômico. Era muito comum visualizar uma ala de militares autodenominada “nacionalista” e outra autodenominada “democrata”. Por outro lado, na zona de embates, essas alas eram nomeadas por seus adversários de “esquerdista” e “entreguista”, respectivamente.

Mais uma vez, Vargas procurou negociar os conflitos tentando conciliar os diversos setores e interesses. Sua ambivalência residia no fato de exercer uma política “mista”, instituída através de conselhos conflitantes, unindo ortodoxia liberal e nacionalismo econômico (SKIDMORE, 2010, p. 128). Porém, ao contrário do que conseguiu realizar na conjuntura da Guerra Mundial, unindo o país num único objetivo, Vargas, ao se defrontar com

uma nova sociedade, agora mais heterogênea e com grupos sociais mais solidamente estabelecidos como atores políticos, não logrou o mesmo êxito. Naquele instante, nem mesmo obteve apoio irrestrito de suas bases de sustentação:

Os trabalhadores, castigados pelas perdas salariais, demonstravam que a estima e o reconhecimento ao presidente tinham limites. As constantes greves sinalizavam a insatisfação. O PTB, por sua vez, vivia em permanente crise, apesar da vitória eleitoral nas eleições presidenciais de 1950 – ou devido a ela. [...] A política conciliatória de Vargas, cuja estratégia era aproximar-se dos grupos políticos conservadores, a exemplo da UDN, desagradava ainda mais seus militantes (FERREIRA, 2005, p. 100-101).

No campo da esquerda, as pressões contra Vargas eram ainda mais intensas. Expulsos do sistema político, os Comunistas perderam muito apoio popular e acabaram radicalizando suas críticas. Com a radicalização de sua estratégia e a crise instaurada, o PCB chegou a perder 180.000 dos 200.000 militantes inscritos no Partido (VINHAS, 1982, p. 130). As reações radicais a isso podem ser vistas nos textos dos dirigentes comunistas. A edição número 39 da revista *Problemas* (março/abril de 1952), traz consigo três artigos ligados ao grupo dirigente do PCB, indicando um ataque frontal às políticas varguistas. No texto “Nossa Política: mais um passo para a Guerra”, assinado pela Comissão Executiva, o Partido rechaçou veementemente o acordo firmando entre Brasil e EUA, referente à assistência militar brasileira na Guerra da Coreia. Conforme a interpretação dos Comunistas, essa medida visava garantir a Vargas, amedrontado pelo povo, o apoio dos EUA para “que os soldados americanos venham matar brasileiros para salvar os interesses dos traidores e inimigos do povo”. Acusado de entreguista, o governo Vargas, antes defendido na campanha queremista em 1945, passa novamente a ser considerado um inimigo da pátria:

A assinatura desse «Acordo» mostra, assim, à nação, qual o verdadeiro sentido da política do sr. Vargas e confirma mais uma vez o que a respeito tem dito e repetido o Partido Comunista do Brasil: trata-se de um governo de guerra e de traição nacional, governo dos mais cínicos agentes do imperialismo americano e que desde os seus primeiros dias vem fazendo esforços para arrastar o país à participação direta nos atos agressivos dos incendiários de guerra norte-americanos (COMISSÃO EXECUTIVA DO PCB, 1952).

Em texto datado de fevereiro de 1952, mas publicado na mesma edição 39, Luiz Carlos Prestes apresentou um cenário de crítica e luta, em consonância ao conteúdo apresentado pela Comissão Executiva. Novamente, o combate ao imperialismo norte-americano alicerçava-se como principal missão do comunismo brasileiro. Segundo tal leitura,

as elites políticas brasileiras estavam associadas à aliança imperialista sendo considerada, portanto, traidora dos interesses nacionais. Democracia, aqui, passou ser interpretada como “democracia americana”. Ademais, Prestes associou as transformações decorrentes do “monstruoso modo de vida americano”, à “perseguição racial, o banditismo dos gangsters, a pornografia nas artes e na literatura, a mercantilização da mulher, a toxicomania, a liquidação enfim da cultura nacional de cada povo, o abandono forçado de suas tradições” (1952). Até mesmo líderes políticos associados a um pensamento nacionalista no interior das Forças Armadas, como o então ministro da Guerra Newton Estillac Leal, foram acusados de vender “descaradamente o sangue de nosso povo” ao definirem apoio às pretensões estadunidenses.

O cenário apresentado pelo líder máximo do PCB era de extrema polarização e iminente radicalização. Expulso do sistema político, as possibilidades de ação eram limitadas. Após apresentar uma longa conjuntura das posições das forças políticas assumidas no início da década, Prestes, no mesmo texto, procurou analisar o próprio papel de seu partido na contribuição para as lutas de seu povo, examinando seus êxitos e debilidades “apoiados, antes e acima de tudo, nos repetidos e insistentes conselhos do camarada Stálin, nosso mestre e guia, cujas palavras e ensinamentos iluminam o caminho da luta de todos os povos pela paz e o progresso social” (PRESTES, 1952). Instrumentalizando uma realidade, Prestes ressaltou que os comunistas brasileiros estavam “mais poderosos do que nunca” ao se colocar como a “força principal” da oposição. Em termos de “luta democrática”, Prestes afirmou que a imprensa comunista sempre se colocou ao lado das forças que lutavam pela democracia associada à libertação nacional contra o fascismo local e o imperialismo global.

Apesar de ilustrar de modo demasiado positivo a atuação do comunismo na sociedade brasileira, Prestes também identificou algumas debilidades no movimento revolucionário. Sabidamente conhecedor das dificuldades em se estabelecer uma estratégia revolucionária naquele momento, o Cavaleiro da Esperança procurou enfatizar a luta pela paz como bandeira principal do PCB. Foi através desse ideal que o líder pecebista iniciou uma tentativa de aproximação com outros setores da sociedade brasileira:

É ainda muito generalizada em nossas fileiras a tendência a rebaixar a luta pela paz a uma simples tarefa prática e secundária. Idêntica incompreensão leva a que se encare a luta pela paz como uma tarefa exclusiva dos comunistas ou da classe operária, quando a luta pela paz pode e deve abarcar milhões, pode unir a maioria da nação. São tendências de direita ou de esquerda que mostram que ainda não compreendemos suficientemente que é através da luta pela paz que se fará avançar o movimento de libertação nacional, que é através da luta pela paz que mais rapidamente nos

aproximaremos de nossos objetivos fundamentais. É isto que precisamos melhor compreender (PRESTES, 1952).

O discurso pela paz teve um sentido muito diferente daquele estabelecido há dois anos no Manifesto de 1950, quando Prestes defendeu a “inevitável e necessária violência das massas”. Em “A Luta pela Paz, Nossa Tarefa Central e Decisiva”, Prestes já tinha ciência da perda exponencial de militantes e apoiadores do PCB. Enquanto a sociedade brasileira definia um novo consenso, o Partido Comunista não conseguia mobilizar tal conjunto a partir das diretrizes de seu Manifesto insurrecional. Dessa maneira, em 1952, os pecebistas já começaram a reorientar seus discursos, embora, em termos de estratégia política, sua primeira renovação ainda não se faria presente. Agora, segundo os novos conselhos de Prestes, cabia aos comunistas superarem as “tendências oportunistas e sectárias” a fim de conquistarem um “novo impulso na luta pela paz, pela independência nacional e por um governo democrático e popular, novo impulso na justa aplicação da linha política de nosso Partido”. Para isso, ao contrário do que pensavam “muitos camaradas”, O PCB deveria mobilizar uma “unidade de ação” por um pacto de paz, uma coexistência pacífica entre o sistema socialista e o sistema capitalista, sem que fosse necessária a imposição de concepções e métodos que lhes eram próprios.

Por fim, no último dos artigos retirados da edição 39, analisamos o texto de Diógenes Arruda, membro do Comitê Central (CC) do PCB, que marcou uma contraposição ao texto de Prestes. Em “Reforçar a Vigilância Revolucionária, Tarefa Vital do Partido”, Arruda procurou reafirmar o radicalismo como frente de combate contra os sérios problemas enfrentados pelo país. O dirigente pernambucano destacou logo no início de seu texto uma divisão radical que divergia do tom conciliatório, pretendido por Prestes:

Mais que nunca, camaradas, devemos tomar firmemente em nossas mãos a tarefa honrosa de reforçar por todos os meios, nas fileiras do Partido, a vigilância revolucionária, de combater sem piedade as manifestações de todo gênero de oportunismo e sectarismo, de denunciar e extirpar os elementos nacionalistas burgueses, nacional-reformistas, capituladores, desagregadores e agentes do imperialismo, quaisquer que sejam as bandeiras sob as quais se ocultem (ARRUDA, 1952).

Conquanto Diógenes Arruda estivesse longe de propor qualquer rompimento com Prestes, como o faria dez anos depois, nota-se que as ideias no interior do PCB não eram monolíticas. Em 1952, as interpretações acerca da resolução da crise no Brasil e da própria crise do PCB eram diversas e, em alguns pontos, conflitantes. Os próprios títulos desses

últimos dois artigos ilustram as diferenças importantes no trato com os mesmos conceitos e táticas. Para Arruda, por exemplo, mais do que aliar-se às forças políticas não ligadas ao comunismo em favor da paz, cabia ao Partido resolver os problemas advindos de “elementos pequeno-burgueses que são portadores de modos de vida e de hábitos inteiramente estranhos ao proletariado revolucionário”, que aportam na agremiação como novos militantes, mas não se sujeitam ao verdadeiro ensino do marxismo-leninismo. Ao invés de trabalhar com a questão da “coexistência pacífica”, Arruda procurou acirrar a polarização e atribuir outro sentido de unidade, muito distinto daquele proposto por Prestes:

Nas condições atuais do mundo, dividido em dois campos, e quando a revolução democrático-popular no Brasil, de cunho agrário e anti-imperialista, só pode ser dirigida pelo proletariado, é geralmente entre esses elementos de origem pequeno-burguesa, que não foram ganhos para a ideologia do proletariado, onde se manifestam as tendências mais nocivas ao movimento revolucionário. Muitos passam ao nacional-reformismo, transformam-se em porta-vozes das mais variadas concepções e tendências anti-partidárias, provocam disputas dentro do Partido, lutam contra os interesses de classe do proletariado, caem abertamente no capitulacionismo (ARRUDA, 1952).

Nota-se que, diante dessa dualidade de interpretações, embora o Partido Comunista tentasse manter um sentido de unidade baseado nos princípios leninistas do “centralismo democrático”, em diversos momentos de sua história isso não ocorreu. Ainda no texto de Diógenes Arruda podemos notar a presença de mais uma crise instalada no PCB. Sem entrar em maiores polêmicas com Prestes, Arruda direcionou seus ataques a outro tradicional dirigente comunista. Tratava-se do ex-deputado comunista José Maria Crispim, crítico do Manifesto de Agosto, considerado por ele um documento sectário. Extremamente incomodado com a posição de Crispim, Arruda direcionou seu combate ao ainda camarada, que seria expulso ao longo de 1952, juntamente com outros militantes de São Paulo e Rio de Janeiro, também críticos ao Manifesto. Subjaz dessa disputa, a manutenção da perspectiva insurrecional defendida por Arruda:

O que Crispim propugna limitaria o Partido a fazer pequenas manobras, a lutar por pequenas melhorias e reformas que não exigem nem de longe a eliminação da odiosa opressão americana nem a luta contra o governo de guerra, terror e fome que infelicitiza nosso povo, melhorias e reformas, portanto, inteiramente compatíveis com os marcos do atual regime semi-colonial e semi-feudal. [...] A posição política do nosso Partido, como partido revolucionário do proletariado, é outra bem diversa: é a posição de luta intransigente pelos interesses supremos do proletariado e do povo (ARRUDA, 1952).

Mesmo com a expulsão de Crispim ficou evidente que a proposta do Manifesto estava desgastada diante do cenário político-social brasileiro. Em 1952, portanto, já era possível perceber os primeiros sinais de mudança em torno de uma reorientação política. A reação a isso, por parte de Arruda, veio com uma forte crítica a “pouca vigilância revolucionária no seio do Partido”. Para o dirigente, o PCB demorou muito para aprovar tais expulsões. Seguindo à risca as lições de Stálin, Arruda atentou para o controle do Partido perante o cotidiano de seus membros:

Se controlássemos não só a vida partidária como a vida particular dos quadros, há muito tínhamos apurado que Celso Cabral, hoje desmascarado como delator e traidor do Partido, desde 1947 vinha freqüentando bordéis, atitude incompatível com a condição de comunista, com a agravante de viver na ilegalidade e ocupar postos de direção. [...] Tudo isto expressa uma séria e perigosa negligência política e ideológica, falta de vigilância revolucionária que pouco melhorou mesmo depois do desmascaramento da camarilha de provocadores e espiões titistas na Iugoslávia e da revelação das diversas conspirações dentro dos Partidos Comunistas irmãos das democracias populares. Estas conspirações, no entanto, não foram conluios fortuitos — fazem parte de uma conspiração internacional ardentemente preparada pelo imperialismo americano contra os Partidos Comunistas de todos os países e a luta geral pela Paz (ARRUDA, 1952).

Em suma, os comunistas deveriam cultivar “o ódio proletário de classe contra os que desertam e traem o Partido”, em uma clara demonstração de afirmação da violência necessária na luta pela paz. Porém, essa radicalização auxiliou no afastamento do PCB junto ao movimento operário. Mesmo os militantes da base comunista que ainda permaneceram filiados, chamavam atenção para a inviabilidade da tática de confronto e ruptura com a estrutura sindical vigente. De acordo com Moisés Vinhas, os operários não acompanharam a direção do PCB e seu Manifesto de 1950. Dessa maneira, especificamente no movimento sindical, em 1952, o PCB teve que revisar sua estratégia. A partir de sua nova “Resolução Sindical”, o Partido iniciava sua volta ao campo da política de alianças, dentre elas, a aproximação com setores ligados ao PTB (VINHAS, 1982, p. 130). Desse modo, para além das divergentes visões de dirigentes como Arruda e Prestes em torno das políticas pecebistas, havia uma tensão vinda “de baixo”, que influenciou nos desígnios políticos do Partido. Tendo em vista essa maior abertura, os Comunistas puderam se reorganizar em diferentes cidades e bairros, candidatando-se e vencendo diversas eleições para a direção de vários sindicatos, muitas vezes apoiando também eleições vitoriosas encampadas por dirigentes trabalhistas. Tais conquistas aconteceram em um período em que o próprio Estado afrouxava o controle nos sindicatos quando, por exemplo, foi extinta a exigência do “atestado de ideologia” para

quem concorresse nas eleições sindicais (LEAL, 2011, p. 236). A conjuntura econômica também favoreceu a reaproximação junto às bases, pois o momento era crítico e o poder aquisitivo do salário do trabalhador piorava gradativamente. Todavia, esse movimento “de baixo” ainda não era suficientemente poderoso para alterar a estratégia insurrecional e sectária que permaneceria ativa por mais algum tempo (SANTANA, 2007, p. 259).

As mudanças nas relações entre a cúpula partidária e os demais militantes marcaram uma nova postura ativa do PCB. Os sentidos dessa reorientação menos sectária se fez sentir em 1953, a partir de um grande movimento grevista que chegou a mobilizar cerca de 300 mil pessoas em São Paulo. Naquele ano, a situação econômica do trabalhador estava se deteriorando. A inflação só aumentava e o poder de consumo era altamente afetado. Em vista deste cenário, a participação dos comunistas foi intensa. Quase toda a Comissão Executiva do Comitê Central foi para a cidade paulistana a fim de prestar apoio ao movimento. Foram criados e consolidados organismos de base que sobrepujaram direções sindicais contrárias à greve, dando ensejo ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que acabou acolhendo diferentes matizes políticas, entre elas, comunistas, socialistas e trabalhistas (SANTANA, TEIXEIRA DA SILVA, 2007, p. 119-120). Tais alianças gestaram um processo que procurou ocupar o espaço sindical através de sua abertura e democratização, ampliando a participação dos trabalhadores no cenário político (SANTANA, 2007, p. 259). Dessa forma, o PCB se adequava às próprias mudanças nas relações entre trabalhadores, sindicatos e política no Brasil dos anos 1950. Com a Constituição de 1946, os mecanismos de ações dos sindicatos se ampliaram e ganharam maior poder de barganha frente ao Estado.

Nessa conjuntura, Moisés Vinhas destacou o aparecimento de uma “contradição objetiva, mas difusa” no pensamento pecebista (1982, p. 132). A nova linha sindical do Partido não era mais compatível ao modo de pensar do “Manifesto de Agosto”. Nas próprias relações entre os dirigentes a contradição ficou latente. No dia 09 de abril de 1953, conforme relata Murilo Leal, um metalúrgico ligado ao PCB, Eugenio Chemp, após uma assembleia, decidiu realizar uma passeata à revelia da direção de seu sindicato e do próprio Partido (2011, p. 246). A partir de um evento como este compreendemos que, enquanto a linha geral qualificava o governo Vargas de “traição nacional”, os movimentos no setor sindical indicavam uma direção oposta, principalmente a partir da posse de João Goulart no Ministério do Trabalho. Nesse instante, trabalhismo e comunismo de base atuavam em um mesmo campo de apoio, enquanto que no alto escalão do PCB sua leitura mantivera o tom de enfrentamento contra Vargas. Em editorial publicado na *Problemas*, em agosto de 1953, o PCB reiterou suas duras críticas ao governo:

Embora tão desmoralizada, a tese da "paz social" vem sendo defendida em nosso país, particularmente depois de 1930, como uma das armas ideológicas prediletas da reação. O seu maior apologista tem sido precisamente o latifundiário Getulio Vargas. Pregando, com refinada hipocrisia, já há mais de vinte anos, a tese da "paz social", o feroz tirano Vargas tem servido, com esta pregação, é verdade, à burguesia em geral. Mas essa tese serve de modo especial aos homens que Vargas diretamente representa, aos homens dos lucros máximos, aos mais vorazes exploradores do povo brasileiro, os imperialistas norte-americanos e os latifundiários e grandes capitalistas seus associados. [...] É portanto com a luta de classes, e não com a colaboração de classes, que o proletariado poderá dirigir a luta pela libertação, nacional e levá-la à vitória (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1953).

As diversas tensões entre o governo Vargas, trabalhadores, imprensa, capital interno e capital externo, foram se acentuando. O equilíbrio de forças conquistado na década anterior não ocorreu nessa nova realidade democrática. Os ganhos múltiplos com a maior participação brasileira no comércio internacional durante a Guerra não mais existiam. Desse modo, Vargas adentrou ao ano de 1954 com pressões de todos os lados. Mediante tais confrontos, a tática do equilíbrio de forças acabou sendo posta de lado em detrimento de uma política de aproximação junto a setores nacionalistas. No caso dos trabalhadores, o presidente gaúcho conseguiu algum apoio com a mudança do Ministério, quando escolheu Goulart. Tentando manter o apoio da classe trabalhadora, o governo aumentou exponencialmente o salário mínimo. Outro fator de aproximação foi o apoio ao projeto de lei que atribuiu à Petrobrás o controle sobre o petróleo brasileiro, aprovado em outubro de 1953.

As consequências dessa tomada de posição percorreram todo o ano de 1954. De acordo com Skidmore, a "classe média" havia demonstrado desde a volta de Vargas ao poder uma determinada resignação que foi se transformando em crítica voraz (2010, p.154-157). Alguns de seus representantes políticos ou midiáticos acirraram o tom da crítica contra o governo. Dentre eles, Carlos Lacerda, a oposição udenista, o jornal O Estado de S. Paulo, O Globo e os Diários Associados de Chateaubriand acabaram alinhando seus discursos junto aos militares opositores ao projeto varguista, formando um polo de crescente radicalização. De janeiro de 1954 até o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954, Vargas foi vendo sua capacidade de fazer política chegar ao esgotamento. Até aqui, a posição oficial do PCB mantivera-se radical, pois qualificava Vargas como o traidor da Nação. No entanto, a posição do Partido iria tomar outro rumo após o trágico ato do Presidente da República.

A comoção popular em torno do suicídio presidencial resultou em vários protestos contra vários atores políticos e sociais, incluindo o PCB. Os comunistas foram acusados de conspirar contra a política nacionalista. Logo após a morte de Vargas, acusados, os pecebistas

operaram um giro de 180 graus em sua cobertura jornalística, no intuito de coadunar-se com a postura revoltosa das massas (VINHAS, 1982, p. 133). Já enfraquecidos pela ilegalidade e por sua estratégia sectária, o Partido viu sua imagem novamente ser questionada em relação aos interesses populares. A partir daí, o que já vinha sendo gestado como prática política nos sindicatos começou a ganhar materialidade também em sua estratégia oficial, mesmo que de forma embrionária. Por conseguinte, após três meses da morte de Vargas, imerso a uma grande crise no cenário político brasileiro, o PCB organizou seu IV Congresso, 25 anos depois de organizar o terceiro. No “Discurso de Abertura”, simbolicamente proferido por Astrogildo Pereira, o 24 de agosto ganha status de golpe imperialista contra o Brasil. Houve, dessa forma, uma nítida apropriação do que se sucedeu com Vargas e o significado disso na relação entre Partido e trabalhadores:

Mas o povo brasileiro jamais se submeteu nem ao despotismo interno nem à opressão externa. Isto ficou também comprovado agora, e comprovado de maneira contundente, pelas ações populares de rua contra o golpe de 24 de agosto, nas principais cidades do país e em diversas localidades do interior. E foi unicamente por isto que os generais e politiquinhos golpistas não puderam fazer tudo aquilo que pretendiam. O Partido Comunista, que desde muito vinha denunciando os preparativos do golpe, alertou o povo, em documentos sucessivos, e pôs a nu, com particular acuidade e vigor, o que havia de real por trás do palavreado de pseudo-moralistas e das manobras de supostos salvadores — a mão azinhavrada e sangrenta dos monopolistas norte-americanos a dar ordens e a obediência servil de alguns notórios ou disfarçados traidores da Pátria a cumprir as diretivas que a Embaixada Americana lhes transmitia (PEREIRA, 1954).

A maneira como o PCB lidou com o suicídio de Vargas trouxe consigo um duplo sentido: desconstruir sua radical e negativa visão junto ao ex-presidente, dadas às pressões que o levaram ao suicídio, ao mesmo tempo em que se tentava (re)conquistar uma maior representatividade no universo político dos trabalhadores. Nesse sentido, o novo Programa aprovado durante o IV Congresso, buscou ampliar a concepção de aliança política em sua estratégia partidária. Pretendia-se, diferentemente do Manifesto de 1950, formar um “governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional” (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1954). Conforme a intervenção no IV Congresso intitulada “O Programa do Partido, as Experiências das Eleições de 3 de Outubro e as Nossas Tarefas para a Campanha Eleitoral de 1955”, elaborada por Carlos Marighella:

Em consequência do golpe de Estado e da deposição e morte de Vargas, surgiram no país novas condições que facilitavam uma estreita ligação com as massas getulistas [...] Selada a aliança dos comunistas com as massas getulistas, nas manifestações de protesto contra o golpe, a frente única com o PTB passou para o primeiro plano. Esta mudança de tática foi definida pelo Manifesto do Comitê Central de 1.º de setembro e reafirmada pelos artigos do camarada Prestes, publicados às vésperas do pleito. Não foi fácil a todo o Partido compreender e realizar com rapidez essa mudança tática. Houve vacilações e resistências, difíceis de vencer no curto prazo de que dispúnhamos para nos movimentar. Mas a frente única com as massas getulistas e com o PTB trouxe grandes vantagens políticas. Inúmeros diretórios do PTB passaram a colaborar com os comunistas, nossas palavras-de-ordem puderam se estender a setores populares mais amplos e o trabalho de organização das massas se ampliou. O maior empecilho na aliança dos comunistas com os trabalhistas foram os aproveitadores infiltrados no PTB, na sua Comissão Executiva Nacional e nos seus diretórios estaduais, que tudo fizeram para intimidar e confundir as massas getulistas e sabotar a luta contra o imperialismo norte-americano. A aliança entre comunistas e getulistas era justa e necessária, era exigida pelas massas. É que ela serve aos interesses da luta patriótica pela emancipação do Brasil do jugo norte-americano (MARIGHELLA, 1954).

Retomando a análise do Programa, a própria Constituição de 1946 passou a ser interpretada de modo ambivalente, carregando, agora, elementos positivos em seu conteúdo. Porém, embora a Carta “registre algumas conquistas democráticas, é no essencial um código de opressão contra o povo”, pois impedia boa parte da população de participar do pleito, tendo em vista sua obrigatoriedade na questão do ler e escrever em uma sociedade marcada pelo alto índice de analfabetos garantindo, assim, as conquistas eleitorais das elites. Por outro lado, a mesma Constituição e o mesmo sistema eleitoral que eram vistos “apenas como máscara para tentar ocultar o caráter tirânico do Estado”, também poderiam servir de instrumento para substituir “o atual governo, antipopular e antinacional, por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas” (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1954). O conteúdo anti-imperialista, ainda na análise do documento, balizou a substância textual do Programa. Segundo Raimundo Santos, a guerra iminente incentivada pelos EUA atravessa o texto do início ao fim, transformando-se numa “sobredeterminação” geral das outras contradições presentes na sociedade brasileira (1988, p. 37). Essa leitura extremamente enviesada da conjuntura política brasileira refletia o auge do stalinismo como corrente ideológica do pensamento pecebista. Naquele instante, o comunismo internacional, sob a liderança da URSS, encontrava-se no seu apogeu e a psicologia da guerra inevitável constituía um fator base de tal estratégia (PONS, 2014, p. 381-383). Em resumo, podemos notar que as percepções de alguns dirigentes não foram absorvidas em sua totalidade pelo

Programa. Houve avanços no modo de perceber a atuação do Partido na sociedade brasileira, mas a base da estratégia pecebista continuava muito próxima à linha sectária de 1950.

Assim, pode-se constatar, analisando o contexto presente no IV Congresso e no seu Programa algumas mudanças no rumo da orientação estratégica do PCB ao compararmos com o Manifesto de 1950. Entretanto, essa reorientação não ocorreu rapidamente e nem foi radical, ao contrário da avaliação feita por Leôncio Martins Rodrigues (2007, p. 498). Tendo em vista as observações de Raimundo Santos, pode-se perceber que alguns elementos políticos foram ocultados do Programa e alguns fatos, que foram interpretados por seus dirigentes, contrastavam com a realidade presente no documento (1988, p. 74-81). Ocultou-se, por exemplo, a análise em torno do sentimento anti-PCB por parte das mobilizações de massa que foram às ruas após o suicídio de Vargas. Como já observado, as impressões de seus dirigentes também foram excluídas do conteúdo do Programa. A título de ilustração, Prestes, um mês antes do IV Congresso, chegou a redigir um texto intitulado “Comunistas e Trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”, reconhecendo que o 04 de agosto os “colocaram no mesmo terreno de luta” (SANTOS apud PRESTES, 1988, p. 76).

Constatamos dessa diferença entre visão dos dirigentes e posição oficial do Partido um paradoxo que não tardaria em se manifestar como algo problemático na estratégia do PCB. Uma das hipóteses aventada por Santos, referente a esse desnivelamento entre prática e teoria, referia-se ao fato de que havia uma resistência à mudança no que tange a possibilidade de colocar em risco a tese da Revolução Colonial ou um abandono parcial do pensamento estalinista (1988, p. 78). É importante recordarmos que naquele instante a ascensão geopolítica e sistêmica da URSS e do comunismo era tamanha, que “a sensação de ímpeto transbordante relançou em escala mundial a trama de esperanças e medos gerados pela Revolução de Outubro” (PONS, 2014, p. 382). Por conseguinte, no interior da cúpula pecebista, optou-se por manter a linha stalinista em seu Programa, mesmo parcialmente estando ciente das transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Para que tal interpretação da realidade se mantivesse sustentável, a direção do PCB selecionou seus delegados de forma arbitrária, pois muitos de seus militantes não tiveram a possibilidade de discutir as questões inerentes ao Partido (KONDER, 1980, p. 95-96).

Ademais, essa ambiguidade carregava consigo algo mais profundo do que uma resistência à mudança. No plano internacional, após a morte de Stalin, conflagrou-se uma perspectiva autodestrutiva em seu legado. O discurso combativo e bélico contra o imperialismo americano, construído a partir de um aparato psicossocial em que a guerra era inevitável, ao mesmo tempo em que serviu como justificação do sistema soviético, também

foi fruto de sua desestabilização (PONS, 2014, p. 383). Sustentar essa lógica sem seu principal mentor se mostrou inviável. Ciente dessas adversidades, Nikita Khrushchev, sucessor de Stálin no comando da URSS, procurou distender alguns pontos de tensão na geopolítica soviética. Foi assim com o fim do conflito na Coreia e a reconciliação com Tito, na Iugoslávia. Por conseguinte, percebemos que as mudanças na política soviética também carregavam uma ambiguidade no seio da estratégia comunista internacional, o que refletiu na própria política pecebista. Mas embora o peso da conjuntura internacional tenha tido uma importante influência na formulação do Programa de 1954, as transformações decorrentes da conjuntura nacional foram determinantes para sua pouca aplicabilidade junto ao cotidiano do Partido e suas relações com outros atores políticos e sociais. O período democrático que se instalou no Brasil a partir da Constituição de 1946, apesar de alguns entraves autoritários, como a própria ilegalidade do PCB e a repressão contra os trabalhadores, esteve relacionado a um alto índice de crescimento da economia, onde o peso do setor industrial cada vez mais ganhava força no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Essa tendência se transformou em uma constante ao longo da década de 1950, quando grande parte do consumo interno brasileiro já era abastecido pelo seu próprio mercado, conciliando em vários pontos os preceitos defendidos por economistas cepalinos. Desse modo, desenvolvimento industrial e democracia estavam ali relacionados à valorização do Estado na expansão das forças produtivas nacionais, cuja tese definia-se através do “capitalismo de Estado progressista”, associada à concepção de que uma parte da burguesia nacional se impunha como “objetivamente anti-imperialista” (VIANNA, 1989, p. 137). Mesmo que o Programa de 1954 não aderisse por completo a essa visão de mundo, a prática pecebista começava a estreitar seus laços com a união dessas duas bandeiras³.

A nova interpretação do PCB junto ao sistema democrático e um maior apoio ao desenvolvimento econômico vigente teve início, de fato, em 1955, quando o Partido apoiou um candidato que em sua concepção representava tais valores. A opção por apoiar Juscelino Kubitschek como candidato à Presidência, tendo João Goulart como candidato a vice na chapa, ocorreu após intensos debates. Diferentemente das eleições de 1950, quando optou pelo voto em branco, no início do processo de 1955, o PCB procurou apoiar um candidato

³ Raimundo Santos caracterizou esse período entre o suicídio de Vargas e a posse de Juscelino como um momento de “mutações decisivas na evolução do pensamento pecebista”. Segundo o autor, quatro mutações ocorreram: a necessidade do PCB intervir nos acontecimentos como forma de evitar o golpe reacionário em marcha; a percepção realista em torno da possibilidade de se criar uma Coalizão Democrática; a valorização das liberdades democráticas; e, por fim, a percepção de condições de desenvolver uma política de governo mais progressista e democrática (1988, p. 87-88).

independente com o apoio de outras forças. Em entrevista à Revista *Problemas*, publicada em julho de 1955, Prestes explicou tal proposta:

O descontentamento cresce no país inteiro e é cada dia maior o número de pessoas que almeja por uma mudança na atual situação política, pela substituição do governo de 24 de agosto, pela eleição à Presidência da República de um homem que não se preste ao repugnante papel do sr. Café Filho, de serviçal e boneco das forças reacionárias e dos monopólios norte-americanos. As massas não querem a eleição de um reacionário e isto está claramente expresso na grande repercussão da idéia lançada pelo Partido Comunista de um candidato independente, a qual contou com o pronunciamento favorável de inúmeras personalidades políticas e determinou o surgimento do Movimento Nacional Popular Trabalhista, idéia que não chegou a concretizar-se devido em boa parte à posição tomada pela Convenção Nacional do P.T.B. (PRESTES, 1955).

Nota-se a partir dessa fala, que o PCB da “grande política” estava cada vez mais se distanciando do Programa de 1954. A busca por uma aliança com o PTB representou uma tomada de posição no mundo do sistema político brasileiro. A partir de 1955, a estratégia pecebista direcionaria uma parte de seu aparato teórico-político em direção a uma via político-institucional, embora ainda não estivesse ligado ao universo de uma cultura política democrática. Essa visão corresponde também àquela defendida por Gildo Marçal Brandão, quando este afirmou que, a partir da segunda metade da década de 1950, o PCB se tornou um movimento coletivo capaz de imprimir positivamente “uma marca nos destinos da nação”, mas mesmo quando optou pela “via pacífica da revolução” ainda se encontrava resignado quanto à eficácia desse método, insistindo em diferentes momentos no abstencionismo eleitoral (1997, p. 175-188). Talvez, a expressão mais precisa tenha sido cunhada por Hélio Jaguaribe, quando afirmou que o PCB caminhava para uma “prática de responsabilidade política, reclamando, no entanto, do contraste entre a postura construtiva dos pecebistas e sua doutrina” (SANTOS apud JAGUARIBE, 2012, p. 22).

Feitas essas ponderações, marcamos aqui o início de uma inflexão na história do PCB. Um dos documentos mais ilustrativos dessa *transformação* foi o “Manifesto Eleitoral do PCB”, apresentado em agosto de 1955. De início, constatamos que a expressão “liberdades democráticas” aparece sete vezes no documento. Evidentemente, o simples uso de uma expressão diz pouco sobre a substância teórico-conceitual do pensamento pecebista, mas não deixa de ser um indicativo importante. Como contraposição, no Programa de 1954, essa expressão apareceu apenas uma única vez. Outro elemento importante presente no documento é a maneira como a Constituição de 1946 foi tratada. Enquanto que no Programa a “atual

Constituição brasileira, se bem que registre algumas conquistas democráticas, é no essencial um código de opressão contra o povo”, no Manifesto a posição era outra:

Lutemos, pois, com firmeza e entusiasmo, pela realização de eleições livres a 3 de outubro. Unamo-nos todos em defesa da Constituição – e das liberdades democráticas, contra as tentativas de golpe de Estado ou militar. Sem a salvaguarda das liberdades democráticas é mais difícil a luta contra a miséria, em defesa da paz e da soberania nacional. Unamo-nos para impedir no país a implantação de uma ditadura militar fascista. Reunamos todas as forças antigolpe, desde operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na defesa da Constituição. Tais forças, unidas, poderão isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas (MANIFESTO ELEITORAL DO PCB, 1955).

O leque de forças a serem articuladas também sofreu uma mudança interpretativa de grande importância. Incluindo “grandes capitalistas e fazendeiros”, o PCB definitivamente tomou outro rumo político, pois um ano antes os mesmos atores citados estavam intrinsicamente ligados ao fascismo e ao imperialismo. Ademais, comunismo e trabalhismo agora atuavam na defesa do “êxito das leis sociais já conquistadas, da liberdade sindical, do direito de associação, das conquistas e reivindicações das massas trabalhadoras”. Em relação aos outros partidos, o PCB adotou uma postura ainda mais aberta. Nominando o PSB, UDN, PL e PSP, os Comunistas procuraram se unir a militantes de outros partidos que lutavam em “defesa do petróleo, da soberania nacional e das liberdades” (MANIFESTO ELEITORAL DO PCB, 1955). Em meio a todos esses posicionamentos a palavra “revolução” não apareceu uma vez sequer no documento. Meses depois da divulgação desse Manifesto, os candidatos apoiados pelos Comunistas venceriam as eleições.

Entretanto, todos esses redirecionamentos transcritos no Manifesto de 1955 não significaram uma plena transformação estratégica no PCB. Por meio de um viés institucional, o comunismo brasileiro, assim como os demais comunismos do mundo ocidental, a partir do exemplo das Frentes Populares, apenas conseguiu emergir como ator importante no cenário político nacional quando adotou uma estratégia aliancista na conquista do poder. Mas tal perspectiva, até aqui, nunca se distanciou da cultura política do comunismo terceiro-internacionalista. Sendo assim, mediante sua transformação, que se iniciou no biênio 1954-1955, o PCB adentrou de vez à cultura política brasileira daquele período. Desse modo:

Procura-se chegar, como desejou Colombo, ao Oriente pelo Ocidente, à resolução da questão nacional pela democracia. E esta forma bizarra de aproximação à práxis política ocidental se constituirá num problema crônico

para os comunistas, para quem as instituições da democracia política, mesmo quando reverenciadas na forma, representarão, na linguagem política real, nem sempre explícita, um valor instrumental, um território de acumulação de forças, algo de que se deve desvencilhar ao soar a hora do desenlace da revolução nacional-libertadora (VIANNA, 1989, p. 138).

Embora nesse trecho Werneck Vianna tenha se voltado exclusivamente ao Partido Comunista, um espraçamento dessa concepção vinculativa entre nação e democracia pode ser feito para se compreender os projetos de Brasil que hegemonizavam o ambiente político nacional daquela época. Ao analisar as ideologias dos anos 1950 no Brasil, Carlos Guilherme Mota inicia seu capítulo com o título “Nacionalismo, desenvolvimentismo, radicalismo: novas linhas da produção cultural”. Como um dos exemplos dessa produção, Mota cita a revista *Problemas* do PCB como representante dessas concepções de mundo (2008, p. 193). Subjaz dessas aproximações, um vínculo entre a corrente de pensamento pecebista e as teorias desenvolvimentistas no Brasil, formuladas através de debates entre diversas correntes. No plano político, o apoio à candidatura de Juscelino, os reflexos do XX Congresso do PCUS, em 1956, bem como a “Declaração de Março”, em 1958, marcariam em um espaço de tempo mais ampliado, esse ponto de inflexão na trajetória do comunismo brasileiro.

O ano seguinte à vitória eleitoral de Juscelino e Goulart se iniciou com a apresentação de um novo Pleno do Comitê Central do PCB. Formulado em janeiro, o documento só viria ser publicado no mês seguinte por conta do estado de sítio instalado no Brasil, que procurou impedir a posse dos políticos vitoriosos. Fazendo um balanço do suicídio de Vargas, das eleições de outubro e do movimento de resistência contra o impedimento da posse de Juscelino, o PCB avaliou essa conjuntura como um período de fracasso das chamadas forças golpistas. A novidade nos discursos esteve representada na ênfase dada às liberdades democráticas, que abririam espaço para a luta pela democracia política, quando esta significava ampliação da participação das massas na política. Porém, o elemento do novo conviveria com a tradição presente no Programa de 1954. Até aqui, havia uma mescla entre o radicalismo do documento oficial e as novas ideias escritas nos periódicos, o que traduzia as próprias ambivalências do Partido em relação à sua posição no horizonte político nacional. Distante de ser monolítico, esse processo demonstrou que as ideias em movimento no Brasil daquele período aportaram em um Partido de matriz leninista-stalinista, mas que começava a problematizar esses aportes teórico-metodológicos, antes mesmo da grande crise advinda do XX Congresso do PCUS.

Esse movimento de ideias entrou em crise justamente a partir da apresentação do chamado Relatório Khrushchev, em fevereiro de 1956. No famoso documento, Khrushchev relatou

as atrocidades cometidas por Stalin ligadas ao uso indiscriminado da violência, execuções e fraudes processuais contra adversários políticos. Outra crítica apontada pelo dirigente soviético referia-se ao “culto à personalidade”, que Stalin construiu em torno de si. Tratava-se, pois, de configurar uma nova estratégia para o MCI e a URSS, através de uma dupla frente formada pela combinação entre desestalinização e a estratégia de “coexistência pacífica”, que voltou à tona após ter sido liquidada por Stalin ao final dos anos 1920. Essa proposta demonstrou seus pontos de fragilidade logo no início, pois não houve uma grande revisão dos fundamentos da política soviética⁴. Uma possível revisão da teoria leniniana do imperialismo e uma nova visão da realidade mundial ganharam formatação. A perspectiva da guerra, por exemplo, manter-se-ia presente. Após a denúncia dos crimes stalinistas, o mito soviético e a capacidade de expansão e unidade do MCI ficaram “irremediavelmente danificados” (PONS, 2014, p. 387-388). Diante desse quadro, as fragilidades da hegemonia soviética ensejaram uma nova configuração das estratégias comunistas mundo afora.

As informações acerca das controvérsias que haviam sido relatadas no XX Congresso do PCUS aportaram no Comitê brasileiro logo em seguida. Segundo o estudo feito por Raimundo Santos acerca da repercussão do Relatório no PCB constatou-se, durante os primeiros meses, um sonoro silêncio por parte da opinião de seus dirigentes em documentos e artigos na imprensa⁵. Os conteúdos que saíam nos periódicos *Voz Operária* e *Imprensa*

⁴ Corroboramos aqui com a explicação de François Furet, em torno dos motivos que levaram a URSS a adotar a crítica ao culto à personalidade como proteção da sua própria identidade: “E, depois, quando a dimensão e a natureza do mundo centralizador soviético desqualificaram a explicação por esse “exterior”, a partir do meio dos anos 50, os pressupostos da ideologia forneceram soluções de socorro “revisionistas”, mas da mesma natureza que a tese ortodoxa dos bons velhos tempos, pois destinada a desculpar o regime em sua essência. Um dos achados mais interessantes desse modo de pensar foi o “culto da personalidade” como explicação do terror de massa: conceito tomado de fora da doutrina marxista, e que não oferecia, portanto, nenhuma ameaça de erosão pelo comentário dos textos, sem relação lógica, aliás, com a questão a ser resolvida, e tirando seu valor justamente dessa estranheza, pois se trata de conjurar, não de explicar. O Goulag não estava ligado nem à ditadura política do partido comunista, nem à coletivização dos meios de produção: era um desvio, ou seja, uma infelicidade aleatória, sem relação com o sistema” (2001, p. 17).

⁵ Essa postura não foi exclusiva do PCB. Em entrevista ao jornalista Antonio Polito, o historiador Eric Hobsbawm admitiu, com certo constrangimento, a opção por ter se silenciado após as denúncias ocorridas em 1956. Ao assumir que sua militância política naquela época tendeu para um “preconceito favorável ao avanço da causa pela qual lutamos”, Hobsbawm reconheceu que: “embora espere não ter dito ou escrito nada sobre a União Soviética de que me deva me sentir culpado, procurei evitar tratar desse tema diretamente, pois sabia que, se o fizesse, teria escrito coisas que seriam difíceis para um comunista dizer sem afetar sua atividade política e os sentimentos de seus companheiros”. Essa posição chegou a influenciar o próprio tema de estudo do autor. Ao ser perguntado acerca da relação entre o que ocorreu em 1956 e sua ênfase no estudo do capitalismo, Hobsbawm respondeu: “Para ser sincero, sim. Também é por isso que escolhi me dedicar ao estudo do século XIX, em vez do século XX. Porque eu via que tudo o que era produzido pelo Partido Comunista soviético em termos de história contemporânea era inaceitável”. Em relação à sua permanência, o historiador britânico relatou: “Por que permaneci por tanto tempo após a crise de 1956? Creio que por lealdade a uma grande causa e a todos aqueles que por ela sacrificaram suas vidas. [...] Se eu me arrependo? Não, não creio. Tenho plena consciência de que a causa que abracei revelou-se infrutífera. Talvez não devesse seguir por esse caminho. Mas, por outro lado, se os homens não cultivam o ideal de um mundo melhor, eles perdem algo”. (2000, p. 188-191).

Popular não abordavam diretamente os problemas derivados das denúncias. Porém, alguns textos traduzidos colocavam em questão os apontamentos de Krushev. Dentre os apresentados pelo historiador, destacou-se o artigo de Palmiro Togliatti, que propunha um caminho italiano ao socialismo e que pode ter servido de impulso inicial para um debate interno no PCB referente aos eventos ocorridos na URSS (SANTOS, 1988, p. 99-109). O texto foi publicado no jornal *Voz Operária*, em setembro de 1956. O líder do Partido Comunista Italiano (PCI) defendeu a tese de que o regime stalinista havia sofrido uma “degeneração burocrática” ao mesmo tempo em que criticou as teorias de Krushev em torno da centralidade conferida ao fator personalidade. Considerada uma teoria frágil do ponto de vista marxista, a tese do “culto à personalidade” balizou as diferenças que Togliatti pretendia impor perante o comunismo soviético (PONS, 2014, p. 389). No mês seguinte à publicação desse texto, as manifestações dos intelectuais militantes começaram a aparecer nos periódicos ao contrário do que pretendia a direção partidária do PCB. Nomes como Dalcídio Jurandir, Jorge Amado, Isaac Akcelrud, Moacir Werneck de Castro, entre outros, publicaram cartas solicitando a abertura de discussões (KONDER, 1980, p. 99-102). Os primeiros relatos criticavam a demora no trato com este tema por parte da direção do Partido. Pressionada a se posicionar e abrir espaço para novas posições, a direção acabou reconhecendo a importância de tal debate, mas procurou centralizar as reivindicações dentro do próprio corpo dirigente. Contudo, as manifestações em um momento de grave crise como essa acabaram abalando as próprias estruturas tradicionais do Partido, que oficialmente ainda estava conectado ao Programa de 1954:

Astrojildo Pereira, o veterano fundador do PCB, não se esquivou à autocritica: “incluo-me, cem por cento, entre aqueles que mais entusiasticamente participaram do culto à personalidade de Stálin”. Mas fez, igualmente, críticas à direção do PCB, lamentando o excesso de traduções (sobretudo soviéticas) que a revista *Problemas* publicava e o “desapreço ao trabalho intelectual” (KONDER, 1980, p. 99).

Entre os relatos, atentamos para este justamente por se tratar de uma crítica ao material intelectual e periodista do comunismo brasileiro, que em 1958 sofreria uma profunda renovação a partir da criação da revista *Estudos Sociais*. Retomando outro texto que impulsionou os debates, Leandro Konder destacou um artigo de Armênio Guedes, intitulado “Algumas Ideias sobre Frente única no Brasil”, publicado no primeiro número da revista *Novos Tempos*. Esta, originalmente criada em setembro de 1957, soube também traduzir as transformações que estavam ocorrendo. Konder transcreveu os primeiros trechos do artigo de

Guedes ilustrando o peso da crítica ao pensamento pecebista naquele momento: “O dogmatismo no seio do PCB impediu-nos de refletir, no pensamento político, a realidade do país. E sem este fator – conhecimento da realidade – era impossível ter uma tática elaborada. A tática foi rebaixada à condição de mera agitação”. Em outra parte, Guedes atentou para o fato de o PCB “não dar importância às formas de aproximação, transitória (lei de todas as revoluções), não procurar investigar o específico de nossa revolução, a relação entre a luta democrática geral e a luta pelas transformações radicais” (KONDER apud GUEDES, 1980, p. 101).

Na edição de número dois da revista *Novos Tempos* já é possível constatar a absorção de algumas dessas críticas na reorientação político-teórica do PCB. Sugestivo aqui são as apresentações dos títulos dos artigos: “O comunismo nacional nas democracias populares”, de Eurico Mendes; “O Sr. Caio Prado Junior e a falsa tese dos “capitalistas sóbrios”, de Calvino Filho; “Nossa Revolução”, de Eros Martins Teixeira; “O caráter socialista da revolução no Brasil”, de Luiz Alberto; “Fatores estruturais e conjunturais do desenvolvimento do capitalismo de estado no Brasil”, de Armando Lopes da Cunha; e “Renovação do PCB?”, de Leônicio Basbaum⁶. Ao lermos os textos aqui indicados é possível diagnosticar algumas linhas que começavam a conectar o pensamento pecebista com a cultura política nacionalista, desenvolvimentista e democrática da época. Embora fosse histórica a divergência entre o pensamento caiopradiano e a linha dirigente do PCB, a partir desses artigos, visualizamos que, mesmos sempre críticos, os intelectuais pecebistas estiveram em constante debate com o intelectual paulistano⁷. Nota-se também, através dos textos de Mendes e Teixeira, o processo de nacionalização da estratégia comunista em tempos de “vias nacionais”. Constata-se, no entanto, em concordância com a tese de Raimundo Santos, que houve uma tentativa da direção em amortecer e controlar as manifestações políticas e intelectuais de seus militantes. A *Novos Tempos* era uma revista vinculada à direção do PCB. Desse modo, tentou-se relativizar o impacto das denúncias de Krushev com o objetivo de revisar e renovar a

⁶ Alguns desses nomes citados podem ter sido abreviados ou, até mesmo, terem funcionado como pseudônimo, haja vista a situação de ilegalidade enfrentada pelo PCB.

⁷ As influências no pensamento pecebista dos anos 1950 não ficaram restritas apenas aos embates com Caio Prado Jr. Conforme nos atenta José Antonio Segatto e Raimundo Santos, “o PCB se envolveu, com muito proveito, com o marxismo político (de Lênin, de autores do Partido Comunista Italiano [PCI] já nos anos 50 e, bem tardiamente, de Gramsci), manteve contato com nosso ensaísmo clássico (tendo a interpretação de Brasil do próprio Caio Prado Jr. como parte dele) e também fez fronteira com a “sociologia da modernização” da década de 1950. Embora o PCB não reivindicasse o historiador como seu autor clássico, haja sido muito severo com o nacional-desenvolvimentismo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e não tenha compreendido seus intelectuais mais contemporâneos, tanto a interpelação direta de seu militante paulista e o contato com as teorizações cepalinas e isebianas quanto as relações desencontradas com seus publicistas de meados da década de 1970 produziram interações muito benéficas, ao contrário do que já se disse no interior do partido e fora dele (2007, p. 14).

estratégia partidária, mas não promover uma ruptura. Isso fica evidente em um trecho escrito por Eros Teixeira:

Desejo destacar aqui uma tendência ultimamente observada: em nome do “anti-stalinismo”, e porque Stálin elaborou esquemas estratégicos errados (direção do golpe principal, determinada estratégia para os países atrasados em certos períodos, etc.) tenta-se liquidar com as distinções entre linha estratégica e medidas táticas, entre fases e etapas revolucionárias, entre o todo e a parte, como se tudo isso fosse uma “criação” stalinista. Procurarei, de minha parte, evitar estes extremos (1957, p. 20).

Em seguida, Teixeira apontou o sentido renovador de sua proposta:

Quanto à divisão esquemática como etapas distintas, da revolução de nossos dias e nos países atrasados e dependentes, em revolução democrático-burguesa e revolução socialista, julgo não mais corresponder à realidade e ela deva ser encarada sob novos aspectos, próprios da nova situação mundial e das particularidades de cada país. Não que elas ou suas tarefas características tenham deixado de existir. Apenas elas não mais existem isoladamente. Quanto aos aspectos anti-imperialista e agrário da revolução, penso que eles não devem também esquematicamente definir uma determinada e única etapa revolucionária, pois, mais acentuada ora um ora outro aspecto numa fase ou etapa, eles são e serão indissociáveis e caracterizarão, juntos, várias etapas, ou pelo menos algumas etapas (1957, p. 21).

A perspectiva transcrita aqui difere daquela presente no Programa de 1954, quando o PCB se propôs a realizar uma “Revolução Agrária e Antiimperialista”. Para Teixeira, era possível dividir a revolução brasileira em três fases: Revolução Nacionalista, de libertação nacional ou nacional-libertadora; Revolução democrático-burguesa; e, posteriormente, a Revolução Socialista. De acordo com o autor, o Brasil atravessava a primeira etapa. Diagnosticando aquele presente momento, Teixeira discorreu sobre o “caminho pacífico da revolução brasileira” atentando para o fato de essa hipótese ser alcançada mediante a queda do imperialismo por todo o mundo (1957, p. 23-24). Embora não tenha eliminado o elemento da violência em sua estratégia comunista, o fato dessa via pacífica começar a aparecer e ser debatida no pensamento pecebista não deixa de ser sintomático. No que tange aos caminhos para se conquistar o projeto revolucionário, Teixeira ainda afirma que a via “eleitoral merece ser especialmente citada, não só pela sua importância como pela proximidade das eleições” (1957, p. 25).

Em contraposição ao artigo de Teixeira, o texto de Luiz Alberto, publicado na mesma edição, se propôs a enfrentar o problema de se formar um consenso naquela conjuntura.

Totalmente contrário a uma união com a burguesia nacional, o autor afirmou que isso levaria a um retrocesso diante da revolução e do socialismo. A proposta desse autor era radical. Ao invés de propor uma aliança com setores burgueses, caberia ao proletariado brasileiro produzir um processo revolucionário, que serviria de exemplo para todo continente americano:

O Brasil está intimamente ligado aos Estados Unidos por laços históricos, geográficos, políticos e econômicos, o lhe dá dos mais decisivos papéis, pela sua localização estratégica, no movimento operário internacional. Uma revolução, aqui, não só poderia arrastar todo o continente sul-americano para o socialismo, como, também, produziria profundos reflexos no seio da classe operária norte-americana (1957, p.28).

O nacionalismo para Luiz Alberto deveria ser colocado em xeque e ao contrário do que vinha se formando em termos de alianças desenvolvimentistas e nacionalistas no espectro político brasileiro, tal configuração levaria o proletariado brasileiro ao fracasso. No entanto, o andamento dos debates indicaria que essa proposta pouco seria levada em consideração pelo Partido.

Por fim, em outro artigo publicado na mesma edição da *Novos Tempos*, Leôncio Basbaum, que em 1958 se desligaria do PCB, problematizou várias diretrizes apontadas por Prestes em um documento apresentado pelo mesmo, em 1957. No artigo, Prestes propunha unificar, sob o controle da direção, as distintas visões elaboradas no pós-Relatório Krushev. Basbaum atentou para o fato desse documento pouco dizer sobre a “subserviência” do PCB em relação às teorias soviéticas e maoístas. Mais uma vez, um militante pecebista criticaria o conteúdo estritamente internacionalista da revista *Problemas*. Ademais, o ainda historiador comunista afirmou que a nova tática eleitoral do Partido não era inovadora. De natureza transitória e circunstancial, essa política foi “sempre uma atividade marginal dentro da tática geral do Partido e nunca o *centro* dessa tática” (1957, p. 36).

As propostas apresentadas aqui foram tomando diferentes rumos quando as lideranças do Partido assumiram maior protagonismo em suas conduções. Em uma conjuntura de deflagração das vias nacionais rumo ao socialismo e diálogos com correntes nacionais-desenvolvimentistas, a visão internacionalista da revolução de Luiz Alberto ou as críticas empreendidas por Basbaum foram sendo absorvidas ou rebatidas, conforme os interesses do Comitê Central. Pragmaticamente, o CC do PCB, em 1957, iniciou uma ofensiva contra as chamadas teorias “revisionistas” e “liquidacionistas”, ao mesmo tempo em que ele próprio empreendia um processo de renovação. Alguns militantes criticaram veementemente essa

posição, sendo que alguns deles se retiraram da militância. Foi o caso de Agildo Barata, Osvaldo Peralva, entre outros. Barata, por exemplo, propôs a democratização interna do partido, a independência frente ao PCUS e a procura por um “caminho brasileiro para o socialismo” (RODRIGUES, 2007, p. 507).

A partir desse instante, as novas mudanças a serem efetuadas acabariam por definir uma nova identidade na história do PCB. Com isso, através do trato com as diferentes leituras supracitadas foi possível definirmos algumas balizas que deram suporte a nova estratégia do PCB, em 1958. A principal delas esteve ligada ao controle do Comitê Central referente aos conteúdos sugeridos por vários de seus militantes.

O impasse começaria a ser resolvido. Ao não conseguir evitar os choques internos, a direção do Partido passou a defender com afinco sua trajetória e legado, fazendo-se valer dos preceitos expostos no “centralismo democrático”. Dessa forma, o caráter transformador de suas políticas seria conduzido conforme as aprovações do autodenominado “núcleo dirigente”. Compreendemos então, que a dialética desses dois extremos resultou em uma autocrítica profunda, culminando em uma nova relação do Partido com a sociedade brasileira, com o sistema político e com a própria democracia política então existente. Porém, a nova estratégia pecebista viria preservar boa parte de sua identidade ligada à tradição teórica leninista. Transformada sua leitura revolucionária, a nova estratégia do PCB se adequaria às transformações presentes no Brasil dos anos 1950, sem abandonar sua raiz terceiro-internacionalista.

Após meses de intensos conflitos houve uma mudança de quadros no grupo dirigente do PCB. Aqueles que não saíram por conta própria ou foram expulsos, mas que mantiveram uma postura considerada “stalinista” pós-1956, tiveram que deixar os cargos de liderança. Foi assim com Diógenes Arruada, por exemplo. Em seus lugares, assumiram Giocondo Dias e Mário Alves. Porém, as mudanças não ficaram apenas nas escolhas de novos dirigentes. Nomes como Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães ganharam maior poder no Partido, quando, juntamente com Dias e Alves, ficariam responsáveis pela formulação da *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, documento-chave que traduziu toda essa renovação.

3.2.1 A “Declaração de Março” e a nova política do PCB

Depois da travessia turbulenta dos anos 1956-1957, quando novas dissensões e novas ideias marcaram o ambiente político do PCB, o ano de 1958 se iniciou com uma nova estratégia política materializada. Os sinais dessa transformação foram sentidos após os diversos debates expostos pelas alas do Partido, tanto por parte de seu corpo dirigente, quanto pelos chamados “renovadores”, críticos à política da cúpula partidária. Em um período de maior liberdade de atuação comunista na imprensa, novas ideias foram discutidas e (re)formuladas. Tratava-se dos anos JK, talvez o único do período democrático de 1946-1964 que tenha conseguido enfrentar crises políticas sem abalos profundos. Foi nessa conjuntura que o PCB inaugurou sua “nova política”, quando absorveu muitos dos elementos presentes nos debates anteriores, salvaguardando sempre o poder de decisão por parte de seus líderes. Retomando o texto de Armênio Guedes, publicado em setembro de 1957, a essência dessa “nova política” teria como fundamento acompanhar do desenvolvimento brasileiro a partir de uma dialética instalada numa outra concepção de tempo revolucionário:

Por desconhecer a realidade e abstrair os caminhos peculiares, o Partido tirava sempre os seus elementos táticos dessa premissa – uma estratégia a curto prazo. Daí não dar importância às formas de aproximação, transitória (lei de todas as revoluções), não procurar investigar o específico de nossa revolução, a relação entre a luta democrática geral e a luta pelas transformações radicais. Não resolvendo esta questão, não podia solucionar uma outra, derivada: a luta pela mudança de governo como forma, caminho para a mudança de regime (GUEDES, 2012, p. 74).

A solução a ser adotada deveria estar na formação de uma “frente única” alinhavada a tais pressupostos. Dentro dessa conjuntura, o PCB divulgaria um dos documentos mais importantes de sua história: A *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, divulgada em março de 1958. Logo em sua apresentação, a Declaração reconhece que as discussões advindas do XX Congresso do PCUS motivaram a formulação do documento. O texto fora dividido em oito sessões: I-) O processo de desenvolvimento econômico do Brasil; II-) A democratização da vida política nacional; III-) Crescem no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo; IV-) Aprofunda-se a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano; V-) A frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático; VI-) O caminho pacífico da revolução brasileira; VIII-) Fortalecer o Partido para a aplicação de uma nova política.

O fato de o documento ter iniciado sua discussão a partir da questão econômica ajuda-nos a definir muito da concepção de cunho estrutural que vinha se edificando no PCB. Imerso aos debates da época, a leitura pecebista se aproximava das concepções desenvolvimentistas de tal período, quando visualizava “nos quadros dessa estrutura atrasada”, o surgimento de “um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira” (2012, p. 181). Havia a concordância de que a vida econômica e social do Brasil fora modificada através do desenvolvimento capitalista nacional. Apesar disso, o capitalismo brasileiro ainda não havia superado seu status de subdesenvolvimento, pois o “imperialismo norte-americano” e as “sobrevivências feudais” mantinham-se fortemente ativos. Para os comunistas, o governo JK refletia esse quadro positivo em razão do seu “caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês” (p. 184).

Na segunda sessão do documento está presente uma de suas maiores contribuições para a nova estratégia pecebista. Ao relacionar a modernização da sociedade brasileira com desenvolvimento industrial e a democracia política, o PCB deu ensejo a uma nova relação da esquerda brasileira com o universo do político. Mesmo oficialmente na ilegalidade, a maneira como o Partido projetou a Carta de 1946 refletiu na transformação pela qual passava sua cultura política:

A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazifascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve etc. [...] É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrático (“DECLARAÇÃO DE MARÇO”, 2012, p. 186-187).

Para se atingir tais objetivos no que confere o “desenvolvimento independente e progressista do país”, nenhuma força social poderia estar isolada. Caberia então criar uma “frente única”, comandada por um governo nacionalista e democrático. O caráter dessa frente deveria ser eminentemente nacionalista, fruto do “desenvolvimento do capitalismo” e das “lutas patrióticas de massas”. Nessa frente poderiam se reunir a “classe operária, os

camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano” (p. 193-194). Ademais, cientes de suas condições naquela conjuntura, “os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento” e “ainda que dispostos”, apoiariam essa grande aliança “mesmo que não venham a fazer parte de sua composição⁸”. Sob tais condições, a revolução brasileira poderia ser conduzida por meio de “formas e meios pacíficos”, com vista às possíveis conquistas eleitorais nos pleitos de 1958 e 1960. Em resumo, o PCB demarcaria uma “nova política”, emanada diretamente das “condições objetivas de nosso país” aplicada aos princípios universais do “marxismo-leninismo”.

Porém, apesar de todos esses fundamentos progressistas em sua *Declaração*, o PCB manteve em sua cultura política a forte presença do ao marxismo stalinista. Ao visualizar no aprofundamento da contradição entre a *nação* brasileira e o *imperialismo* norte-americano a “solução dos problemas da revolução brasileira” (p. 191), o Partido não abdicava totalmente de sua vertente orientalista do marxismo. Na sessão IV do texto fica evidente a perspectiva ambivalente do comunismo brasileiro. Segundo sua concepção, a “revolução no Brasil, por conseguinte não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. Portanto:

Saudável como foi, para o seu crescimento no período, o encontro do PCB com a política real e seu envolvimento com as instituições – como o Parlamento e os sindicatos -, esta relação jamais foi valorizada intrinsecamente. A autonomização da prática sindical da tutela do Estado, a emergência de uma nova consciência operária, o estímulo da vida intelectual, o avanço do sindicalismo agrário e das lutas camponesas, processos riquíssimos de meados dos anos cinquenta até 1964, são vistos da pura ótica das chamadas lutas nacionalistas. E, neste sentido, instrumentais, subestimando-se uma estratégia democrática como verdadeiro campo de consolidação de uma identidade operária e da sua política de alianças (VIANNA, 1989, p. 142).

Compreende-se, portanto, que a “nova política” idealizada na “*Declaração de Março*”, muito distante do sectarismo e do insurrecionalismo dos anos anteriores, impôs uma lógica *reformista* na estratégia do PCB, que transformou sua concepção revolucionária. Em termos conceituais e históricos dar-se-ia início ao chamado *pecebismo contemporâneo* – termo esse cunhado por Raimundo Santos. Segundo o autor, essa expressão indica, por um lado, um distanciamento incompleto em relação ao determinismo doutrinário e, por outro, “à

⁸ Algo totalmente inverso daquilo proposto pelo PCCh em 1958, quando este impulsionou uma frente de esquerda no Chile e quase venceu as eleições presidenciais.

natureza política que as diretrizes e as ações do PCB vão ganhando, justamente à medida que, na formulação do partido, reduz-se a força do marxismo-leninismo como lente de leitura da realidade” (2012, p. 26). Raimundo Santos também salienta que, embora tenha nascido nos anos 1950, o *pecebismo contemporâneo* não havia tido uma reflexão sistemática em seu interior. Podemos supor que essa ausência esteve ligada a própria ambivalência do PCB com o mundo do político, quando a partir da *Declaração*, os Comunistas adentraram ao terreno da cultura política das elites territorialistas, que identificavam no Estado o cerne da organização social brasileira (VIANNA, 1997, p. 20). Por conseguinte, através desse documento-evento, o PCB materializaria e transformaria algo que fora germinado na década anterior, quando prestismo e queremismo estiveram associados. Nos anos 1950, o pecebismo se encontrou com o trabalhismo à esquerda do espectro político brasileiro, gestando um reformismo para aquela conjuntura, mas não suficientemente moderno para romper com as estruturas que o PCB pretendia derrubar, haja vista que em sua interpretação parte dessas estruturas impulsionariam o próprio processo revolucionário brasileiro.

Reflexo dessa transformação, a produção jornalística do PCB tomou um novo rumo em 1958. Após as várias críticas referentes ao conteúdo internacionalista e restritivo da revista *Problemas*, a direção nacional do PCB criou a revista *Estudos Sociais*, que abarcou uma nova perspectiva a partir de intensos debates de intelectuais comunistas com as estratégias de esquerda, bem como suas análises acerca de outras ideologias, teses econômicas e conjuntura política. Com tiragem média de dois a três mil exemplares foi a principal publicação mantida pelo Comitê Central, até 1964. Teve como diretores responsáveis Astrojildo Pereira, Armênio Guedes e o sociólogo Jorge Miglioli, que formaram o conselho de redação juntamente com Fausto Cupertino, Jacob Gorender, Mário Alves, Rui Facó, o filósofo Leandro Konder e, nas últimas edições, o historiador Nélson Werneck Sodré. A criação desta revista significou uma maior aproximação entre a direção do Partido e o seus quadros mais jovens:

Mas, ao mesmo tempo, institui “talvez inconscientemente”, uma tácita “divisão do trabalho”, cujos efeitos redundariam em que: os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre “marxismo ocidental” na cultura e “marxismo-leninismo” na política (SEGATTO, 1995, p. 205).

Em consonância com as propostas elaboradas na *Declaração*, a *Estudos Sociais* também abriu espaço para autores não filiados ao PCB, que desenvolviam pensamentos

ligados ao que podemos chamar de análises nacional-desenvolvimentistas da realidade brasileira e mundial. Ao trabalharmos com esse material nos defrontamos, por exemplo, com diversos artigos que visavam debater com trabalhos desenvolvidos na CEPAL, no ISEB e teses de Caio Prado Jr., além de resenhas acerca das novas ideias que aportavam no marxismo brasileiro, como no caso das obras de Sartre ou Luckács. Em seu primeiro número, publicado entre os meses maio e junho de 1958, a *Estudos Sociais* se apresentou como uma revista de tendência marxista, que tinha a pretensão de intervir “democraticamente, ao lado de outras correntes do pensamento, no debate das questões relacionadas com a nossa realidade econômica, social e política”. Reconhecia-se que o trabalho teórico do marxismo brasileiro era muito precário e havia a necessidade de se esvair de um determinado dogmatismo. Outra ênfase importante na apresentação da Revista esteve ligada a questão da polêmica: “nosso propósito é estimular a polêmica: polêmica entre marxistas, polêmica entre marxistas e representantes de outras correntes de pensamento” (1958, p. 04). Essa característica contrastava nitidamente com o perfil da *Problemas*, e pode ser considerada resultado de todas as pressões vindas “de baixo” da militância. Nesse instante, no que tange a produção escrita patrocinada pelo Comitê Central, o PCB se intelectualizara.

Desde o seu primeiro número foi notória a relação interpretativa entre o desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na conjuntura política do país. A dimensão estrutural da economia brasileira foi problematizada em quase todos os números até 1963, quando se deu sua última publicação. Em conformidade com muitos dos preceitos expostos na *Declaração*, Moacyr Paz, em seu texto “Sobre os problemas do desenvolvimento econômico”, defendeu o Estado como ator estimulante e condicionante do desenvolvimento econômico em contraposição às interpretações liberais representadas por Eugênio Gudin e Otávio de Bulhões, grandes representantes liberais daquele período (1958a, p. 06). Uma constante em muitos artigos, as teorias cepalinas quase nunca eram analisadas como um modelo a ser adotado, mas suas proposições estavam sempre em debate, o que indica um especial tratamento em termos de influências teóricas. Alargando o tom crítico também para as teorias que incluíam o Estado como fator de desenvolvimento da nação, Paz se posicionou contrário às teses keynesianas que propunham uma visão global de desenvolvimento sem levar em consideração as especificidades nacionais:

Atrás das cifras estereotipadas, das fórmulas matemáticas sem matéria, escondem-se, não estudados, os fenômenos humanos, os contrastes da sociedade dividida em classes e camadas, a diversidade de problemas e necessidades regionais. Na realidade o desenvolvimento econômico é um

processo desigual, no sentido geográfico (zonas, regiões, etc.) e no social (classes sociais), e isso nega frontalmente a lógica da análise econômica pela utilização dos números “macros”, com o abandono dos contrastes, já que as estatísticas globais ocultam as situações extremas e mesmo as situações específicas (PAZ, 1958a, p. 10).

No volume dois da *Estudos Sociais* (julho/agosto de 1958), Moacyr Paz desenvolveu suas teses a partir da relação entre o Estado brasileiro e o capital internacional. Em seu “Capitais estrangeiros – fator limitante de desenvolvimento”, o autor afirmou que:

Uma forte corrente de economistas honestos (só a posição destes interessa debater), inclusive os filiados à escola metodológica da CEPAL, provavelmente sem o sentir, agarra-se ao raciocínio que conduz, em linha reta, à indispensabilidade dos capitais estrangeiros e à incapacidade econômica do Brasil face ao objetivo da solução dos problemas de seu desenvolvimento (PAZ, 1958b, p. 140).

Desse modo, ao invés de adotar um determinismo, essa linha deveria trazer consigo novos contornos que redimensionassem o uso do capital estrangeiro no país. Segundo ele, ao apresentar alguns dados, o crescimento da economia brasileira e seu aparelho produtivo vinham se efetuando independentemente de qualquer contribuição direta mais decisiva dos capitais estrangeiros (PAZ, 1958b, p. 143). Apesar de tais ressalvas, uma novidade se impunha em seu argumento: a economia brasileira poderia aceitar que “o capital de *empréstimo* (privado, governamental ou de entidades internacionais), e somente este, seja chamado a desempenhar seu papel, decididamente favorável, nos programas de desenvolvimento econômico do Brasil” (1958b, p. 150). Subjaz dessa posição uma nova mentalidade com o mundo econômico, quando se admite que os investimentos estrangeiros no Brasil começavam a produzir certas mudanças em suas características, sendo que a direção da produção industrial voltava-se agora ao mercado interno (1958b, p. 153). Tais análises indicam uma reorientação importante nos debates pecebistas, pois traziam consigo uma visão mais concreta das transformações que estavam ocorrendo no Brasil do fim dos anos 1950. Afora a manutenção de todo um discurso anti-imperialista, o PCB adentrava a um debate global em torno das teorias do desenvolvimento. Essa tendência percorreu não apenas os debates econômicos, mas a própria posição do PCB em relação à sociedade.

Em um balanço acerca das eleições de 03 de outubro de 1957, Mario Alves na edição de número três e quatro (setembro/dezembro de 1958), estabeleceu um elo novo entre o PCB e a “batalha das urnas”. Nesse texto, as eleições ganharam um papel primordial na estratégia comunista como um “relevante episódio da luta que travam as forças interessadas no

desenvolvimento independente do país e os agrupamentos ligados aos interesses monopolistas estrangeiros” (1958, p. 261). Aqui, o fortalecimento do PTB, “partido ligado ao movimento operário”, em aliança com os comunistas, foi visto como um fator importante no crescimento das forças nacionalistas e democráticas (1958, p. 262). No entanto, embora as conquistas tenham sido evidentes na análise de Alves, um novo realismo deveria ser adotado: “A realidade parece indicar que, no momento atual, o primeiro passo seria definir um conteúdo programático para o movimento nacionalista” (1958, p. 264-265), pois a campanha eleitoral teria revelado que as massas trabalhadoras ainda não haviam se sensibilizado com a causa nacionalista. Desse modo, a política pecebista havia conquistado parte de seus interesses na esfera democrática, mas a questão nacional ainda era um problema latente em sua concepção estratégica. Esse estágio relacional entre comunismo, democracia e nacionalismo esteve também presente no texto “Correntes sociológicas no Brasil”, escrito por Jacob Gorender nesse último número de 1958. Em total acordo com a *Declaração*, Gorender afirmou que os antagonismos essenciais da sociedade brasileira se exprimiam na polaridade “nação” e “antinação”, referentes às escolhas pelo desenvolvimento do país. Causa essa que outras correntes nacionalistas não resolviam e, portanto, comparadas às teses pecebistas, encontravam-se incompletas: “Esta é também a contradição de todo um grupo de professores do ISEB. Enquanto não se decidem a superar a contradição, preferem acomodá-la em construções ecléticas, que não se recomendam por especial mérito teórico” (GORDENDER, 1958, p. 341).

A partir da leitura feita em torno da *Declaração* e dos textos publicados na *Estudos Sociais*, em 1958, foi possível traçar essa nova mentalidade estratégica no pensamento pecebista, que deu ensejo a uma nova cultura política – no caso, o *pecebismo contemporâneo* –, e que definiu uma nova visão de mundo do Partido na sociedade brasileira. Em termos teóricos, a política oficial do PCB jamais abandonaria muitas das linhas definidas na “*Declaração de Março*”. No aspecto político, seria o momento em que o Partido daria início a sua maior influência na política brasileira ao ponto de se tornar um movimento coletivo com capacidade de imprimir positivamente uma marca nos destinos da nação (BRANDÃO, 1997, p. 175). Essa profunda transformação avançaria e, ao mesmo tempo, demonstraria seus limites até o momento em que a Democracia de 1946 permanecesse vigente. No entanto, será depois do Golpe de 1964, que o PCB conseguirá afirmar sua “nova política” como defesa intrínseca da democracia contra os autoritarismos das diversas correntes e culturas políticas vivificadas após a Revolução Cubana e a onda autoritária dos regimes políticos latino-americanos.

3.3 A via eleitoral e a estratégia revolucionária no Chile

Nos anos 1950, ao contrário da trajetória pendular do comunismo brasileiro, a política de unidade, gestada a partir da experiência eleitoral nos governos das Frentes Populares, manteve-se como principal estratégia revolucionária do PCCh. Embora também tenha sofrido transformações significativas em seu projeto político, o PC chileno não realizou uma virada estratégica nesse período. Atribuiu-se, a partir desse momento, um novo papel para as esquerdas no modelo de frente política dos anos 1950. Nesse novo horizonte, foi criada a *Frente Nacional del Pueblo*, em 1952, que apoiaria a primeira candidatura de Allende nas eleições presidenciais. Mesmo encontrando-se na ilegalidade, os comunistas chilenos trabalharam na construção de uma aliança com outras forças de esquerda e mesmo fragilizados conseguiram impulsionar uma chapa de esquerda no processo eleitoral. De acordo com Joaquín Fernandois, é possível supor que a maioria dos 5% dos votos conquistados por Allende esteve ligada ao papel desempenhado pelo Partido Comunista nas eleições (2013, p. 96). A relação de apoio foi recíproca, pois para Allende não havia a possibilidade de se chegar ao poder sem o Partido Comunista. Sob esse prisma, segundo o senador socialista, quem quisesse formar um governo socialista sem a presença dos comunistas não poderia ser considerado um marxista (ARRATE; ROJAS 2003, p. 275). E foi a partir desta candidatura, que a esquerda passou a aspirar a um governo próprio, reunindo em Allende as condições necessárias para que um político de esquerda conquistasse apoio em âmbito nacional.

Perseguido e suspenso do sistema político, o PCCh comemorou o fato de a candidatura do Partido Radical, principal aliado no período das Frentes Populares, não ter vencido as eleições. Em um manifesto publicado clandestinamente na revista *Principios*, em 1952, os Comunistas interpretaram a vitória ibañista como um voto contra o projeto antinacional de Videla e um posicionamento da sociedade chilena contrário à política imperialista dos EUA (RIQUELME apud PRINCIPIOS, 2009, p. 69). Esse era um sinal claro de que havia ocorrido uma ruptura integral entre Comunistas e Radicais, depois do processo que ilegalizou o PCCh.

Na reconfiguração do modelo de alianças políticas por parte do PCCh estava presente a percepção do fim da hegemonia Radical nos governos da Frente Popular. Ademais, em um sentido mais amplo, havia também um sentimento em toda a sociedade chilena de desconfiança junto ao sistema político. A esquerda era acusada de não ter efetuado a modernização que havia projetado, embora a sociedade chilena houvesse se desenvolvido

consideravelmente desde o governo de Aguirre Cerda. Desse modo, a tentativa da esquerda em se posicionar de outra maneira visava responder às novas demandas que se instalaram no Chile.

Íbáñez também procurou dar uma resposta a esses problemas. O presidente eleito tentou se sobrepôr aos canais institucionais que ligavam o Estado a sociedade. Sua figura representava uma liderança carismática, desprendida do projeto aliancista constituído nos governos anteriores. Resultado dessa crise de representação, o governo de Ibáñez acabou por representar uma etapa de transição no sistema partidário chileno. Antes da emergência do *ibáñismo* na década de 1950, o centro Radical havia realizado uma política de coalização que culminou em uma importante modernização da sociedade chilena. Todavia, as contradições em suas alianças, juntamente com o acirramento das tensões internacionais advindas da Guerra Fria, levaram ao seu esgotamento. Aliado a esse cenário político, uma forte crise econômica se instalou no Chile, após o fim da Segunda Guerra, quando muitos produtos sofreram com a queda nas exportações.

No campo da esquerda chilena, a transição mencionada atingiu diretamente sua capacidade de intervenção na política. O fim da Frente Popular desarticulou um projeto político do qual a própria esquerda esteve presente em muitos momentos. Porém, no caso do PCCh, a desarticulação não significou um rompimento total com a sua linha estratégica. Segundo a comparação feita no capítulo anterior, a reação à ilegalidade por parte do PCCh foi distinta daquela preconizada pelo PCB, quando este optou pela volta da via insurrecional e do sectarismo. Por conseguinte, enquanto os comunistas brasileiros radicalizavam seu projeto revolucionário em 1952, durante a IX Conferência Nacional do PC chileno, o novo projeto de libertação nacional apenas remodelava a estratégia concebida nos anos 1930. Em seu novo Programa:

Manteve-se da fase anterior, [...] a intenção estratégica de aliança com a burguesia nacional, afirmando-se a concepção de que no Chile o caminho poderia ser pacífico. É a partir daí que, para os comunistas, a “via chilena ao socialismo” poderia ser construída por meios legais e não-armados. O tema da luta armada, embora latente, permaneceu como um discurso que se reportava às dimensões da teoria e era considerado como uma alternativa de último recurso. O que vai se alterando significativamente na política dos comunistas chilenos, a partir dos anos 50, é a concepção da aliança com a burguesia nacional (AGGIO, 2002, p. 83).

Em um artigo publicado no início de 1953, cuja finalidade era apresentar um balanço inicial do governo Ibáñez, Galo Gonzáles reiterou os preceitos expostos no Programa de 1952.

Segundo o então secretário-geral do PCCh, a esquerda chilena deveria se projetar como líder de um processo revolucionário, pois os partidos da burguesia não mais representavam os interesses nacionais (PRINCIPIOS, 1953, p. 02). Mas assim como reiterado no documento do Partido, alguns importantes grupos da burguesia e até setores do governo, poderiam se unir à luta pela independência nacional e pela democracia, conquanto fossem liderados pelas forças de esquerda (1953, p. 03). Ainda no mesmo artigo, Galo Gonzáles reforçou o compromisso do PCCh junto ao fortalecimento da *Frente del Pueblo* como estratégia revolucionária e projeto de poder:

Como acaba de declararlo nuestra Comisión Política, el hecho de que haya retirado sus candidatos, por no haber sido derogada la Ley de Defensa de la Democracia, no significa que el Partido vaya a desentenderse del proceso electoral. “Por el contrario, participará en él con la mayor decisión”, agitando e impulsando las luchas reivindicativas de las masas, haciendo un gran esclarecimiento político, intensificando y extendiendo su propaganda y tratando de unir a la nación chilena en la lucha por las soluciones de fondo a los problemas económicos del país (GONZÁLEZ, 1953, p. 05).

Como já mencionado, um dos aspectos mais importantes da nova estratégia do PCCh foi a mudança ocorrida na concepção de aliança com a burguesia. A autocrítica realizada pelo Partido o levou a pensar na necessidade de se estabelecer uma hegemonia política a partir da classe trabalhadora e suas vanguardas. Chegou-se a constatação de que havia faltado uma unidade de pensamento entre os partidos que tinham influência na classe trabalhadora (DAIRE T., 2010, p. 129). Um forte sentimento de traição pairava no imaginário do PCCh, derivado de sua expulsão do sistema político durante o governo Videla. A própria *Frente del Pueblo* indicava tal mudança de rumo no que diz respeito a não presença dos Radicais na liderança da aliança.

Outro importante exemplo de luta pela conquista da hegemonia no universo político foi a criação da *Central Única de Trabajadores de Chile* (CUT), fundada com o objetivo de agrupar todo o movimento trabalhador, que naquele momento se encontrava disperso e mal organizado. Seu primeiro presidente foi Clotario Blest, líder sindical que carregava consigo toda uma influência ligada às ideias de Recabarren, e que tinha como objetivo reunificar os trabalhadores a partir do exemplo da antiga CTCH. Os êxitos de tal empreitada apareceram logo no início, quando o número de trabalhadores nos movimentos de greve triplicou na primeira metade da década. Embora tenha se colocado como uma instituição autônoma aos partidos políticos, desde a sua formação, ficou evidente a presença hegemônica de comunistas e socialistas na composição dirigente da CUT. Em diversas situações, por exemplo, a CUT se

apresentava como um braço do Partido Comunista (FERMANDOIS, 2013, p. 98). Inúmeras vezes, Clotario Best teria seus artigos publicados na *Principios*.

Tendo-se iniciado o processo de unificação da esquerda chilena em torno de um projeto político-eleitoral, coube a tais forças lutarem para conquistar o apoio das demais agremiações que ainda não haviam aderido a esse movimento. E um dos grandes entraves no fortalecimento de uma esquerda unida no Chile era o fracionamento das correntes socialistas. No entanto, os ventos começaram a tomar outra direção em meados da década de 1950. Decepcionado com as primeiras medidas do governo ibáñista, o PSP se retirou rapidamente do governo e se colocou na oposição. Em outubro de 1953, durante o XV Congresso Geral do PSP, seu secretário-geral, Raúl Ampuero, justificou o antigo apoio a Ibáñez como um ato que procurou reconhecer a necessidade das forças populares e nacionais se unirem em prol de um projeto que abarcasse partidos e grupos de orientação progressista. Desiludidos, os interesses do PSP se voltaram para a construção de uma coletividade que sustentasse as bases de um sistema socialista. Pragmáticos e atentos a tais intenções, os Comunistas chilenos, através do posicionamento de Galo Gonzáles, prontamente convidaram o PSP a trabalhar conjuntamente em favor de tal projeto. Porém, a reação inicial dos socialistas-populares foi de rechaço ao convite comunista. O PSP reprovava a experiência *frentepopulista*, além de ainda manter uma posição muito negativa em relação a uma aproximação com o Partido Socialista. Portanto, a primeira tentativa em unificar as forças de esquerda entorno de uma visão marxista global no Chile fracassou em 1953 (ARAYA, 2010, p. 26-27).

As tentativas de se realizar uma unidade programática entre as esquerdas chilenas se mantiveram presentes na prática Comunista. Mesmo sofrendo algumas perseguições e ilegalizado no sistema político, o PCCh conseguiu exercer algumas atividades, principalmente a partir de 1952. As publicações do Partido, mesmo com todas as dificuldades, voltavam a circular rotineiramente. Muitas vezes, foi através desses canais de comunicação que o Partido reafirmava sua vocação aliancista. A partir daí, sua incidência no cenário político do país voltou a crescer, impulsionada também pela crise do governo Ibáñez.

Em toda a América Latina, o início dos anos 1950 trouxe consigo uma crise derivada do reaquecimento dos mercados europeus e norte-americanos recém-saídos da guerra. Dessa maneira, assim como no Brasil do início dos anos 1950, a inflação começou a afetar a vida cotidiana da sociedade chilena, chegando ao índice de 50% durante o ano de 1955. Os salários dos trabalhadores deixaram de ser reajustados e muitas greves foram decretadas. Em 1954, a CUT organizou sua primeira greve geral. Seus principais objetivos eram a luta por melhores salários e a derrubada da *Ley de Defensa de la Democracia*. Constituía-se naquele instante

uma reaproximação entre partidos de esquerda, movimentos sociais e participação ativa dos trabalhadores.

Paralelamente, o governo Ibáñez viu-se esvaziado de qualquer apoio da esquerda, iniciando naquele período uma guinada à direita. Uma das principais medidas que ilustraram essa mudança de rumo foi a contratação de uma empresa de consultoria econômica dos EUA, que tinha como objetivo formular políticas voltadas para a estabilização da moeda chilena e o controle da inflação. No entanto, as propostas aventadas tomaram uma dimensão maior ao ambicionarem a criação de um programa voltado para uma série de reformas econômicas, cuja direção indicava uma maior liberalização da economia. O trabalho dessa equipe ficou conhecido como missão Klein-Saks. Esse grupo já havia auxiliado na política econômica do governo ditatorial do peruano Manuel Arturo Odría Amoretti (1948-1956) e possuía excelentes relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que poderia facilitar no acesso aos créditos internacionais. Segundo os estudos realizados por essa Missão, as causas principais dos problemas econômicos chilenos estavam localizadas no alto nível do gasto público e nas restrições que as estatais impunham para o funcionamento do livre mercado (MOULIAN, 2006, p. 166).

Notório impulsionador do Estado como instrumento do desenvolvimento capitalista, o *ibañismo* inverteu sua lógica ao aderir às propostas radicais do liberalismo econômico, encaminhadas pela Missão Klein-Saks. A reação a este projeto liberalizante, que destoava da modernização anterior dos anos 1938-1952, gestou uma série de coalizões que procuraram combater uma possível diminuição do papel do Estado na sociedade chilena. Por parte da esquerda chilena, os embates contra o novo programa *ibañista* reforçaram a proposta aliancista construída pelo PCCh. Na edição de julho/agosto de 1956 da *Principios*, o dirigente Edmundo Perez chamou a atenção para o próprio desagrado da burguesia chilena após seis meses de Klein-Saks:

No es sorprendente que, en tales circunstancias, la gran mayoría de los industriales y comerciantes chilenos se sientan defraudados. Ellos fueron atraídos a apoyar los planes Klein-Saks, sirviendo de base de sustentación a la coalición de gobierno en que tienen los puestos de comando las empresas norteamericanas a través de sus agentes directos y la oligarquía criolla y los altos círculos monopolistas de la burguesía (PEREZ, 1956, p. 08).

Havia no discurso de Perez a intenção em aproximar todas as forças políticas em prol de uma coalizão nacionalista e democrática, liderada pela esquerda chilena. Entretanto, de acordo com as percepções do próprio PCCh, a esquerda não reunia forças suficientes para

liderar um processo revolucionário no país. Desse modo, a tentativa em unir os diversos grupos sociais chilenos em torno de uma ampla unidade refletiu também no modo como o PCCh analisava a participação dos movimentos dos trabalhadores. Procurando inibir a atomização dos movimentos sociais sem a participação dos partidos políticos, na edição 33 (janeiro/fevereiro de 1956), a Comissão Política do Partido Comunista se posicionou da seguinte forma em relação às últimas greves ocorridas ao final de 1955:

Los trabajadores solos, aislados de otras fuerzas, sería un error imperdonable que se lanzaran a una batalla decisiva y que hicieran uso de una táctica errada como es la del paro “indefinido” para producir un cambio de rumbos e instaurar un Gobierno de Liberación Nacional. Por el contrario, necesitan para lograr este objetivo contar con las fuerzas suficientes (alianza obrero-campesina y movilización del resto del resto de los aliados de la clase obrera en esta etapa: la pequeña burguesía nacional) como para definir lo más pronto posible la lucha a su favor, aplastando la resistencia del imperialismo, de la oligarquía y sus agentes. Sin contar con las fuerzas mencionadas, incluso teniendo una táctica justa, los trabajadores no deben, en tal caso, emprender una lucha decisiva contra el enemigo, cuando éste es más fuerte y ha escogido él el terreno y el momento de dar la batalla. [...] Pese a los argumentos del Partido, algunos elementos, sin embargo, se embarcaron, consciente o inconscientemente, en una política anticomunista y se convirtieron demagógicamente en ultrarrevolucionarios, sin aceptar otra táctica que la del paro indefinido (PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1956, p. 03).

Sedimentava-se no pensamento do comunismo chileno uma concepção revolucionária de caráter frentista e institucional, que deveria ser liderada pela esquerda, apesar do PCCh ainda permanecer na ilegalidade. Ainda na mesma edição, em um artigo assinado pelo pseudônimo “Augustin”, abordou-se toda uma tática de participação e análise das eleições municipais, que ocorreriam no mês de abril, a fim de se conquistar novos espaços no sistema político⁹. Em “*Las elecciones municipales de abril*”, Augustin, embora aludisse para o fato do processo eleitoral vindouro apresentar uma série de restrições e, por isso, não refletir uma realidade de fato, reforçou a importância da participação em massa dos militantes comunistas. Por meio dessa perspectiva, as eleições não serviriam como um plebiscito, mas como uma nova jornada de luta do povo na resolução de seus problemas (AUGUSTIN, 1956, p. 10). Tratar-se-ia também de uma nova ofensiva aliancista nos moldes do que havia sido projetado em 1952. Consciente da necessidade em conquistar maior participação popular, Augustin informou que o PCCh, através da *FRENAP*, trabalhava para ampliar a coalizão construída no

⁹ Naquele tempo, mesmo com um afrouxamento da repressão, iniciado em 1952, o PCCh ainda sofria com perseguições e alguns de seus dirigentes e militantes optavam por adotar pseudônimos em seus escritos políticos.

início da década. Ademais, ao contrário do que havia ocorrido três anos antes, quando o PSP relutou em formar qualquer aliança, o sentido de unidade entre as esquerdas e outros partidos começava a angariar novos apoios:

La justa posición unitaria del Frente Nacional del Pueblo y la fuerte presión unitaria que recorre el país, han facilitado el fecho de que, tanto el Partido Radical, como el Partido Socialista Popular y el Partido Democrático del Pueblo, vayan marchando por el camino de la unidad de las fuerzas progresistas de Chile y, aunque tanto las cartas del Partido Radical como la del Partido Socialista Popular son excluyentes, en principio coinciden con la necesidad ineludible de marchar por el camino del entendimiento. [...] Producto de esto son las cartas dirigidas por el Partido Socialista Popular, el Partido Radical y el Partido Democrático del Pueblo al Frente Nacional del Pueblo, proponiendo la creación de un bloque político entre estas fuerzas, iniciativa que nosotros saludamos con entusiasmo ya que de la discusión de los planteamientos de ellos y los del FRENAP respecto de las bases en que se construya esta unidad, surgirá lo que el país reclama y necesita (AUGUSTIN, 1956, p. 12).

Embora tenha conquistado muitos dos espaços almejados em apenas três anos, levando em consideração sua situação ainda ilegal, o PCCh mantinha-se desconfortável com a imposição estabelecida pelo PSP. Segundo “Augustin”, em carta enviada aos Comunistas, o PSP mantinha como condição de entrada na FRENAP, a ausência de partidos não marxistas na coalizão. Para o autor, “esto demuestra que la unidad propuesta es excluyente y no favorece ni facilita el reagrupamiento de la inmensa mayoría nacional para derrotar al imperialismo” (1956, p. 12). A posição oficial do Partido estava em total consonância com tal posicionamento. Em um dos últimos artigos da edição 33, o Comitê Central, através do seu texto “*Algunas cuestiones sobre la organización del Movimiento Democrático de Liberación Nacional*”, reiterou que havia a necessidade de atrair a burguesia nacional em uma luta organizada. Para se atingir tal objetivo era necessário corrigir também muitas das práticas do Partido, que falhava na inclusão feminina nos quadros partidários, além de ainda manter uma política sectária na atuação de sua Juventude Comunista.

Tendo em vista a análise desses artigos, escritos antes do XX Congresso do PCUS, notamos que havia uma estratégia muito bem definida e, no que diz respeito ao grupo dirigente do PCCh, havia um consenso acerca da concepção em se constituir uma ampla unidade política voltada para os processos eleitorais. Portanto, ao contrário do que vinha ocorrendo com o PCB, quando este passava por uma profunda crise de identidade após o suicídio de Vargas, que se agravou com a deflagração dos crimes stalinistas em fevereiro de 1956, o PCCh manteve-se fiel a sua estratégia aliancista. Desde a década de 1930, o sentido

da revolução para os comunistas chilenos permanecia ligado às conquistas nos pleitos eleitorais. Ao analisarmos o andamento das discussões pós-XX Congresso do PCUS no interior do PCCh, vemos que o impacto desse acontecimento internacional pouco influenciou em sua política ao compararmos com o que houve no PCB, pois havia no comunismo chileno uma convicção mais sólida quanto a estratégia adotada, continuamente aplicada desde meados da década de 1930. Dessa forma, ao contrário do processo transformador ocorrido no PCB durante a década de 1950, o PCCh apenas reformulou uma estratégia que se assemelhava em muitos aspectos com sua política anterior, dando outro sentido a posição da esquerda nesse novo momento histórico.

No dia 29 de fevereiro de 1956, três dias após o fim do XX Congresso do PCUS, surgia no Chile a *Frente de Acción Popular* (FRAP). Entre outros aspectos, a FRAP resultou do trabalho do PCCh, que se esforçou para ampliar a coalizão presente na FRENAP. O PC chileno arregimentou o apoio dos Partidos Socialista Popular, Demócrata del Pueblo, Democrático, Socialista de Chile, del Trabajo e Comunista¹⁰. Agora unidos, esses partidos controlavam 37 das 147 cadeiras na Câmara e 8 dos 45 assentos no Senado. Segundo Marcelo Casals Araya, a repressão realizada pelo governo Ibáñez contra uma greve de mineiros e a realização de duas eleições senatoriais extraordinárias, nas regiões de Taparacá e Valparaíso, encadearam um processo de formação de alianças contrárias ao *ibañismo* (2010, p. 29). Algo que já estava sendo gestado nos espectros políticos chilenos em oposição à política econômica do governo resultou em um novo rearranjo da tradição aliancista dos partidos políticos. Com isso, a esquerda chilena dava seu passo inicial rumo ao que viria se concretizar em um extraordinário crescimento eleitoral nas eleições presidenciais de 1958¹¹. Os primeiros sinais dessa nova posição apareceram nos textos da edição número 34 da *Principios* (março/abril de 1956). Nesse número, constatamos as primeiras tentativas do PCCh em se adequar aos novos horizontes propostos pelo XX Congresso do PCUS, ao mesmo tempo em que essa tentativa era vista como uma afirmação própria da experiência do comunismo chileno.

No primeiro artigo daquela edição, intitulado “*Las elecciones de abril*”, e novamente assinado pelo pseudônimo “Augustín”, procurou-se ressaltar a importância das lutas eleitorais em uma conjuntura ainda muito negativa para as pretensões comunistas. Muitos de seus

¹⁰ Dedicamos especial atenção ao PC chileno em sua atuação na FRAP por se tratar de nosso objeto de pesquisa. Porém, concordamos com Marcelo Casals Araya, quando este afirma que um enfoque maniqueísta que pretenda outorgar a um ou a outro partido a supremacia estratégica da FRAP simplifica o processo e anula as potencialidades construtivas que suas contradições teóricas geraram (2010, p. 30).

¹¹ Visto através de um olhar global, a estratégia formulada pelo PCCh em 1956 talvez tenha sido, dentre os partidos comunistas que operavam no mundo em um sistema de sociedade aberta, a que mais se aproximou da famosa expressão “a marcha pelas instituições”, cunhada pelo líder da revolta estudantil de 1967 na Alemanha Federal, Rudi Dutschke (FERMANDOIS, 2013, p. 99).

militantes desconfiavam da estratégia eleitoral arquitetada pelo Comitê Central, haja vista as constantes repressões do governo e a própria ilegalidade enfrentada pelo Partido. A fim de reverter aquele quadro, caberia ao núcleo dirigente conquistar o apoio de toda a sua militância:

Las nuevas posibilidades que encierra en la actualidad la conquista del parlamento y de las elecciones y su utilización por el pueblo para efectuar transformaciones de fondo, exigen de nuestro Partido una preocupación más seria por este tipo de luchas. Es evidente que existe aún en el Partido una gran subestimación por la lucha electoral y en ella nos superan una serie de partidos burgueses que planifican sus campañas electorales en forma cuidadosa y con el debido tiempo (AUGUSTÍN, 1956, p. 02).

Buscando conquistar o apoio de toda sua base militante, o PCCh se valeu de um novo cenário na conjuntura internacional. Após o XX Congresso do PCUS, algumas estratégias que se encontravam submersas frente ao poderio stalinista, emergiram em vários partidos comunistas ocidentais. Nesse sentido, o PCCh procurou enfatizar o discurso do dirigente soviético A. I. Mikoian, pronunciado no dia 16 de fevereiro de 1956, quando este aventou a possibilidade de se criar uma via pacífica de desenvolvimento da revolução socialista em distintos países. Assim, ao contrário da revista brasileira *Problemas*, que em seu número 73 (março/junho de 1956), transcreveu todos os discursos dos principais dirigentes soviéticos, a *Principios* chilena deu ênfase à apresentação de Mikoian, que aludia para a necessidade de legitimar a pluralidade das vias revolucionárias rumo ao socialismo:

Camaradas: Entre los problemas teóricos abarcados en el informe del Comité Central, el más agudo e importante es el de si la revolución socialista ha de realizarse siempre, en todos los países y en todas las condiciones, por medio de la insurrección armada o si es posible una vía de desarrollo pacífico de la revolución. [...] Por consiguiente, el procedimiento de conquista del Poder no puede ser idéntico para países distintos en épocas distintas y en diferentes situaciones internacionales. Todo depende de la concreta correlación de fuerzas de clase, del grado de organización de la clase obrera y de su adversario, de la capacidad de clase obrera para atraerse a aliados y, en primer término, a los campesinos; y, al mismo tiempo, han de tomarse en consideración las instituciones, las costumbres y las tradiciones de cada país. [...] A propósito de esto, en el informe del Comité Central se llega a la conclusión de que en las condiciones actuales surge la posibilidad real de que determinados países pasen al socialismo por vía pacífica (MIKOIAN, 1956, p. 09-11).

Na segunda metade da década de 1950, a disputa global entre os polos capitalista e socialista apresentou uma nova dinâmica com o fim da centralização do poder sob as mãos de

Stalin. Em relação ao contexto latino-americano, acresce-se a essa nova dinâmica internacional, o fato de a classe trabalhadora possuir maior capacidade de participação na esfera pública e na sociedade civil. Os elementos da industrialização e da urbanização passaram a se comportar como atores sócio-estruturais, que ensejavam um grande processo de modernização nas sociedades de Brasil e Chile.

Diante de tais transformações, a concepção estratégica do PCCh, alicerçada historicamente numa política de alianças, tendo como identidade sua participação nas Frentes Populares, adequou-se aos novos tempos antes mesmo das consequências advindas com o XX Congresso do PCUS. Contudo, atentos às transformações no Movimento Comunista Internacional, os Comunistas chilenos foram muito eficazes, quando souberam relacionar sua estratégia interna com as “vias nacionais” inseridas dentro de uma conjuntura de “coexistência pacífica”. Ainda na edição 34, o Comitê Central publicou um documento se posicionando em relação ao XX Congresso:

La cuestión del camino a seguir hacia el socialismo y de las formas gubernamentales de un régimen socialista era tal vez el asunto que más separaba, en el terreno ideológico, a los comunistas y socialistas. Ahora, al establecerse claramente la posibilidad de otros caminos y de otras formas, se han creado condiciones favorables al diálogo y el entendimiento entre comunistas y socialistas y, por tanto, a la unidad de la clase obrera en el terreno internacional y nacional. Nosotros hemos palpado ya la importancia de esta tesis en Chile, donde ha sido recibida con mucho interés por los socialistas de Chile, los socialistas populares y incluso muchos democráticos y radicales partidarios también del régimen socialista. [...] Pero, a la luz de nuevos hechos, se ha podido ver el perjuicio que ocasionó el culto a la personalidad en tiempos de Stalin, algunos errores teóricos en que él incurrió al no practicar el principio de la dirección colectiva y la obra criminal que alcanzaron a realizar enemigos encubiertos del comunismo amparados en la infracción de ese principio (COMITÉ CENTRAL, 1956, p. 21).

Ao se posicionar em torno da “via pacífica ao socialismo” proposta no XX Congresso, o PCCh a traduziu para sua realidade sem passar por um processo traumático, pois essa estratégia se assemelhava ao que já vinha sendo trilhado anteriormente¹². Mas isso não significou que o Partido não tenha passado por novos conflitos internos decorrentes da deflagração dos crimes stalinistas. Muitos militantes criticaram a maneira como o Partido

¹² O relato feito pelo dirigente José Monte na *Principios* na edição 35 descreve o modo como o PCCh interpretou as mudanças traçadas no XX Congresso: “Tomemos el tercer caso, el de la posibilidad de transformaciones democráticas por la vía pacífica. Esta cuestión ha sido planteada desde la alta tribuna del XX Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética. Pero, en verdad, ya había sido planteada por la vida. [...] En Chile mismo se había demostrado la posibilidad de utilizar la vía parlamentaria para el acenso del poder de las fuerzas populares. Pero esta cuestión no estaba suficientemente clara para nosotros” (MONTE, 1956, p. 02).

conduziu os debates. E, ao contrário do PCB, a reação do Comitê Central chileno foi imediata. Conforme relatou L. Fuentes, na edição 35 (julho/agosto de 1956) da *Principios*, o CC reconheceu que as manifestações de sectarismo estavam ocorrendo em alguns setores do Partido, além de constatar que alguns dirigentes estavam cometendo os mesmos erros teóricos e práticos perpetrados por Stálin (1956, p.04). A questão do culto à personalidade foi tema de um texto específico, assinado pelo próprio Comitê Central. Em “*El problema del culto de la personalidad*”, escrito na edição de número 36 (setembro/1956), o PC chileno afirmou ter consultado sua Comissão Política e dialogado com dirigentes aliados que integravam a FRAP. O objetivo dessas consultas e diálogos era demonstrar que, embora ainda respaldasse a validade científica das obras de Stálin, uma pequena parte desse repertório deveria ser estudada de forma crítica e sem dogmatismo (PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1956, p.02).

Além da crítica ao personalismo, o PCCh apontou algumas teses “falsas formuladas por Stalin”. Ao contrário do que previa Stálin acerca da inevitabilidade da guerra a partir da radicalização da luta de classes no mundo, o CC chileno procurou apresentar outra visão de mundo. Segundo sua leitura, os erros de Stálin não determinaram sua política e seu caminho, pois o Partido chileno havia se distanciado de tais teses e incorporado um marxismo direcionado a compreensão de sua própria realidade (COMITÊ CENTRAL, 1956, p.02). Mas tais reconhecimentos não poderiam se sobrepor à perspectiva do centralismo democrático, presente em todo partido comunista. Havia o temor por parte da direção em não permitir que o Partido caísse no precipício do *ultrademocratismo*, pois segundo suas informações, alguns setores *pequeño-burgueses* pretendiam discutir algumas questões sem o conhecimento prévio da Direção. Cabia ao Partido, então, corrigir e manter o controle contra possíveis desvios, além de fortalecer a FRAP. A partir dessas resoluções, os Comunistas chilenos deram um importante passo em sua estratégia aliancista, pois as desconfianças acerca de sua posição ambígua entre política nacional e projeto global de revolução se amainaram com a aproximação das teses expostas no XX Congresso junto a sua via revolucionária. Cabe mencionar aqui que a posição do PCCh em muito se distinguiu do que havia ocorrido no Brasil durante o primeiro semestre de 1956, quando a Direção do PCB adotou o silêncio total frente aos constrangimentos advindos das denúncias do Relatório Krushev. No PCB, até 1958, ao contrário das experiências da FRENAP ou da FRAP, a estratégia oficial ainda estava ligada ao Manifesto de Agosto de 1954. Ademais, diferentemente do PCCh, havia um culto exacerbado à personalidade de Prestes, o que se assemelhava com as denúncias contra Stalin.

E foi nesse instante que, pela primeira vez, o PCCh adotaria a via pacífica como política oficial de partido. Anteriormente, em termos de doutrina marxista-leninista, o Partido sempre havia levado em consideração a possibilidade da luta armada como discurso e instrumento a ser utilizado em uma fase de radicalização da luta de classes e organização das massas. A formalização da via pacífica ocorreu em abril de 1956, quando ocorreu o X Congresso do PCCh. Por ora, a via pacífica se tornaria a única estratégia no horizonte do PC chileno, embora os debates em torno de outras vias voltariam a aparecer em conjunturas futuras¹³.

Contudo, o fato de a via pacífica ter adentrado ao horizonte estratégico oficial do PCCh não significou uma transformação em sua cultura política e nem deu ensejo a uma transformação similar ao que analisamos em relação ao *pecebismo contemporâneo*¹⁴. No caso do PC chileno, a via pacífica tinha uma relação profunda com a participação eleitoral. Via pacífica, aqui, significava via parlamentar. Dessa forma, o que viria a se consolidar como *vía chilena al socialismo* não transformaria a cultura política do PCCh, mas o colocaria diante de um caminho eleitoral como impulsionador de um processo revolucionário. Tal pensamento esteve enraizado desde o início da oficialização da via pacífica. No texto “*La discusión interna en el P. Comunista de Chile*”, publicado na edição 37 da *Principios* (outubro/1956), fica evidente a preocupação por parte do Comitê Central em não relacionar a via pacífica com um sentido reformista. A matriz teórica permaneceria fielmente ligada ao marxismo leninista. Era preciso não confundir a necessidade de transformações revolucionárias com os possíveis caminhos que conduziriam essa jornada:

En lo que respecta al paso al socialismo por vía pacífica, es necesario insistir una vez más que al plantear esta tesis el Partido Comunista Soviético no ha pretendido en ningún momento que las transformaciones que son necesarias para lograr el socialismo o, antes que esto, como es el caso de Chile, un régimen y un programa de liberación nacional, puedan ser de tipo reformista y no revolucionario. La realización de cambios de fondo, de cambios revolucionarios por otra parte no van acompañadas necesariamente y en todas las circunstancias de una acción política que signifique la guerra civil, la insurrección armada, el camino de la violencia extrema (COMITÉ CENTRAL, 1956, p. 01).

¹³ Conforme um texto assinado pelo Comitê Central, na edição 35 da *Principios*: “*Respecto del empleo de la violencia para producir transformaciones sociales indispensables en el régimen económico, social y político de Chile, el Décimo Congreso Nacional de nuestro Partido ha señalado el propósito de no recurrir a ella y, por el contrario, el deseo de utilizar una vía pacífica*” (1956, p.31).

¹⁴ Essa comparação reflexiva será aprofundada no capítulo 4.

As decisões tomadas no X Congresso vieram respaldar esse posicionamento. O Comitê Central reforçava a necessidade de se empreender mudanças revolucionárias, mas não pretendia radicalizá-las. Era necessário avançar sem perder de vista a trajetória já percorrida, mantendo as diretrizes leninistas que o definia. Em *El X Congreso Nacional del Partido Comunista de Chile*, publicado na edição 35 (julho/agosto de 1956), o dirigente José Monte analisou esmiuçadamente muitas das propostas aprovadas no Pleno. Logo no início do texto, fica evidente a intenção em amortecer o impacto do sentido transformador advindo com as repercussões do XX Congresso do PCUS:

Es este uno de los Congresos más importantes de nuestro Partido. En él, hemos aprobado un programa que, por primera vez, enfoca con criterio realista el conjunto de los problemas nacionales y ofrece una salida popular y nacional a esos problemas. [...] El Congreso, por así decirlo, no nos ha dado una nueva línea política. Y, por cierto, no es indispensable que todo Congreso la dé. Prácticamente, ha ratificado la línea de liberación nacional trazada por nuestra Novena Conferencia, celebrada en el mes de agosto de 1952 (MONTE, 1956, p. 01).

A novidade estaria na reivindicação de uma reforma política voltada para a mudança do sistema político chileno. O PCCh defendia a substituição do regime presidencial por um parlamentarista de novo tipo, ampliando os direitos eleitorais da grande massa, incluindo analfabetos e suboficiais e soldados das Forças Armadas, a realização de uma reforma agrária, além da liberdade de atuação de todos os partidos políticos e correntes de opinião (MONTE, 1956, p. 01). Todas essas propostas estavam condicionadas a possibilidade de se efetuar estas e outras transformações democráticas através da via pacífica. Era necessário compreender melhor a realidade nacional, aprimorando as atividades do Partido junto ao cotidiano das grandes massas. Outro ponto importante defendido por Monte, e apresentado junto ao X Congresso, referia-se a uma melhor compreensão dos anseios dos trabalhadores em seu cotidiano, por parte do PCCh. As novas percepções comunistas em torno da luta pela reforma agrária foram emblemáticas nesse sentido:

Tomemos el segundo caso, el de la reforma agraria. Esta también había sido planteada permanentemente por nuestro Partido y otras colectividades populares. Pero, como es sabido, nosotros hacíamos cuestión acerca de que la tierra debía entregarse gratuitamente a los campesinos. En cambio, la mayoría de los campesinos, según lo hemos podido comprobar en el terreno mismo piensan de otra manera. Están dispuestos a pagar la tierra, claro está, a precios no usuarios y con facilidades. Y varios otros Partidos y sectores sociales y políticos progresistas desean también la reforma agraria, pero una reforma agraria que no pase por encima del derecho de propiedad. Por lo

tanto, nuestro viejo planteamiento nos apartaba de los campesinos y de otros aliados. El nuevo planteamiento, al tener verdaderamente en cuenta la realidad, nos acerca a ellos y crea la posibilidad de modificar substancialmente la estructura del campo en el período actual (MONTE, 1956, p. 02).

Por fim, adentrar a realidade chilena significava também aproximar-se do Socialismo. Na análise do dirigente comunista, os dois Partidos deveriam trabalhar estreitamente unidos em favor dos interesses dos trabalhadores e do povo. Ambos deveriam realizar um movimento de libertação, cuja direção estivesse nas mãos da classe trabalhadora, representada na figura de vanguarda política dos dois Partidos. O objetivo final dessa jornada era construir uma unidade político-teórica: *“marchando por este camino, debemos llegar algún día a la creación de un solo Partido Obrero basado en los principios del marxismo-leninismo”* (MONTE, p. 1956, p. 02). A importância dada à formação dessa unidade na esquerda chilena também foi ressaltada por Galo Gonzáles no texto *La unidad socialista comunista*, também publicado na edição 36. A fim de se adequar a essa realidade proposta, uma nova construção do passado passou a ser produzida pelo PCCh. De acordo com o Secretário-Geral, o PCCh, desde o início da Segunda Guerra, lutou pela união da esquerda chilena. No entanto, a estratégia da Frente Popular, antes vista como um sucesso, passou a ser encarada de outra forma: *“los Frentes Populares adolecieron, sin embargo, de serias fallas y errores, siendo el más grave, en especial en lo que concierne a nuestro país, el que no se formara el Frente Único por abajo y se cimentara en una sólida unidad de la clase obrera”* (GONZÁLEZ, 1956, p. 04). No intuito de reverter essa trajetória, caberia aos dois principais partidos da esquerda chilena construir uma nova hegemonia, que liderasse os interesses da classe trabalhadora no sistema político, sem a presença de um partido “burguês” no comando dessa nova aliança (GONZÁLEZ, 1956, p. 05).

A mobilização comunista não sensibilizou de imediato os Socialistas. A leitura feita pelo PS acerca da posição do PCCh pós-XX Congresso manteve o tom crítico em relação à sua “invariável adesão à política soviética” (ARRATE; ROJAS; 2003, p. 312). Por parte do PSP, embora tenham elogiado o XX Congresso em função da aprovação da estratégia de coexistência pacífica e uma maior abertura no que diz respeito à autonomia nacional da via ao socialismo, o que acabou ocorrendo ao final de 1956 na Hungria reforçou novamente suas desconfianças¹⁵. Em um informe publicado na edição 38 (novembro/1956), Galo Gonzáles

¹⁵ Ao final de outubro de 1956, um grande movimento de protesto sacudiu a Hungria, derrubando o governo ligado a Moscou. Milícias foram formadas para combater as tropas soviéticas, mas a revolta durou pouco tempo. No início de novembro, a URSS invadiu a Hungria e massacrrou a rebelião. A violência utilizada no

afirmou que “*al intervenir en Hungría, en contra de un amotinamiento y de una intervención extranjera, la Unión Soviética ha salido en defensa del socialismo y de la paz. No ha ido a oprimir al pueblo húngaro*” (1956, p. 05). Por outro lado, Allende e Raúl Ampuero declararam-se contrários à intervenção soviética, enfraquecendo a possibilidade de se criar um só partido de esquerda no Chile, haja vista as incongruências presentes nas interpretações comunistas acerca das ações do MCI.

Além das divergências no plano internacional, havia uma dissonância latente nas estratégias de Comunistas e Socialistas, inclusive em relação ao programa eleitoral da FRAP. Enquanto o PCCh sustentava que a unidade do movimento trabalhador em conjunto com todas as forças progressistas era o conceito de aliança ideal, o PS propunha uma política de orientação mais classista, formada por uma aliança entre operários, camponeses e intelectuais de vanguarda, rechaçando possíveis acordos com outros grupos sociais e políticos. No fundo, enquanto o PCCh ressaltava a importância em se implementar a revolução burguesa no Chile sob a liderança da esquerda, os Socialistas acreditavam que a revolução burguesa inconclusa deveria ser finalizada por um governo de caráter genuinamente socialista (CURCI, 2008, p. 117-118). A materialização desse processo resultou em vitórias e derrotas em relação ao projeto inicial do PC chileno. Nesse sentido, ainda que a FRAP tenha se colocado como um instrumento positivo de alguns dos objetivos programáticos do PC chileno, por outro lado, constatou-se a incapacidade do PCCh em convencer o PS a formar uma aliança política com setores da burguesia (DAIRE T., 2010, p. 139). Ambos os Partidos, porém, convergiam na questão referente à liderança exclusiva da esquerda nesse processo revolucionário.

Ao final de 1956 e início de 1957, essas diferenças foram momentaneamente deixadas de lado por conta da crise político-econômica vivida pelo governo Ibáñez. A recessão e o desemprego crescentes no segundo semestre de 1956 isolaram o governo. Essa conjuntura fortaleceu as esquerdas chilenas, que iniciaram movimentos de aproximação e *conciencia cívica*, conforme a expressão cunhada por Allende (ARRATE; ROJAS, 2003, p. 316). Em janeiro de 1957, as juventudes dos partidos da esquerda se uniram à CUT e a Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECH) e organizaram comitês contrários às políticas de Ibáñez. Essas ações acabaram sofrendo a repressão das forças do governo, alimentando ainda mais o sentimento de oposição. Paralelamente, o PCCh reforçou seus trabalhos na luta por uma maior presença da FRAP no Parlamento chileno.

episódio evidenciou a manutenção da “lógica de guerra” no universo político soviético: “Em outras palavras, a crise húngara reproduzia a imagem bolchevique e staliniana da conexão contrarrevolucionária entre inimigo interno e inimigo externo não só no centro do império, mas entre os principais parceiros do movimento” (PONS, 2014, p. 394).

Em *El trabajo electoral pasa a primer plano*, publicado na edição 40 da *Principios* (janeiro e fevereiro/1957) e assinado novamente por “Augustin”, realizou-se um exercício similar ao que houve durante o anúncio da oficialização da *vía chilena al socialismo*. A leitura feita pelo Partido seguiu a mesma linha no que tange sua participação no processo eleitoral. A partir dessa conjuntura, o PCCh dispenderia uma maior atenção a esta linha política:

Hasta ayer, nuestro Partido y, junto a él algunos partidos populares, habíamos mirados hasta con cierto desprecio la organización del trabajo electoral; nos enorgullecíamos de no ser partidos electoreros y cuando participábamos en las elecciones la hacíamos, generalmente, sobre la base de la improvisación. Pues bien, mientras hemos mantenido esa posición de abandono frente a las elecciones, la oligarquía, los caudillos y aventureros, se han venido aprovechando para hacer su negocio electoral a costa del engaño de las masas primero y de los más graves sufrimientos de las mismas después (AUGUSTIN, 1957, p. 05).

Nas eleições de 1957, pessimista em relação à possibilidade de assumir a Presidência, o PCCh propôs diversas vezes o parlamentarismo. A tática para aquele momento era ganhar terreno e, principalmente, restabelecer seus direitos políticos, haja vista seu crescimento político no interior da FRAP. Antes do pleito, contudo, a posição do Partido era de resignação: “*Por razones sobradamente conocidas – ley de Defensa, entre otras – estas elecciones no serán democráticas y no podemos aspirar a un parlamento realmente popular, ni mucho menos*” (AUGUSTIN, 1957, p. 06).

A disputa eleitoral de 1957 seria a primeira depois que o PCCh havia oficializado sua via pacífica e o primeiro após a formação da FRAP. Mesmo com toda desilusão da sociedade chilena frente ao governo de Ibáñez, não era possível prever o alcance dos votos que a Frente de esquerda atingiria. Ao final do processo, a FRAP havia conquistado 12,7% dos votos. Tratou-se de um feito notável, pois o potencial eleitoral não fora revelado em seu conjunto, tendo em vista a ilegalidade do PC e as divisões no Socialismo. Outras forças políticas voltaram a ter destaque. Este foi o caso do Partido Radical, que voltou a ser o partido mais votado nas eleições (21,5%). O Partido Liberal se manteve em segundo lugar com 15,8%. O terceiro posto ficou com os Conservadores (13,8%). Os partidos que haviam apoiado o *ibañismo* sofreram uma forte queda. Desse modo, delineou-se nas eleições de 1957 algo muito distinto daquilo que havia se projetado nas eleições anteriores. O centro político chileno, ao contrário da sua antiga capacidade hegemônica em mobilizar grandes alianças, viu-se

disputado entre duas forças – Radicais x Democracia Cristã¹⁶. A direita, após apoiar o centro e o *ibañismo*, começou a se mobilizar em torno de uma linha própria, similarmente ao que havia ocorrido no caso da FRAP. E, por fim, a unificação da esquerda em uma coalizão de alcance estratégico, com aspirações de conquistar o poder, acabou estimulando a criação de um esquema rígido no sistema de partidos, impedindo a formação de grandes blocos com alianças heterogêneas (TORRES, 2014, p. 55-56).

Com o fim das eleições parlamentares e a grande perda de capital político por parte do *ibañismo*, as manifestações contrárias ao governo cresceram. No dia 2 de abril ocorreu um grande protesto na capital Santiago, acompanhado de uma violenta repressão por parte do aparato estatal. Contando com a presença do Exército, o governo chileno entrou em confronto com os manifestantes, deixando um saldo de dezenas de mortos. As reações dos partidos da FRAP foram distintas, o que nos ajuda a compreender os diversos horizontes estratégicos presentes nessa aliança. Por parte dos setores socialistas, o episódio ocorrido nas ruas de Santiago demonstrou *un formidable empuje revolucionario de las masas*, algo que preenchia o conteúdo revolucionário do próprio socialismo, quando os setores populares seriam aqueles que impulsionariam o processo revolucionário. Porém, a desarticulação de todo o movimento espontâneo expressou, segundo os Socialistas, “*la carencia absoluta de una vanguardia capaz de orientar y conducir esa rebeldia*” (ARAYA apud AMPUERO, 2010, p. 34). Por meio de outra perspectiva, o PCCh se posicionou contrário ao que ficou conhecido como *Batalla de Santiago*. Em seu *Informe de la Comisión Política al XXIV Pleno del Comité Central del Partido Comunista de Chile*, produzido pelo dirigente Luis Collao e publicado na edição 42 da *Principios* (maio/1957), o PCCh criticou a tendência dessas massas populares em delegar a sua própria ação a derrubada do poder vigente no Chile (1957, p. 11-12). Essa posição, embora hegemônica no interior do PC, não alcançou o pensamento de toda a sua militância. Uma pequena facção se solidarizou com a manifestação e organizou o *Movimiento 2 de abril*. Posteriormente, muitos desses militantes participariam da fundação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) (ARAYA, 2010, p. 34).

Além da análise acerca desse conflito, o informe da Comissão Política do Comitê Central Comunista analisou toda a conjuntura daquele momento e as perspectivas do Partido frente a sua estratégia na FRAP. Para o PCCh, as eleições parlamentares indicaram um

¹⁶ O *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), também conhecido por Democracia-Cristã, foi fundado em julho de 1957, como resultado de uma unificação de vários grupos social-cristãos. Sua principal base de apoio adveio do Partido *Falange Nacional*, que se desfez com a criação do PDC. Essa mudança significou uma reorientação da democracia cristã no Chile, quando passou a adotar um perfil de centro e reformista no espectro político chileno.

fortalecimento da burguesia no cenário político (COLLAO, 1957, p. 01). Essa vitória trazia consigo um projeto econômico prejudicial aos interesses dos trabalhadores. Era necessário, portanto, combater essa tendência através de reformas políticas, pois *“sin son imperativas las transformaciones en el orden económico, lo son mucho más ciertas reformas políticas para llevar a cabo esas transformaciones por una vía pacífica. Por lo tanto, si la mayoría de los chilenos queremos llevar las cosas por esa vía, debemos proceder a abrirla”* (COLLAO, 1957, p. 05). A democratização da República era a chave para abrir o caminho à classe trabalhadora e ao povo, realizando as transformações democráticas pela via pacífica. E para evitar que outra via fosse tomada, tendo em vista o que houve no início de abril, a FRAP deveria se dirigir aos Radicais, Falangistas e Agrariolaboristas e propor ações comuns dentro dessa esfera democrática (COLLAO, 1957, p.07). Por fim, o Informe afirmava que a FRAP lançaria um candidato próprio nas eleições presidenciais de 1958.

No texto *La vía pacífica*, escrito pelo dirigente comunista Edmundo Pérez e publicado na edição 43 da *Principios* (julho/agosto de 1957), procurou-se detalhar os sentidos dessa via revolucionária, em razão das inúmeras questões levantadas. Desse modo, Pérez procurou evitar que interpretações errôneas prejudicassem os interesses do Partido. A luta pela conquista de cadeiras no Parlamento deveria estar relacionada à luta de massas, não havendo contradições nessas duas táticas (PÉREZ, 1957, p. 03). Segundo Pérez, na experiência comunista chilena, a nova condição histórica no movimento marxista se aliava à tradição presente no PCCh que, desde 1936, *“integró el Frente Popular con esos objetivos y más tarde la Alianza Democrática y otras coaliciones de partidos interesados en transformaciones económicas, sociales y políticas progressistas”* (1957, p. 04). O autor resgatou a via pacífica, analisada por Marx, em um conhecido discurso feito em Amsterdam, em 1872 (1957, p. 05). Nesse sentido, detectamos um claro intento em não associar a via pacífica a uma alternativa reformista:

El planteamiento de la posibilidad de la vía pacífica no tiene nada que ver con una exaltación de la democracia burguesa. Hay una diferencia substancial entre la democracia burguesa y la democracia socialista. Esta última implica la liberación real de las masas trabajadoras e incluso adonde haya tenido o tenga defectos es muy superior a la democracia burguesa (PÉREZ, 1957, p. 06).

Embora as estratégias fossem distintas, havia no texto de Pérez uma referência aos caminhos tomados pelo Partido Comunista Italiano, a partir de seu VIII Congresso, realizado em dezembro de 1956: *“En ese mismo Congreso, el camarada Togliatti recalcó: “Establecer*

una perspectiva de evolución democrática hacia el socialismo no significa negar la necesidad de una lucha tenaz. La lucha es indispensable, bajo las formas impuestas pela situación” (PÉREZ, 1957, p. 08). Esse trecho objetivava respaldar a *vía pacífica* dentro de um marco revolucionário, o que não quer dizer que as posições dos comunismos italiano e chileno frente à democracia eram a mesma¹⁷. Por parte do PCCh, não havia o interesse em se desprender de uma concepção leninista de revolução e nem abandonar de vez a via insurreccional de seu horizonte estratégico:

La tesis sobre la vía pacífica no pretende adivinar sí, finalmente, habrá o no, un momento en que la violencia reaccionaria exigirá la violencia popular. El asunto consiste en que las transformaciones revolucionarias democráticas están maduras, se hacen cada día más indispensables y nuestra dedicación al movimiento de masas ha de abriles paso. Lo más probable es que para ello no se necesite la violencia. Lo seguro es que, en todo caso, nadie podrá detenerlas (PÉREZ, 1957, p. 09).

A partir de 1956, os debates em torno das vias ao socialismo percorreram os PC's de todo o mundo ocidental e, inevitavelmente, abriram espaços para dissidências na maioria dos casos. O *reinosismo* no caso chileno, por exemplo, deixou uma marca profunda no cotidiano do Partido. Voltando a analisar o Informe publicado em maio, um trecho de extrema relevância para nossa pesquisa indica que o PCCh estava atento ao que vinha ocorrendo nas políticas dos partidos comunistas latino-americanos, em especial no Brasil. Havia ali uma percepção de que o PCCh possuía uma trajetória própria, mas que no decorrer dos acontecimentos da década de 1950 estava ocorrendo uma transformação no comunismo da região¹⁸:

Expulsado del Partido, Reinoso pretendió justiciar su política tomando pie en ciertas posiciones de los camaradas brasileños que, bañándose en algunas tesis de los camaradas chinos, partían de la creencia de que la revolución en

¹⁷ Segundo Alberto Aggio, “embora o discurso togliattiano também padecesse das mesmas marcas doutrinárias características dos comunistas chilenos, a afirmação dos valores da democracia como instituidores de uma “tendência”, isto é, “de uma democracia aberta a todo novo desenvolvimento possível”, configurava-se uma formulação bastante distinta daquela que pretendia conduzir uma “revolução de libertação nacional”. Togliatti falava de uma “programação democrática” de “reformas estruturais”, conduzidas pelo “método democrático”, com vistas à superação do capitalismo. A finalidade da democracia não era, portanto, a conclusão de uma etapa de libertação nacional rumo ao socialismo” (2002, p. 85).

¹⁸ Foi nessa conjuntura, por exemplo, que os Partidos Comunistas da América do Sul se reuniram e produziram uma Declaração em julho de 1957 contra a formação do Pacto do Atlântico Sul, que pretendia formar uma organização militar regional para a defesa do Atlântico Sul. Assinaram esse documento, os PC's de Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. O conteúdo dessa declaração foi exposto na edição 44 (setembro/outubro de 1957) da *Principios*. Havia ali uma preocupação com uma possível dependência dos países sul-americanos com respeito a ameaça de perda de soberania nacional frente ao imperialismo dos EUA, que estavam por trás desse Pacto (p. 24).

América Latina tendría fatalmente el carácter de lucha armada o que éste era o es la vía más recomendable. Pero los camaradas brasileños han superado sus posiciones izquierdistas y, en honor a la verdad, esas posiciones, así como las tesis de los camaradas chinos, a diferencia de la política de Reinoso, nunca dejaron de plantearse desde el punto de vista de una política de masas y de la movilización de las masas. De modo que este individuo falseaba la posición de los brasileños y, con mayor razón, la de los camaradas chinos al pretender identificarse con ellos (COLLAO, 1957, p. 12).

A conjuntura percebida pelos Comunistas chilenos indicava uma direção em torno de vias político-institucionais em contraposição às vias insurrecionais. Nos anos 1956-1958, a via pacífica foi ganhando substância ao ponto de ser oficializada como único recurso estratégico daquele momento. Dessa maneira, *izquierdismo* naquele instante, representava qualquer ação que pudesse prejudicar a participação e o apoio da FRAP nos processos eleitorais. A revolução no Chile deveria ocorrer pela vitória de uma frente hegemônica de esquerda, que lideraria outras forças políticas. No Brasil, a revolução burguesa para os pecebistas seria liderada pela própria burguesia nacional, que deveria se aliar às forças progressistas, incluindo aí o próprio PCB, que abdicava inclusive de qualquer cargo político-instrucional. Isso nos auxilia a pensar as distintas estratégias dos partidos comunistas analisados. Portanto, enquanto o PCB transformava seu pensamento político, materializado na Declaração de 1958, o PCCh reafirmou e aprofundou sua estratégia eleitoral, reforçada pelas novas perspectivas que se abririam com a derrogação da *Ley Maldita* e a unificação dos partidos socialistas.

3.3.1 As eleições de 1958 e a crença na revolução pelas vias institucionais

A partir da insanável crise instalada no governo Ibáñez, as demais forças chilenas empreenderam um reordenamento de alianças em seu sistema político. As novas práticas aliancistas, porém, não repetiriam a fórmula estabelecida na época das frentes populares. Em termos estruturais, a sociedade chilena havia se modernizado e a organização de sua sociedade civil era distinta daquela gestada em décadas anteriores. Esse desenho foi fruto dos próprios êxitos deste projeto *frentepopulista*. Coube aos partidos da esquerda chilena, então, reorganizarem-se conforme as novas demandas dessa sociedade. Por conseguinte, diante dessa conjuntura, os partidos socialistas aprovaram sua reunificação.

No início de julho de 1957, após várias tentativas de aproximação, muitas delas contando com o apoio do PCCh, o *Partido Socialista de Chile* e o *Partido Socialista Popular* firmaram uma resolução política que os fundiu em um partido único. Esse documento foi aprovado no chamado *Congreso de Unidad*. Ao todo, foram escritos doze itens que apontavam a visão de mundo desse novo partido unificado. Chamamos a atenção para dois deles. No oitavo e maior item, os Socialistas apresentaram um longo parágrafo acerca de sua posição para com o Partido Radical. Considerado um *partido centrista, socialmente híbrido*, essa agremiação não deveria ser convidada a compor a FRAP, pois muitas vezes “*sucumben a la presión del sector burgués, cuyos intereses entran a servir, y así su actividad adquiere caracteres de confusiónismo, inconsecuencia e irresponsabilidad*”. Ademais, de acordo com o item 10, cabia ao Socialismo trabalhar pela manutenção e fortalecimento da FRAP, bem como aprofundar uma ampla mobilização de massas. Contudo, o que nos chamou mais atenção neste documento foi a leitura que os socialistas fizeram de seus maiores aliados na FRAP:

Que el socialismo unificado estime que el FRAP hasta el presente, no ha logrado una gravitación poderosa en el seno de la clase trabajadora por sus vacilaciones y la falta de claridad política, a causa de la – actitud oportunista del PC y la división del socialismo. El socialismo estima, entonces, la necesidad indispensable de que el FRAP defina sin ambages su posición revolucionaria de Frente de Trabajadores, como justa expresión de la unidad del socialismo y del movimiento obrero, eliminando todo compromiso contrario a esta posición (RESOLUCIÓN POLÍTICA DE CONGRESO DE UNIDAD, 1957).

Constata-se que havia uma deliberada desconfiança Socialista para com os Comunistas. Embora essas desavenças tenham sido eclipsadas no decorrer do processo eleitoral de 1958, elas jamais seriam resolvidas integralmente. Porém, tendo em vista as eleições presidenciais, a unificação socialista foi bradada com muito entusiasmo pelo Partido Comunista. Logo após o *Congreso de Unidad*, em setembro de 1957, realizou-se a Convenção Presidencial do Povo, que decidiu pela candidatura de Salvador Allende, assim como seu programa eleitoral¹⁹. Em um editorial, publicado na edição 45 da *Principios* (novembro/dezembro de 1957), o PCCh afirmou que o movimento popular havia adquirido

¹⁹ Durante o processo de escolha do candidato da FRAP, no primeiro turno, o Partido Comunista apoiou Guillermo del Pedregal, que havia sido ministro do governo Ibáñez. Este apoio inicial a um candidato não ligado à esquerda deve ser entendido como um cumprimento da própria linha do Partido, que na tentativa de alcançar uma aliança ampla, com um projeto nacional de grandes transformações, optou por apoiar um político que pudesse representar tal proposta, embora Pedregal devesse cumprir o programa da FRAP (TORRES, 2014, p. 101-102).

um novo brio após a escolha de Allende na Convenção Presidencial e a Plataforma Programática aprovada pela FRAP (1957, p. 02). Nesta Plataforma exigia-se a derrogação da lei de *Defensa Permanente de la Democracia* como forma de restabelecimento pleno das liberdades públicas e dos direitos sindicais. Ademais, o programa elaborado propunha democratizar o sistema político, atribuindo maiores funções ao Legislativo em detrimento do Executivo, bem como reivindicava uma reforma na legislação eleitoral. Outro ponto abordado foi o desenvolvimento socioeconômico do Chile. Buscava-se um desenvolvimento econômico equilibrado e igualitário com uma ativa participação estatal, incluindo aí a nacionalização das riquezas do país e uma profunda reforma agrária. Em comparação com o tempo das esquerdas nas Frentes Populares, o Programa de 1957 surgiu como uma versão mais radicalizada do projeto anterior, tendo nas massas proletárias a exclusividade na direção do movimento (ARAYA, 2010, p. 39). Essa foi a leitura feita pelo próprio PCCh, quando este estava se preparando para as eleições de 1958. No texto *Sobre la historia del Partido Comunista de Chile*, escrito por Galo González e José HERNÁNDEZ, e publicado na edição 46 (janeiro/fevereiro de 1958) a autoanálise se deu da seguinte forma:

Durante el gobierno de Aguirre Cerda nuestro Partido cometió algunos errores que es preciso señalar. Nuestro primero error fue el de entregarnos mucho al gobierno de Aguirre Cerda e incluso penetró en el Partido la falsa consigna de no crear dificultades al gobierno. Se llegó, en este sentido, a aceptar la tregua respecto a la sindicalización de los trabajadores del campo. Quienes se encargaron de introducir estas falsas consignas fueron los masones que habían logrado introducirse en el Partido debido a la falta de vigilancia revolucionaria y a la debilidad ideológica de los militantes y de los cuadros dirigentes que no se daban cuenta del trabajo de zapa que realizaban estos elementos. Este error lo pagamos muy caro, ya que todavía podemos anotar un tremendo retraso en la organización en el campo (GONZÁLEZ; HERNÁNDEZ, 1957, p. 14).

Esse seria um dos últimos textos assinados por Galo González, pois no início de 1958 o secretário-geral do PCCh veio a falecer. Em seu lugar assumiu Luís Corvalán, que viria ser o secretário-geral do Partido nas três décadas vindouras. Uma de suas principais tarefas era conquistar a derrogação da lei que impedia o Partido de poder participar do sistema eleitoral. Para isso, os Comunistas lutaram por mudanças que foram apoiadas por outros partidos. Surgia, então, o projeto de *Reforma de la Ley de Inscripciones Electorales*, apoiado pelo Partido Radical, pelos três partidos da chapa do senador Frei Montalva (*Demócrata-cristiano*, *Agrariolaborista* e *Nacional*) e pelos seis partidos da FRAP (*Socialista*, *Comunista*, *Democrático*, *del Trabajo Radical Doctrinario* e *Alianza de Trabajadores*). Esse eixo havia

sido formado em março de 1958, quando todos esses partidos formaram o *Bloque de Saneamiento Democrático*. Em tempo recorde, o projeto de reforma eleitoral foi aprovado, apresentando as seguintes proposições: confecção de uma cédula única, emitida pelo Registro Eleitoral, o que praticamente impossibilitava a compra de votos e o controle de sufrágios; a proibição dos pactos provinciais e a exigência de pactos nacionais referendados pelas diretivas dos partidos, sendo que deveriam ser apresentados cento e vinte dias antes das eleições; o aprisionamento inafiançável da prática de suborno; além da revalidação dos títulos cassados (MOULIÁN, 2006, p. 169). A nova lei teve um grande efeito no aumento das inscrições eleitorais. Entre outras reivindicações estava também o fim da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*. Podemos notar, então, que já havia uma ampla rede de apoio favorável a volta do PCCh à legalidade. Em editorial à edição 48 (maio/junho de 1958), o PCCh afirmava que “*el hecho de que todos estos partidos hayan coincidido en impulsar las reformas democráticas aludidas es una victoria de las fuerzas populares que vienen luchando incansablemente por ellas y corresponde al ascenso del movimiento obrero y antiimperialista*” (1958, p. 01). A partir do *Bloque* juntamente com um significativo apoio popular, o PCCh reconquistou sua legalidade no início de agosto de 1958, quando a *Ley Maldita* foi finalmente derogada.

Retomada a legalidade, o PC dedicou-se integralmente à campanha presidencial. Os artigos de seus dirigentes na *Principios* ilustraram tal empenho. Na mesma edição 48, em *A 120 días de la elección presidencial*, novamente o pseudônimo “Augustín” destacou a polarização de forças que marcava aquele pleito. Pragmaticamente, havia em seu conteúdo algo similar ao que vinha sendo planejado no PCB, quando nos referimos à tática eleitoral²⁰:

En esta etapa de nuestra historia, el nuevo Gobierno será de reformas democráticas; de desarrollo de las formas capitalistas de producción; de reforma agraria y de fomento de la economía con un sentido social nuevo que permita dar satisfacción a los graves problemas que afectan a la mayoría de los chilenos, para terminar con las fábricas paralizadas, la cesantía, eh hambre y los bajos salarios; de independencia nacional respecto del imperialismo, para acabar con la dominación extranjera sobre nuestras riquezas naturales; de amplias relaciones diplomáticas y comerciales con todos los países, de tal modo que podamos vender y comprar en las mejores condiciones y abrir mercados con vista a desarrollar nuestra industria nacional y entonar la economía del país (AUGUSTÍN, 1958, p. 16).

²⁰ Não obstante, nesse mesmo número foi publicado na íntegra a “Declaração de Março” do PCB. Não qualificamos como coincidência, portanto, a consonância com o debate pecebista naquele momento.

Embora os esforços no ano de 1958 devessem estar direcionados às eleições presidenciais, em sua convocatória ao XI Congresso Nacional, publicada na edição 49 da *Principios* (julho/agosto de 1948), o PCCh definiu que a tática de defesa do parlamentarismo representava a possibilidade real de transformação revolucionária através da via pacífica:

El proceso de democratización exige cambios mucho más amplios y profundos, que signifiquen la instauración en Chile de un gobierno que corresponda efectivamente al movimiento popular. Se trata de un proceso que debe hacer del Parlamento un poder verdaderamente representativo de la voluntad democrática del país, con un cuerpo electoral que incluya necesariamente a todos los mayores de 18 años, civiles o militares, comprendiendo también a los analfabetos. Nos proponemos eliminar el presidencialismo y todo el sistema burocrático personalista que engendra y que el pueblo conquiste, de hecho y de derecho, la calidad de generador y dirigente del Poder político. Para ello, además de las amplias libertades democráticas, es necesario desplegar en forma creadora las más diversas expresiones de una democracia directa, que entregue a los municipios, los cabildos abiertos, las juntas de vecinos, los organismos sindicales, etc., la dosis de autoridad que les corresponda, conforma a la necesidad de la mejor atención de los intereses populares. A objeto de terminar con esa consecuencia del sistema presidencial que constituye el excesivo centralismo, es indispensable reconocer a las provincias un margen de autogobierno, a través de las Asambleas Provinciales, que supere los antagonismos entre ellas y conduzca orgánicamente a una verdadera integración nacional (CONVOCATORIA AL XI CONGRESO NACIONAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1958, p. 05).

Como afirmado anteriormente, a urgência agora era empreender todos os esforços para se conquistar terreno político nas eleições presidenciais. Nesse período, o PC combateu a emergente candidatura de Eduardo Frei, ligado a Democracia Cristã (DC). O novo partido de tradição cristã atentava para os perigos do comunismo na sociedade chilena. Desde o surgimento dessa nova agremiação, os Comunistas constataram que a DC poderia angariar um forte apoio junto às camadas populares no Chile. De acordo com a visão do núcleo dirigente do PCCh, o Partido Democrata Cristão, fundado em 1957, obedecia a uma linha internacional de reação clerical a serviço do imperialismo (TORRES, 2014, p. 109).

Realizados os acordos políticos com os partidos de esquerda e estabelecidas as candidaturas concorrentes, a FRAP dedicou-se totalmente ao processo eleitoral. A campanha de Allende foi marcada por um alto grau de simbolismo. Ao final de agosto de 1958, houve uma manifestação denominada *Chile marcha con Allende*. Foram organizadas quatro colunas que partiram de pontos distintos da capital Santiago. As bandeiras dessas quatro colunas representavam a Independência Nacional, a Democracia, o Bem-Estar Social e o

Desenvolvimento Econômico (TORRES, 2014, p. 123). Além de sua tradicional militância de base, muitos artistas e intelectuais apoiaram a chapa da FRAP.

O resultado das eleições foi uma grande surpresa para a esquerda chilena. Com a aliança entre Liberais e Conservadores havia a impressão de que a direita, com todos os seus recursos, venceria o pleito com uma ampla margem de votos. Mas sua vitória ocorreu por uma pequena margem de menos de 3%. O candidato vencedor foi o direitista Jorge Alessandri com 31,55% dos votos. De modo surpreendente, até mesmo para a FRAP, Allende conquistou o segundo lugar com 28,85%. A emergente DC ficou em terceiro com 20,69% (2014, p. 129)²¹.

Uma semana depois das eleições, o PCCh organizou a XXIX Sessão Plenária de seu Comitê Central a fim de efetuar um balanço da jornada cumprida. Na edição 50 da *Principios* (setembro/outubro de 1958) foi transcrito o informe do escritor comunista Volodia Teitelboim, que retratava a surpresa por parte dos Comunistas: “*Las cifras electorales son elocuentes. Hace seis años, en las anteriores elecciones presidenciales, la candidatura de Salvador Allende, apoyada entonces por los Partidos Socialista de Chile y Comunista y por elementos independientes alcanzó 50 mil votos*” (TEITELBOIM, 1958, p. 03). Teitelboim ainda afirmou que os resultados da recente jornada demonstravam que o sufrágio poderia ser usado como *una arma de emancipación del pueblo* (1958, p. 05). Contudo, o balanço geral desse processo ficou a cargo do novo Secretário Geral, Luis Corvalán. Segundo o dirigente comunista, a vitória de Alessandri deveria ser prontamente enfrentada pelas forças políticas de esquerda:

Este Pleno, ante la eventualidad de que Alessandri sea elegido Presidente por el Congreso, ha dicho que el país se hallaría en presencia de un gobierno de las fuerzas más reaccionarias. ¿Se trataría de una dictadura legal? Desde un punto de vista marxista, de ello no puede caber duda. El gobierno de Alessandri sería una dictadura que se propondría los peores designios en contra de nuestro pueblo. Pero, como dice el Informe, una cosa es lo que pueda pretender en Chile un gobierno derechista y otra lo que pueda hacer. Nada, agrega el Informe, sería más dañino al movimiento popular que una concepción fatalista en el sentido de que un gobierno de Derecha estaría en situación de hacer en Chile lo que le viniera en gana. Hay en el país fuerzas suficientes para detener la mano de la reacción y, en un momento determinado, para pasar a la ofensiva, abriendo camino a los objetivos democráticos que comparte la mayoría de la nación. Hay que tener en cuenta la época que vivimos (CORVALÁN, 1958, p. 09).

²¹ Essa configuração poderia ter sido diferente se Antonio Zamorano Herrera, que teve o apoio da FRAP em 1957 durante as eleições parlamentares, não tivesse lançando uma candidatura independente sem apoio de nenhum partido. Três dias antes das eleições de 1958, Zamorano realizou um grande ato na Praça Bulnes, no centro de Santiago, com um discurso inflamado contra todos os políticos. Ao final do pleito, Zamorano obtivera 3,34% dos votos, o necessário para uma possível vitória de Allende.

Subjaz desse discurso uma análise repleta de ambivalências: no intuito em demonstrar sua posição revolucionária perante o processo histórico, o PCCh manteve uma postura radicalmente contrária a vitória de Alessandri. Porém, havia ali uma clara interpretação de que o projeto comunista conquistou um importante espaço nas eleições de 1958. Legalizado, o Partido consolidaria sua aliança com os Socialistas durante as eleições vindouras, legitimando a funcionalidade do sistema político chileno, embora sempre mantendo um distanciamento em relação à concepção democrática ali presente. Foi a partir dessa ambivalência que o PCCh analisou o sistema político chileno em seu XI Congresso Nacional, realizado ao final de 1958. No editorial da edição 52 da *Principios* (dezembro de 1958) é possível percebermos tal abordagem:

Al enfocar todos los problemas que atañen a la clase obrera y al pueblo de Chile, nuestro Congreso tuvo en vista, por una parte, los planes reaccionarios y, por otra, los anhelos de la mayoría de los chilenos. Así, por ejemplo, en relación al régimen político, señaló, por un lado, la necesidad de llevar adelante el proceso de democratización de la República y, por otro lado, denunció las tendencias antidemocráticas al retroceso político, que hoy se expresan en el aplazamiento de las elecciones municipales y que mañana pueden manifestarse en la tentativa de dictar nuevas leyes represivas o de perpetrar golpes de Estado (PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1958, p. 02).

O resultado do processo eleitoral de 1958, para além do aspecto surpreendente, impulsionou uma nova autoconsciência criadora na esquerda chilena, que viria fundamentar uma estratégia global de poder, autônoma e factível. Recairia sobre os ombros da FRAP a responsabilidade pragmática em desenvolver um projeto popular de transição ao socialismo e coloca-lo em prática (ARAYA, 2010, p. 41). Em relação ao Partido Comunista chileno, a via pacífica ao socialismo, oficialmente aprovada a partir de 1956, marcaria um projeto global que impossibilitava o apoio a qualquer outra estratégia de desenvolvimento nacional no país. Conforme o título cunhado por Isabel Torres, tratava-se de um sistema que abarcaria projetos políticos excludentes. Isso ficou clarividente ao acompanharmos os debates teóricos na *Principios*. Ao contrário dos debates vistos na *Estudos Sociais*, que procurou debater com diversas correntes desenvolvimentistas no Brasil, a *intelligentsia* do PCCh abriu espaço apenas para o debate em torno de sua própria estratégia. Sob esse prisma excludente, o PCCh reafirmava sua estratégia ao mesmo tempo em que renovava seu programa político de acordo com os movimentos políticos no campo exclusivo das esquerdas partidárias. Portanto, enquanto o PCB passava a legitimar as transformações socioeconômicas brasileiras, dando

ensejo ao que viria ser conhecido como *pecebismo contemporâneo*, o PCCh visualizava na FRAP a possibilidade de alcançar o poder por meio de uma hegemonia de esquerda, que liderasse o processo revolucionário com apoio de setores nacionalistas. Desse modo, a análise em torno da “Declaração de Março” e das eleições presidenciais no Chile, ambas estabelecidas em 1958, objetivou resgatar os sentidos estratégicos desses dois partidos comunistas, quando o PCB dava seus primeiros passos rumo a uma *transformação* em sua cultura política, enquanto que o PCCh reafirmava sua vocação *revolucionária* por meio de uma estratégia de conquista das instituições políticas através de processos eleitorais.

CAP 4 A INVERSÃO DOS SENTIDOS ESTRATÉGICOS NO PCB E PCCh

4.1 O impacto da Revolução Cubana nas esquerdas latino-americanas

Até o ano de 1958, os partidos comunistas assumiram um especial protagonismo na identidade das esquerdas latino-americanas. Bastante atuante em alguns países, o comunismo arregimentou uma ampla rede de apoiadores, contando com o apoio de trabalhadores urbanos, intelectuais e até mesmo com parte do chamado pequeno campesinato (CASTAÑEDA, 1994, p. 35). Essa perspectiva ganhou um novo impulso em meados da década de 1950, quando a União Soviética legitimou a estratégia de “coexistência pacífica”, especialmente adotada no comunismo ocidental. Além disso, paralelamente às novas diretrizes do Movimento Comunista Internacional, ascendia na América Latina, movimentos de trabalhadores que reivindicavam maior participação na sociedade civil e na esfera pública. Como mencionado no capítulo anterior, ao final da década de 1950, modernização, desenvolvimento industrial, democracia e revolução faziam parte do repertório político dessas forças, ao ponto de redirecionarem a própria política na região. A conjunção dessas bandeiras impactou o cenário político de tal forma que, conforme atentou Luiz Alberto Moniz Bandeira, ao final do ano de 1958, a América Latina parecia infletir para a esquerda (2009, p. 172).

No campo das esquerdas latino-americanas, as relações entre democracia e revolução, que mantinham conflitos teóricos latentes, sofreram um grande abalo em janeiro de 1959. Na última colônia espanhola a conquistar a liberdade, em 1898, eclodia uma revolução que dividiria o tempo histórico das esquerdas latino-americanas. Quando o Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, destituiu o governo de Fulgêncio Batista, em Cuba, através de uma estratégia guerrilheira de libertação nacional, o paradigma da revolução se transformou em todo o continente:

Em 1959, a Revolução Cubana inaugurou uma fase na história da esquerda latino-americana que durou até a derrota eleitoral dos sandinistas, três décadas depois. A ideia da revolução ocupou o centro do palco no teatro da esquerda. [...] Antes de Fidel entrar em Havana, a esquerda latino-americana havia sido reformista, gradualista ou resignadamente pessimista diante da possibilidade de um triunfo revolucionário. Nas três décadas seguintes, a

revolução passou a ser o primeiro item de sua ordem do dia (CASTAÑEDA, 1994, p. 68).

Tratou-se de uma “revolução na revolução”, que demarcou um ponto de inflexão nas trajetórias dos partidos comunistas. Todas as esquerdas dos países latino-americanos acabariam sendo influenciadas de alguma forma pelo exemplo cubano. A repercussão foi tamanha que houve uma grande divisão entre o apoio à linha cubana e o *resto* das outras esquerdas (CASTAÑEDA, 1994, p. 69). Naquele momento, o argumento do êxito fez uma grande diferença. O marxismo-leninismo até então assimilado e “nacionalizado”, depois de quatro décadas de atuação dos partidos comunistas, não havia sido capaz de dirigir nenhuma revolução socialista. Com menores pretensões teóricas, os revolucionários cubanos formaram um “guia para a ação”, atraindo vários movimentos sociais na região (ELIZONDO, 1995, p. 132-133). Os programas políticos anteriormente formulados acabariam eclipsados pelo projeto revolucionário cubano. Ademais, com o impacto da Revolução Cubana, muitas dissensões ocorreram nos tradicionais partidos comunistas, dando ensejo a vários movimentos e partidos inspirados na cultura política do castrismo-guevarismo. Fazia parte da estratégia deste projeto de poder realizar a exportação da revolução para outros lugares do continente americano. Sua visão de sociedade rechaçava a capacidade revolucionária das burguesias nacionais. O guevarismo, em contraposição às estratégias dos partidos comunistas, radicalizava a luta pela separação entre forças populares e burguesias nacionais. Segundo tais premissas, como na América Latina não poderia se repetir um 1789 francês, a definição de seu caráter deveria ser baseada em uma aliança operário-camponesa, que estabeleceria a reforma agrária, a libertação nacional e a ultrapassagem do subdesenvolvimento (LÖWY, 2012, p. 98). Outro aspecto diferenciador das estratégias comunistas esteve ligado à inevitabilidade do uso da via armada como caminho para se alcançar a revolução. Em “Guerra de guerrilhas, um método”, um documento-evento para se entender a modelação dessa concepção revolucionária por toda a América Latina, Che Guevara ampliou o método guerrilheiro dando a ele uma alma política: “a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas” (2007, p. 294). Posteriormente, no decorrer da década de 1960, com a assimilação e o aprofundamento da relação entre guevarismo e marxismo-leninismo, surgiria uma teoria baseada nesses métodos, denominada foquismo¹.

¹ Sobre esse tema, ver: CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960: Régis Debray e o foquismo**. Franca: Universidade Estadual Paulista - Dissertação (Mestrado em História), 2010.

Após as denúncias do Relatório Krushev, o Movimento Comunista Internacional pulverizou-se em termos de estratégias comunistas. Ademais, a unidade que os PC's estavam conseguindo arregimentar em alguns países passou a conviver com outras propostas globais de revolução. No caso do castrismo, tal cultura política representou uma nova encarnação na ideia revolucionária do Ocidente: “a imagem de Fidel Castro, secundada pela de Che Guevara, vem, portanto, acrescentar as suas características particulares ao caleidoscópio revolucionário, que se sucede ao monolitismo estalinista” (FURET, 1996, p. 553). Desse modo, coube à URSS adequar-se a nova conjuntura internacional e estabelecer alianças na luta contra seu maior inimigo: o capitalismo imperialista. Diante dessa perspectiva, a ideia de libertação nacional do chamado “Terceiro Mundo” passou a ser apoiada pelo internacionalismo soviético. Geopoliticamente, a Revolução Cubana, após dois anos de sua implantação, passou a representar uma nova possibilidade no rol estratégico do MCI. O espraio das experiências de guerrilha inspiradas no exemplo castrista na América Latina foi visto como um fenômeno oportuno, mas que devia ser controlado pela URSS, tendo em vista as diferenças existentes entre o que havia sido elaborado em 1956 e o que foi vivido em 1959, bem como as possíveis relações político-teóricas entre maoísmo e guevarismo (PONS, 2014, p. 426).

Imersos nesses embates, os partidos comunistas latino-americanos sofreram com divisões internas. Embora desde o início da Revolução Cubana, quando esta ainda não havia se transformado em uma revolução socialista, os partidos comunistas tenham apoiado tal acontecimento, sempre mantiveram ressalvas em relação à estratégia adotada. Sobre o tema, o primeiro texto do PCCh foi publicado na *Principios*, logo na edição posterior à tomada do poder em Havana. Na edição 54 (fevereiro de 1959), Orlando Millas, um dos principais dirigentes do Partido, analisou o processo revolucionário no texto “*La Revolución Cubana*”. No início do artigo, Millas relacionou o processo de desenvolvimento revolucionário em Cuba com as transformações históricas que estavam ocorrendo naquele período, quando estava amadurecendo as lutas de libertação contra o imperialismo em todo o continente (1959, p. 10). Outro ponto importante abordado esteve na ênfase dada à participação do PC cubano (Partido Socialista Popular) no movimento revolucionário. Para Millas, o PSP disponibilizou todo seu aparato e seus métodos de luta a fim de manter uma unidade junto às forças nacionais opositoras ao governo de Fulgêncio Batista. Sendo assim, o PSP se uniu ao movimento em Sierra Maestra e

envió allá en numerosas ocasiones a algunos de sus principales dirigentes a debatir posiciones, esclarecer diferencias, acercar puntos de vista y establecer las bases concretas de la acción conjunta, cada vez más estrecha. Los comunistas cubanos expresaron entonces su convencimiento de que la revolución contra Batista y el imperialismo yanqui no seguiría el camino clásico, sino más bien el “camino chino”, teniendo bases poderosas con el campo y avanzando desde ellas. El Programa del Partido Socialista Popular fue un aporte importante a la puntualización de los objetivos de esta revolución (MILLAS, 1959, p. 20).

A leitura feita pelo dirigente chileno acerca das aproximações entre PSP e M-26 de Julho, no entanto, não correspondia totalmente ao que foi transcrito logo acima. Os comunistas cubanos não confiavam plenamente na estratégia de Castro e Che Guevara. Ao contrário, havia uma acirrada tensão entre as duas concepções políticas, haja vista o rechaço feito pelo PSP em relação ao assalto ao quartel de Moncada, realizado em 26 de julho de 1953, sob o comando de Fidel Castro. Na época, os comunistas repudiaram esse ato qualificando-o de “aventureirismo” e “putschismo” (BANDEIRA, 2009, p. 198). Assim como em outros partidos comunistas da região, na segunda metade da década de 1950, a via armada não era considerada uma alternativa de curto prazo no horizonte do PSP.

No intuito em aproximar o que havia ocorrido em Cuba com a estratégia do PCCh, Millas interpretou a Revolução Cubana de modo distinto daquele preconizado por seus próprios formuladores. Para o dirigente chileno, *“se ha constituido un nuevo poder que se apoya en la burguesía nacional, en la pequeñoburguesía urbana, en el campesinado y el proletariado, teniendo en él la hegemonía la burguesía nacional y la pequeña burguesía”*. Essa lógica, porém, não correspondia a tudo aquilo que o PCCh visualizava como uma estratégia aliancista: *“Una fuente de dificultades para este magnífico movimiento revolucionario consiste en que no haya generado un gobierno de coalición”* (MILLAS, 1959, p. 22).

Ao final de 1959, Millas realizou um novo balanço da Revolução Cubana e refez sua visão acerca do processo. Na edição 64 (dezembro/1959), o dirigente chileno relatou que esteve em Cuba ao final de setembro, representando o Comitê Central do PCCh no Pleno do Comitê Nacional do PSP. De acordo com a sua nova leitura, nesse Pleno, o PC cubano modificou o seu Programa, *“entrando el proceso revolucionario en una etapa superior y más sólida”* (MILLAS, 1959, p. 13). Porém, ao analisar mais a fundo a estratégia revolucionária cubana, Millas percebeu que esse modelo era distinto daquilo que havia analisado em seu texto anterior:

En cada país de América Latina el proceso revolucionario democrático de liberación nacional y, más adelante, la revolución socialista, han de adquirir formas específicas, en el marco de las leyes generales de estas transformaciones, comprobadas por la experiencia histórica internacional. Sería falso y pernicioso pretender trasladar o aplicar indistintamente rasgos particulares de carácter formal de la revolución cubana a todas las repúblicas latinoamericanas, donde el desarrollo de las clases sociales, su grado de conciencia y las demás circunstancias pueden tener diversos niveles; pero, lo especialmente significativo de la revolución cubana consiste en que sus tareas son similares a las que enfrentan los movimientos populares del conjunto de nuestro continente y que, entre ellos, éste es el que ha logrado hasta ahora un gobierno más avanzado (MILLAS, 1959, p. 19).

No caso da revista *Estudos Sociais* do PCB, o primeiro texto relacionado à temática da Revolução Cubana foi publicado somente na edição de número 7 (março de 1960). Em um editorial intitulado “Cuba: Segundo ano da Independência”, o PCB apoiou a imediata saudação dos “democratas brasileiros” ao cair “a ditadura fantoche de Fulgêncio Batista”. Na visão pecebista, ao contrário da correlação de forças enfatizada por Millas em seu primeiro texto, havia em Cuba um “contínuo reforço das relações entre o Governo e o povo, especialmente as massas trabalhadoras” (1960, p. 260). Posteriormente, ao final do governo de João Goulart, o PCB instrumentalizaria essa concepção em torno da Revolução Cubana como forma de respaldar as reformas de base propostas pelo governo de Goulart. Nesse horizonte, a Revolução Cubana foi lida como a afirmação de uma teoria revolucionária tributária da III Internacional, caracterizando-se por ser autenticamente nacional e anti-imperialista (SALES, 2010, 95). Ademais, a Revolução em Cuba teria significado um movimento geopolítico de confronto ao imperialismo norte-americano, bem como uma nova proposta de modernização das estruturas até então vigentes:

Em seu primeiro ano de vida, o Governo revolucionário, sólida e estreitamente apoiado nas grandes massas do povo cubano, soube traçar e cumprir uma política de crescente independência e soberania em relação ao imperialismo norte-americano. Na medida em que afirma esta política de soberania, ele tem podido encaminhar reformas radicais, em sentido favorável ao povo, na estrutura social e econômica de seu país. [...] Ao cumprir suas promessas revolucionárias, entretanto, o Governo cubano colocou-se numa posição de vanguarda pregoeira do movimento de emancipação de toda a América Latina (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1960, p. 259).

Porém, as primeiras boas impressões por parte do PCB frente à Revolução Cubana seriam colocadas em xeque após o golpe de 1964 no Brasil, quando muitos militantes radicais do *Partidão* e de outros partidos e movimentos de esquerda, responsabilizaram os dirigentes

pecebistas por adotarem uma prática “reformista” em sua estratégia. A partir dessas divergências, as relações entre PCB e guevarismo iriam se distanciar cada vez mais. Retornando ao plano das primeiras interpretações, ao compararmos os conteúdos presentes nos textos de Millas com o editorial do PCB, notamos que as questões ligadas à economia internacional pautaram muito o conteúdo de defesa da Revolução no caso do partido brasileiro. Nas análises publicadas na *Principios*, Millas ressaltou muito mais os aspectos políticos do movimento revolucionário cubano. Isso nos leva a compreender que o tempo da revolução para cada partido comunista indicava diferentes sentidos. O PCCh, atento a sua estratégia aliancista, procurava visualizar nos movimentos da região uma tendência que se aproximasse de sua perspectiva política, enquanto que o PCB estava preocupado com os projetos de modernização nacionais, tendo em vista sua estratégia acerca da conjuntura brasileira, quando o país vivia um período de grandes transformações estruturais. Portanto, a maneira como o PCB e o PCCh analisaram os primeiros anos da Revolução Cubana esteve relacionada às suas próprias visões de mundo. E, para além de seus olhares em torno das transformações mundiais, havia ali presente uma estratégia política que procurava dialogar e transformar o poder político em seus países. Essas características viriam marcar as identidades políticas desses dois partidos nas décadas subsequentes, quando passaram a conviver com o modelo revolucionário cubano como alternativa estratégica no campo das esquerdas, além de sofrerem com o surgimento dos novos governos ditatoriais que, desde o início, se colocaram como inimigos do comunismo na região.

4.2 As estratégias comunistas diante das novas conjunturas revolucionárias e ditatoriais

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, as estratégias políticas dos PC's de Brasil e Chile conviveram com a concorrência de outras propostas revolucionárias e com as ameaças advindas das ditaduras instaladas em seus países. Um pouco antes, na segunda metade dos anos 1950, ambos os Partidos haviam conquistado posições importantes no universo político de seus países. O PCCh, a partir de uma aliança política de esquerda, quase venceu uma eleição presidencial, enquanto que o PCB, mesmo mantendo-se na ilegalidade, viu sua participação aumentar na política brasileira, quando a repressão contra suas atividades haviam sido amainadas no governo JK. Com o advento da Revolução Cubana, muitos dos avanços

teóricos realizados pelos comunistas, ocorridos principalmente a partir de 1958, foram eclipsados por essa nova estratégia revolucionária na América Latina. Por conseguinte, no que se refere aos contextos nacionais, o início da década de 1960 viu reacender o fogo das polarizações entre as forças políticas. As modernizações ocorridas na década de 1950 não romperam com as forças tradicionais e as disputas em torno do controle desses processos se acirraram ao ponto de colocar em xeque a própria institucionalidade. No Brasil, essa atmosfera polarizadora resultou na ruptura com a democracia em 1964, enquanto que no Chile esse processo ocorreria nove anos depois.

As respostas a essas rupturas institucionais acabariam por definir uma inversão nas estratégias históricas desses dois Partidos. No caso do PCB, a relação entre *democracia* e *modernização* passou a hegemonizar sua identidade e cultura política, enquanto que o PCCh, após a queda de Allende, abandonou seu espírito *frentista*, rechaçou o novo processo de modernização no Chile e optou pela *rebelião* ao invés de aderir à resistência democrática, que daria origem a *Concertación chilena*².

Ao final do período JK, entre as décadas de 1950 e 1960, as oposições ao governo cresceram exponencialmente. Havia muitos interesses conflitantes na disputa pela escolha do próximo presidente e a situação da economia brasileira polarizava ainda mais o debate. A opção por políticas desenvolvimentistas aliadas ao capital estrangeiro fez com que o governo JK sofresse duras críticas por parte da esquerda. Com a vitória em Sierra Maestra por parte dos guerrilheiros cubanos, um outro modelo de desenvolvimento nacional começou a ser reivindicado. Em “A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional”, assinado por Jacob Gorender e publicado na edição 6 (maio/setembro de 1959) da *Estudos Sociais*, o autor constatou que a conciliação entre desenvolvimento econômico nacional e “subordinação ao imperialismo” estavam formando inevitáveis choques que delineavam a necessidade objetiva de se realizar uma “marcha decidida para a completa emancipação e para transformações estruturais progressistas” (1959, p. 134). Essa visão antiamericana era compartilhada por parte da imprensa brasileira, pois o nacionalismo daquele momento estava totalmente atrelado à noção de desenvolvimento. Mobilizando todo um discurso, os nacionalistas radicais começaram a acusar Juscelino de traidor da pátria (SKIDMORE, 2010, p. 218-219).

Subjaz desses embates algo que já vínhamos analisando na estratégia pecebista. Trata-se da associação entre revolução, transformações estruturais e desenvolvimento nacional. A

² Criada no dia 02 de fevereiro de 1988, a *Concertación de Partidos por el No*, reuniu diversos setores da oposição contra a ditadura militar de Pinochet, entre eles o Partido Socialista e o Partido Demócrata Cristão, e derrotou as forças da situação no plebiscito nacional de 5 de outubro do mesmo ano, que definia a continuidade ou não do governo pinochetista.

partir de tais premissas, o PCB construiu sua estratégia em torno da realização da revolução burguesa no Brasil. Na *Estudos Sociais* foram muitos os textos que indicaram essa direção. Em “Sociologia oficial versus desenvolvimento econômico”, de J. Miglioli, é possível novamente constataremos a relação desses elementos. Publicado na edição 8 (julho de 1960), o texto procurou fazer um balanço dos trabalhos apresentados em um seminário promovido pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, que ocorreu entre os dias 19 e 25 de outubro de 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Com o tema “Resistências à Mudança – Fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento”, o seminário não trouxera nada de novo, na opinião de Miglioli (1960, p. 419). O sociólogo comunista criticou a falta de clareza em torno do conceito de desenvolvimento. De acordo com o autor, o fenômeno do social, que engloba toda a estrutura social, embora faça parte, não caracteriza fundamentalmente o conceito de desenvolvimento. O norteador do conceito advinha de outra origem:

No problema do desenvolvimento, através da compreensão de *estrutura social*, o caráter essencial é o econômico. Se partirmos da concepção de que a estrutura social repousa em seu regime econômico e que este é o gerador das mudanças em toda essa estrutura, decorre obviamente que o desenvolvimento, como fenômeno global da sociedade, deve ser encarado principal e primeiramente em suas condições econômicas (MIGLIOLI, 1960, p. 421).

O que mais incomodou Miglioli foi o fato de certos trabalhos se distanciarem dessa premissa econômica. Entre os autores criticados estava Florestan Fernandes, que na visão do sociólogo comunista, ao não primar pelo elemento do econômico, acabava por cair em considerações abstratas, não conseguindo romper com as estruturas vigentes (1960, p. 422). O autor ainda vai além:

O escamoteamento do *econômico*, ou mesmo sua colocação em plano de inferioridade, no problema do desenvolvimento, não ocorre por mero acaso; deve ser explicado. Sua explicação se clarifica na análise crítica da sociologia originada nos países capitalistas em sua fase imperialista e dominante neles (MIGLIOLI, 1960, p. 423).

Compreendemos, então, que o sentido da revolução para os pensadores do comunismo brasileiro estava diretamente relacionado à questão dos fatores estruturais. Inclusive, a relação com a CEPAL, em comparação com o PCCh, sempre foi mais próxima e dialogável. Ao final de seu texto, Miglioli atentava para o fato da CEPAL se dedicar ao estudo do subdesenvolvimento à luz das relações internacionais entre os países, embora não abordasse

frontalmente a questão do imperialismo (MIGLIOLI, 1960, p. 427). A perspectiva desenhada no pensamento de Miglioli manteve-se presente de forma oficial no PCB. Em sua Resolução Política do V Congresso, apresentada em setembro de 1960, as teses da “Declaração de Março” foram reafirmadas como diretrizes políticas. A transformação revolucionária ocorreria com o fim da exploração do capital monopolista estrangeiro associado ao latifúndio nacional. Ademais, a etapa revolucionária estava inserida dentro de um processo de transformação estrutural da economia: “o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objectivamente progressista” (V CONGRESSO DO PCB, 1960). No caso da pequena burguesia urbana, esta continha um potencial revolucionário, capaz de exercer uma luta anti-imperialista e democrática, juntamente com as massas camponesas. Todos esses grupos deveriam compor uma aliança revolucionária com a classe operária, considerado o elemento mais revolucionário da sociedade. No plano político-institucional, ao contrário da ênfase dada pelos comunistas chilenos às atuações dos *governos* presidenciais, o PCB enfatizava muito o caráter do *Estado* brasileiro. Em sua Resolução, o PCB ressaltava o caráter heterogêneo do Estado – interesses dos latifundiários associados ao capital monopolista estrangeiro *versus* burguesia ligada aos interesses nacionais –, o que gestava contradições e compromissos de classe em seu próprio seio. Ademais, a concepção pecebista de Estado estava intrinsicamente ligada à Constituição de 1946. Mais uma vez, a relação com a Constituição seria especialmente abordada em um documento oficial:

Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reaccionários, como os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária democrática, inscreve as liberdades e os direitos sociais conquistados pelas massas após a derrota mundial do fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de organização, sufrágio universal, regime representativo, direito de greve, etc. A Constituição estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais (V CONGRESSO DO PCB, 1960).

A resolução coincidiu com o fim do governo JK, quando as pressões contra a política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias cresceram substancialmente nos documentos pecebistas. Transcorrida a experiência do governo JK no poder, o PCB radicalizou seu discurso contra a presença de forças imperialistas no país. A luta pela libertação nacional passou a ser bandeira daquele momento, e um governo conciliador não mais serviria para os objetivos da revolução. O chamamento a

uma intensificação do movimento de libertação nacional deu início a uma situação polarizadora no cenário político brasileiro:

O movimento anti-imperialista e democrático no Brasil, em sua fase actual, se ressentido de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o carácter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram sectores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e consequência à medida em que a classe operária dele participar activamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares (V CONGRESSO DO PCB, 1960).

Essa participação popular poderia ser conquistada “dentro dos quadros do actual regime”, como resultado das mudanças na correlação de forças. Diante desse quadro, o “caminho pacífico da revolução” representava a única possibilidade de realização das tarefas revolucionárias “sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil”. Porém, a via armada ainda não havia sido totalmente abandonada do rol estratégico pecebista:

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tomar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico (V CONGRESSO DO PCB, 1960).

Tal ambivalência permeou a primeira metade da década de 1960, quando as polarizações e a atmosfera golpista, presentes na política brasileira, espalharam-se no sistema político como um todo. No caso das esquerdas, houve uma pulverização de movimentos e partidos, que eram contrários à linha “reformista” do PCB. O próprio Partido Comunista procurou manter seus dois pés entre a “via pacífica” e uma “via não pacífica”, caso as condições para isso fossem impostas. Entretanto, a tentativa do PCB em aglutinar essas diversas concepções estratégicas não impediu que a esquerda se dividisse. Nesse contexto, surgiu, então, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas, o Partido Operário Revolucionário (POR), além do brizolismo, que emergia como um movimento radical no Rio Grande do Sul. O contexto regional também favoreceu essa radicalização, pois entre o início de 1961 e o fim de 1963,

ocorreram sete golpes militares na América Latina, que destituíram governos em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras.

Além das questões externas, em 1962, o PCB sofreu com uma grande cisão interna. Após a Declaração de 1958 e a reafirmação de suas teses no V Congresso em 1960, diversos militantes se afastaram ou foram afastados do Partido, acusando-o de “revisionista” ou sendo acusados de “revolucionários”. Dentre eles, citamos João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Calil Chade, entre outros. Esses quatro nomes citados faziam parte da Comissão Executiva do Partido. O estopim da dissidência ocorreu quando o PCB mudou de nome, passando a se chamar Partido Comunista Brasileiro, no intuito de nacionalizar sua identidade perante o sistema jurídico, que o ainda mantinha na ilegalidade. Com isso, os dissidentes resolveram fundar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e passaram a defender a restauração de uma determinada identidade histórica. O novo partido defendia o uso indispensável da violência revolucionária como instrumento de libertação do regime retrógrado brasileiro. Os referenciais políticos e teóricos também seriam modificados. No PCdoB, a estratégia de “coexistência pacífica” cederia espaço ao maoísmo.

Havia ainda outra corrente de esquerda, que defendia abertamente o uso da violência como tática revolucionária. Sob forte influência cubana, no início da década de 1960, foi descoberto um campo de treinamento militar das chamadas Ligas Camponesas. Surgidas na década de 1940, com forte apoio do PCB, as Ligas Camponesas lutavam pela reforma agrária e pelas melhorias das condições de trabalho no campo no interior do Brasil. Com o advento do modelo guevarista de revolução, esses grupos se reorientaram para o combate armado. Portanto, antes do golpe de 1964, em pleno funcionamento do regime democrático, no campo das esquerdas, havia correntes que propunham a queda do regime por meio do uso da violência insurrecional (FERREIRA apud TAVARES, 2005, p. 340). Verificamos então, que por parte da esquerda brasileira, muitas correntes apresentaram-se com estratégias distintas, mas quase todas estavam impregnadas pela estratégia insurrecional. Ademais, o PCB ainda amadurecia sua *transformação* política originada em 1958, quando adotara, como vimos, uma linha destoante daquela preconizada nos Manifestos de 1950 e 1954.

Esse clima polarizador também alimentou os outros espectros políticos no Brasil do início dos anos 1960. Naquela conjuntura, o sistema político brasileiro se transformou, pois sua característica passou de um pluralismo moderado para um pluralismo extremamente polarizado, resultando em uma estrutura conflituosa (SANTOS, 2003, p. 199). Esse quadro se agravou quando Jânio Quadros venceu as eleições de 1960. Com uma oposição ao “sistema”, Jânio almejava conquistar o apoio de uma ampla base política. Saiu-se vitorioso com um

discurso miraculoso, afirmando resolver todos os problemas ligados à corrupção e a inflação no país. Contudo, logo no primeiro ano de seu mandato, Jânio renunciou ao poder após ter condecorado Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Carlos Lacerda, conhecido por desestabilizar muitos dos governos eleitos no Brasil pós-1946, empreendeu uma campanha raivosa contra o governo de Jânio. Calculando erroneamente a situação política, o presidente eleito resolveu renunciar, acreditando que receberia um forte apoio popular. O político “intruso” despertara tantas incertezas no *establishment* político, que sua decisão foi imediatamente atendida e o apoio popular que almejava jamais ocorreu.

O vice-presidente João Goulart não fez parte da chapa de Jânio nas eleições. Jango havia participado da chapa do presidenciável Marechal Lott, mas conquistou a vitória junto com seu opositor. Reconhecidamente identificado com grupos mais à esquerda do espectro político brasileiro, Jango suscitou enormes desconfianças por parte de grupos civis e militares. Conforme a Constituição de 1946, a posse de Jango deveria ser feita imediatamente após a saída de Jânio. Todavia, a posse do ex-ministro de Getúlio causou um grande embate na política brasileira. Quando Jânio apresentou sua carta de renúncia, Jango estava em missão na China, e a Carta Constitucional estabelecia que na ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados assumiria o cargo. No dia 28 de agosto de 1960, o presidente em exercício Ranieri Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares consideravam o retorno de Jango ao Brasil inadmissível “por motivos de segurança nacional” (SKIDMORE apud MAZZILLI, 2010, p. 251). No entanto, o Congresso rejeitou a proposta dos militares e respondeu com uma proposta de criação de um sistema parlamentarista. O clima de instabilidade radicalizou os discursos e textos pecebistas. Naquele instante, o PCB se posicionou contrário ao que chamou de “golpe”.

No texto “Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional”, publicado na edição 11 (dezembro de 1961), e escrito por Mario Alves, a crise política gestada a partir da renúncia de Jânio foi vista como resultado das contradições existentes na sociedade brasileira, dividida entre “forças do atraso” e “forças progressistas” (1961, p. 259). Alves destacou que os quadros dirigentes brasileiros, à luz da experiência mundial, e “especialmente do exemplo cubano”, estavam sentindo o peso das propostas radicais e revolucionárias contrárias à dominação dos trustes e das grandes propriedades agrárias (1961, p. 261). De acordo com sua leitura, Jânio Quadros agravou tais contradições e cabia ao PCB apoiar Jango e o sistema presidencialista. A percepção era de que naquele momento a atmosfera política se distanciava cada vez mais do apoio à institucionalidade democrática:

Não é demais sublinhar um fenômeno tão indicativo da profundidade da crise como a divisão das forças armadas e a quebra generalizada da disciplina militar. Nenhum esparadrapo parlamentarista poderá vedar facilmente as feridas abertas no aparelho de Estado pela intentona golpista. Não está excluída, portanto, a possibilidade de novos choques, e choques violentos, entre as forças de reação e as forças democráticas. As massas e sua vanguarda hão de ter isto em conta (ALVES, 1961, p. 264).

A partir daí, a luta por um governo nacional e democrático cedeu espaço para a luta por um “governo revolucionário”, que substituísse as classes que se encontravam no poder. Essa substituição indicava também uma reorientação em torno da via para se alcançar tais objetivos:

Na luta por tais objetivos, o povo brasileiro vem empregando os meios legais que lhe são proporcionados pelo atual regime, vem utilizando todas as possibilidades existentes a fim de que as transformações da estrutura econômico-social se realizem pela via pacífica. Não é possível, entretanto, responder de antemão se os objetivos revolucionários serão ou não atingidos por este caminho, já que a resposta a tal problema depende não apenas das forças da revolução, mas também das forças da reação. [...] Se conseguirem empregar a violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao poder, poderá ser colocada na ordem do dia a solução por um caminho não pacífico (ALVES, 1961, p. 269).

Mesmo com a volta do presidencialismo, o PCB manteve sua posição dúbia em relação ao sistema político. E mesmo tendo incentivado a participação de seus militantes nas eleições parlamentares de 1962, os Comunistas atribuíram outro caráter ao processo eleitoral. No editorial “As eleições de 1962 – uma interpretação”, publicado na edição 15 da *Estudos Sociais* (dezembro de 1962), o modo como as eleições passaram a ser vistas retomou em parte o descrédito que permeou sua concepção por várias décadas. O processo eleitoral no Brasil voltou a ser percebido como “antidemocrático” devido à “legislação que os regula”. Porém, mesmo críticos desses mecanismos autoritários, os pecebistas acreditavam que a participação eleitoral poderia criar as “condições para que se realize a mobilização necessária às alterações de sentido democrático” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1962, p. 212).

Partindo desses referenciais, o resultado das eleições parlamentares acabaria revelando, segundo o PCB, um aumento no poder das forças nacionalistas. O Partido Comunista elegeu dezessete deputados filiados a outras siglas, além de conquistar o governo de Pernambuco, em aliança com Miguel Arraes. No plano político, a fim de aglutinar esses diversos interesses, o Partido apoiou o plano das reformas de base, proposto por Goulart. Desse modo, foi se articulando uma frente única nacionalista, que tinha como principal

bandeira uma forte proposta reformista no campo, na economia, no ensino e no espaço urbano.

Compreendemos então que, em um de seus maiores momentos de participação política no Brasil, o PCB, ao mesmo tempo em que acompanhava o processo de modernização em curso no país, legitimando a posição central da burguesia nacional, tentava arregimentar um apoio por parte de outros movimentos de esquerda, que tendiam à luta armada, antes mesmo do golpe de 1964. Apesar desse empenho na luta pela conquista dos espaços democráticos, o PCB não se afastou totalmente de sua alma insurrecional na conjuntura pré-1964:

Na verdade, tanto na Comissão Executiva como no Comitê Central, começava a tomar vulto a orientação esquerdizante que pretendia a substituição do atual governo por outro “nacionalista e democrático”, do qual estivessem excluídos os “elementos conciliadores”. Imperceptivelmente, passava-se ao desprezo pela política de acumulação de forças ou à superestimação destas? Provavelmente as duas coisas juntas. De qualquer forma, estas contradições vão, daí por diante, permear a prática política do PCB, e após os resultados do plebiscito que decide a volta do presidencialismo, é a orientação esquerdizante que progressivamente vai prevalecer (VINHAS, 1982, p. 190).

Entre os anos 1962-1964, o contexto de agitação política no Brasil imobilizou o Legislativo ao ponto de incapacitá-lo de oferecer uma saída para a ameaça de rompimento das regras do jogo democrático. As tensões se intensificaram em 1963, quando Goulart, após conquistar em plebiscito a volta do regime presidencialista, apresentou uma emenda constitucional que permitia a expropriação de terras sem pagamento prévio em dinheiro. Essa emenda foi derrotada no Congresso em maio do mesmo ano. A partir daí, o governo adotou um tom mais radical em seus discursos, declarando que a reforma agrária era uma questão de honra em seu mandato. As medidas econômicas criadas para impulsionar o crescimento e combater a inflação não tiveram êxito. Neste cenário, tanto as forças de direita quanto de esquerda passaram a defender uma solução de exceção. Para Alberto Aggio, a via armada colocava-se como horizonte político para ambos os lados (2015, p. 150). Os últimos capítulos do governo Goulart ocorreram quando este tentou formar uma coalizão fora dos poderes institucionais. Havia ali uma motivação em exercer outro mandato consecutivo, contrariando o texto constitucional de 1946, que não permitia a reeleição (SANTOS, 2003, p. 231-241). Em toda essa conjuntura, a democracia representativa foi sendo engolida por uma atmosfera golpista que cobriu todos os espectros da sociedade brasileira.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, Jango foi destituído da Presidência, dando-se início a uma longa ditadura no Brasil. Por parte do PCB, a eclosão do golpe de 1964 foi recebida com grande surpresa. No momento em que mais gozavam de liberdade, muitos dirigentes foram postos na clandestinidade. O VI Congresso do PCB, que deveria ter acontecido em 1964, só seria realizado em 1967. Nesse novo encontro oficial, mais uma vez, a identidade construída a partir da “Declaração de Março” fora reafirmada, agora servindo como fundamento da resistência democrática ao regime ditatorial. Em consequência, o *pecebismo contemporâneo* iria se consolidar a partir dessa estratégia de resistência democrática.

No Chile, a ruptura com a ordem político-institucional ocorreria em 1973. O impacto dessa ruptura para o PCCh teve um efeito diferente, comparado ao partido brasileiro. Essa distinção pode ser compreendida, sobretudo a partir do processo eleitoral de 1958, quando os projetos excludentes das forças políticas chilenas foram gestando uma crise no próprio sistema democrático. No caso das esquerdas chilenas, em particular, o impacto da Revolução Cubana polarizou ainda mais as divergências entre Comunistas e Socialistas e entre as esquerdas e as outras forças políticas do país.

Especificamente, o PCCh, após as eleições de 1958, procurou aproximar a FRAP junto a setores de outros partidos ligados ao centro político chileno. Segundo Luis Corvalán, em um texto publicado na edição 57 (maio de 1959) da *Principios*, a FRAP, que conseguira agrupar a maioria da classe trabalhadora e uma boa parte dos camponeses e da pequena e média burguesia, ainda não havia conquistado o apoio das “*fuerzas progresistas*”, que pertenciam aos partidos de centro (1959, p. 10). Corvalán também atentou para o fato de uma parte da esquerda chilena rejeitar esses acordos, estimulando práticas “*izquierdizantes*” (1959, p. 12). Orlando Millas, na edição 59 (julho de 1959), também procurou explicitar a importância da política de alianças fomentada pelo PCCh. Notamos em seu texto, que havia uma importante oposição interna, contrária a essa política aliancista. Para Millas, parte da imprensa, da propaganda e dos deputados comunistas, não dominavam o que ele chamou de exercício dialético da fórmula de unidade e luta ideológica (1959, p. 17). Sendo assim, caberia a estratégia do PCCh marcar uma posição firme em detrimento de tais desconfianças:

Para derrotar al imperialismo en nuestro país hay que desarrollar una amplia política de aliados. Entre éstos, los primeros son aquellos aliados cuyo entendimiento con ellos afianza la unidad de la clase obrera y ayuda el desarrollo de un gran movimiento campesino, pero, no son los únicos. Si el Partido se mantuviera sujeto a una sola cuerda, actuando con un solo aliado político, eso le facilitaría al imperialismo nuestro aislamiento y cualquier

intento de una represión si logra cortar, simplemente, esa cuerda y ganar a un sector del equipo dirigente de ese único aliado nuestro. Exacerbar las odiosidades innecesarias con otros posibles aliados, por poco seguros que sean, indica que no se comprende la política leninista de aliados y que se idealiza, al margen de una estimación clasista profunda, a un aliado en particular, llegando a ser influidos por actitudes suyas que pueden emanar más bien de sus propios intereses proselitistas, derivados de la competencia que constantemente se desarrolla entre la gran gama de partidos y de fuerzas sometidas en mayor o menor medida a las influencias de la burguesía (MILLAS, 1959, p. 12).

A posição adotada pelo PCCh confrontou-se com outros movimentos de esquerda na década de 1960. Contudo, o fator de manutenção da unidade Socialista-Comunista encontrava-se no fato de ambos exigirem a hegemonia no controle do processo de modernização no Chile. Depois das eleições de 1958, a possibilidade da esquerda alcançar o poder pela via eleitoral fortaleceu tal convicção. Ainda na edição 59 da *Principios*, Volodia Teitelboim refletiu sobre as experiências das esquerdas chilenas com o sistema político e as alianças com a burguesia nacional. Mais uma vez, a leitura acerca dos tempos de Frente Popular foi criticada por não ter conquistado o apoio irrestrito dos Socialistas em conjunto com a burguesia nacional. O escritor comunista também apoiou a mudança na estratégia do PCCh, ocorrida durante a década de 1950:

El tema de la burguesía nacional es multifacético. Está visto que en lo fundamental depende de la clase obrera y de su Partido impulsar la lucha antiimperialista y ganar para ella a la burguesía nacional. Pero también es claro que la burguesía nacional no puede ser el **capitán del barco** del movimiento de liberación, sobre todo en esta época en que el socialismo está venciendo a pasos agigantados al imperialismo (TEITELBOIM, 1959, p. 28).

Devemos ressaltar que o PCCh adentrou à década de 1960 na legalidade, assumindo um novo papel na sociedade chilena. Após visualizar uma grande possibilidade de se chegar ao socialismo pelas vias eleitorais, o Partido defendeu fortemente a tese de que uma frente de esquerda deveria conduzir o processo de modernização no Chile. A burguesia, ao contrário da visão estabelecida pelo PCB na “Declaração de Março”, deveria apoiar a aliança de esquerda, mas não liderar esse movimento. Ademais, o PCCh teve que se defrontar com a emergente Democracia Cristã, que durante todo tempo rivalizou com as esquerdas na conquista do eleitorado. Ao seu modo, o PC chileno procurou equilibrar seu poder de influência em uma conjuntura de atritos com o Partido Socialista e a chamada “*nueva izquierda*” no Chile, muito influenciada pela Revolução Cubana. Com o sucesso do movimento guerrilheiro cubano, a

radicalização das estratégias foi adentrando ao universo político de várias correntes da esquerda chilena. Ao longo desse período foi-se acentuando um insanável paradoxo entre participação eleitoral da esquerda e realização da revolução socialista no Chile.

A nova participação do PCCh na sociedade também trouxe consigo novas orientações. Sua Frente de Libertação Nacional sofreria algumas reformulações e ajustes com o objetivo de acomodar as novas ideias que foram surgindo no debate interno da esquerda chilena, fruto da confluência entre as ideias em movimento no país e no cenário internacional (ARAYA, 2010, p. 43). No início da década de 1960, a influência da Revolução Cubana não modificou substancialmente a linha adotada pelo PCCh. A luta pelas transformações no Chile passaria fundamentalmente pelas transformações no campo institucional. Tal posicionamento encontra-se no texto “*Reformas constitucionales en Chile*”, escrito pelo dirigente comunista Jorge Jiles e publicado na edição 70 da *Principios* (junho de 1960). Embora tivesse como norteador o socialismo soviético, Jiles atentou para a inviabilidade de se estabelecer um modelo constitucional de democratização similar ao adotado na URSS (1960, p. 17). Dadas às condições daquele momento, o PCCh deveria lutar por reformas constitucionais que avançassem no sentido de maior participação democrática em toda a sociedade. Diante disso,

una Constitución de características democráticas tiene que reconocer a las grandes mayorías nacionales una intervención efectiva en la generación de los poderes del Estado; el derecho a elegir y ser elegido como gobernante, legislador, regidor municipal, sin discriminaciones ideológicas, de raza o religión o sexo; la total abolición del concepto de ciudadano de primera o segunda clase (JILES, 1960, p. 19).

Essa tendência pairou sobre o pensamento político do PCCh até o período do governo Allende, mas a hipótese da via armada nunca foi totalmente abandonada nos textos partidários. As interpretações acerca das vias revolucionárias ganhavam sentidos diferentes no decorrer da década de 1960. Na primeira metade desse período havia uma sinergia direcionada à realização da via pacífica, quando a possibilidade da conquista eleitoral estava muito próxima, segundo a própria leitura da FRAP. Com o fracasso do governo Alessandri, o PC imaginava que poderia alcançar a vitória com um candidato apoiado pela FRAP nas eleições presidenciais de 1964 (AGGIO, 2002, p. 95). Diante desse cenário, a perspectiva da via pacífica foi amplamente discutida pelo secretário-geral Luis Corvalán. Na edição 77 da *Principios* (janeiro de 1961), foi publicado um longo texto escrito por Corvalán, delineando profundamente a estratégia adotada pelo PCCh. Em “*Acerca de la vía pacífica*”, o então líder do PC chileno iniciou seu artigo resgatando os clássicos do marxismo que, segundo ele, nunca

havam descartado esse caminho rumo a transição do capitalismo para o socialismo. Outra experiência resgatada foi o período de Frentes Populares, quando França, Espanha e Chile forjaram uma frente ampla no combate a guerra e ao fascismo, agrupando a maioria do povo na conquista do poder pela via pacífica (CORVALÁN, 1961, p. 09). Naquele momento, Corvalán chegou a cogitar uma sutil aproximação entre democracia e socialismo, algo muito distante, por exemplo, com o que estava sendo gestado em Cuba a partir da aproximação entre o castrismo e o marxismo soviético:

Del mismo modo, hay que tener también en consideración el pensamiento marxista en el sentido de que entre la revolución democrática y la revolución socialista no media ninguna muralla china. Todo esto nos permite afirmar que teóricamente la tesis acerca de la posibilidad de la vía pacífica es también válida en el caso de algunos países donde en este momento no se plantea la revolución socialista, sino la revolución democrática o, simplemente, una revolución nacional libertadora (CORVALÁN, 1961, p. 10).

Percorrendo a leitura do texto, constatamos que a tentativa em explicar a escolha pela via pacífica significava também se posicionar perante as pressões advindas de outros partidos e movimentos da esquerda chilena. Ao confirmar que a revolução pela via pacífica não dependia apenas do proletariado, Corvalán afirmou que algumas vozes diziam que o Partido deveria se preparar para a alternativa à via violenta. Porém, o dirigente comunista defendia que

la preparación para la alternativa violenta no consiste donde hay la posibilidad de la vía pacífica, en empeños como el de crear destacamentos armados. Esto conduciría en la práctica a tener una doble línea, a marchar simultáneamente por dos caminos, con la consiguiente dispersión de fuerzas, y podría exponer el movimiento popular, o a una parte de él, a la aventura, a la provocación putschista, a una línea izquierdista y sectaria (CORVALÁN, 1961, p. 10).

O otimismo em torno das últimas vitórias eleitorais eclipsou a alternativa insurrecional, mas essa proposta permanecia presente no pensamento do PCCh. Conforme o posicionamento de Corvalán, em nenhum momento as vias revolucionárias deveriam ser confundidas com a democracia burguesa:

Hay, por ejemplo, camaradas que identifican la vía pacífica con el concepto de vía democrática, como si la vía de la violencia no fuera democrática. La verdad es que tanto la vía pacífica como la vía de la violencia son democráticas puesto que se conciben en base a la voluntad, la lucha y la

movilización de las masas. [...] Otros hablan indistintamente de vía violenta o vía revolucionaria como si la vía pacífica no fuera también revolucionaria. La verdad es que ambas vía son revolucionarias porque se trata de alcanzar, tanto por la vía pacífica como por la vía de la violencia, transformaciones revolucionarias (CORVALÁN, 1961, p. 13).

Ademais, a via pacífica não trazia consigo a noção de conciliação de classes, mas sim a luta de classes e a mobilização ativa das massas (CORVALÁN, 1961, p. 13). Nesse sentido, quando Corvalán abordou o tema da revolução pela via pacífica sem recorrer à insurreição armada ou a guerra civil, não estava descartando “*otras posibles formas de violencia en menor escala*” (1961, p. 14). Essas ressalvas foram escritas com o objetivo de manter uma determinada unidade política na esquerda chilena, pois o interesse pelo caminho revolucionário cubano havia se expandido rapidamente e aberto uma concorrência com a estratégia do PCCh. No despertar da Revolução Cubana, Clotario Blest havia declarado apoio a uma sublevação armada no Chile, criando atritos entre a CUT e o PCCh (CURCI, 2008, p. 140). O Partido Socialista também se aproximou do castrismo-guevarismo, mas em seu XX Congresso, realizado em fevereiro de 1964, descartou a via insurrecional e manifestou total apoio a candidatura de Allende nas eleições presidenciais (AGGIO, 2002, p. 96).

O fracasso do governo direitista de Alessandri reacendeu o espírito eleitoral na esquerda chilena. O projeto de modernização capitalista proposto começou a mostrar suas debilidades logo em 1961. Rapidamente, o governo viu seu apoio eleitoral diminuir significativamente com as eleições parlamentares. Os efeitos políticos desse fracasso viriam produzir uma enorme desconfiança na capacidade da direita em desenvolver o país (TORRES, 2014, p. 167). Essa força política começava a ser percebida como um elemento retrógrado, que não conseguia impulsionar o processo de modernização em curso. Com isso, o cenário político chileno viu emergir novos projetos globais de poder. Por parte da esquerda, até 1964, embora a Revolução Cubana tenha influenciado grande parte das forças e lideranças políticas, a “via chilena ao socialismo” não havia sofrido uma forte oposição no interior dos partidos. A expectativa da vitória nas urnas era iminente. No editorial “*Camino de la victoria*”, publicado na edição 102 (julho/agosto de 1964) da *Principios*, o PC chileno afirmou que a eleição de setembro brindava a possibilidade real de retirar do poder a elite tradicional e eleger um governo popular, democrático, anti-imperialista e antifeudal (1964, p. 03). Allende assegurava que venceria o candidato da DC, Eduardo Frei Montalva, com uma diferença de 217.600 votos (TORRES, 2014, p. 229).

Novamente, o resultado eleitoral foi surpreendente para a FRAP. Dessa vez, porém, a o sentimento foi negativo. Eduardo Frei acabou eleito com 56% dos votos, atingindo a maior

proporção eleitoral desde 1932 (TORRES, 2014, p. 243). Allende ficou em segundo lugar com 39%. Na edição 103 da *Principios* (Setembro/Outubro de 1964), publicada após o resultado das eleições, o PCCh reafirmou sua convicção na via eleitoral a partir de uma Declaração da Comissão Política do Partido, datada de 13 de setembro de 1964:

Nuestra línea política ha demostrado ser justa. Lo que se plantea ahora no es cambiarla sino enriquecerla para actuar de acuerdo con la nueva realidad. Nuestra vía pasa por las elecciones, pero no es una vía electorera y no nos cruzamos de brazos en el período que media entre una y otra elección. Nuestra vía es ante todo la vía de masas, de lucha, de combate; es la vía del movimiento multitudinario de las masas y nos exige consolidar y ensanchar los progresos e impulsar los combates de la clase obrera y del pueblo por sus objetivos sociales, económicos y políticos (PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1964, p. 129).

No mesmo texto, o PCCh criticou os “*aventureros izquierdistas*” que supostamente tentaram enfraquecer a FRAP (1964, p. 131). Tratar-se-ia de um prenúncio acerca das polarizações alimentandas no seio da esquerda chilena. Após as eleições e a derrota de 1964 reivindicou-se uma radicalização do espírito *frapista*, especialmente no interior do PS. Tudo passou a ser questionado nos debates da FRAP: o caráter da campanha, a via escolhida, o futuro da unidade da esquerda e as possibilidades que oferecia a institucionalidade (ARAYA, 2010, p. 121-122). Além disso, a crença no processo eleitoral como via revolucionária foi colocada em xeque por vários militantes comunistas e socialistas. Desse conjunto, uma boa parte optou pela saída da militância partidária tradicional e acabou assumindo uma posição radical no cenário político. Nesse contexto, surgiu o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* e o Exército de Libertação Nacional (“ELENOS”), este último ainda integrado ao Partido Socialista e com forte influência guevarista. A partir daí, de 1965 até 1973, esses grupos colaboraram com o crescimento da polarização e da radicalização na política chilena, confrontando abertamente, inclusive, muitas das propostas estabelecidas pela FRAP e, depois, pela Unidade Popular.

Em relação ao PC chileno, sua estratégia acabou entrando em conflito com esses movimentos radicais influenciados pelo guevarismo. E além das divergências dentro da esquerda, o contexto internacional acirrava a polarização entre comunismo e capitalismo. Desse modo, a conjuntura no Ocidente direcionou-se para uma política anticomunista, que na América Latina viu-se fortalecida com a onda de golpes militares ocorridos na década de 1960, sendo que muitos desses acabaram sendo respaldados pelos EUA. Tendo que se equilibrar entre as divergências na esquerda, a manutenção de sua estratégia revolucionária-

institucional e os movimentos anticomunistas, o PCCh iniciou um processo de readequação de sua estratégia em conformidade com esses novos tempos. O conceito de ditadura do proletariado voltou a ser utilizado nos textos da *Principios*. Em “*La doctrina leninista sobre el Partido*”, publicado na edição 109 (setembro/outubro de 1965), o PCCh retomou alguns ensinamentos leninistas buscando se desviar das críticas ligadas a uma suposta política reformista:

Lenin observaba a este respecto que marxista no es el que reconoce la lucha de clases en la sociedad capitalista. El verdadero marxista es el que extiende ese reconocimiento hasta la dictadura del proletariado. [...] La dictadura del proletariado es el punto radical que separa a los marxista revolucionarios de los reformistas, de los oportunistas (PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, 1965, p. 23).

Sem nunca ter abandonado totalmente a via insurreccional, o PCCh reformulou sua posição política na segunda metade da década de 1960, quando o horizonte das ditaduras e das revoluções voltaram a sobrepujar o rarefeito horizonte democrático do fim dos anos 1950. Um dos exemplos mais notáveis dessa mudança encontra-se na reorientação que o secretário-geral Luis Corvalán fez da própria via revolucionária do PCCh. Se no início na década, o dirigente comunista trabalhou intensamente na construção e no enraizamento da via pacífica ao socialismo, ao final desse período o projeto ganhou um novo sentido. Na edição 132 (Julho/Agosto de 1969), a *Principios* publicou uma intervenção de Corvalán na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas, realizada em Moscou. Nela, Corvalán reforçou a importância de cada partido comunista ser independente. Cada agremiação deveria possuir o direito a liberdade de elaborar sua própria linha política (CORVALÁN, 1969, p. 25). Ademais, o conteúdo mais importante dessa intervenção estaria na revisão da linha estratégica do PCCh:

En nuestro caso, y desde hace tiempo, hemos dejado de hablar de vía pacífica o no pacífica para plantear este asunto en términos de “vía armada o no armada”. Para expresarnos con precisión, no es lo más adecuado llamar pacífica a una lucha como la que se realiza en Chile – creemos también que en otros países –, donde los trabajadores y las masas populares recurren a menudo a huelgas de tipo nacional, ocupan fábricas y terrenos para levantar viviendas y llevan a cabo constantes manifestaciones callejeras que generalmente chocan con la policía. De este modo, muchas de las conquistas del pueblo se logran o defienden al precio de la vida y de la sangre (CORVALÁN, 1965, p. 29).

Subjaz dessa leitura a maneira como o PCCh foi retomando alguns preceitos ligados a uma conduta mais radical no decorrer da década de 1960. Em conjunto com essas mudanças percebidas no horizonte estratégico do PCCh, a esquerda chilena seguia atuante no sistema político chileno. Comparado ao Partido Socialista, o PC chileno, embora tenha revisado sua linha estratégica, manteve-se mais moderado no plano da prática política. A opção *frentista* ainda era a única adotada oficialmente pelo Partido. Ciente da necessidade de angariar maior apoio de outras forças localizadas para além da esquerda, com o objetivo de conquistar a vitória nas eleições, os Comunistas se esforçaram na costura de um acordo político com os Radicais. Ao final da década de 1960, a esquerda unida possuía mais força que o radicalismo. Por outro lado, desiludidos com a derrota em 1964, os Socialistas fortaleceram a tendência inequívoca quanto à necessidade de se fomentar o confronto de classes e a insurreição popular (AGGIO, 2002, p. 104). A diversidade de interesses e visões dentro da FRAP permaneceu até a próxima eleição presidencial, quando mesmo sofrendo com desconfianças internas e pressões externas, a aliança Socialista-Comunista lançou novamente a candidatura de Allende. Em meados de 1969, os dois Partidos elaboraram uma carta pública convidando todos os movimentos interessados em integrar um novo bloco político de esquerda. O PC foi quem mais impulsionou tal iniciativa, mas isso não significou que os Comunistas tivessem em sua totalidade construído as linhas dessa nova unidade (ARAYA, 2010, p. 241-242). A partir desses movimentos, constituiu-se uma nova aliança, agora nomeada Unidade Popular (UP). Surpreendentemente, em setembro de 1970, a UP venceria as eleições presidenciais no Chile.

O Programa da UP foi constituído a partir de três premissas: a caracterização do Chile como um país capitalista, sendo que este sistema era considerado incapaz de corresponder às necessidades daquele tempo; uma crítica direta ao governo da DC, que em sua “*Revolución en Libertad*” não havia implantado sequer um reformismo, sendo classificado como um novo governo da burguesia ao serviço do imperialismo; e, por fim, um ataque direto ao imperialismo estadunidense, considerado o principal responsável pelo fracasso do modelo social chileno e latino-americano (ARAYA, 2010, p. 244-245). Contudo, não havia um consenso em torno da interpretação do que seria a “*vía chilena al socialismo*”. Não havia se definido como ela seria gestada, caso chegasse ao poder. Os Socialistas entendiam esse caminho como uma transformação revolucionária acelerada, enquanto os Comunistas entendiam esse processo como um passo para a aproximação ao socialismo (TORRES, 2014, p. 325).

Ao chegar à Presidência, Allende teve que lidar com as polarizações no interior da UP, a pressão dos EUA contra um governo autodeclarado marxista, além de ter de conviver com a

influência do castrismo em diversos movimentos e partidos da esquerda chilena. Tudo isso, somado às próprias incongruências do projeto da UP, referente às desconfianças para com o sistema democrático chileno, fez com que as forças opositoras a Allende alimentassem ações contrárias à continuidade de seu mandato. Após uma série de crises, o governo da UP foi golpeado pelas Forças Armadas, em setembro de 1973. Em relação à própria responsabilidade do governo de Allende no que tange seu próprio esgotamento, pode-se dizer que:

Uma vez que no interior da Unidade Popular o projeto da “via chilena ao socialismo” nem sempre foi compreendido e assumido como uma via democrática, a identificação integral entre ambas acabou por não se configurar numa linha política clara e hegemônica nem no interior do governo nem entre os partidos que o apoiavam. Isto ocorreu e pode ser compreendido tanto em função da cultura política que informava os partidos da esquerda chilena quanto pelo caráter anunciador e, por conseguinte, inconcluso do próprio projeto da via chilena como uma via democrática ao socialismo (AGGIO, 2002, p. 153).

Especificamente, no caso do Partido Comunista, em virtude de sua estratégia de revolução por etapas, a institucionalidade do sistema democrático deveria ser mantida. Porém, essa fase deveria ser substituída pela etapa de libertação nacional da revolução, que prepararia as condições sociopolíticas para a implantação da etapa da ditadura do proletariado:

No entanto, procurando atuar no processo revolucionário chileno de forma bastante pragmática e flexível, os comunistas empreendiam uma defesa do Estado de Direito, separando-a da dimensão econômica e concebendo a supressão da classe burguesa como um processo econômico. Esta operação, referida frequentemente à praxis leninista, deixava em aberto se as conquistas democráticas seriam consideradas estratégicas ou táticas, isto é, se seriam tratadas como referenciais para a sociedade socialista que se queria construir ou se seriam válidas apenas no processo de transição que precederia a conquista total do poder (AGGIO, 2002, p. 158).

Compreendemos, então, que a leitura da modernização social no Chile, feita pelo PCCh, ao contrário daquela empreendida pelo PCB, não acompanhou a intrínseca relação entre política e economia. Comparado ao partido brasileiro, as análises acerca das transformações socioeconômicas no Chile sempre foram pouco aprofundadas nos artigos da *Principios*. A dinâmica da modernização para o PC chileno esteve muito alicerçada à capacidade de governança do sistema político gestado a partir da década de 1930, enquanto que o PCB construiu uma leitura estratégica condizente com os movimentos estruturais e sociais da economia brasileira. A partir dos golpes militares de 1964 e 1973, que destituíram os sistemas políticos democráticos então vigentes, as estratégias desses dois partidos políticos

adentrariam a uma lógica de inversão, pois enquanto o PCB procurou reafirmar a relação democratização-modernização como resistência à ditadura brasileira, o PCCh incorporou a via insurrecional como combate ao governo do ditador Pinochet. A inversão desses sentidos viria explicar a posição distintiva das culturas políticas do PCB e do PCCh na modernidade latino-americana ao final do século XX.

4.3 A inversão das políticas estratégicas

Em maio de 1965 foi anunciada a “Resolução política do Comitê Central do PCB”, que procurou atribuir um valor central às liberdades democráticas na estratégia de resistência à ditadura (SANTOS; SEGATTO, 2007, p. 30). Este documento foi traduzido no Chile e publicado na íntegra pela revista *Principios*, em agosto de 1965 (edição 108). O conteúdo é muito revelador, pois podemos perceber que um ano após o golpe de 1964, o PCB se mantivera arraigado à perspectiva gestada na “Declaração de Março” de 1958. A leitura inicial do Partido indicava que os latifundiários e os grandes capitalistas ligados aos monopólios internacionais representaram os atores sociais que impulsionaram o movimento golpista (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1965, p. 145). Em decorrência disso, teriam se aguçado as contradições presentes na sociedade brasileira. O PCB também destacou que outras forças sociais apoiaram o golpe, mas se sentiram enganadas e prejudicadas com a política reacionária e entreguista dos militares (1965, p. 149). Ao chamar a atenção para uma emergente oposição multifacetada contrária ao regime militar, o PCB adotou uma política pragmática para aquela situação, tendo em vista sua posição naquele momento:

El objetivo táctico inmediato a alcanzar en esa lucha es aislar y derrotar la dictadura y conquistar un gobierno ampliamente representativo de las fuerzas antidictatoriales que asegure las libertades para el pueblo y garantice el retorno del proceso democrático interrumpido por el golpe reaccionario y entreguista. Los comunistas se empeñan en el sentido de que tal gobierno sea lo más avanzado posible, pero comprenden que su composición no podrá reflejar el nivel alcanzado por el movimiento de masas y la correlación de fuerzas existentes en el momento en que se constituya (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1965, p. 150).

Diante daquelas circunstâncias, a luta deveria estar centralizada no retorno às eleições livres. Com essa compreensão, o PCB apoiava uma participação ativa nas eleições estaduais e nacionais de 1966, a fim de conquistar terreno político contra os militares, restabelecendo posições e fortalecendo seu combate no campo institucional: *“por tanto, deben ser utilizadas todas las posibilidades legales, sin que esto se reduzca a la “legalidad” concedida por la dictadura”* (p. 153). O sentido desse combate deveria ser taticamente reformista e democrático: *“los comunistas tienen como perspectiva la conquista de un gobierno nacionalista y democrático, capaz de iniciar y llevar adelante las reformas de estructura, aproximando nuestro pueblo a los objetivos de la actual etapa de la revolución brasileña”* (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1965, p. 157).

Ainda na leitura da Resolução de 1965, o PCB também refletiu sobre seus erros no desfecho da deposição de Jango. De acordo com o Comitê Central, nos últimos meses de governo, o Partido teria abandonado sua linha aprovada no V Congresso, quando a retórica radical tomou conta dos discursos e os pontos positivos da modernização em curso no Brasil foram abandonados das análises (1965, p. 159). No início de 1964, as relações entre PCB e Jango se estreitaram ao ponto de Prestes divulgar, em entrevista à televisão, o interesse do presidente da República em exercer um segundo mandato a partir de uma reforma constitucional. Nessa mesma entrevista, Prestes admitiu que tanto Brizola como Jango poderiam exercer o mesmo papel que Fidel Castro havia desempenhado em Cuba (SEGATTO, 1995, p. 164). Os ataques contra o que chamaram de política de conciliação ganharam uma proporção indevida, afetando as possíveis alianças político-institucionais, que pudessem evitar o movimento golpista:

A principios de 1964, cuando Goulart, movido por sus propios objetivos políticos, procuró aproximarse a las fuerzas populares, acentuóse en nuestra actividad el alejamiento de la línea del V Congreso. Subestimamos la importancia que tenía para el pueblo brasileño la realización de elecciones y no cuidamos de aplicar la Resolución Electoral aprobada por el Comité Central, al mismo tiempo que estimulábamos el golpismo continuista de Goulart. En vez de alertar a las masas y de llamarlas a la lucha contra la amenaza del golpe de derecha, claramente revelada en la acción de Lacerda, Ademar y sus apoyos militares, lanzamos la Nota de la Comisión Ejecutiva del 27/3/64 en la cual, junto a la reivindicación de la formación inmediata de un nuevo gobierno que “pusiese término a la política de conciliación”, transferíamos el centro del ataque al Parlamento, exigiendo la reforma constitucional y amenazando al Congreso (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1965, p. 160).

Por fim, o PCB afirmou que a raiz de seus erros estava na falsa concepção pequeno-burguesa e golpista da revolução brasileira que já havia se manifestado de forma predominante em momentos decisivos de sua atividade revolucionária, independentemente da linha política adotada:

Es una concepción que admite la revolución no como un fenómeno de masas, sino como resultado de la acción de las cúpulas, y, en el mejor de los casos, del Partido. Ella imprime a nuestra actividad un sentido inmediatista, de prisa pequeñoburguesa, desviándonos de la perspectiva de una lucha persistente y continuada por nuestros objetivos básicos y estratégicos a través del proceso de acumulación de fuerzas y de la conquista de la hegemonía por el proletariado (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCB, 1965, p. 161).

A posição adotada pelo PCB em muito se distinguiu daquela tomada pelo PCCh, quando este se posicionou perante a ditadura de Pinochet. Uma parte dessas diferenças pode ser explicada pela ação dos governos golpistas de Brasil e Chile, que estabeleceram políticas diferentes na implantação de suas ditaduras. Ambos os golpes tiveram uma inspiração no modelo americano de desenvolvimento. A crença nesse projeto era de que as transformações econômicas possuíam um sentido modernizante, criando um indivíduo ávido pelo consumo e pelos valores de livre mercado. Para Werneck Vianna, pensando a experiência brasileira, “introduziu-se, assim, uma abissal assimetria entre economia, política e organização social, as duas últimas congeladas pelo autoritarismo enquanto a primeira dispara num movimento em flecha” (2014, p. 95). O caráter e a intensidade dessas modernizações autoritárias, entretanto, tiveram graus distintos nos dois países. De acordo com Alberto Aggio, a ditadura no Chile foi constituída por meio de uma irredutível personalização do poder em torno de Augusto Pinochet, tendo um baixo nível de institucionalização. Desse modo, toda racionalização política entre Estado e governo estiveram fortemente ligadas à figura do general chileno. Ademais, o regime autoritário chileno estabeleceu uma perspectiva *fundacional* na sociedade chilena, eliminando toda racionalidade institucional gestada a partir dos anos 1920. Em respeito ao programa econômico, o governo pinochetista impôs uma nova relação entre Estado, economia e sociedade, através da aplicação de reformas que foram consideradas a primeira experiência *neoliberal* no Ocidente, tamanha a profundidade em suas políticas de privatização do serviço público. Por outro lado, ao realizar um exercício comparativo, Aggio demonstra que os militares brasileiros optaram pelo ideário nacional-desenvolvimentista, apesar de um primeiro momento ter esboçado um receituário mais liberal no campo econômico. Por conseguinte, o Estado brasileiro manteve o sistema produtivo estatal ao

mesmo tempo em que delegava para a dimensão do poder privado o tema do “liberalismo puro”. Em comparação com a cultura política do varguismo-trabalhismo, o que ocorreu no Brasil foi uma redefinição da:

dimensão pública como monopólio do Estado e liberando a dimensão privada para que esta pudesse se adensar e se afirmar como a base de uma nova sociabilidade conformada por empreendedores particulares. Diferentemente do Chile, o que se impôs foi um *aggiornamento* e não uma ruptura (AGGIO, 2015, p. 156).

A participação das esquerdas na esfera político-cultural também teve fins diferentes, após a imposição dos golpes, dado o grau de repressão estabelecido em cada país. No Brasil, entre os anos 1964-1968, apesar da ditadura, houve uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país (SCHWARZ, 2014, p. 08). No Chile, logo no início da ditadura, o governo de Pinochet aboliu todas as instituições representativas do Estado, além de destruir todas as organizações democráticas da sociedade civil (RIQUELME, 2009, p. 109).

Contudo, o processo de estruturação dos regimes ditatoriais nos auxilia a compreender em parte as políticas adotadas pelos partidos comunistas de Brasil e Chile. O elemento mais elucidativo que explica o posicionamento de cada partido está na própria cultura política gestada ao longo de suas trajetórias e experiências. No PCB, o *pecebismo contemporâneo* manteve-se como principal característica de sua cultura política, após 1964. Ao contrário dessa *transformação* renovadora, o PCCh reformulou sua linha estratégica, inserindo a linha da *rebelião popular* como eixo central de sua estratégia.

Desde o primeiro momento, a ditadura chilena se propôs a destruir o comunismo no país. Muitos dos militantes e dirigentes que conseguiram sobreviver ao extermínio empreendido por Pinochet foram se refugiar na URSS ou nos seus “satélites”. A interpretação feita pelo PCCh acerca do golpe de 11 de setembro de 1973 e a consolidação do governo ditatorial significou uma catástrofe humana incomensurável e uma derrota histórica de grande magnitude (RIQUELME, 2009, p. 111). Em relação ao impacto do fracasso da “via chilena ao socialismo”, sua repercussão ultrapassou as fronteiras da América Latina, abrindo um debate na esquerda mundial e particularmente no Movimento Comunista Internacional. Na Europa Ocidental, o Partido Comunista Italiano, através de seu líder, Enrico Berlinguer, demonstrou uma forte preocupação com a derrocada da experiência chilena. Refletindo sobre as causas desse desastre, o dirigente italiano produziu uma estratégia voltada para a formação de um governo de coalizão com forças moderadas, rejeitando a concepção revolucionária das velhas estratégias de Frente Popular, e aspirando um rol de princípios ligados aos valores da

democracia e do pluralismo (PONS, 2014, p. 506). Por outro lado, a posição da URSS frente ao ocorrido no Chile tomou outra direção. Borís Ponomariov, então um dos principais ideólogos do PCUS, afirmou que os comunistas deveriam estar preparados para mudar rapidamente as formas de lutas pacíficas e não pacíficas a fim de responderem à violência revolucionária e contrarrevolucionária da burguesia (RIQUELME apud PONOMARIOV, 2009, p. 114).

Nos três primeiros anos depois do golpe, o PCCh manteve sua linha estratégica das décadas anteriores, mas muito por conta da grande dispersão e perseguição que sofreu, e menos por uma reorganização política em torno da aprovação de uma posição estratégica. O primeiro Pleno realizado pelo Partido ocorreu em agosto de 1977, em Kuntseva, cidade localizada ao sudoeste de Moscou. Organizado pelo Comitê Central do PCCh, o documento foi produzido por Luis Corvalán e intitulado “*La revolución chilena, la dictadura fascista y la lucha por derribarla y crear una nueva democracia*”. A leitura acerca da realidade nacional chilena era a de que o país vivia sob uma ditadura fascista, instalada a partir de uma contrarrevolução. A primeira análise em torno da experiência da Unidade Popular foi positiva no que tange os avanços até então conquistados. Segundo o documento, a imagem de Allende e seu governo estavam firmemente arraigados na consciência e no coração do povo chileno (CORVALÁN, 1977, p. 16). No fundo, os comunistas chilenos reivindicaram a validade do que se havia tentado com Allende:

Cabe aquí una reflexión general. ¿Había algún otro camino posible de recorrer para la revolución chilena en ese período y en esas condiciones? Estamos convencidos que no. Dicho de otra manera, en esos momentos, la alternativa a la vía pacífica no era la vía armada. No había otra alternativa revolucionaria posible (CORVALÁN, 1977, p. 21).

Por outro lado, a Unidade Popular sofreu com forças de “direita” e “esquerda”, quando fomentaram o radicalismo no cenário político, além de não conseguir aglutinar os diversos interesses presentes na coalizão, enfraquecendo ao seu modo o próprio sentido de unidade (CORVALÁN, 1977, p. 23-25). Mas a autocrítica que mais nos atentamos está relacionada ao caráter “reformista” com que o PCCh tratou a Unidade Popular em determinados momentos. Considerando ser um desvio de direita do Partido, o Pleno deduziu que em todas as circunstâncias as leis gerais da revolução se fazem presente, independente do caminho traçado (CORVALÁN, 1977, p. 28). O indicativo dessa revisão viria a seguir: “*Al sostener desde 1956 la posibilidad de la vía pacífica en nuestro país tuvimos en cuenta, primero, que se trataba sólo de una posibilidad y, segundo, que de abrirse paso la revolución por dicha vía,*

en algún momento podría surgir la alternativa de la lucha armada” (CORVALÁN, 1977, p. 32). Ao final do documento, o PCCh retomou o conceito de ditadura do proletariado a fim de se posicionar perante o momento de transição do socialismo para o capitalismo (CORVALÁN, 1977, p. 81). Naquele momento, assumir o Estado, introduzir uma nova democracia e se preparar para a etapa transitória rumo à ditadura socialista eram ações que se entrelaçavam em uma mesma visão de mundo. Porém, a guinada oficial rumo à via insurrecional só se completaria em 1980.

A mudança estratégica balizou-se a partir da relação entre a leitura marxista-leninista dos dirigentes soviéticos, que realizaram uma crítica à esquerda em relação à experiência da UP, em conjunto com novos quadros do PCCh surgidos na clandestinidade e no exílio, que se aliaram aos dirigentes históricos do Partido (RIQUELME, 2009, p. 116-117). Outro elemento importante nessa revisão estratégica foi o triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979. A interpretação feita por boa parte da esquerda latino-americana e dos dirigentes soviéticos era a de que essa Revolução representava a união entre o leninismo da luta armada e o pluralismo da democracia. Nesse ano, enquanto a DC e parte do socialismo chileno começavam a mirar no exemplo da transição democrática espanhola à democracia, o PCCh se concentrava nos ensinamentos da Revolução Sandinista na Nicarágua (RIQUELME, 2009, p. 119-120).

Sua mudança de estratégia, porém, conforme analisado nos documentos, não significou uma ruptura com a linha anterior, mas sim uma nova leitura dentre aquelas presentes no rol estratégico do Partido. Em setembro de 1980, Luis Corvalán, como resposta ao processo de imposição da Constituição autoritária de Pinochet, anunciou em Moscou a nova estratégia de resistência política e social, resultado de uma combinação entre luta pacífica e uso da violência. Em seu discurso, o secretário-geral do PCCh, afirmou que ao impedir qualquer tipo de evolução gradual com vistas ao fim do regime fascista, *“el pueblo recurrirá a todas las formas de combate, incluso de violencia aguda”* (RIQUELME apud CORVALÁN, 2009, p. 123). Por conseguinte, no decorrer da década de 1980, a rebelião popular, pautada no uso da via armada, seria a estratégia adotada pelo PCCh no combate ao governo de Pinochet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos partidos comunistas de Brasil e Chile, desenvolvida neste trabalho, é analisada aqui a partir de um fio condutor que percorre o século XX. Ambos nascidos em 1922, PCB e PCCh surgiram no período definido por Silvio Pons (2014, p. 57) como o “tempo da revolução” bolchevique. Originários de uma mesma cultura política advinda do marxismo da III Internacional, esses dois partidos desenvolveram estratégias similares em diversas conjunturas. Foi assim, por exemplo, no período das “Frentes Populares”, quando ambos os partidos aproximaram-se de vez da estratégia proposta pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), ao mesmo tempo em que também procuraram interagir com as culturas políticas nacionais. Ademais, as estratégias políticas gestadas a partir das experiências da Frente Popular, no Chile, e da Aliança Nacional Libertadora, no Brasil, embora tenham tido desfechos distintos, acabaram por representar uma identidade no campo da esquerda desses dois países. Formuladas em consonância com as diretrizes do MCI, notamos que ambas as estratégias foram responsáveis pela formação das culturas políticas do comunismo brasileiro e chileno.

Mesmo com a derrota em 1935, a estratégia esboçada pelo PCB resultou num movimento pendular, responsável pela formação de uma identidade, que ora optou pela via insurrecional, e ora apoiou uma via político-institucional, sendo que essa última fora marcadamente atuante entre os anos 1945 e 1947. Tal movimento pendular só cederia espaço para uma *transformação* da cultura política pecebista, em meados dos anos 1950, quando o PCB deu início à valorização da política em sua trajetória (SANTOS; SEGATTO, 2007, p. 13-62). Em relação à experiência *frentista* do comunismo chileno, seu alcance teve uma dimensão e um enraizamento maior, tanto na sociedade chilena, quanto em sua própria identidade partidária, ao ponto do PCCh alcançar uma posição desproporcional à sua capacidade eleitoral no cenário político chileno dos anos 1930. Além disso, a estratégia da Frente Popular fez parte de uma cultura política que, apesar de sofrer significativas modificações a partir da década de 1950, permaneceu hegemônica no comunismo chileno até meados da década de 1970.

Os caminhos percorridos por esses dois partidos tiveram um sentido oposto, quando ambos foram expulsos dos sistemas políticos de seus países ao final da década de 1940, em

decorrência da polarização entre EUA e URSS, que resultou no início da chamada Guerra Fria. Diante disso, enquanto o PCB optou por radicalizar sua estratégia e formular um Manifesto (1950) sectário e insurrecional, o PCCh reafirmou a sua via *frentista* e institucional, apesar das divergências internas e das inúmeras dissidências contrária a essa posição. Tendo em vista as diferentes escolhas adotadas, notamos que o processo de construção da nação e o sentido da revolução para o PCB passaram a estar relacionados com a impossibilidade de se formar qualquer tipo de aliança ampla que incluísse forças políticas não pertencentes ao operariado e ao campesinato. Por outro lado, mesmo encontrando-se na ilegalidade, o PCCh manteve a sua linha estratégica direcionada à conquista dos poderes representativos, através de uma proposta de formação de uma ampla frente política.

O reencontro dos caminhos estratégicos só ocorreria em meados da década de 1950, quando o PCB iniciou um processo de abandono da via insurrecional como identidade estratégica. Entre os anos 1954-1958, em decorrência de uma série de mudanças na conjuntura brasileira e no MCI, o PCB deu início a uma *transformação* em sua estratégia, que resultou na elaboração do texto da “Declaração de Março” e em uma nova cultura política: nas palavras de Raimundo Santos, o *pecebismo contemporâneo*. Em sintonia com essa perspectiva *reformista* da revolução latino-americana, o PCCh, a partir de 1952, passou a defender uma nova *aliança* política. Dessa vez, ao contrário da hegemonia Radical no tempo dos governos das Frentes Populares, a esquerda chilena, liderada pelo próprio PCCh e pelo PS, deveria conduzir o projeto político de modernização nacional, tendo como líder desse processo, um político definido por esses dois partidos. Nas eleições de 1958, quando a então FRAP lançou novamente a candidatura de Salvador Allende para a Presidência da República, a esquerda chilena, de modo surpreendente, quase chegou ao poder, perdendo por uma diferença de menos de 4% dos votos. Em vista desses dois processos, ocorridos em 1958, delineou-se, por parte das estratégias comunistas de Brasil e Chile uma forma de alcançar o poder, distinta daquilo que, a partir de 1959, devido ao impacto da Revolução Cubana, ficaria consagrado como o “modelo revolucionário” latino-americano.

Contudo, os sentidos desses caminhos estratégicos mais uma vez se distanciaria da sintonia estabelecida em 1958. No decorrer das décadas de 1960 e 1970, tendo em vista o espreadimento do modelo revolucionário cubano, a eclosão de golpes militares e a implantação de ditaduras em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil (1964) e o Chile (1973), as estratégias desses dois partidos comunistas passaram a conviver com a influência de outra proposta revolucionária no campo da esquerda, além de sofrerem com a repressão advinda dos regimes militares instalados. Naquele período, houve uma inversão dos caminhos

estratégicos, quando comparamos a posição do PCB e do PCCh frente às respostas que ambos os partidos procuraram dar a essas novas conjunturas. No caso do PC brasileiro, a *transformação* que estabeleceu o chamado *pecebismo contemporâneo* gestou uma cultura política que procurou resistir à ditadura através de uma estratégia *democrática*. Como vimos no último capítulo, o PCB, desde 1965, procurou se posicionar em favor de um retorno da normalidade e convivência democrática no Brasil. No decorrer dos governos militares, os comunistas brasileiros lutaram em favor da Lei de Anistia, aprovada em 1979, bem como participaram do movimento por uma nova Constituinte. Portanto, subjaz desses posicionamentos, a percepção de que o *pecebismo contemporâneo* se realizou enquanto consagração de uma estratégia política, apesar de o comunismo brasileiro, enquanto instituição partidária e cultura política institucional, ter se esgotado na última década do século XX. Em relação ao PC chileno, após o traumatizante golpe ocorrido em setembro de 1973, sua estratégia de resistência abandonou a trajetória até então representada pela *via chilena ao socialismo* em favor da estratégia de *rebelião popular*. Por conseguinte, ao final da década de 1970, o PCCh iniciou um processo de abandono de sua trajetória *frentista*, dando ensejo a uma nova leitura da história, quando o Partido procurou resgatar uma identidade *recabarrenista* como forma de sustentação de sua identidade, em detrimento da derrocada do comunismo internacional (ÁLVAREZ, 2011, p.304)³. Em decorrência de tais escolhas, o PCCh acabou sucumbindo ao *gueto* político e viu sua estratégia ser derrotada nos anos 1980, apesar de ter conseguido manter sua estrutura institucional após a redemocratização chilena.

³ Embora corroborem com a hipótese levantada por Rolando Álvarez V. no que diz respeito ao retorno do *recabarrenismo*, não concordamos quando este afirma que “no caso das origens da Política de Rebelião Popular deve-se considerá-la como uma exceção histórica na vida do PC”, pois ela só poderia ser explicada através das extremas condições adversas e especiais que a Direção comunista viveu a partir do golpe de Estado (2011, p. 306). Como defendemos aqui, o elemento da via armada nunca foi abandonado pelo PCCh.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Manifestos e Declarações dos partidos comunistas

Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro (1958)

INTERNACIONAL COMUNISTA. VII Congreso de la Internacional Comunista: fascismo, democracia y Frente Popular. Coyoacán (México): Siglo XXI Editores, 1984.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL . IV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (1954). In:

https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm. Acesso em: 22/09/2016.

_____. V congresso do PCB (1960). In: VINHAS, M. **O partidão**: A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Manifesto de Agosto de 1950. In: VINHAS, M. **O partidão**: A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Manifesto eleitoral do PCB (1955). In: <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/36.pdf>. Acesso em: 22/09/2016.

RESOLUCIÓN POLÍTICA DE CONGRESO DE UNIDAD (1957). In: http://www.socialismochileno.org/adonis/caja2/2E/res_politica_congreso_unidad_1957_a.pdf. Acesso em: 22/09/2016.

Periódicos

Problemas - Brasil

Estudos Sociais – Brasil

Novos Tempos - Brasil

Principios – Chile

Memórias

FERREIRA LIMA, H. **Caminhos percorridos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS, D. A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M. (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. vol. 5. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; _____. (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964): As Esquerdas no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; _____. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; RIDENTI, M. (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Vol. 5. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

_____. **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, vol. 6, 2002.

AGGIO, A. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Ed: Annablume, 2002.

_____. **Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo (SP): Annablume: FAPESP, 1999.

_____. **Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2015.

ÁLVAREZ, R. **Arriba los pobres del mundo: Cultura e identidad política del Partido Comunista de Chile entre democracia y dictadura (1965-1990)**. Santiago: LOM, 2011.

ANGELL, A. A esquerda na América Latina após C. 1920. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política**. Vol. VII. São Paulo: EDUSP, 2009.

ARAYA, M. C. **El alba de una revolución: La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” - 1956-1970**. Santiago de Chile: LOM, 2010.

_____.; RIQUELME, A. R.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente**. Santiago: Catalonia, 2010.

ARAUJO, C. P. de. **1964: As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: **História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo**. Elmar Altvater [et. al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARRATE, J; ROJAS, E. **Memoria de la izquierda chilena (1850-1970)**. Santiago: Javier Vergara, 2003.

BADALONI, N. [et. al.] **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BADARÓ MATTOS, M.. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2009.

BENAVIDES, L. **La formación de la izquierda chilena**. Relaciones entre el partido comunista y el partido socialista. – Los antecedentes históricos. Santiago: Documento de Trabajo – FLACSO-CHILE nº 389, 1988

BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, C. [et. Al.] **Cultura política, memória e historiografia** Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 29-46.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, R. (org). **Por uma História Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Vol. IV. SP: EDUSP, 2009.

_____. (Org.). **História da América Latina: De 1870 a 1930**. Vol. V. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. (Org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política**. Vol. VII. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. & ROXBOROUGH, I. (orgs). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CABALLERO, M. **La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana**. Caracas: Editorial Alfa, 2006.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Afiliada, 1970.

CARONE, E. A Internacional Comunista e as 21 condições. 2003. In: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109>. Acesso em 14/10/2014.

_____. **O PCB: 1922 a 1943.** São Paulo: DIFEL, 1982. (Vol. 1).

CARVALHO, M. A. R. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. In: AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J.; **Revolução e democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. de (org.). **República no Catete.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CASTAÑEDA, J. G. **Utopia desarmada:** Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo. Ed: Cia. Das Letras, 1994.

CHAMORRO, M. S. G. Factores nacionales e internacionales de la política interna del Partido Comunista de Chile (1922-1952). In: ARAYA, M. C; RIQUELME, A.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente.** Santiago: Catalonia, 2010.

CORDEIRO, I. R. X. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960:** Régis Debray e o foquismo. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2010.

_____. Derrota e revanche da dialética. Prefácio. KONDER, L. **A derrota da dialética:** a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CURCI, C. **El Partido Comunista de Chile y la vía al socialismo.** Santiago: Ariadna, 2008.

CZAJKA, R.; NAPOLITANO, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **Comunistas brasileiros:** cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DAIRE T. A. La política del Partido Comunista de Chile de la post-guerra a la Unidad Popular. In: ARAYA, M. C; RIQUELME, A.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente.** Santiago: Catalonia, 2010.

D'ASSUNÇÃO BARROS, J. **História Comparada.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

DALMÁS, C. Os comunistas, a cultura e a política das Frentes Populares: Apontamentos sobre as concepções culturais do PCB e do Partido Comunista do Chile. In: CZAJKA, R.; NAPOLITANO, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **Comunistas brasileiros:** cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DEL ROIO, M. **A Classe Operária na Revolução Burguesa:** a política de alianças do PCB (1928-1935). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: QUARTIM DE MORAES, J.; DEL ROIO, M. (Org.) **História do marxismo no Brasil.** v.4. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. MORAES, J. Q. **História do Marxismo no Brasil.** Vol. 04. Campinas: Unicamp, 2009.

DURÁN B., L. Visión cuantitativa de la trayectoria electoral del Partido Comunista de Chile: 1903-1973. In: In: ARAYA, M. C; RIQUELME, A.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente**. Santiago: Catalonia, 2010.

ELIZONDO, J. R. **Crisis y Renovación de las Izquierdas**: da revolução cubana a chiapas passando por el caso chileno. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1995.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. **La Revolución Inconclusa**: La izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 2013.

FERREIRA, J. **Prisioneiros do Mito**: Cultura e Imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1945). Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; REIS, D. A (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2007.

FURET, F. **A revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **O passado de uma ilusão**: Ensaio sobre a ideia comunista no século XX. Lisboa: Presença, 1996.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. V.5. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GOMES VIANNA, M. de. A. O PCB: 1929-1943. In: AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GREZ TOSO, S. **Historia del Comunismo en Chile**. La era de Recabarren (1912-1924). Santiago, LOM Ediciones, 2011.

HALE, C. A. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina**. vol.IV. São Paulo: EDUSP. 2009.

HALL, M. e SPALDING JR., H. A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina**. vol.IV. São Paulo: EDUSP. 2009.

HOBBSBAWM, E. J. **Estratégias para uma esquerda racional**: escritos políticos (1977-1988). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, E. J.; POLITO, A. **O Novo Século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

JESUS FERREIRA, D. de. **Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)**. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana (BA), 2012.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Edições Graal, 1980.

_____. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.

LARRAÍN, J. **Identidad chilena**. Santiago: LOM Ediciones, 2001.

LEAL, M. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011. 517 p.

LENIN, V. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÖWY, M (Org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOYOLA T., M. **“Los destructores del Partido”**: notas sobre el reinosismo en el Partido Comunista de Chile. Santiago: Revista Izquierdas, vol 1, núm. 2, dezembro de 2008. p. 01-32.

MARIATEGUI, J. C. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MILOS, P. **Frente Popular en Chile: su configuración (1935-1938)**. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

MIRES, F. **La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

MORAES, J. Q. **Concepções comunistas do Brasil democrático – esperanças e crispções (1944-1954)**. In: MORAES, J. Q (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. vol. 03 Campinas: Unicamp, 2007.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MOTTA, R. P. S. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: CZAJKA, R.; NAPOLITANO, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOULIAN, T. **Contradicciones del desarrollo político chileno (1920-1990)**. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

_____. **Fracturas**: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973). Santiago de Chile: LOM, 2006.

NABUCO, J. **Balmaceda**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PAMPLONA, M.; STUVEN, A. M. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PINHEIRO, P. S., **Estratégias da Ilusão – a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PINTO, J. V. (Org.) **Cuando hicimos historia**: La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

PONS, S. **A Revolução Global**: a história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pererira, 2014. 576 p.

PORTANTIERO, J. C. **O marxismo latino-americano**. In: HOBBSAWN, E. [et. Al.] **História do Marxismo**. Ed: Paz e Terra, 1983.

PRESTES, L. C. **Organizar o povo para a democracia**. In: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/15.htm>. Acesso em: 16/09/2016.

RÉMOND, R. (org). **Por uma História Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **Rojo atardecer**: el comunismo chileno entre dictadura y democracia. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

RODRIGUES, L. M. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: GOMES, A. M. de C. [et. Al.] **História geral da civilização brasileira**: O Brasil republicano. Vol. 10.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SALES, J. R. **O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960**: defesa da revolução e crítica ao foquismo. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 93-119, dez. 2010.

SANTANA, M. A. **Bravos companheiros**: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J (org.) (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)**: As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A; TEIXEIRA da SILVA, F. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J (org.) (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964): As Esquerdas no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, R. **A importância da tradição pecebista**. Brasília (DF): Fundação Astrojildo Pereira, 2009.

_____. **O Pecebismo Inconcluso** – escritos sobre ideias políticas. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro/ UFRF, 1994.

_____. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB**. Belo Horizonte (MG): Oficina de Livros, 1988.

_____. (Org.). **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília (DF): Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

_____.; SEGATTO, J. A. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M. (Org.). **História do Marxismo no Brasil** (v.6). Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SEGATTO, J. A. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1995.

SENA JÚNIOR, C. Z. de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)**. São Paulo: Annablume, 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

SPRIANO, P. **O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947**. In: BADALONI, N [et. al.]. **História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

STUVEN, A. M. O problema da inclusão civil e política. In: PAMPLONA, M.; STUVEN, A. M. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

TORRES, I. D. **La crisis del sistema democrático: las elecciones presidenciales y los proyectos políticos excluyentes**. Chile (1958-1970). Santiago: Universitaria, 2014.

ULIANOVA, O. El comunismo chileno a través de los archivos soviéticos. In: ARAYA, M. C; RIQUELME, A.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente**. Santiago: Catalonia, 2010.

VACCA, G. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

VARAS, A. Ideal socialista y teoría marxista en Chile: Recabarren y el Komintern In: ARAYA, M. C; RIQUELME, A.; VARAS, A (org.). **El Partido Comunista en Chile: Una historia presente**. Santiago: Catalonia, 2010.

VINHAS, M. **O partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

VALLEJOS, J. P. (Org.). **Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular**. Santiago: LOM, 2005.

VIANNA, L. W. 1964. In: ARAUJO, C. P. de (Org.). **1964: As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

_____. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **A Transição da Constituinte à Sucessão Presidencial**. Rio de Janeiro (RJ): Revan, p. 121-174, 1989.

_____. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. Nova esquerda e cultura política. In: **Revista Presença**, nº17, Nov. 1991/mar 1992.

WEFFORT, F. C. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZAIDAN FILHO, M. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

